FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.703 — DOMINGO, 7 DE ABRIL DE 2024 — R$ 9,90

Cartunista aos 80 anos, em 2012 Leticia Moreira/ Folhapress

Ziraldo, mestre da literatura infantil, morre aos 91 anos

O cartunista Ziraldo, criador de "O Menino Maluquinho", morreu neste sábado (6), aos 91, de falência múltipla dos órgãos. O artista teve carreira profícua, com charges, cartuns e personagens emblemáticos. Cotidiano B1 a B3

Menino Maluquinho, célebre personagem do artista Reprodução

Governo Lula discute como pode taxar as big techs

Cobrança por uso de rede, tributo sobre streaming, IR maior e repasse para jornalismo estão em estudo

O governo Lula (PT) discute quatro frentes para tentar tributar as gigantes da tecnologia, as big techs. O objetivo é propor a taxação ao Congresso ainda neste ano. A proposta inclui pagamento pelo uso da rede de telefonia e taxação de vídeo "on demand", como streamings.

Também está em estudo uma 'Cide' para o jornalismo, em razão da degradação do ecossistema da informação causado por essas empresas. E, por fim, avalia-se a cobrança de imposto sobre renda. Para entrar em vigor em 2025, o IR teria de ser aprovado neste ano.

"Se não cobrarmos aqui o mínimo em relação ao resultado delas [big techs], a diferença vai ser cobrada no exterior", afirma Robinson Barreirinhas, secretário da Receita Federal. As plataformas não divulgam seus resultados por país, e o Fisco mantém os dados sob sigilo.

Estudo da Universidade de Brasília estima que, em 2022, a Amazon tenha faturado R$ 27,079 bilhões no Brasil, a Alphabet (dona do Google), R$ 10,095 bi, Spotifly e Microsoft, R$ 7,1 bi cada, e a Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp), R$ 4,162 bi. Mercado p.1

Cotas têm apoio de 83%, mas critério racial divide opiniões

Pesquisa Datafolha sobre a lei de cotas no ensino superior aponta que 83% apoiam a norma, com diferentes entendimentos. Para 41%, a lei deve existir usando apenas o recorte social para a reserva das vagas.

Outros 42% defendem o formato atual, com 50% das vagas para alunos de escola pública e cotas para pobres, pretos, pardos e indígenas. Já 15% dizem ser contra qualquer modelo de reserva. Cotidiano B4

México rompe com Equador após invasão a embaixada

O México rompeu relações diplomáticas com o Equador após sua embaixada em Quito ser invadida na sexta (5). Agentes encapuzados em carros blindados entraram no local para retirar à força o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas. Ele se refugiava desde dezembro no local a fim de evitar o cumprimento de um mandado de prisão. Mundo A15

Ciência B10

Direito à criogenia

Enquanto humanos sonham em ressuscitar parentes, brechas na legislação brasileira não dão conta de tecnologias como congelamento de matéria orgânica e uso de IA.

Esporte B11

Palmeiras busca o tri e Santos, redenção em disputa do título paulista de 2024

Artistas com mordaça

Mudança em lei chinesa sufoca a expressão em Hong Kong C1

Utopia dos anos 1930 moldou primeira onda psicodélica C8

MÔNICA BERGAMO

Embaixador russo defende eleição que escolheu Putin C2

Congressistas escolhem empresa para receber verba

Parlamentares selecionam a dedo as empresas que vão ganhar recursos de suas emendas no momento de indicar à estatal Codevasf o destino de máquinas ou serviços. Companhia diz atender pedidos conforme a lei. Política A4

Lemann cita pela 1ª vez fraude na Americanas

O empresário e investidor Jorge Paulo Lemann, 84, comentou neste sábado (6), pela primeira vez, a crise da Americanas. A empresa revelou, em 2023, uma fraude contábil que mascarava seus resultados financeiros. Mercado p.3

Brasil se abstém sobre investigação contra Irã

O país se absteve de apoiar uma missão internacional que apura violações de direitos humanos na repressão do Irã aos atos por direitos da mulher. Mundo A16

Vacina de mRNA é testada para tratar herpes e até câncer

Utilizada em vacinas contra Covid, a plataforma mRNA é testada para prevenir e tratar outras doenças, como gripe, herpes zóster e tipos de câncer. A tecnologia usa versão sintética do RNA mensageiro, que induz o corpo a produzir anticorpos. Saúde B8

Vinicius T. Freire

Falta de rumo de Lula 3 gera o BBB da Petrobras

Não há política nacional de petróleo e energia, só disputas desorganizadas em um governo que completará um terço de mandato. Lula se "irrita", o presidente da Petrobras está "machucado" e o drama cafona e irrelevante jorra no BBB da estatal. Mercado p.4

EDITORIAIS A2

Gasto público e juro são riscos para o PIB global

Acerca de crescimento de dívidas governamentais nas principais economias.

Código Civil em pauta

Sobre a importância de atualizar essa legislação.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Gasto público e juro são riscos para o PIB global

Principais economias do mundo cedo ou tarde vão ter de fazer ajuste para conter dívidas de governos; o mesmo, com agravantes, vale para o Brasil

Com taxas de juros bem maiores do que as de antes da pandemia e gastos públicos em alta em boa parte dos países, crescem as pressões nos orçamentos e os riscos para a economia mundial.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, a dívida pública deve atingir o equivalente a 120% do Produto Interno Bruto nas nações desenvolvidas e a 80% nas emergentes até 2028. Trata-se de um salto de cerca de 20 pontos percentuais ante o nível anterior à crise sanitária, que já era elevado.

Ademais, os principais fatores que influenciam essa trajetória se mostram menos favoráveis hoje. Na década passada, a permanência de juros próximos de zero nos principais centros financeiros manteve os custos de financiamento muito baixos, o que segurou a dívida e permitiu níveis elevados de gastos públicos sem maiores sobressaltos.

Ampliar as despesas do governo sempre tem apelo político, ainda mais quando se consolida a percepção equivocada de que não há risco na indisciplina fiscal.

Hoje o quadro é diferente, contudo, dadas as taxas bem mais altas nos centros globais. Nos Estados Unidos, os juros básicos estão em torno de 5,5% ao ano e não se vislumbra muito espaço imediato para queda, tendo em vista a batalha ainda em andamento do banco central americano para conter pressões inflacionárias.

De outro lado, segue a tendência de redução do ritmo de crescimento da economia. Mesmo com melhores resultados e boas perspectivas nos EUA, a expectativa do FMI para a ampliação do PIB mundial nos próximos cinco anos ronda 3,5% anuais, a menor em décadas.

A combinação de juros altos, menor expansão da atividade e déficits orçamentários aceleram a escalada das dívidas públicas e elevam seu custo de rolagem, num círculo vicioso que em algum momento deverá impor um ajuste custoso para a sociedade.

Perceber e construir as condições políticas para estancar essa dinâmica perversa é um desafio, tendo em vista que os impactos ruins podem demorar a ocorrer. Mas o perigo de instabilidade econômica e financeira deveria chamar a atenção das autoridades desde logo.

No Brasil, ainda mais que em muitos outros países, não há dúvida de que o quadro é ruim. O país tem um deficit primário estrutural de 1,6% do PIB e precisa restaurar saldos positivos. Nas projeções do próprio governo petista, isso não ocorrerá sem ajustes nas despesas, mas não há sinais de disposição de levar a cabo qualquer restrição, mesmo que modesta.

Assim, a dívida pública deve continuar crescendo e superar 80% do PIB nos próximos anos —um obstáculo para a queda dos juros.

Código Civil em pauta

Senado deveria aprovar atualização da lei, que acompanha mudanças culturais e tecnológicas

A revisão do Código Civil, concluída por uma comissão de especialistas no Senado na sexta-feira (5), é importante, dado tratar-se de uma lei que já nasceu um tanto envelhecida —apesar de ter trazido inovações em relação ao à versão anterior, de 1916.

O diploma, de 2003, demorou 34 anos para ser aprovado desde a instituição da comissão que o redigiu.

O anacronismo é visível em certos temas, como a descrição de que o casamento ocorre entre "o homem e a mulher", ignorando a união de pessoas do mesmo sexo —reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011. A comissão do Senado propõe redação mais inclusiva, ao contemplar relações entre "duas pessoas".

A lei atual ignora, ademais, outras modalidades de famílias. É o caso das monoparentais (compostas por apenas mãe ou pai com filhos) e de outras não conjugais (irmãos e primos que moram juntos).

O arranjo nuclear (casal com ou sem filhos e enteados ou família monoparental) vem se tornando menos predominante. Em 2022, ocupava 66,3% dos domicílios, o menor nível da série histórica, iniciada em 2012 pelo IBGE.

Ainda segundo o instituto, em 2022, 11 mil casamentos entre pessoas do mesmo sexo foram celebrados no país, uma alta de 19,8% em relação a 2021 e recorde desde 2013.

A atualização do Código Civil também é necessária por dar celeridade a processos já cotidianos, ao instituir a modalidade unilateral de divórcio, por exemplo —uma pessoa do casal poderá requerer a separação em cartório, o outro cônjuge será notificado e poderá responder em até cinco dias.

No campo da tecnologia, trata de questões como inteligência artificial, responsabilidade civil de plataformas digitais por vazamento de dados de usuários e direito a retirada de vinculação de nome a certos resultados de buscas, como imagens íntimas.

Em temas de costumes, há sempre o perigo de mais retrocessos. Espera-se, contudo, que os senadores constatem a necessidade das atualizações. O tempo ensina que, se a lei não acompanhar as mudanças culturais na sociedade, será por ela ultrapassada na prática.

O teste do tempo

Hélio Schwartsman

Há autores que passam bem pelo teste do tempo. Hannah Arendt é um deles. Não que ela tenha acertado em tudo, mas seus escritos permanecem em larga medida atuais.

"We Are Free to Change the World" (somos livres para mudar o mundo), de Lyndsey Stonebridge, não é exatamente uma biografia, embora funcione como uma. A obra analisa alguns dos temas centrais da filósofa, explicando sua gênese, o sentido que faziam à época e de alguma forma os atualizando para os dias de hoje. É assim que Stonebridge explora tópicos que teimam em permanecer entre nós, como tirania, pós-verdade, refugiados, racismo, e coloca figuras como Putin e Trump sob o escrutínio das ideias de Arendt.

Em alguns casos a filósofa se mostra presciente. Ela percebeu bem que a criação do Estado de Israel se tornaria um problema moral. Ao lado de uma minoria de intelectuais judeus, defendia que Israel fosse um Estado binacional, de judeus e árabes. Para ela, essa era a única forma de evitar uma vizinhança hostil e o problema de pessoas privadas de cidadania, uma condição que ela experimentara na pele, depois que Hitler desterrou os judeus alemães. Ela discutiu várias questões como essa com Golda Meir, a premiê israelense de quem era amiga, apesar das diferenças de opinião.

Em relação ao racismo nos EUA, Arendt não se sai tão bem. Ela obviamente se opunha à discriminação. Numa espécie de protesto contra o racismo, nunca visitou o sul de seu país adotivo. Mas ela se opôs ao movimento de integração escolar por meio de ônibus que levavam crianças negras a escolas de maioria branca. Esse sistema é hoje visto como um marco dos direitos civis. Arendt, porém, achava que ele impunha uma carga pesada demais às crianças negras, que eram submetidas a todo tipo de bullying.

Achei Stonebridge excessivamente contida quando traz as ideias de Arendt para os dias de hoje, mas a timidez não torna a obra menos interessante.

helio@uol.com.br

Lula sentiu uma encrenca

Bruno Boghossian

Quando um marqueteiro se integra ao estafe palaciano, é sinal de que o presidente sentiu uma pontada de encrenca. Na política, esse especialista costuma ser comparado a um médico. Fora da época de campanha, pode-se procurá-lo para fazer exames de rotina, talvez a cada seis meses. Ele só precisa ficar de prontidão quando a situação aperta.

Nas últimas semanas, Sidônio Palmeira esteve em pelo menos duas reuniões com Lula. O marqueteiro da campanha petista em 2022 virou um conselheiro do presidente. Além disso, passou a dar orientações para ministérios estratégicos e foi escalado para melhorar a imagem da gestão de Nísia Trindade (Saúde).

A queda na aprovação a Lula neste segundo ano de mandato se tornou notícia velha no gabinete presidencial. O que vem marcando os últimos movimentos do petista é uma inquietação com a falta de respostas para recuperar o fôlego e, mais do que isso, entregar um governo que chegue com força eleitoral a 2026.

A arruaça na Petrobras é resultado de uma briga interna por poder. A disposição de Lula para trocar o comando da empresa seria uma tentativa de apartar a briga, mas também uma jogada para acelerar os planos políticos do governo. Apertando o controle sobre a companhia, o petista teria força para regular preços dos combustíveis e tirar proveito dos investimentos bilionários da estatal.

Manifestações de insatisfação com alguns departamentos do governo são outra marca da urgência precoce que acomete o presidente aos 15 meses de mandato. Em mais de uma conversa reservada com auxiliares, ele se mostrou irrequieto com a demora na apresentação de resultados por algumas pastas e na instalação de canteiros de obras por aí.

Lula ainda parece resistente a grandes mudanças, talvez com a exceção da chefia da Petrobras. O que se vê, no entanto, é a busca evidente por uma sacudida no governo com o objetivo de evitar algo mais grave do que a perda de alguns pontos de popularidade: as chances da reeleição ou da vitória de um sucessor.

Sabe aquela do Billy Wilder?

Ruy Castro

Outro dia me perguntaram qual diretor de cinema eu mais admirava. Respondi: Billy Wilder (1906-2002). E não só por ele ter feito "Crepúsculo dos Deuses" (1950), "A Montanha dos Sete Abutres" (51), "O Pecado Mora ao Lado" (55), "Quanto Mais Quente, Melhor" (59), "Se Meu Apartamento Falasse" (60) e muitos mais. Mas também por suas frases, tão engraçadas quanto cruéis. Eis algumas.

"A coisa mais importante num filme é o roteiro. Os diretores não são alquimistas —não se faz chocolate com cocô de galinha." "Durante anos, trabalhar no cinema era visto como coisa desprezível. Mas, aí, inventaram a televisão." "Em Hollywood, não enterramos nossos mortos. Mandamos os cadáveres para a televisão."

"Prêmios e honrarias são como hemorróidas. Cedo ou tarde, qualquer idiota é premiado." "Já ganhei prêmios em Cannes, Veneza e Berlim. Mas me orgulho mesmo é de ter aparecido duas vezes nas palavras cruzadas do The New York Times. A primeira, na 17 horizontal. A segunda, na 21 vertical." [E indagado sobre se, em sua opinião, o ser humano era basicamente corrupto:] "Claro que não! Você não viu 'A Noviça Rebelde'?"

"A simples ideia de pagar 110 dólares por hora para me deitar num divã e falar de mim mesmo é de vomitar." "Marlene Dietrich era uma grande amiga. Sábia, romântica, disponível. Tinha sempre 50 pessoas ao redor pedindo consolo. Uma espécie de Madre Teresa, só que com melhores pernas."

Billy não poupava nem sua mulher, Audrey, com quem foi casado por 53 anos. Na véspera do casamento, ele disse; "Audrey, eu seria capaz de beijar o chão que você pisa —se você morasse numa rua melhor." Anos depois, no café da manhã, quando ela perguntou: "Billy, sabe que dia é hoje? Nosso aniversário de casamento!". E Billy: "Por favor, Audrey. Não quando eu estiver comendo." E, ao ver o vestido com que ela ia sair: "Vai para 'Vila Sésamo'?" Detalhe: Audrey adorava.

Longe vá, temor servil

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

Nenhuma organização criminosa subsiste hoje sem lavagem de dinheiro. E todo sistema de poder político precisa lavar a sua história das origens criminosas, assim como da eventual trilha corruptiva na estabilização de um Estado. Seja qual for sua natureza. O Vaticano tenta há muito tempo lavar a Igreja do sangue derramado no escravismo, na queima inquisitorial de milhões de mulheres e nos holocaustos de conquista, do mesmo modo que as antigas potências coloniais, fazendo penitências. Ética hipócrita do arrependimento.

Na memória dos 60 anos do golpe cívico-militar de 64 pesam sobre a consciência coletiva frases de síntese como a do general ao presidente militar: "As coisas estão melhorando depois que começamos a matar". Impossível de esquecer, uma dívida do Estado à Nação jamais paga. Por isso, o silêncio como desculpa para não melindrar uma casta melindrosa é tentativa inequívoca de lavagem da história. Na galega, sem arrependimento, corroborada pela apatia da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, já a caminho do que antigamente se chamava obra de Santa Engrácia: começa, não termina. Há nesse remancho laivos do "temor servil" que Evaristo da Veiga incrustou na letra do Hino da Independência, musicado por D. Pedro 1º. O temor de agora é o da honesta mediação entre passado e presente.

Isso não é detalhe acadêmico. É crucial para o avanço do pensamento coletivo nacional, nos termos da concepção de que o trabalho do pensador "é o de alinhavar as crenças velhas e as novas de modo que essas crenças possam cooperar em vez de interferir umas nas outras" (Richard Rorty, em "A Filosofia e o Futuro"). Olhar de frente os conflitos entre instituições herdadas e o desenho construtivo da nação define o princípio de responsabilidade para com a alma racional contemporânea.

Enxergar os idos de 64 começa com a precisão terminológica de não trocar revolução por golpe de Estado, o que foi. Depois, reconhecer o arbítrio das cassações, a brutalidade das torturas, as matanças, a inépcia econômica. E o mais ominoso para a consciência cívica: golpismo como sombra espúria da institucionalização da tutela militar sobre a cidadania. É como se a pedagogia do terror fosse a única mensagem do passado ao futuro.

Lavar a história equivale ao medo de encarar os crimes e a cumplicidade com a dialética negativa de uma instituição que prospera na inércia histórica, em que nada mudará se não mudarem as convicções petrificadas sobre a essência nacional. Sem a verdade dos fatos não se pode conhecer a posição real das Forças no jogo democrático. Hoje, uma releitura do Hino da Independência colocaria no lugar do domínio luso a anacrônica e armada colonização interna. Longe vá, temor civil.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Ninguém vai a lugar nenhum

O óbvio na guerra parece ter se tornado confuso

Manoela Miklos e Anita Efraim
Diretora-executiva do Instituto Brasil-Israel
Coordenadora de comunicação do Instituto Brasil-Israel

A curiosidade e o humor são os dois melhores antídotos de primeira linha para o fanatismo. Fanáticos não têm senso de humor e raramente são curiosos. É o que diz o escritor israelense Amos Oz. O humor e a curiosidade corroem as bases de qualquer fanatismo ao trazer à baila o riso e o risco. Juntos, o riso e o risco tornam a vulnerabilidade uma condição menos sofrida, quiçá simpática. E, com isso, tornam-se alicerces de uma reflexão sobre a dor que acolhe, em vez de alienar. Que conecta quem impõe e quem sente. Por isso a curiosidade e o humor sempre foram as estratégias mais eficientes de sobrevivência e coexistência dos judeus progressistas no mundo todo.

Neste domingo (7) completam-se seis meses desde que o grupo terrorista Hamas invadiu Israel, sequestrou mais de 250 e matou cerca de 1.200. O que se seguiu foi uma ofensiva militar intensa que já deixou mais de 30 mil mortos na Faixa de Gaza, de acordo com o Hamas, incluindo uma grande quantidade de civis. No Brasil, judeus progressistas se sentem sozinhos assistindo à apropriação de símbolos ligados ao Estado de Israel por uma certa direita e escutando falas erráticas, por vezes antissemitas, de lideranças de uma certa esquerda. A guerra e tais desgostos arrancaram o riso da gente. Além disso, sofremos nas mão de fanáticos de todos os tipos que, desprovidos de curiosidade, repetem generalizações equivocadas de novo e de novo para, com isso, alabirintar o debate público.

A radicalização e o fanatismo promovem a falsa ideia de que estamos diante de uma guerra entre civilização e barbárie —seja qual for o lado dos civilizados e qual for o dos bárbaros. Também é vista por toda parte a ideia de que o problema só será resolvido com o aniquilamento do outro lado. Como se, para o conflito acabar, alguém tivesse de deixar sua casa ou morrer por ela.

São ideias inviáveis e, sobretudo, horríveis. Nenhum dos povos, nem israelense, nem palestino, vai a qualquer lugar. Não devem ir. O pedaço de terra que está em disputa é casa de ambos. Tragicamente, o óbvio parece ter se tornado confuso. Quem defende a coexistência tem que disputar holofotes com fanáticos. Nessa briga, temos perdido exatamente porque a guerra sequestrou nossas melhores armas —a curiosidade e o humor. Sem eles, podemos pouco, e os fanáticos vão à forra.

Nas redes, tudo isso é amplificado e se perpetua. Os algoritmos vivem do abuso e do absurdo. Generalizações funcionam sempre e a ironia —filha da curiosidade e do humor— sempre fracassa. O pensamento binário que a internet dita torna cada vez mais difícil a vida de progressistas, moderados e pacifistas. Faz parecer impossível que exista alguém a favor de um Estado palestino que, ao mesmo tempo, condene o Hamas. Ou alguém que acredite nas mulheres israelenses vítimas de abusos sexuais e, ao mesmo tempo, condene as decisões militares de Israel.

Na internet, todo judeu é sionista, e todo sionista é genocida. Todo judeu é Binyamin Netanyahu. É como se um judeu, interessado no bem viver de seus filhos, seja visto como incapaz de considerar o bem-estar das crianças palestinas. Nós, na internet, não existimos.

Frente às tantas vidas ceifadas e à destruição, trabalhamos por uma paz duradoura. Pela autodeterminação. Por um Brasil que ofereça ajuda decisiva na construção desse futuro. Por conversas que partam do princípio de que há uma ligação visceral entre dois povos que moram na mesma terra e precisam dividir o chão como quem divide o pão.

De um lado, há o Hamas. Um grupo que usa o terror contra israelenses e contra o próprio povo palestino. Palestinos sob o jugo do Hamas têm medo até de demonstrar seu medo, e muita gente chama isso de "resistência" e "libertação". Do outro, um governo de extrema direita em Israel finge não ver as enormes manifestações que o questionam e ganha toda vez que judeus progressistas sucumbem à exaustão e à solidão e domam sua curiosidade e seu humor, lá e cá. Nenhum desses lados é o lado do judeu progressista que sobreviveu aos fanáticos com sua curiosidade e seu humor.

Sem a curiosidade e o humor, quase invisíveis nas redes, muitos judeus progressistas brasileiros experienciam este 7 de abril em compasso de espera. Angustiados e solitários. Certos de que, em Israel, ninguém vai ou deveria ir a lugar nenhum, fazemos o que conseguimos. Carregamos o desejo fundo de que a guerra acabe e que esse desfecho chegue logo. Para que cessem as mortes. Para que seja possível um futuro em que todos na região possam viver uma vida bem vivida. Para que o fanatismo volte para as franjas da política, como deve ser.

Martin Kovensky

Diante de Gaza

Impressão é que tudo virou absurdamente ridículo

Tiago Ferro
Escritor, crítico literário e autor de 'O Seu Terrível Abraço' e 'O Pai da Menina Morta', vencedor do Prêmio Jabuti 2019 (ambos pela editora Todavia)

É ridículo o esforço diário para se manter informado sobre eleições na Rússia, inteligência artificial, as declarações do Alexandre de Moraes, o livro novo da Annie Ernaux, a provável volta de Donald Trump e o filme "Oppenheimer". Tudo isso gera um sentimento de engajamento, de estar participando... Mas exatamente do quê?

Sobre as onipresentes redes, é ridículo se solidarizar com os moradores de rua compartilhando o vídeo que viralizou no Instagram com agressões cometidas por PMs, mas mudar de calçada quando vê uma família acampada no caminho ou um "noia" todo mijado em frente ao restaurante da moda ao lado do Copan, no centro de São Paulo. O engajamento por meio de hashtags e abaixo-assinados online só serve para limpar a própria consciência. Não muda nada.

É ridículo comprar alimentos orgânicos na feira do MST na Vila Madalena e chamar um Uber no aplicativo do iPhone porque é muita coisa para carregar. Na verdade, o ridículo dessa situação é acreditar que ao comprar meia dúzia de batatas e não sei mais o quê se está, de fato, fazendo algo pela justiça social no campo.

Também é ridículo ler o James Baldwin ou o Frantz Fanon e achar que está do mesmo lado dos jovens pretos da periferia que vêm sendo chacinados desde sempre pela PM paulista. É claro que vale a pena entender o papel de cada um na construção de uma sociedade obscenamente racista —o problema é extrapolar isso tudo e esconder o próprio privilégio, que jamais desaparece. Não, não dá para sentir na pele a precariedade da moradia na capital ao almoçar num domingo de sol na Ocupação 9 de Julho.

É ridículo discutir se a festinha de São João na escolinha construtivista do filho celebra ou não o colonizador enquanto os indígenas no Xingu são assassinados pelas mesmas forças econômicas que garantem o sorriso sincero do nosso ministro Haddad anunciando o crescimento do país e sua volta ao grupo das dez maiores economias do mundo.

É ridículo insistir que a esquerda não morreu e que é preciso apoiar o governo Lula, haja o que houver, porque é a única forma de garantir que a direita não volte ao poder. Ela vai voltar. Este é um país que se entregou de vez ao fascismo. A direita é violenta, ignorante e covarde, mas organizada e disposta a ir às últimas consequências. Talvez a sensação de que tudo virou absurdamente ridículo venha do confronto com essa força brutal, que sempre esteve aí, mas um pouco camuflada. A gente é que se fazia de desentendido e seguia com a conversa meio ingênua, meio cínica sobre a construção de um país justo e desenvolvido para todos.

É bonito continuar se emocionando com as canções do Pixinguinha e do Chico Buarque, com uma boa feijoada com caipirinha, com "A Hora da Estrela", da Clarice, com um drible desconcertante do Garrincha e com os filmes do Glauber. Só é preciso aceitar que isso tudo não muda absolutamente nada.

É duro, mas é necessário assumir que o Brasil de hoje é feito de cultos bregas em igrejas cafonas, música sertaneja no último volume, machões imbrocháveis, estandes de tiro e muito, mas muito agro. O país do futuro chegou, gostemos ou não.

Tenho 47 anos e sinto que a minha vida se tornou uma enorme piada de mau gosto. Desconfio que nem sempre foi assim. Mas pouco importa: diante de Gaza, tudo é ridículo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Captura de fugitivos

O Congresso desvia bilhões dos cofres públicos com emendas fictícias e auxílios, e a imprensa fica calada ("Governo gastou R$ 6 milhões para recapturar fugitivos do presídio de Mossoró", Cotidiano, 6/4)!
Carlos Augusto (Carpina, PE)

*

Iam prender os fugitivos a pé? Se não prendem, o custo seria maior. Prenderam e mostraram ao crime organizado que não adianta fugir.
Vanilda Oliveira (Santo André, SP)

*

R$ 6 mi? Que dinheiro mal gasto!
Flavia Sá (Brasília, DF)

'Tô nem aí'

Aos eleitores raivosos do governador de São Paulo, recomendo que se lembrem de que vivemos (ou tentamos viver) sob patamares civilizatórios razoáveis e de que nenhuma polícia está liberada para matar ("Mortes da PM na Baixada Santista recomeçaram após 'tô nem aí' de Tarcísio", Cotidiano, 6/4).
Cecília Rangel (Brasília, DF)

*

Não associem Tarcísio de Freitas à barbárie. O povo reconhece sua luta contra o crime. E a PM baiana?
Florentino Fernandes Junior (Belo Horizonte, MG)

Sem luz

A justificativa de "furto de cabos"... Sei não ("Ruas da região central de São Paulo voltam a sofrer com falta de energia", Cotidiano, 6/4). O anel de baixa tensão da região central de São Paulo não tem "cabinhos" que podem ser colocados no bolso após o furto. São cabos de bitolas consideráveis, não tão fáceis de serem furtados. Enel, inventa outra.
Ricardo C. de Araujo (Taboão da Serra, SP)

Ailton Krenak

Krenak é ótimo, e a sua obra "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" é maravilhosa ("Ailton Krenak toma posse na ABL e diz que sua eleição é uma 'virada de página'", Ilustrada, 6/4). O problema é a ABL. Tem um presidente que nem sequer tem uma obra relevante publicada. Na comunicação oral, é um desastre. Parece estar na ABL de favor.
João Cellos (Curitiba, PR)

Banca de heteroidentificação

Justiça feita ("Justiça dá 72 horas para USP matricular em medicina jovem que não foi considerado pardo", Cotidiano, 6/4)!
Yamara Lopes (São Paulo, SP)

*

O critério deve ir além do óbvio: reserva de vagas para escola pública ("Cotas no ensino superior têm apoio de 83%, mas critério racial divide população, diz Datafolha", Educação, 6/4). Ok, sabem que nas grandes universidades públicas a maioria dos que entram sob tal critério fez colégios técnicos ou institutos federais? Que já têm sistemas de seleção e pegam alunos de classe média. Os alunos pobres mesmo, de escola pública estadual precária, acabam não tendo a menor chance!
Felipe Araújo Braga (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MERCADO (5.ABR, PÁG. 4) Diferentemente do afirmado na reportagem "Supremo libera empresas de juros e multas após dar aval a cobrança retroativa da CSLL", a corte liberou as empresas apenas do pagamento de multas, não do pagamento de multas e juros em razão do não recolhimento da CSLL desde 2007.

ASSUNTO PARA VOCÊ, LEITOR(A) DA FOLHA, A MONOGAMIA ESTÁ ULTRAPASSADA?

Relacionamentos não monogâmicos são "tendência" em bolhas bastante específicas da sociedade, especialmente naquelas em que há mais estudo, mais riqueza e uma propensão maior a aderir a ideias progressistas. Isso, porém, não invalida os relacionamentos. Seja com três, quatro ou mais pessoas, desde que não haja prejuízo a terceiros além dos envolvidos, não há motivo para haver resistência.
Guilherme Neves (Recife, PE)

*

Não está ultrapassada. Mas, sim, é super possível se apaixonar por mais de uma pessoa.
Amanda Truss (Londrina, PR)

*

Não, apesar de ser possível se apaixonar por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, a monogamia, na prática, é o que tem de mais fácil de se administrar no dia a dia. Apesar de ser muito pregada, no final das contas as pessoas terminam se traindo muito, mas é bem conveniente ser monogâmico para questões de administração da casa, filhos, pets etc.
Gabriela Rodrigues Barbosa (Belo Horizonte, MG)

*

Não sei se a monogamia está ultrapassada, mas é fato que, entre os mais jovens, há uma aparente tolerância em relação ao poliamor e suas nuances.
Carlos Henrique de Oliveira (Itupeva, SP)

*

A monogamia é extremamente importante para a coesão social e deve ser incentivada. Sociedades em que a não monogamia é a norma são mais sexistas e violentas.
João Álvares (São Paulo, SP)

*

Acho que é possível a gente se apaixonar por várias pessoas, acredito na multiplicidade do amor. Faz parte da natureza humana a gente conhecer vários corpos.
Igor de Brito Martins (Caruaru, PE)

*

Não diria ultrapassada, mas legitimamente problematizada.
Bruno Biasi (São Paulo, SP)

*

O que está ficando ultrapassado é a capacidade de criar vínculos consistentes e significativos, independente se é monogâmico ou não.
Wender Santos (São Paulo, SP)

*

Não está ultrapassada. Impossível se apaixonar por mais de uma pessoa. Um pode ser amor, o outro é só amizade com requintes de paixão, mas é passageiro.
Solange Mara Gonçalves (Pontal do Paraná, PR)

*

Eu não me importo que a poligamia seja normalizada com o tempo, mas seria mais saudável se relacionar apenas com uma pessoa em vez de ter de prestar atenção em muitas outras ao mesmo tempo.
Osnir Soares Rebouças (Guajará-Mirim, RO)

*

Também penso que é possível se apaixonar por mais de uma pessoa, porém, se temos projetos e sonhos para realizar com quem vivemos, por que sucumbir a essa paixão?
Ana Cláudia Kirsch (Porto Alegre, RS)

*

Ultrapassada não, mas acho que cada um tem seu jeito. O errado é ter a monogamia como norma e isso, sim, está ultrapassado. E ter leis e direitos baseados no casamento e a cultura em geral, o que gera bizarrices.
Diogo Monteiro do Amaral (São Paulo, SP)

*

A monogamia segue adiante, mas só quando o casal está bem, sem obrigação de continuar por questões religiosas e sociais. A poligamia deve ser flexibilizada, e a separação deixar de ser uma tragédia para se tornar uma opção/decisão como outra qualquer.
Mario Costa (Blumenau, SC)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Plano B

A dificuldade em obter aval para exploração da Foz do Amazonas levou a Petrobras a intensificar sua internacionalização, com conversas avançadas com países africanos e previsão de investir US$ 4 bilhões na Colômbia. O Plano Estratégico 2024-2028 menciona aporte de US$ 3,1 bilhões na Margem Equatorial até 2028, com perfuração de 16 poços. A prioridade era explorar a área, mas a mudança de rota se fez necessária diante dos entraves para atuar na região, segundo um integrante da companhia.

NOVO HORIZONTE Há negociações em curso com São Tomé e Príncipe, Angola e Namíbia. Um parceiro considerado interessante, mas que enfrenta resistência, é a Venezuela. O país tem muito óleo, o que geraria receitas elevadas, mas o risco é tido como excessivo —regulatório e para a imagem da Petrobras, diante das notícias negativas que cercam o país vizinho.

FACILITADORA A tesoureira do PT, Gleide Andrade, tem atuado como intermediária na liberação de recursos e ações do governo federal para cidades de Minas Gerais, sua base política. Na segunda-feira (1º), postou nas redes sociais que garantiu nova unidade de instituto federal para Bom Despacho, ao lado do pré-candidato do PT a prefeito. Duas semanas antes, anunciou em Divinópolis investimentos em saúde, incluindo R$ 2 milhões para a compra de um aparelho para radioterapia.

MÃO NA MASSA Figura em ascensão no PT, a tesoureira não tem mandato, mas demonstra nas redes ter bastante acesso a membros do governo Lula. Gleide foi candidata a deputada federal em 2022 e ficou na suplência. Ela pretende repetir a dose em 2026. Ao Painel, diz que sempre fez política, muito antes de ser tesoureira. "Eu não sou apenas uma burocrata, eu faço parte de um projeto e é legítimo que tenha atuação política. Quero ajudar os municípios da minha região", afirma.

TELE-CPI O vereador Rubinho Nunes (União Brasil-SP) encomendou pesquisa a respeito da CPI que ele tenta instalar na Câmara e que mira o padre Júlio Lancellotti. Pesquisadores telefonam para cidadãos perguntando se conhecem a comissão, se acham que o religioso é culpado e se sabem qual vereador que propõe a investigação. Rubinho quer usar os dados para conseguir o apoio de colegas à instalação da CPI.

FRENTE ESTREITA Os presidentes das centrais sindicais falam em desconforto com o fato de Lula ter convidado apenas a CUT para participar de reunião neste sábado (6). "Existe uma assessoria que não valoriza a ação conjunta que elegeu o Lula", afirma Miguel Torres, da Força Sindical. "A eleição do Lula foi com todas as centrais. Ele não foi eleito pela CUT nem pelo PT", afirma Ricardo Patah, da UGT.

PROSA O governo afirmou à coluna que foi um encontro informal com líderes de movimentos sociais, e que se fosse uma conversa sobre temas relacionados às centrais, elas teriam sido chamadas.

NOVOS TEMPOS O Conselho Superior do Ministério Público Federal criou na terça (2) grupos de combate ao crime organizado e ao tráfico internacional de pessoas. Também foi montada estrutura de combate a crimes cibernéticos, que dará suporte aos procuradores responsáveis por investigações para identificar, prevenir e reprimir esse tipo de delito.

APITO O Ministério Público Federal instaurou inquérito para apurar a recusa de cartórios do Acre de registrarem indígenas com nomes em suas línguas tradicionais. Denúncias foram feitas por indígenas dos municípios de Assis Brasil, Feijó e Tarauacá, de etnias como a huni kuin. O MPF deu 15 dias para que os cartórios informem as medidas que adotaram para mudar a prática.

REFORÇO Ex-ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), José Carlos Dias decidiu se juntar à pré-campanha de Guilherme Boulos (PSOL) à Prefeitura de SP. O advogado discursou na plenária de direitos humanos da pré-campanha neste sábado (6) e participará da elaboração do programa de governo.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O ministro da Justiça, **Ricardo Lewandowski**, que ganha fôlego com a recaptura dos fugitivos do presídio de Mossoró (RN) e pode se concentrar em outras pautas de sua pasta.

PERDEDOR DA SEMANA
O presidente da Petrobras, **Jean Paul Prates**, em processo acelerado de fritura e com substituto já praticamente anunciado (Aloizio Mercadante).

FIQUE DE OLHO
Congresso retorna ao trabalho após semana de folga; TRE do Paraná deve decidir sobre cassação do senador **Sergio Moro**.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

Máquinas pesadas distribuídas pela estatal Codevasf via emendas parlamentares Codevasf/Divulgação

Congressistas escolhem empresas a dedo para receber verbas de estatal

Ofícios fazem menção a fornecedoras que devem ser beneficiadas com emendas; Codevasf diz atender a pedidos de acordo com lei

Flávio Ferreira e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Políticos escolhem a dedo as empresas que vão receber o dinheiro de suas emendas parlamentares no momento de indicar à estatal Codevasf, controlada pelo centrão, a destinação de máquinas, equipamentos ou serviços, o que revela risco de favorecimento a fornecedoras.

O apontamento chega a ocorrer com menção direta às empresas, conforme ofícios encaminhados à Codevasf e identificados pela **Folha**. Em outros casos, é indireta, quando o congressista aponta uma espécie de "contrato guarda-chuva" assinado com as fornecedoras.

Na estatal os políticos podem saber de antemão quais serão as empresas que fornecerão os produtos ou serviços, uma vez que suas escolhas ocorrem dentro dos contratos "guarda-chuva" em vigor. A empresa diz seguir a lei.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) foi criada para promover projetos de irrigação no semiárido, mas transformada em uma espécie de loja para os políticos no governo Jair Bolsonaro (PL), sendo mantida assim na gestão Lula (PT).

Especialistas dizem que o fato de os políticos terem como saber quais serão as empresas que fornecerão os produtos ou serviços configura indício de ilegalidade e pode violar a impessoalidade na administração pública.

Na prática, os deputados e senadores usam a estatal como se tivessem um "cartão pré-pago" para movimentar dinheiro público e direcionar doações e serviços para seus redutos eleitorais sem qualquer critério técnico.

Os políticos colocam as verbas na Codevasf e depois vão usando os recursos aos poucos, até que o valor de suas emendas parlamentares se esgote em cada ano.

Essas situações foram identificadas pela **Folha** a partir da análise de mais de 2.000 ofícios encaminhados por deputados e senadores à estatal entre 2018 e 2023, obtidos via LAI (Lei de Acesso à Informação).

As operações feitas pelo ministro das Comunicações, Juscelino Filho, na época deputado federal, exemplificam o mecanismo dentro do órgão.

Em ofício de agosto de 2022, ele apontou expressamente à Codevasf os nomes das empresas fornecedoras dos produtos que ele escolheu para entrega em seus redutos eleitorais.

Dois dos itens tiveram como favorecida a Prefeitura de Vitorino Freire (MA), governada pela irmã de Juscelino, Luanna Rezende (União Brasil-MA).

No ofício, o então deputado pediu à Codevasf que usasse "contratos guarda-chuva" assinados com as empresas Fortlev, para destinação de 40 caixas d'água de 500 litros, e pela PH Barros Santana Comércio, para fornecimento de 25 motores de rabeta.

A reportagem também encontrou casos em que os congressistas citam máquinas da empresa chinesa XCMG.

Ofício assinado pelo então deputado Fábio Reis (MDB-SE), relativo a emenda de bancada do Sergipe, por exemplo, relacionou duas retroescavadeiras da XCMG, avaliadas no total de R$ 491 mil.

Em 2022, o também então deputado Osires Damaso (PSD-TO) cita em ofícios cidades beneficiárias de doações de motoniveladoras da marca, também em caso de emenda de bancada.

Damaso e Reis não cumprem mandato atualmente.

Ofícios dos políticos mostram com detalhes como os congressistas manejam as verbas públicas calculando o saldo em conta.

O deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) enviou ofício em outubro de 2022 à regional da Codevasf em Juazeiro (BA) para solicitar que o "saldo financeiro resultante das licitações realizadas para o cumprimento da emenda" de sua autoria, de cerca de R$ 30 mil, fosse convertido na aquisição de caixas d'água de 5.000 litros.

No fim do documento, um quadro aponta o saldo final de sua emenda: R$ 454,79.

O hoje ministro Juscelino, em seu tempo de congressista, encaminhou ofício à Codevasf para pedir que uma "sobra" de R$ 72 mil de uma emenda dele fosse somada a um recurso de cerca de R$ 1,8 milhão para a compra de máquinas e equipamentos a serem distribuídos a seus redutos eleitorais.

Na mensagem, Juscelino afirmou que para elaborar o requerimento estava de "posse dos novos valores das atas de registro de preços".

Ata de registro de preços é o nome técnico do contrato "guarda-chuva" usado na Codevasf. Nas atas as empresas se comprometem a fechar um preço para o fornecimento de uma determinada quantia de bens ou serviços. Ou seja, ao pedir o uso de uma ata de registro de preço da estatal, o deputado ou senador já sabe qual é a empresa que será favorecida com a indicação de sua emenda parlamentar.

O professor de direito administrativo da PUC-SP Pedro Estevam Serrano disse que "há fortes indícios de agressão aos princípios da impessoalidade, igualdade e moralidade administrativa".

> **"A escolha de uma ata específica, com uma empresa específica, é decisão que extrapola a competência do congressista e favorece a violação dos princípios da administração pública**
>
> **Roberto Lambauer**
> mestre em direito público pela PUC-SP

Companhia diz que compras são lícitas e que faz análise técnica

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que segue a lei e que as as atas de registro de preços são públicas. "Nos ofícios, a companhia considera apenas as características e finalidades dos bens indicados. Os itens apresentados para atendimento das demandas parlamentares serão aqueles disponíveis em atas de registro de preços da Codevasf vigentes na unidade da federação em que os beneficiários estiverem localizados", disse a empresa.

A estatal afirmou ainda que, quando os bens indicados pelos parlamentares consomem valores inferiores aos estimados, o remanescente é utilizado em novas ações. A empresa diz que todos os projetos são precedidos de estudos e análises de adequação técnica.

Juscelino Filho afirmou que as emendas são instrumentos legais e que os ofícios enviados à Codevasf mostram a transparência da relação, não havendo qualquer ilegalidade.

"As atas de registro de preços cumprem ritos determinados pela legislação, que inclui total transparência e ampla participação de qualquer empresa —portanto, não há como alegar direcionamento, visto que as empresas foram contratadas após ampla concorrência", afirmou.

A assessoria de Félix Mendonça Júnior afirmou que todas as suas ações relativas às emendas estão em conformidade com a lei.

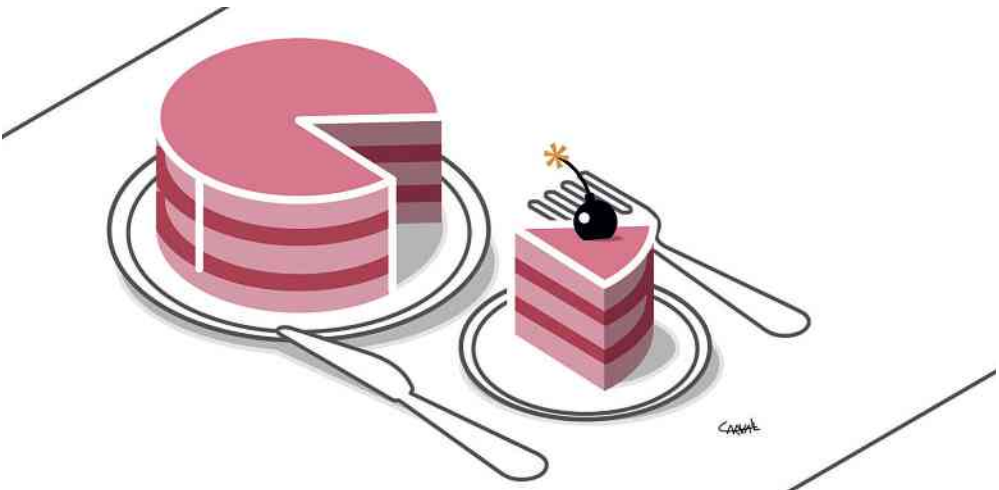
A **Folha** não localizou Osires Damaso e Fábio Reis.

A reportagem também entrou em contato com as empresas citadas. A Fortlev afirmou que foi regularmente habilitada no processo após concorrer com diversas empresas, que não possui relacionamento com políticos e que é apartidária.

A XCMG não se manifestou, e a reportagem não localizou nenhum responsável pela PH Barros Santana Comércio.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Como esconder um furo

Folha publica o fato da semana, mas o esnoba no combalido jornal impresso

José Henrique Mariante

*Em meados do ano passado, a coluna criticava o excessivo fatiamento do noticiário na **Folha**, característico do jornalismo atual, que se esgueira por qualquer fresta em busca de audiência. A prática ganha corpo e sofisticação, mostrou o jornal na última semana.*

A começar pelo aniversário do golpe de 1964, marcado por série de reportagens, uma em muitas que o jornal mantém neste momento, e pesquisa Datafolha. Vários títulos para o levantamento: 63% são contra anistia a responsáveis pelo 8/1; 65% acham que foi vandalismo; 37% aprovam Moraes; 55% dizem que Bolsonaro quis dar um golpe; 63%, que o 31 de Março deve ser desprezado; 71%, que democracia é a melhor forma de governo; 53% descartam nova ditadura; 59% acham que Lula fez bem ao vetar atos sobre os 60 anos do início da ditadura militar. Um dia e meio de manchetes e pushes no celular, que, ao fim do ciclo, já soavam redundantes.

Tal sensação era menor na versão impressa de domingo (31), em que a edição, capitaneada por um editorial de registro histórico, reunia e concatenava as informações. No site, fragmentação. Havia um diagnóstico a ser feito e debatido, mas é como se o jornal preferisse listar os resultados do exame de sangue, não o que significam para o paciente.

*Algo mais orgânico ajudaria a leitura e a avaliação do momento do país, porém a imprensa, não apenas a **Folha**, parece não conseguir abdicar da ideia de noticiar em compartimentos. Se sua fatia não vier com a cereja, paciência.*

Mas a semana era de terremotos, e 1964 virou história rapidamente. O grande fato na imprensa, com repercussão em diversos veículos e reflexos importantes nos mercados, foi a entrevista do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, aos repórteres Fábio Pupo e João Gabriel. "Silveira reconhece conflito com presidente da Petrobras e diz não abrir mão de autoridade; veja vídeo" foi o título que habitou o site do jornal durante boa parte da quarta-feira (3). Uma paulada em Jean Paul Prates, que derrubou as ações da Petrobras e suscitou temores de intervenção na empresa e na política de preços dos combustíveis, para ficar na primeira camada da altercação.

*Silveira fala muito e não economizou assuntos na conversa com a **Folha**. Decretou que o Brasil vai explorar petróleo enquanto for pobre, ou seja, até não poder mais; que cogita rediscutir o "fracking", um método violento de obtenção de gás, muito criticado por ambientalistas; que vai propor alterações nos contratos de empresas de energia a partir do caso Enel em São Paulo. Tudo isso, é claro, porcionado, desta vez em estratégia acertada.*

*A coisa foi bem até a confecção do impresso. Aquele primeiro título, o mais forte, que ocuparia o jornalismo nacional pelos dias seguintes, com diversas citações à **Folha**, simplesmente sumiu. Não estava na Primeira Página nem na interna de Mercado. O conteúdo foi embutido em uma versão da entrevista, que abria com a discutível visão do ministro sobre transição energética.*

*A capa do jornal ignorou também um desenvolvimento da novela, um pedido de audiência que Prates fez a Lula, outra revelação da **Folha** a campear nas páginas da concorrência, publicada na coluna Mônica Bergamo. Como notícia se impõe, o equívoco foi superado nas duas edições seguintes, em que as manchetes do jornal se ocuparam do presidente e da crise fabricada.*

*A dúvida que fica é se a **Folha** acreditou que sua primeira fatia de informação, a mais importante, perderia força no dia seguinte ou se projetou seu impresso como uma espécie de prosseguimento da edição do site. Em qualquer hipótese, falhou ao não perceber ou respeitar a hierarquização dos eventos em todas suas plataformas.*

Leitores do impresso certamente engordarão a crítica com outros episódios de omissão, como, por exemplo, a não publicação até hoje no papel de que R$ 82 milhões de Paulo Maluf bloqueados na Suíça foram repatriados em março.

Se o jornal não consegue deixar de retalhar seu conteúdo, que ao menos consiga dar luz ao que mais interessa. Ser corrigido pelos fatos acontece, mas não é bom sinal.

No meio da confusão

Wilson Gomes faz diagnósticos precisos sobre o país. Sua última coluna pergunta por que o debate público parece cada vez mais caótico. Politizamos tudo e misturamos práticas políticas. "Há, sim, discussão política como habitualmente se faz, mas isso é quase nada diante da quantidade de temas, propósitos e atores que colidem entre si numa intensidade sem precedentes", escreve.

O ombudsman pega carona e indaga o quanto a imprensa e a mídia contribuem para tamanha confusão, o quanto estamos nos atendo ao debate público legítimo, se é que podemos nos ater apenas a ele, se é que nossa sobrevivência ainda permite tal opção. Fragmentar o noticiário aumenta o ruído, o que quase nunca informa.

Lula escala ministros para receber líderes evangélicos em meio a crise

Religiosos temem ataques de bolsonaristas; presidente modulou discurso e citou 'Deus'

Marianna Holanda, Renato Machado e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo Lula (PT) vai mobilizar a Esplanada dos Ministérios na missão de reagir contra a crise de popularidade entre os religiosos. Ministros de diferentes áreas serão escalados para reuniões com líderes evangélicos.

Esses encontros fazem parte da tentativa de diminuir a resistência desse setor da sociedade com o governo. A expectativa, segundo interlocutores de Lula, é a de que as agendas sirvam também como uma antessala para eventuais encontros do próprio presidente com lideranças de grandes igrejas.

Uma primeira reunião já está encaminhada, segundo integrantes do governo. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, deve encontrar lideranças religiosas ainda neste mês.

Em fevereiro, a pasta comandada por Nísia esteve no centro de desgaste com grupos religiosos devido a uma nota técnica sobre procedimentos de aborto legal. O ato acabou tendo seus efeitos suspensos após pressão de bolsonaristas.

Além de Nísia, devem receber evangélicos os ministros Camilo Santana (Educação), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Silvio Almeida (Direitos Humanos) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência).

Os nomes desses religiosos, contudo, são mantidos sob estrito sigilo. Há um temor de que bolsonaristas, hoje preponderantes no mundo evangélico, possam promover uma fritura antes mesmo de que a iniciativa se concretize.

Também não há pauta específica. A escolha dos ministérios visitados vem sendo feita em conjunto entre os aliados do presidente e representantes evangélicos.

A avaliação de lideranças evangélicas aliadas do governo é a de que ainda faltam gestos. Mesmo o apoio de governistas na Câmara à PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia a imunidade tributária a igrejas é considerado insuficiente para angariar apoio nas cúpulas das igrejas, que mantêm conexão diária com importante parcela da população.

A realidade apareceu na última pesquisa do Datafolha: 33% consideram a gestão ruim ou péssima, contra 30% na pesquisa anterior, demonstrando oscilação negativa. Um recorte específico junto ao público evangélico mostra que a reprovação, antes de 38% em dezembro, subiu no terceiro mês de 2024 para 43%.

Uma liderança religiosa, reservadamente, traduziu o levantamento: a maioria dos evangélicos não se importa se a economia está indo bem, mas quer saber de princípios e valores cristãos.

O diagnóstico de interlocutores de Lula é o de que o chefe do Executivo é, sim, "um homem de fé". Precisaria deixar mais claro, no entanto, a influência cristã na sua vida.

Esse movimento, segundo relatos, não passaria por instrumentalizar a religião, tampouco misturá-la com política — o que o presidente buscaria ao evitar falar do tema publicamente.

O presidente Lula (PT) durante cerimônia para anúncio de investimentos do governo federal no estado do Rio de Janeiro Eduardo Anizelli - 27.mar.24/Folhapress

> "É uma falsa polêmica. O presidente Lula nunca foi adversário, sempre trabalhou pela tolerância religiosa, ampla, geral e irrestrita
>
> **Marco Aurélio Carvalho**
> coordenador do grupo Prerrogativas e interlocutor do governo federal com líderes evangélicos

A iniciativa das reuniões com integrantes do primeiro escalão do governo Lula é uma das consequências de um alerta feito por aliados do segmento evangélico há cerca de 15 dias.

Eles levaram o recado de que, nessa toada, a tendência é de piora nas pesquisas e poderá ficar tarde demais para uma aproximação.

A conversa levou a uma inflexão no núcleo do governo. Lula até aqui tinha resistência em fazer uma comunicação mais segmentada, até que, na última quinta (4), fez um discurso em que repetiu as palavras "Deus" ou "milagre" uma vez por minuto em discurso em Pernambuco. A fala foi feita de improviso, mas ocorreu após conversas com aliados.

Há no entorno de Lula preocupações sobre como as orientações chegam ao presidente. Interlocutores querem passar a mensagem, de forma sutil, de que ele só precisa tornar público algo de religioso já existente nele, sem perder a espontaneidade.

Também no âmbito desse esforço foi lançada a campanha de comunicação "Fé no Brasil", para reforçar o sentimento de esperança com um termo religioso.

Na avaliação de um parlamentar evangélico, esse movimento ajuda na aproximação do segmento com o governo, mas não resolve. O que vai aproximá-lo é não tratar das chamadas pautas de costume, conta o congressista.

Dentre os tabus, aliados evangélicos citaram ainda que o assunto Israel deve ser evitado a todo custo pelo chefe do Executivo. Lula subiu o tom contra o governo israelense no tema da guerra em Gaza, o que incomodou evangélicos, afeitos a Israel.

A modulação do discurso de Lula e a campanha de comunicação geraram críticas entre bolsonaristas. O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ex-presidente da bancada evangélica, classificou o movimento como eleitoreiro. "Ele vai mudar os seus conceitos? Lógico que não. Acabou a era de enganar com os discursos, os evangélicos já estão vacinados", disse.

O pastor Silas Malafaia, aliado de primeira hora do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), também critica. "Ele se tornou mais impopular no mundo evangélico. Então não vai adiantar nada, tá ferrado. A gente vai jantar ele cada vez, porque tá gravado o que falou."

Mais do que uma aversão pessoal a Lula, as posições de Sóstenes e Malafaia expressam um discurso de associar a esquerda e suas pautas como afronta a valores cristãos.

Segundo relatos, os principais interlocutores de Lula com líderes evangélicos hoje são os ministros Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), que é evangélico.

Além desses, o coordenador do grupo de advogados Prerrogativas, Marco Aurélio Carvalho, também participa dessas conversas.

"É uma falsa polêmica. O presidente Lula nunca foi adversário, sempre trabalhou pela tolerância religiosa, ampla, geral e irrestrita. Foi o melhor presidente para a comunidade", disse o advogado.

Já Messias, questionado se Lula deve se reunir com lideranças evangélicas, respondeu: "A Bíblia fala que há tempo para tudo debaixo do sol. Vamos aguardar o tempo de Deus. Eu estou em oração por isso".

INÊS 249

Unimed APRESENTA

EstúdioFOLHA

Unimed amplia em 11% a oferta de assistência aos brasileiros

Cooperativas médicas asseguraram a seus clientes cobertura de mais de 631 milhões de procedimentos em 2023

Acervo/Unimed Vitória

Médica cooperada em atendimento na Unimed Vitória

O sistema de cooperativas Unimed, líder do setor de saúde suplementar no país, realizou mais de 631 milhões de procedimentos médico-hospitalares em 2023. A oferta de consultas, exames, atendimentos de urgência e emergência, internações, terapias e sessões com equipe multidisciplinar cresceu 11% na comparação com o ano anterior.

O salto na cobertura reflete o crescimento da carteira de beneficiários, na casa de 2% no último ano, e também o aumento na busca por serviços. O estudo feito pela Unimed do Brasil, confederação que representa o sistema, consolida a produção assistencial de 267 operadoras da marca, com base nos dados enviados à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

"São números que evidenciam nosso compromisso. Trabalhamos para que cada vez mais brasileiros tenham acesso à saúde com qualidade e segurança", afirma o presidente da entidade, Omar Abujamra Junior. A conclusão do relatório coincide com o Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril. O tema deste ano, escolhido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), é "Minha saúde, meu direito".

O Sistema Unimed é responsável pelo cuidado de mais de 20 milhões de pessoas, o que representa cerca de 10% da população brasileira. "Por sermos o único modelo do setor organizado a partir do trabalho médico, a qualidade assistencial e o foco no paciente estão no centro do nossa atuação", explica o presidente. "Isso baliza nossos investimentos e a presença em 9 de cada 10 cidades brasileiras, contribuindo para interiorizar a medicina de qualidade", completa.

Pela oferta de serviços no último ano, o Sistema Unimed repassou R$ 87 bilhões aos consultórios dos médicos cooperados e aos mais de 30 mil estabelecimentos de saúde que formam sua rede assistencial. O valor é 18% maior que o registrado em 2022. "Tão importante quanto acompanhar o volume de atendimentos prestados", pondera Abujamra, "é assegurar que os beneficiários tenham acesso aos serviços necessários e adequados a seu perfil de saúde, no tempo certo e sem desperdícios".

Para isso, as cooperativas Unimed lideram o investimento do setor em programas para organizar a jornada assistencial, coordenando as diferentes etapas de cuidado. Estão em andamento 411 programas de promoção da saúde e prevenção de doenças, 30% deles focados no acompanhamento de pacientes crônicos e na saúde de idosos. Além disso, a Unimed mantém 96 iniciativas de Atenção Primária à Saúde em todo o país.

Outro investimento é engajar os clientes na melhoria do estilo de vida. Campanhas e atividades em espaços públicos chegam também às comunidades, como corridas de rua, circuitos esportivos, academias ao ar livre e estações de bicicletas. "Desde 2017, nosso Movimento Mude1Hábito, que aborda a alimentação balanceada, os exercícios físicos e o bem-estar mental, já impactou 19 milhões de pessoas, direta e indiretamente", cita Abujamra.

A experiência acumulada tem rendido reconhecimentos. O Sistema Unimed é destaque, ano após ano, na avaliação oficial da agência reguladora, o IDSS (Índice de Desempenho da Saúde Suplementar). Das 25 operadoras médico-hospitalares que obtiveram nota máxima na avaliação de 2023, 20 são Unimed. Além disso, 234 operações do sistema estão classificadas nas duas melhores faixas de desempenho.

A marca também é destaque em indicadores de qualidade internacionais, como o ranking *The World's Best Hospitals* 2024, publicado pela revista norte-americana *Newsweek*. Entre os 115 melhores hospitais do Brasil, 17 são da rede própria de assistência do Sistema Unimed, em sua maioria em cidades do interior. No total, estão em operação 159 Hospitais Unimed, e a previsão é entregar 17 novas unidades nos próximos três anos.

INOVAÇÃO

Os investimentos em tecnologia e inovação compõem as iniciativas para aprimorar a qualidade assistencial e os processos das cooperativas. Segundo mapeamento do Lab Hub Unimed, mais de 130 *healthtechs* são parceiras do sistema, em frentes como telessaúde, inteligência artificial (IA), internet das coisas, automação e análise de dados.

Na semana passada, o tema reuniu, em São Paulo, mais de mil profissionais de todo o país para atualizações e troca de experiências. Essa foi a quarta edição do Congresso Unimed de Gestão e Inovação em Saúde. Durante o evento foram lançados dois programas nacionais, voltados à aceleração de ideias e à capacitação em IA para as equipes das cooperativas.

"Abordamos como as novas tecnologias transformam a gestão, as práticas assistenciais e a experiência do cliente", afirma Maurício Cerri, superintendente de Tecnologia e Inovação da Unimed do Brasil.

Cerri cita aplicações práticas. "Algumas cooperativas utilizam IA integrada a equipamentos médicos, nos hospitais próprios, para monitorar as condições clínicas do paciente. O recurso detecta, por exemplo, sinais de sepse (infecção) e notifica o posto de enfermagem, o que previne o agravamento do quadro. A IA também auxilia o médico na personalização de medicamentos e na detecção de doenças por exames clínicos ou de imagem", afirma.

O foco é sempre melhorar a qualidade dos serviços, com as pessoas no centro da atenção. "Nosso propósito é promover saúde e qualidade de vida nas cidades onde atuamos, considerando também a sustentabilidade. O caminho viável para ampliarmos o direito à saúde no Brasil é tornar mais efetivo todo esse ecossistema de cuidado, e a tecnologia se mostra importante aliada", conclui Abujamra.

CONHEÇA O SISTEMA UNIMED

COOPERATIVAS POR REGIÃO DO BRASIL

MAIOR SISTEMA DE COOPERATIVAS DE SAÚDE DO MUNDO

340 cooperativas médicas, com gestões autônomas

5.154 municípios

20,5 milhões de beneficiários em planos de saúde e odontológicos

38,5% de participação no mercado nacional de planos de saúde

118 mil médicos cooperados

20% dos médicos em atividade no Brasil são cooperados Unimed

R$ 232 milhões investimentos socioambientais durante a pandemia (2020 a 2022)

30.397 serviços de saúde credenciados

DESTAQUES NA REDE PRÓPRIA:

159 hospitais em operação e outros 17 previstos até 2026

196 acreditações e certificações de qualidade nacionais e internacionais nas unidades próprias

EVOLUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS COBERTOS PELA UNIMED

MAIS SERVIÇOS PARA OS CLIENTES

109 milhões de consultas médicas e de urgência

417 milhões de exames complementares

74 milhões de consultas e sessões com psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e nutricionistas

3,4 milhões de internações hospitalares

R$ 87 bilhões destinados aos médicos cooperados e à rede de serviços de saúde em 2023

Fonte: Unimed do Brasil, com base no Sistema de Informações de Produtos (SIP/ANS)

"Trabalhamos para que cada vez mais brasileiros tenham acesso à saúde com qualidade e segurança. O Sistema Unimed é responsável pelo cuidado de mais de 20 milhões de pessoas, o que representa cerca de 10% da população"

Omar Abujamra Junior, presidente da Unimed do Brasil

O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) deixa seu gabinete no Senado na segunda-feira (1º), quando teve início o julgamento Pedro Ladeira - 1º.abr.24/Folhapress

Caso Moro pode criar precedente para mudança de rota em pré-campanha

Julgamento debate gastos de quando senador mirava Presidência; votos já proferidos divergiram

Renata Galf

SÃO PAULO O julgamento das ações eleitorais que pedem a cassação do mandato de Sergio Moro (União Brasil) deve deixar precedente para candidatos que mudarem de rota em meio à corrida eleitoral, como fez o ex-juiz, que inicialmente postulava a Presidência da República, mas acabou concorrendo a senador.

Um dos debates jurídicos que estão em jogo é o de considerar se despesas realizadas quando se pleiteava um cargo maior podem ser contabilizadas como gastos de pré-campanha a posto menor.

Os dois votos proferidos até o momento no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná sinalizam para direções totalmente distintas. Um entende que os gastos de cada pré-campanha devem ser considerados separadamente. O segundo, que o que importa é o total investido e que candidatos que mudem de cargo disputado devem se atentar a isso.

Outros cinco juízes ainda precisam votar no julgamento, que será retomado nesta segunda-feira (8). Além disso, o desfecho do caso só deve ocorrer no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), dado que as partes têm interesse em recorrer na hipótese de derrota na corte regional.

Movidas por PT e PL, as ações contra Moro argumentam que ele teria se beneficiado com gastos excessivos em pré-campanha e, assim, desequilibrado a disputa ao Senado do Paraná, o que configuraria abuso de poder econômico. Elas listam, por exemplo, os gastos com evento de filiação de Moro ao Podemos em novembro de 2021, quando ele ainda almejava a Presidência.

Candidatos só podem começar a fazer propaganda de fato após 15 de agosto, e as despesas com a campanha não podem ultrapassar o teto de gastos fixado pelo TSE.

Antes da data, atos e eventos políticos são permitidos, desde que não haja pedido explícito de voto. Não há, entretanto, regras que definam o quanto pode ser gasto em pré-campanha ou mesmo a partir de quando despesas podem ser assim contabilizadas.

Sem um limite na lei, a jurisprudência tem buscado estabelecer parâmetros com base no próprio limite de gastos de campanha, mas ainda não há uma resposta definitiva a respeito.

No caso da ação contra Moro, entender se as despesas podem ou não ser somadas tem relevância justamente devido à diferença do limite de gastos para a corrida a cada um dos cargos.

Em 2022, o limite para a campanha presidencial foi de quase R$ 89 milhões só para o primeiro turno, enquanto o da campanha ao Senado do Paraná foi de cerca de R$ 4,4 milhões.

Para o professor de direito eleitoral Volgane Carvalho, o precedente que será fixado nas ações sobre Moro só poderia servir para casos que envolvam tanto a alteração de cargo almejado quanto a de circunscrição territorial da disputa, como fez o ex-juiz —de presidente (nacional) para senador (estadual).

Isso porque ele considera que candidaturas de mesma base geográfica —como prefeito e vereador— colocam outro debate na mesa, dado que nessa situação a pré-campanha serve para impactar um mesmo eleitorado. “Você fez o gasto exatamente no mesmo espaço. Vai se beneficiar completamente daquele gasto”, argumenta.

Gabriela Rollemberg, advogada em direito eleitoral e cientista política, considera que o caso de Moro tem muitas nuances. Ela ressalta que, independentemente do que for decidido, o precedente não vira uma norma e que, ainda que algumas delimitações sejam construídas a partir dele, seguirá sendo preciso analisar caso a caso.

“O terreno da pré-campanha é muito nebuloso e muito delicado”, diz Gabriela, que avalia haver insegurança jurídica sobre o assunto devido à falta de regras.

Primeiro a votar no julgamento de Moro, o juiz Luciano Carrasco Falavinha foi contra o pedido de cassação. Relator do processo, ele defendeu que não poderiam se somar indistintamente os valores de pré-campanha a diferentes cargos. Para ele, entendimento nessa linha “abre via perigosa para arbítrio”.

Ele deu como exemplo um pré-candidato a prefeito que não consegue, em convenção, aprovar seu nome. “Dependendo do que gastou na pré-campanha, o que é aferível somente depois, não poderia se candidatar a vereador, porque o limite de gastos é infinitamente menor”, diz.

Para que houvesse a soma de gastos de pré-campanhas distintas, Falavinha entende que seria preciso comprovar que o candidato em questão teve intenção deliberada de, desde o início, concorrer ao cargo que acabou de fato disputando —e que direcionou suas despesas à localidade em que concorreu.

O juiz José Rodrigo Sade, por sua vez, votou favoravelmente à cassação de Moro. Sua avaliação é a de que o montante que concretamente foi investido para promover a imagem do candidato é o que deve ser considerado, não importando se houve alteração do cargo almejado.

“Não parece possível simplesmente apagar os caminhos que o pré-candidato em questão percorreu quando ainda estava pré-candidato presidencial. Não se apaga o passado”, disse.

Sade entende que o candidato deve ter ciência de que, ao optar por fazer pré-campanha a cargo maior, é preciso que haja um planejamento financeiro “para que, em caso de necessidade de mudança para um cargo menor, haja o controle de seus gastos a fim de evitar recair em abuso de poder econômico”.

Inicialmente filiado ao Podemos, Moro migrou, em março de 2022, para a União Brasil e, sem respaldo da sigla para insistir na corrida ao Planalto, ficou como pré-candidato em São Paulo. No entanto, em meados de 2022, ao não ter autorização para trocar de domicílio eleitoral, assumiu, por fim, a pré-candidatura ao Senado pelo Paraná.

Favorável à cassação de Moro, o Ministério Público também se manifestou a respeito, argumentando que não desconhece que há diversos casos de lançamento de pré-candidaturas a cargos de maior destaque com posterior efetivação de candidatura de alcance inferior, citando Eduardo Leite (PSDB) e Luciano Bivar (União Brasil) como exemplos, e disse que não há qualquer ilícito nisso.

Adicionou, porém, que “o investimento vultoso de recursos financeiros realizado para a promoção pessoal” foi o que tornou a pré-campanha de Moro abusiva.

O parecer defende que “não há como desvincular os benefícios eleitorais advindos da alta exposição” de Moro por meio da pré-candidatura à Presidência de sua efetiva campanha ao Senado.

> O terreno da pré-campanha é muito nebuloso e muito delicado
>
> **Gabriela Rollemberg**
> advogada em direito eleitoral e cientista política

> Dependendo do que gastou na pré-campanha, o que é aferível somente depois, [um pré-candidato a prefeito] não poderia se candidatar a vereador, porque o limite de gastos é infinitamente menor
>
> **Luciano Carrasco Falavinha**
> juiz do TRE-PR que votou contra o pedido de cassação

> Não há como desvincular os benefícios eleitorais advindos da alta exposição [de Moro]
>
> **Ministério Público**
> em trecho de parecer

> Não parece possível simplesmente apagar os caminhos que o pré-candidato em questão percorreu quando ainda estava pré-candidato presidencial. Não se apaga o passado
>
> **José Rodrigo Sade**
> juiz do TRE-PR que votou pela cassação

Decisão final sobre cassação de Moro deve ir ao TSE; entenda

QUEM JÁ VOTOU NO TRE-PR
- Luciano Carrasco Falavinha (absolvição)
- José Rodrigo Sade (condenação)

QUAIS JUÍZES AINDA NÃO VOTARAM
- Cláudia Cristina Cristofani
- Julio Jacob Junior
- Anderson Ricardo Fogaça
- Guilherme Frederico Hernandes Denz
- Sigurd Roberto Bengtsson

Quais as etapas do julgamento no TRE-PR
No primeiro dia de julgamento, na segunda-feira (1º), o único a votar foi o juiz Luciano Carrasco Falavinha. Relator da ação, ele votou pela improcedência do pedido, que é encabeçado pelo PL e pelo PT. Também os advogados das partes fizeram sustentações orais e se manifestou o representante do Ministério Público — que em parecer considerou que houve abuso de poder econômico e defendeu a cassação de Moro.
Já na quarta (3), José Rodrigo Sade entendeu que houve abuso e votou a favor da cassação da chapa de Moro, além de defender sua inelegibilidade e ainda do primeiro suplente, Luis Felipe Cunha (União Brasil).
Foram reservadas para a análise do caso Moro na corte, as datas de 1º, 3 e 8 de abril. Todos os 7 juízes que compõem o tribunal deverão votar. Isso porque a corte entendeu que, por ser um processo que pode resultar em perda de mandato, é necessário quórum completo independentemente do placar —há ações em que o presidente só votaria em caso de empate.

O que ocorre depois do julgamento no TRE-PR
As partes ainda podem apresentar embargos ao próprio TRE, espécie de recurso que, de modo geral, busca esclarecer pontos da decisão já tomada e não o seu mérito.
Em caso de condenação ou absolvição, as partes podem apresentar recurso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).
Até a decisão final da corte superior os efeitos do que ficar decidido no TRE ficam suspensos. Ou seja, no caso de ele ser condenado, eventual cassação do mandato e inelegibilidade só valeriam após análise do recurso.

Quais os efeitos de eventual condenação de Moro
Se ao final a Justiça Eleitoral julgar procedente a ação contra Moro, as consequências seriam a cassação da chapa (ou seja, a perda do mandato) e a inelegibilidade por oito anos, contados desde o pleito de 2022.
Nesta hipótese, conforme as regras eleitorais em vigor, em 2030 Moro já estaria apto a se candidatar novamente, isso porque, o período de inelegibilidade começa a contar em 2 de outubro de 2022 (a data da eleição), e se encerra no “dia de igual número no oitavo ano seguinte”, que, no caso, seria 2 de outubro de 2030. Realizado no primeiro domingo do mês de outubro, o primeiro turno das eleições 2030 deve acontecer quatro dias depois desta data, no dia 6 de outubro.

Uma nova eleição pode ser convocada
Em caso de condenação, também haveria a realização de uma nova eleição no Paraná para a cadeira no Senado. A possibilidade de novo pleito para a vaga tem movimentado a política paranaense, com os principais partidos estudando possíveis candidaturas para a disputa.

INÊS 249

Rede D'Or aposta na eficiência operacional para oferecer medicina de excelência

Time do Centro de Serviços Compartilhados da Rede D'Or

Com modelo de gestão centralizada, companhia reduz custos administrativos para investir ainda mais na qualidade da assistência

Centro de Distribuição do CSC com capacidade para suprir as necessidades dos hospitais da empresa que trabalham em rede

Em um setor tão vital para milhões de brasileiros quanto o da saúde, a eficiência operacional em hospitais é fundamental para que a qualidade da medicina chegue a cada vez mais pessoas, em diferentes regiões do país.

Com quase 50 anos de atuação e um volume de mais de 10 milhões de atendimentos anuais e cerca de 500 mil cirurgias todos os anos, a Rede D'Or, maior empresa de saúde da América Latina, entrega o mesmo padrão de qualidade assistencial em suas 73 unidades no Brasil. A questão que se impõe é: como é possível gerir um volume tão expressivo de procedimentos mantendo a excelência?

A chave para essa questão está na implementação de estratégias de gestão consolidadas, como é o caso do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e o do Programa Compartilha.

O CSC é um modelo de trabalho que se beneficia da escala, centraliza a execução de diversas atividades, fornecendo serviços de forma integrada a todas as unidades hospitalares. Em outras palavras, este centro funciona como uma poderosa engrenagem que impulsiona a operação para ser cada vez mais eficiente em todas as dimensões do negócio.

"Operando em escala, a companhia obtém a máxima otimização dos seus recursos administrativos com menor custo para a operação", afirma Márcio Gonçalves, líder das Operações Integradas de Supply Chain. "E como a Rede D'Or segue expandindo sua presença no país, por meio da construção ou aquisição de hospitais, surgiu a necessidade de consolidar as operações administrativas dentro de um padrão a ser reproduzido."

É mais eficiente para o negócio dispor de um ambiente centralizado de Tecnologia da Informação (TI), que ofereça esse suporte a todas as unidades, do que manter um setor funcionando em cada hospital, por exemplo. Esse conceito estende-se a outras áreas, entre elas Recursos Humanos, Contabilidade, Compras e Financeiro.

CADEIA INTEGRADA DE SUPRIMENTOS

A robustez desse modelo reforçou o protagonismo da Rede D'Or durante a pandemia de Covid-19. Enquanto muitos serviços assistenciais foram impactados com o fechamento de suas emergências, ou ainda com a falta de leitos e de insumos, a empresa sustentou a alta demanda de atendimentos sem interrupção da sua operação, e ainda deu suporte para outros hospitais, como a Santa Casa de São Paulo, e assumiu a gestão de dois hospitais de campanha, construídos no prazo recorde de 20 dias.

"Tanto a negociação para a compra de suprimentos como o planejamento para abastecer os hospitais ocorrem dentro de uma operação centralizada e de ponta a ponta. Atuando em escala, garantimos condições comerciais competitivas, uma gestão eficiente dos estoques com uma ágil e segura reposição dos itens nas unidades, reduzimos possíveis perdas por validade, entre outras ações estratégias, para otimizar os recursos", diz Gonçalves.

COMPARTILHANDO BOAS PRÁTICAS

Outra das estratégias do grupo é aproveitar o potencial de atuação em rede para disseminar uma cultura de boas práticas. É disso que trata o Programa Compartilha, que desde 2021 divulga entre todos os melhores casos de eficiência operacional de cada unidade. Funciona como um grande ambiente de aprendizagem em que uma liderança, time ou processo aprende com os erros e acertos aprendidos nas demais unidades hospitalares, visto que todos enfrentam desafios diários muito semelhantes. A eficiência operacional, nesse caso, vem da capacidade de multiplicar muito mais rapidamente a inovação, soluções e oportunidades.

Otimização de custos, por exemplo, é uma dessas oportunidades. A partir da criação de uma área unificada de Gestão de Contratos, a negociação direta com fornecedores trouxe melhorias aos hospitais participantes do projeto. A implementação dessa gestão centralizada dos múltiplos fornecedores não apenas resulta em uma significativa redução de custos mas também impulsiona a ampliação da escala operacional, gerando retornos substanciais para o cuidado assistencial. Boas práticas compartilhadas também reduziram custos com descartáveis em geral não-médicos, em materiais de escritório e em serviços de manutenção.

"Se hoje a Rede D'Or atingiu um patamar de excelência em saúde é porque sempre houve uma busca constante por eficiência operacional. O objetivo é desonerar as pontas para que os gestores concentrem tempo e recursos na atividade fim, garantindo um atendimento assistencial de elevado padrão a todos", considera o executivo.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Com a otimização dos seus custos administrativos, a Rede D'Or alcança uma redução da sua despesa total, operando com esse tipo de custo mais baixo que outras empresas do setor. Os recursos provenientes dessa eficiência são então direcionados para melhorias adicionais na qualidade do serviço, aquisição de equipamentos de última geração, remuneração eficiente de colaboradores e aprimoramento da infraestrutura, promovendo um ciclo virtuoso de redução de custos e melhoria da qualidade da assistência entregue à sociedade a todos", considera o executivo.

ATUAÇÃO EM REDE

Principais ganhos obtidos com uma operação integrada

Negociações de compras consolidadas
A relação insumo sobre receita para os hospitais da Rede D'Or (materiais e medicamentos) melhorou dois pontos percentuais ao se comparar 2021 a 2023. O número saiu de 22% para 20% do faturamento bruto da vertical hospitalar da companhia

Consolidação de cadastros e regras comerciais
A centralização da parametrização dos sistemas dos hospitais permite o controle e a gestão da qualidade das faturas emitidas a fontes pagadoras. A adoção desse modelo garante atendimento às equipes de faturamento, atende cerca de 18 mil chamados por mês e evita perdas que chegariam a 1,5% da receita

Gestão eficiente do ciclo de receita
O monitoramento do ciclo de receita dos atendimentos é automatizado e centralizado. Entre outros benefícios, o modelo possibilita uma análise contínua dos indicadores e a redução da curva de glosa (recusa de pagamento das despesas do paciente por parte do convênio)

Agilidade nas integrações
O processo de integração das unidades adquiridas é realizado em aproximadamente cinco meses, em média, com redução de mais de 50% dos custos administrativos. A migração dos acordos comerciais de compras é quase imediata, feita nos primeiros dias

Liberação de espaço nas unidades
Mais de 70% dos suprimentos que ficariam nos hospitais são armazenados nos Centros de Distribuição da Rede D'Or, localizados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Distrito Federal

Melhora na governança hospitalar
Toda essa eficiência operacional libera tempo para os gestores focarem a qualidade assistencial e a experiência do paciente. Os recursos salvos são investidos na qualidade assistencial, em melhores equipamentos e melhor infraestrutura para os pacientes

*Referência dos dados: até setembro de 2023 (a mais recente divulgação da companhia).

Dez anos da Lava Jato

Brasil lidou muito mal com revelações da operação

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História".

A Operação Lava Jato está fazendo dez anos em 2024. Nada na política brasileira desse período pode ser entendido sem referência a ela.

Hoje é claro que o impeachment de Dilma Rousseff foi feito para parar as investigações da Lava Jato, que já começavam a chegar na direita. A opinião pública parece ter percebido a manobra: em 2018, ao invés de votar nos partidos que fizeram o impeachment, votaram no fascista Jair Bolsonaro. No fim, foi Bolsonaro, com a ajuda de seu procurador-geral Augusto Aras, quem matou a Lava Jato. O sistema político pagou Jair pelo serviço não o impichando após o assassinato em massa da pandemia.

A Lava Jato teve legados positivos. O cartel das empreiteiras, que desviou dinheiro do Estado brasileiro por muitas décadas e pagava todas as grandes campanhas eleitorais, foi exposto e denunciado.

Além disso, se não fosse o choque da Lava Jato, o Brasil não teria o financiamento público de campanhas robusto que a reforma política de 2017 criou. Pode haver abusos no tamanho atual do fundo eleitoral, mas o financiamento público, pela primeira vez, tornou a corrupção opcional para os políticos brasileiros. Até 2017, quem não ganhasse grana do cartel não se elegia.

Mas a verdade é que o Brasil lidou muito mal com as revelações da Lava Jato.

Quando as delações apareceram, vimos que todos os principais políticos brasileiros recebiam grana de campanha do cartel, direta ou indiretamente. Deveríamos ter nos perguntado: que falha no sistema fez com que toda essa gente, com ideologias, predisposições morais e trajetórias de vida tão diferentes, se corrompesse do mesmo jeito? Como podemos corrigir essas falhas?

Ao invés disso, abraçamos a antipolítica, mas não a dos anarquistas de 2013. Os "antipolíticos" de Bolsonaro defendiam quem sempre mandou e roubou no Brasil. Jogam a culpa por todos nossos problemas nas conquistas democráticas que, no fim das contas, possibilitaram o surgimento da Lava Jato.

No começo da operação, o cientista político Bruno W. Reis alertava para o risco de a Lava Jato serrar o galho em que estava sentada, o Estado de Direito brasileiro. Nada simboliza isso melhor do que as duas faces públicas da operação, o juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, apoiando Bolsonaro em 2022. Foi o ponto mais baixo de carreiras políticas que, hoje é claro, começaram antes do abandono da toga.

No julgamento de Lula, Moro e Dallagnol venderam a ideia de que os partidos que ganhavam a Presidência –o PT, mas, por dedução, também o PSDB– eram os chefes dos esquemas de corrupção que geriam quando eram governo, mesmo se os esquemas sobrevivessem sem eles quando passavam para a oposição.

Hoje a turma que estava em todos os escândalos –porque nunca foi oposição– reina absoluta. O centrão foi o grande vencedor da Lava Jato. Prender seus quadros gerava menos manchete, dava menos voto para o juiz que prendesse, e eles eram muito mais gente.

Já que o centrão ainda não consegue conquistar a Presidência, vem transferindo controle de parcelas cada vez maiores do orçamento para o Congresso.

Longe de mim sugerir que havia uma solução fácil e satisfatória para lidar com as revelações da Lava Jato no Brasil de 2014. Mas talvez não precisássemos ter virado na curva errada todas as vezes.

)| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. **Deborah Bizarria**, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Abin sob Bolsonaro mandou drone a ato pró-voto impresso

Equipamento sobrevoou área no Ceará perto de onde Camilo Santana morava

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O drone da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) que teria espionado o então governador do Ceará e hoje ministro da Educação, Camilo Santana (PT), foi enviado ao estado para registrar o ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a favor do voto impresso, segundo relatos feitos à **Folha**.

O drone foi flagrado próximo à residência oficial do Governo do Ceará em 31 de julho de 2021, véspera da manifestação pró-voto impresso realizada em 1º de agosto de 2021 em todo o país.

A decisão de enviar os drones a parte das superintendências da Abin, incluindo a do Ceará, foi tomada pelo então diretor-geral da agência, Alexandre Ramagem (PL-RJ), hoje deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Pessoas que acompanharam o episódio envolvendo o ministro da Educação afirmam que a Abin havia recebido os equipamentos meses antes da manifestação e que, àquela altura, existia apenas um grupo pequeno de servidores com habilitação para operar o equipamento — nenhum deles em Fortaleza.

Mesmo sem pilotos em número suficiente, a cúpula da Abin queria que os drones fossem usados para obter imagens exclusivas e não depender de registros da imprensa —alvo de uma campanha de ataques e desconfiança capitaneada por Bolsonaro.

O ex-governador do Ceará e atual ministro da Educação, Camilo Santana (PT), que teria sido espionado pela Abin com uso de drone no governo Bolsonaro Gabriela Biló - 26.jan.24/Folhapress

Os relatos sobre o uso do drone na manifestação são reforçados por um arquivo localizado pela Polícia Federal com o ex-coordenador-geral de Operações de Inteligência da Abin Paulo Magno de Melo Rodrigues Alves —alvo de busca e apreensão em outubro, na primeira fase da operação que investiga a suspeita de espionagem ilegal no governo Bolsonaro.

A PF afirmou que Paulo Magno havia sido flagrado pilotando o drone, mas, como mostrou a **Folha**, a informação estava errada.

Parte do documento encontrado com Magno foi transcrito pela PF no relatório apresentado ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, ao qual a reportagem teve acesso.

No texto, Magno afirma que foi contra o envio definitivo dos drones às superintendências porque o emprego dos equipamentos na agência "ainda era muito recente" e "as superintendências, naquele momento, ainda não possuíam pilotos qualificados".

"Em atendimento à demanda da Direção-Geral", no entanto, o departamento "encaminhou drone, acompanhado de piloto devidamente habilitado", a quatro das seis superintendências solicitadas "com um dia de antecedência", segundo o ex-diretor da Abin.

> "O direcionamento de drones para superintendências visa cumprir demandas específicas e gerais de diretorias e das superintendências, dentro das atribuições da Abin
>
> **Alexandre Ramagem**
> deputado federal (PL-RJ) e ex-diretor-geral da Abin

"A fim de minimizar a falta de conhecimento das superintendências em pilotagem do equipamento, encaminhamos os servidores do Doint [Departamento de Operações de Inteligência] com um dia de antecedência, de forma a permitir que o piloto repassasse ao menos conhecimentos básicos que permitissem uma familiarização inicial de um servidor local com o equipamento. Contudo, o emprego do equipamento no dia seria feito pelo piloto habilitado e apenas acompanhado pelo servidor local", diz trecho do texto.

Como mostrou a **Folha**, o equipamento flagrado perto da residência oficial do governador do Ceará era pilotado por um oficial de inteligência que havia sido deslocado de Brasília e por uma servidora da Abin lotada na superintendência do Ceará.

Ao serem abordados pelos guardas que fazem a segurança do governador, eles alegaram que o voo era apenas para treinamento e que não sabiam que estavam perto do Palácio da Abolição, onde o uso de drones é proibido.

Já o arquivo localizado com o ex-diretor, segundo a PF, era um esboço da justificativa a ser apresentada por ele caso fosse incluído no processo administrativo disciplinar aberto contra os servidores identificados pelo governo cearense —o que não ocorreu. O processo administrativo disciplinar aberto contra a dupla foi arquivado pela Abin em 2022.

No dia da manifestação a favor do voto impresso, Ramagem publicou nas redes sociais uma imagem aérea da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e disse que o "voto auditável" significava a "evolução das urnas eletrônicas", além de "segurança ao pleito eleitoral".

"Voto auditável significa evolução das urnas eletrônicas e segurança ao pleito eleitoral. Assegura integridade e transparência aos resultados do sufrágio universal. Compromisso com a representação popular e a democracia. Eleições democráticas com contagem pública dos votos."

No dia, Bolsonaro discursou em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte por meio de videochamada e insuflou os manifestantes com discurso golpista. "Sem eleições limpas e democráticas não haverá eleição", disse ao público da capital federal.

Além de pedir voto impresso nas eleições de 2022, bolsonaristas carregavam faixas com pedidos de intervenção das Forças Armadas, além de ataques ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ao STF.

Em nota, Ramagem afirmou que o envio de drones para superintendências ocorre dentro das atribuições da Abin para o cumprimento de demandas específicas e gerais. O deputado disse ainda que não foi intimado a depor e que sua defesa não teve acesso à documentação da operação que investiga a suspeita de espionagem.

"O direcionamento de drones para superintendências visa cumprir demandas específicas e gerais de diretorias e das superintendências, dentro das atribuições da Abin. Tais equipamentos só podiam ser operados por servidores capacitados ou em capacitação", declarou.

"A **Folha** insiste na apuração de questionáveis suposições a partir de investigações sobre as quais meus representantes legais não tenham tido acesso e sobre as quais sequer fui intimado a depor. Investigações essas que a própria **Folha** já vem refutando."

Procurada, a Abin afirmou que não comenta sobre meios e técnicas operacionais nem sobre o inquérito em andamento, que está sob sigilo.

Politização das Forças Armadas está superada, diz Barroso

Fernanda Perrin

CAMBRIDGE (EUA) O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, afirmou neste sábado (6) que considera superada a politização das Forças Armadas e que se deve saber "virar as páginas" na vida.

Em Cambridge (EUA) para participar da Brazil Conference, o ministro disse a jornalistas após sua palestra que as Forças Armadas tiveram um "comportamento exemplar" nos 35 anos de vigência da Constituição e afirmou que, sem a instituição, não há Estado brasileiro.

"De modo que eu não participo desse processo de desapreço às Forças Armadas, antes, pelo contrário. Porém, é fato que, infelizmente, em alguns momentos dos últimos anos houve uma politização indesejada e incompatível com a Constituição", disse.

Em seguida, o presidente STF completou: "Acho que isso já está superado e a gente na vida deve saber virar as páginas".

Sobre o julgamento em curso na corte a respeito da tese de poder moderador das Forças Armadas, ele disse que a instituição não exerce esse papel e que não há possibilidade de intervenção militar.

No julgamento, ele acompanhou o relator, o ministro Luiz Fux, que defendeu delimitar a interpretação da Constituição e da lei que disciplina as Forças Armadas para esclarecer que elas não permitem a intervenção do Exército sobre os demais Poderes.

Até o início da noite deste sábado, o placar do julgamento estava em 10 votos a 0. O último a votar até então foi o ministro Kassio Nunes Marques. Ainda falta um ministro se manifestar.

O julgamento ocorre no plenário virtual e vai até segunda-feira (8).

"Acho que nunca houve dúvida real sobre o seu sentido [do artigo 142]", disse Barroso.

"Não existe poder moderador numa democracia. Nem o Judiciário, tampouco, na minha visão, é poder moderador", afirmou.

O ministro participou durante a manhã de um painel sobre populismo, democracia e o papel das Supremas Cortes com o cientista político Steven Levitsky.

Questionado por Levitsky sobre o protagonismo do Supremo e "até que ponto a intervenção é demais", Barroso respondeu que a expectativa é que o papel de maior proeminência do STF passaria após a última eleição e a posse.

"Mas aí veio o 8 de janeiro", disse. "Depois as investigações mostrando que nós estivemos mais perto de um golpe do que pensávamos", afirmou.

"Eu realmente penso que devemos voltar a uma Suprema Corte menos proeminente o quanto antes for possível, mas nós não podemos agir como se as coisas não tivessem acontecido", disse.

Já o ministro Luiz Fux, que participou de um outro painel, disse que a adoção da inteligência artificial no Judiciário brasileiro não pode ser feita "goela abaixo" da Constituição.

Ao lado de Fux, estavam no palco o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Citando alertas sobre sigilos de dados, transparência e respeito aos direitos fundamentais, o ministro defendeu a necessidade de uma "grande regulação" da tecnologia.

"Entendo que deve haver muita auditabilidade dos algoritmos. Isso é importantíssimo, não dá para confiar só na máquina",

O magistrado disse ainda ser "impossível" uma Justiça preditiva, alimentada por bancos de dados analisados por IA.

Falando com jornalistas após a palestra, Fux disse que considerou o aniversário de 60 anos do golpe militar, em 31 de março, um momento oportuno para pautar o julgamento sobre artigo 142.

Organizada por estudantes brasileiros de Harvard e do MIT, a Brazil Conference é realizada também neste domingo (7).

Leia mais em Mercado

Bolsonaro e Celso Luiz na data em que o ex-presidente recebeu a Medalha do Pacificador com Palma Pedro Ladeira - 5.dez.18/Folhapress

Bolsonaro fez pedido e teve ajuda para ganhar medalha do Exército

Honraria por socorrer soldado que se afogava contou com benevolência de ex-comandante e aval de pai de Mauro Cid

Cézar Feitoza

BRASÍLIA Ainda deputado federal, Jair Bolsonaro (PL) precisou contar com a benevolência do ex-comandante do Exército Enzo Martins Peri para conseguir a Medalha do Pacificador com Palma —uma das principais honrarias militares.

A condecoração foi entregue ao capitão reformado em 2018, por uma ação de 40 anos antes, em 1978, quando Bolsonaro ajudou a retirar da lagoa um soldado que se afogava.

A medalha é concedida para militares e civis que, em tempos de paz, tenham realizado "atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida".

Os documentos internos do Exército, obtidos pela **Folha**, mostram que o processo de apuração do caso ouviu somente militares sugeridos por Bolsonaro em sindicância, que precisou da ajuda do general Enzo Peri para ser aberta.

O próprio Jair Bolsonaro pleiteou a medalha em setembro de 2013. Ele enviou um ofício ao comandante do Exército, Peri, pedindo a abertura de um processo interno para avaliar a entrega da honraria.

No documento, Bolsonaro conta que em 1978, como aspirante a oficial, ele estava num acampamento com outros militares quando o soldado Celso Moraes Luiz se desequilibrou das cordas usadas para atravessar uma lagoa, caiu na água e começou a afundar.

"A par de não ter curso específico de salvamento e do afogando se tratar de pessoa com compleição física avantajada, não hesitei em, rapidamente, tirar os coturnos e a gandola e mergulhar na lagoa para tentar salvar o soldado", escreveu Bolsonaro.

Bolsonaro disse que mergulhou pela primeira vez e não encontrou o soldado Celso submerso na água barrenta. "Entretanto, independente das condições adversas fiz a segunda tentativa e, felizmente, consegui localizá-lo e o conduzi até a margem."

O capitão reformado afirmou que foi "cumprimentado e elogiado por diversos militares" porque se expôs "a risco de vida para salvar um subordinado". Ele relatou ainda que o salvamento teve "grande repercussão" e poderia ser confirmado por oito de seus amigos, cujos nomes foram enviados em anexo.

O episódio ocorreu no 21º Grupo de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro.

O despacho favorável à abertura do processo interno foi do chefe de gabinete do comandante do Exército, general Mauro Lourena Cid —pai do tenente-coronel Mauro Cid e colega de turma de Bolsonaro na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras).

O capitão Luiz Eugênio Cardoso Rangel Serra foi o responsável por conduzir a sindicância, que consistiu nos depoimentos de Bolsonaro, Celso e os demais sete amigos do então deputado listados no documento.

O soldado Celso era descrito pelos documentos formais do Exército como um homem com "cútis preta, cabelos pretos carapinhos, barba e bigode raspados, olhos castanhos escuros, com 1,73 m de altura, tipo sanguíneo 'A', sem sinais particulares". Na época, ele pesava entre 70 e 80 kg.

Em seu depoimento no processo, Celso disse que fazia uma pista de obstáculos quando perdeu o equilíbrio e caiu na lagoa. "Perguntado se acha que correu risco de vida ao cair no lago disse que com certeza e que tem pavor de água até os dias de hoje, medo de praia, raio, cachoeira, etc.", diz trecho do termo de inquirição do soldado.

"Foi um fato que mostra que Bolsonaro é uma pessoa boa e humana, pois foi o único que se manifestou para salvar-lhe. E que se não fosse Bolsonaro não estaria aqui hoje prestando essas informações. Disse ainda que é muito grato ao aspirante Bolsonaro."

As versões de todas as testemunhas indicadas por Bolsonaro no processo são parecidas, apesar de terem se passado 35 anos do fato apurado pelo capitão Luiz Eugênio.

"Se Bolsonaro não tivesse pulado no lago para salvar o soldado, ele teria afogado, pois os soldados eram inexperientes", disse o soldado José Carlos da Silva. "Bolsonaro arriscou sua vida entrando na lagoa para salvar o ex-soldado Celso [...] pois ele era 'massudo' e forte", concordou o 2º tenente Nelson Alves Rabello.

Vagner Lima Martins disse acreditar que Bolsonaro correu risco de morrer porque Celso era "forte e poderia dificultar o salvamento em um momento de desespero". "Corajosamente Bolsonaro se jogou no lago e conseguiu salvar o companheiro", relatou Juvenil Farias da Silva, outra testemunha indicada por ele.

No relatório final da apuração, o capitão Luiz Eugênio afirmou que o processo só foi instaurado porque tratou-se de uma "iniciativa pessoal do comandante do Exército". Se não fosse uma decisão do chefe da Força, o processo para a concessão da medalha teria caducado em 1979.

"O salvamento do então soldado Celso por Bolsonaro, (sic) destaca os atributos abnegação, coragem e bravura deste, pois no momento que o Acidentado se afogava na lagoa, o Proposto foi o único, dentre todos os militares presentes no local da instrução, que se lançou na água para salvá-lo", concluiu favoravelmente o capitão.

Apesar de o processo interno ter sido encerrado em 2013, só após a eleição de 2018 o presidente eleito Jair Bolsonaro foi chamado pelo então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, para receber a condecoração.

Na ocasião, Bolsonaro disse que decidiu pedir a medalha ao Exército para combater as acusações de que era racista.

Em 2013, ele era alvo de um inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) que apurava se o então deputado havia cometido racismo contra Preta Gil ao dizer à artista que seus filhos não se apaixonariam por mulheres negras.

Na condecoração, Bolsonaro levou Celso a tiracolo. Posicionou-o ao seu lado esquerdo e o apresentou à imprensa.

"Está do meu lado o soldado Celso, que poderia até falar com vocês. E nós requeremos essa medalha quando começou a avolumar acusações que eu seria racista. E o soldado Celso, todo mundo vê, é um afrodescendente. Fui atrás dele, arrisquei a minha vida da mesma forma", disse Bolsonaro ao apresentar o soldado aos jornalistas.

"É uma grande amizade que começou no ano de 1978 e que continua até hoje", disse Celso. Quando foi questionado se devia a vida a Bolsonaro, respondeu: "Abaixo de Deus, sim".

> A par de não ter curso específico de salvamento e do afogando se tratar de pessoa com compleição física avantajada, não hesitei em, rapidamente, tirar os coturnos e [...] mergulhar na lagoa para tentar salvar o soldado
>
> **Jair Bolsonaro**
> no pedido feito ao Exército

Musk comenta post de Moraes e pergunta por que 'tanta censura'

Constança Rezende
Renata Galf

BRASÍLIA E SÃO PAULO O empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), respondeu neste sábado (6) em tom de crítica um post feito por Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal).

Em publicação de 11 de janeiro, em que o ministro parabenizava o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, pelo seu cargo, o empresário questionou o porquê de "tanta censura no Brasil".

Depois, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) respondeu a Musk, no mesmo post, dizendo preparar um requerimento para audiência da Câmara, incluindo representante da empresa.

Ao longo dos últimos anos, Moraes tomou várias medidas frente a perfis de redes sociais e, tanto via STF quanto via TSE (Tribunal Superior Eleitoral), determinou a suspensão de contas de alvos de investigações, inclusive de parlamentares e do PCO.

Tal atuação se intensificou em meio às eleições de 2022 e aos atos de teor golpista pelo país, pedindo uma intervenção militar.

O tema suscita um complexo debate sobre a proporcionalidade da medida frente à liberdade de expressão. No caso de investigações criminais, por exemplo, não há hoje na lei uma previsão específica autorizando este tipo de medida cautelar.

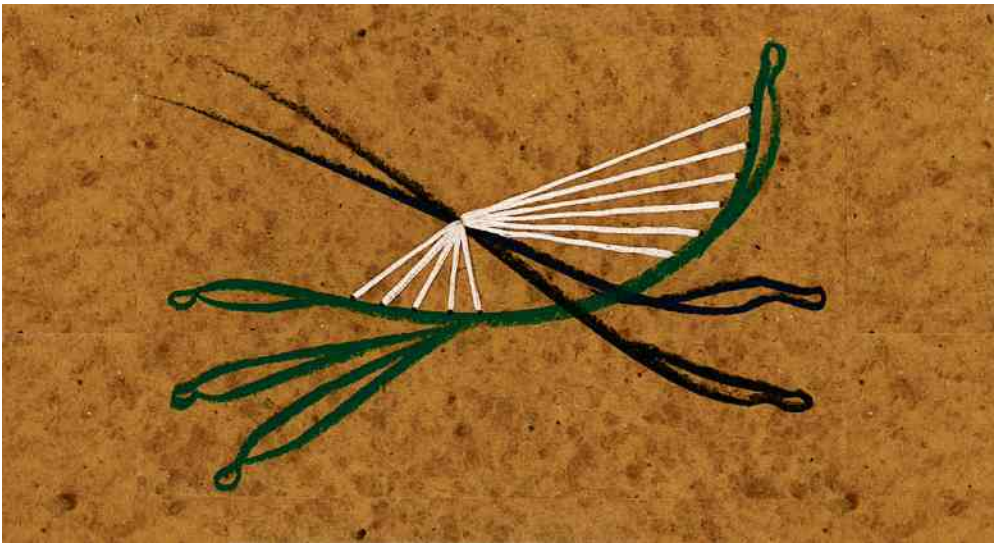
Na última quarta-feira (3), o jornalista e escritor americano Michael Shellenberger fez um post com uma série de críticas a Moraes e à atuação do Judiciário brasileiro, sob o título "Twitter Files - Brazil" (Arquivos do Twitter, em português).

O nome "Twitter Files" começou a ser usado no final de 2022 para se referir a medidas de moderação, reveladas a partir de um conjunto de documentos internos da rede e que tratavam de anos anteriores à gestão Musk.

No mesmo post de Moraes, Eduardo Bolsonaro disse que o caso Daniel Silveira seria um dos exemplos. E afirmou preparar um requerimento para promover uma audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara sobre o "Twitter Files Brasil e censura".

Musk se descreve como um "absolutista da liberdade de expressão" e desde que adquiriu a rede social, em 2022, tem enfrentado polêmicas. Um dos principais focos do empresário foram a moderação da rede, sob a crítica de que teriam viés político.

A plataforma reduziu as equipes de moderação de conteúdo, e usuários e especialistas apontam o crescimento do discurso de ódio e da desinformação.

Apesar da posição, durante a gestão Musk, o Twitter chegou a suspender contas de jornalistas e de perfis que rastreavam aviões de agências governamentais e indivíduos de perfil destacado, como o próprio Musk.

Juliana Freire

Em Pindorama, a corrupção ganha

No funeral da Lava Jato os zumbis festejam

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Em janeiro passado, a Transparência Internacional divulgou que o Brasil havia perdido dez posições no Índice de Percepção da Corrupção, caindo para o 104º lugar, atrás do Uruguai, Chile, Cuba e Argentina numa lista de 180 países. Na origem da desclassificação, entre outros fatores, estava o desmanche da Operação Lava Jato.

Dias depois, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a Procuradoria-Geral da República investigasse as atividades da Transparência nas negociações de acordos de leniência firmados com o Ministério Público. (Existia um ofício da PGR, de 2020, tratando do assunto, sem ter encontrado anormalidades.) Se um ministro do STF quer que se investigue, é melhor que haja investigação e que, no menor tempo possível, seu resultado seja conhecido.

Numa malvadeza dos deuses, passados dois meses dessa saia justa, a multinacional Trafigura aceitou pagar US$ 127 milhões ao governo americano por conta dos propinodutos mantidos entre 2003 e 2014 em inúmeros países, inclusive no Brasil.

A ponta brasileira das propinas é uma aula. Ela foi puxada em 2014, no amanhecer da Lava Jato, quando as investigações pegaram Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras e destinatário de uma rede de capilés.

Dois anos depois, Mariano Marcondes Ferraz, operador da Trafigura, foi preso quando embarcava para Londres. O amigo da Petrobras havia confessado que o doutor lhe deu US$ 868 mil entre 2011 e 2014. Marcondes Ferraz pagou uma fiança de R$ 3 milhões e foi para casa. Na audiência de custódia, ele reconheceu o pagamento das propinas. Em 2016, Marcondes Ferraz desligou-se da Trafigura.

A ponta brasileira das investigações seguiu seu curso. Noutra ponta, a americana, tanto a Trafigura como duas outras grandes multinacionais do mercado de petróleo começaram a ser investigadas pelo Departamento de Justiça americano.

Ao longo de dez anos as coisas andaram para a frente nos Estados Unidos e para trás no Brasil. As ligações voluntaristas da República de Curitiba com os procuradores americanos foram demonizadas. Confissões foram desqualificadas, multas foram congeladas e, como se vê, o ex-juiz Sergio Moro corre o risco de perder o mandato de senador. (O procurador Deltan Dallagnol já perdeu sua cadeira de deputado.)

Isso no Brasil, porque nos Estados Unidos outras duas gigantes do comércio internacional de petróleo, a Vitol e a Glencore, renderam-se. Uma pagou US$ 164 milhões em 2020 e a outra entregou perto de US$ 1 bilhão em 2022. A Trafigura foi a última a capitular. Nos Estados Unidos a Viúva faturou cerca de US$ 1,3 bilhão.

No Brasil, o processo foi congelado pelo Superior Tribunal de Justiça e, depois que o ministro Dias Toffoli anulou provas relacionadas com as traficâncias da falecida Odebrecht, a defesa dos maganos da Trafigura pediu à Justiça que seja "declarada a imprestabilidade de todo o acervo probatório".

A Justiça sabe o que faz com sua reputação. A política ajudou a desmanchar a Lava Jato, mas o processo congelado da Trafigura contém uma gracinha: um confessou que recebeu, o outro reconheceu que pagou e a própria empresa aceitou uma multa de US$ 127 milhões por manter propinodutos pelo mundo afora, inclusive no Brasil.

A terra das palmeiras, onde canta o sabiá, caiu no ranking da percepção de roubalheiras e a Transparência Internacional deve ser investigada.

O pacto de Haddad

Depois de tropeçar nas suas relações com o Senado, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, propôs um pacto entre os três Poderes para levar ao equilíbrio das contas nacionais.

O doutor deveria contar outra. Propor pactos nacionais é coisa de governo que não sabe o que fazer e pensa em dar abraço de afogado no Legislativo e no Judiciário.

Noutra sala de Brasília, Lula reuniu-se com o marqueteiro e o ministro da Secom para decifrar os maus números das pesquisas. Em seguida, foi para o palanque e começou a falar em Deus e milagres.

Novos sintomas de governo que não sabe o que fazer.

Moro com Gilmar Mendes

Ganha um fim de semana num garimpo ilegal quem souber de um caso em que um ministro do Supremo Tribunal Federal recebeu um ex-juiz e senador, enquanto o processo de cassação de seu mandato estava sendo julgado.

O senador Sergio Moro informa que não foi ao ministro Gilmar Mendes para se defender. Claro, em tese, Gilmar não tem assento no TRE do Paraná, nem no TSE, para onde poderá ir o caso.

Deve ter ido para explicar o que dizia do seu anfitrião.

Campos Neto e a economia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, soltou sinais de fumaça indicando que pretende deixar o cargo de forma suave, convidando o governo a apontar seu sucessor antes de dezembro, quando terminará seu mandato.

O PT e Lula ficarão sem um bode expiatório.

Prende? E depois?

De quem já viu de tudo:

"Tem muita gente querendo ver o Bolsonaro preso. Toda vez que você prende um político, deve se perguntar o tamanho que ele terá ao sair da cadeia. Lula ficou quase dois anos preso, saiu do mesmo tamanho e elegeu-se presidente da República.

Se Bolsonaro tivesse sido preso depois do 8 de janeiro, teria sido poupado da palhaçada de sua passagem pela embaixada da Hungria".

Questão de lógica

Se o Comando Vermelho tivesse metade do poder que lhe atribuem, os dois fugitivos do presídio de Mossoró, em vez de estarem de novo na cadeia, estariam fora do Brasil há algumas semanas.

Em 1964 a CIA temeu um monstro

No dia de hoje, em 1964, circulavam pelo menos quatro projetos de Atos Institucionais. Todos previam cassações de mandatos e de direitos políticos. Um, por quinze anos. Outro, por cinco. Um terceiro simplesmente dissolvia o Congresso e as Assembleias Legislativas.

Em sua casa do Leblon, o jurista Carlos Medeiros Silva concluiu o projeto que lhe havia sido pedido pelo deputado Bilac Pinto. Pouco depois da meia-noite, Medeiros, Bilac e o deputado Pedro Aleixo foram à casa do general Castello Branco com o projeto. Castello mandou uma cópia ao general Costa e Silva, que repassou-o ao senador Auro de Moura Andrade.

Pela manhã, a Intelligence Agency entregou ao presidente Lyndon Johnson um relatório com um aviso:

"Cresce o medo, não só no Congresso, mas mesmo entre aliados da revolta, que a revolução tenha gerado um monstro".

No dia 8 de abril, Carlos Medeiros levou o jurista Francisco Campos (autor da Constituição do Estado Novo) ao gabinete de Costa e Silva. Discutia-se a legitimidade de um Ato Institucional.

"Chico Ciência" interveio. Disse que "os senhores estão perplexos diante do nada", tirou o paletó, pegou uma folha de papel almaço e, com sua letra miúda, escreveu o preâmbulo do Ato:

"A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte".

João Campos se inspira em Paes e trava pressão do PT

Prefeito do Recife adota estratégia similar à do gestor do Rio de Janeiro e adia debate sobre vice para as eleições

José Matheus Santos

RECIFE O prefeito do Recife, João Campos (PSB), tornou pública a posição de tratar apenas durante as convenções partidárias, em julho, sobre a definição do nome que ocupará a sua vice na disputa pela reeleição.

Campos está pressionado pelo PT, que quer preencher a vaga na expectativa de assumir a prefeitura em caso de renúncia do prefeito para ser candidato a governador em 2026 ou de ter apoio dele para um eventual candidato petista no enfrentamento contra a governadora Raquel Lyra (PSDB).

O prefeito do Recife relatou a aliados que pretende usar estratégia semelhante à do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de ter o controle do processo de escolha do vice e evitar cair em pressões do PT.

Paes também está pressionado pelo PT a ceder a vice no Rio de Janeiro. Possível candidato a governador em 2026, o prefeito da capital fluminense quer um aliado de primeira hora na linha de sucessão. O favorito para ocupar a vaga é o deputado federal Pedro Paulo (PSD).

O PT acredita que será mais fácil obter a vice no Recife do que no Rio e, para isso, quer contar com a articulação direta do presidente Lula. O chefe do Executivo federal teve encontros recentes com João Campos, mas sem chegar a conclusões definitivas sobre o cenário no Recife.

Por outro lado, o PSB de Pernambuco aposta no insucesso do pleito do PT no Rio para justificar a não obrigatoriedade de ceder a vice ao PT. Aliados de João Campos dizem que não haverá como o PT justificar ter sido rifado no Rio e manter o apoio a Eduardo Paes e não fazer o mesmo na capital pernambucana com um prefeito aliado.

Campos já confessou publicamente a pessoas próximas que defende o direito de Paes de definir o seu vice ouvindo os partidos aliados, o que foi interpretado como um sinal de restrição ao PT no Recife, que tem cenário semelhante.

No Recife, o PT abriu inscrições para a candidatura a vice-prefeito, mesmo sem ter a certeza de que ocupará a vaga. O episódio foi entendido como uma pressão sobre João Campos, que não deu sinais de que acatará o calendário do PT, que queria definir a situação até abril.

Em reação, Campos disse que apenas tratará do assunto em julho, durante as convenções partidárias.

"É um prazo da própria legislação eleitoral. Quando se apresenta vice oficialmente é nas convenções. Nossa construção política é ouvindo todo mundo, construindo com os partidos aliados e a frente [política] que está em construção", afirmou o prefeito no último dia 26. Uma semana antes, ele tinha proferido fala no mesmo sentido.

O prefeito do Recife, João Campos (PSB) Edson Holanda/PCR

O PT assimilou as mensagens como recados para frear o processo de escolha de vice, cujo posto não está assegurado. O diretório municipal aboliu a ideia de submeter os nomes a uma votação até abril no diretório municipal.

Agora, o partido entende, em Pernambuco, que as tratativas ficarão a cargo do presidente Lula e da cúpula do PT, cabendo à instância municipal, posteriormente, escolher um eventual nome.

Os petistas pernambucanos acreditam que, se Lula estiver irredutível com o pedido de vice, João Campos não negará, mas há dúvidas entre os próprios integrantes do PT se o presidente estaria disposto a se mostrar intransigente no pleito junto ao prefeito.

No PT, dois nomes se inscreveram como pré-candidatos a vice: o deputado federal Carlos Veras (PE) e Mozart Sales, um dos auxiliares do ministro Alexandre Padilha no Ministério das Relações Institucionais do governo Lula.

Padilha, inclusive, é um dos principais defensores de Mozart no PT. Por ele ser um ministro do Planalto, seu patrocínio é visto como forte nos bastidores do partido e da política local. Ambos são médicos e foram colegas no movimento estudantil universitário.

Mozart Sales também conta com apoio da senadora Teresa Leitão e da maioria do diretório do partido no Recife. Já o outro senador do PT de Pernambuco, Humberto Costa, defende o nome de Carlos Veras.

A fala de Campos sobre ouvir partidos aliados é tida pelo PT como outra adversidade. Os petistas acreditam que siglas como MDB, Avante e Republicanos não sairiam em defesa do PT.

Em paralelo, o prefeito do Recife continua em articulações para atrair outros partidos para a sua aliança. Há duas semanas, fechou o apoio do MDB, o que garantirá mais tempo de propaganda no rádio e na televisão.

O partido era cotado para aderir totalmente à governadora Raquel Lyra e deixar a base de Campos, mas o prefeito conseguiu reverter o cenário ao garantir a filiação de vereadores para disputar a eleição proporcional pelo MDB, ajudando o partido aliado a ter chapa para tentar montar bancada expressiva na Câmara Municipal.

Campos também está confiante em ter apoio da União Brasil, mesmo com o deputado federal Mendonça Filho, desafeto do PT, na presidência da legenda no Recife. Ele conta com o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho como voz na União Brasil a seu favor.

mundo guerra israel-hamas

Destroços onde havia casas no kibutz Nir Oz, um dos mais destruídos pelos terroristas do grupo Hamas nos ataques contra Israel de 7 de Outubro Carlos Garcia Rawlins - 12.mar.24/Reuters

Seis meses depois, kibutzim atacados pelo Hamas em Israel seguem destruídos

Na comunidade de Nir Oz, 60% das casas viraram ruínas, 25% da população foi morta ou sequestrada, e ninguém voltou para casa

Patrícia Campos Mello

O casal Moshe e Diana Rozen, que vivia no kibutz Nir Yitzhak, atacado por terroristas do Hamas em 7 de outubro Divulgação

SÃO PAULO Muitas vezes, o historiador Moshe Rozen acorda com pesadelos no meio da noite, lembrando-se dos terroristas do Hamas que invadiram sua casa e metralharam sua mão. Ele se levanta e vai buscar um livro em sua biblioteca. Aí lembra que não há como fazer isso. Desde que o Hamas atacou o kibutz Nir Yitzhak, em 7 de outubro do ano passado, Moshe, 72, e sua mulher, Diana, 73, nunca mais voltaram para casa.

Eles vivem em um lar para idosos no centro de Israel, com ajuda do sistema social do governo e do próprio estabelecimento. Moshe já passou por três cirurgias tentando recuperar os movimentos da mão esquerda. "Nem sei o que sobrou da minha casa."

Como Rozen, a grande maioria dos moradores dos locais atacados pelo Hamas há seis meses nunca mais voltou. Em Nir Yitzhak, que fica a 3 quilômetros de Gaza, viviam 600 pessoas. Seis foram mortas. Menos de 20 voltaram a viver lá.

Os kibutzim são comunidades originalmente agrícolas, que diversificaram suas atividades e foram essenciais para o povoamento do território israelense. O governo de Israel não forneceu números oficiais de mortos e sequestrados em cada um desses vilarejos.

Rozen e Diana estavam acostumados com a rotina de sirenes e de abrigos nas casas por causa dos foguetes lançados pela facção terrorista palestina. Mas ninguém estava preparado para algo como o 7 de Outubro —nem a polícia nem as ambulâncias, que nunca chegaram.

"Não sei quando, e se, vamos voltar para casa. Não basta reconstruir, precisamos ter segurança", diz Rozen. "Nosso kibutz foi bastante destruído, mas não foi incendiado —outros viveram uma catástrofe muito maior."

Uma das comunidades mais devastadas pelos terroristas do Hamas foi Nir Oz, onde 25% da população foi assassinada ou sequestrada. Eram 417 habitantes, dos quais 117 foram assassinados ou levados como reféns para Gaza, cuja fronteira fica a pouco mais de 2 km de distância. Cerca de 60% das casas do kibutz foram destruídas, e boa parte da infraestrutura, calcinada. Só não se tornou uma vila fantasma pela presença dos militares de Israel e das poucas pessoas que voltam para buscar pertences.

A argentina Silvia Cunio, 63, chegou a Nir Oz há 36 anos, com o marido e o filho mais velho. "Era o melhor lugar para criar meus filhos", afirma. Seus quatro filhos, Lucas, Eitan, David e Ariel, cresceram no kibutz. David e Ariel tiveram suas casas queimadas e foram levados por terroristas do Hamas. David foi sequestrado com a mulher e as filhas gêmeas de 3 anos. Elas foram libertadas —ele não.

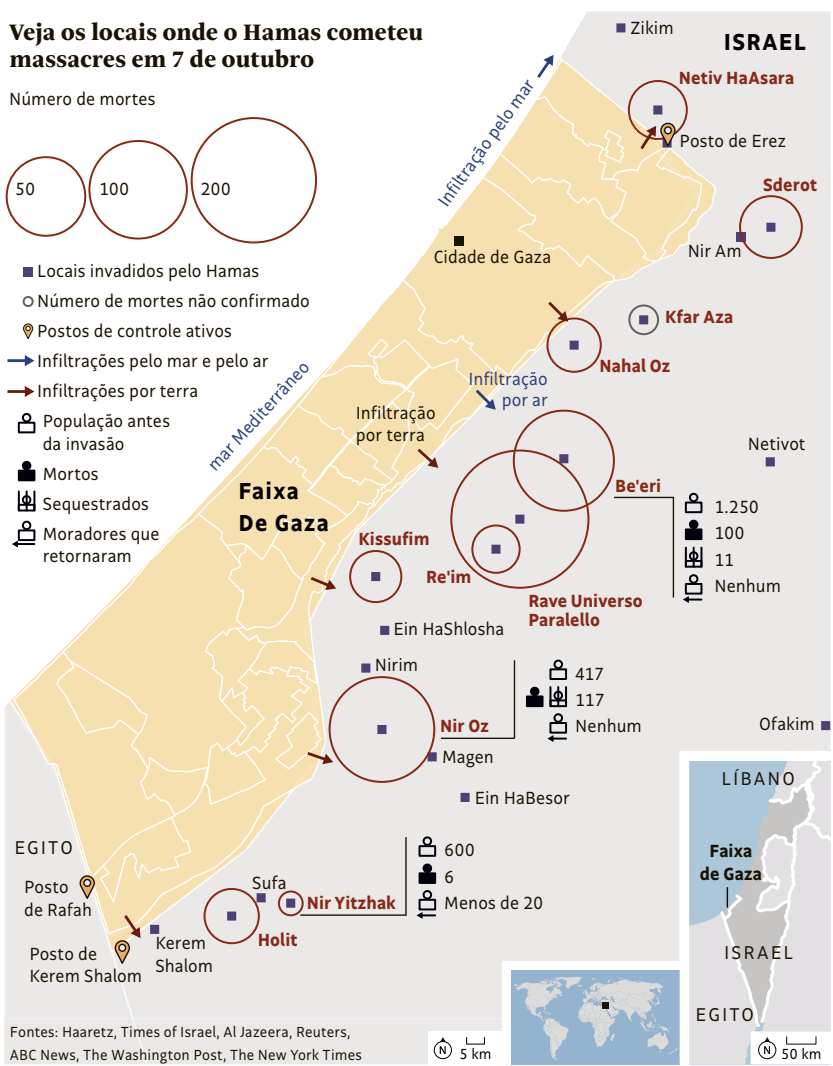
A última mensagem de WhatsApp que Silvia recebeu de Ariel dizia: "Entramos em um filme de terror". "Estou destroçada por dentro. Não consigo nem cozinhar", conta Silvia, que não pretende voltar para casa e vive agora na cidade de Kiryat Gat, em um prédio com outros refugiados do kibutz, custeados pelo governo.

Há alguns também em lares de idosos, esperando seus parentes serem libertados.

No dia 6 de outubro, véspera dos atentados, Silvia reuniu 20 pessoas em sua casa, entre amigos e familiares. Daqueles 20, só sobraram 12. Sua sogra Esther, 90, diz que sobreviveu ao mencionar ser compatriota de Lionel Messi para os terroristas, que gostavam de futebol e a teriam poupado por causa disso.

Segundo Irit Lahav, porta-voz de Nir Oz, ainda há 37 moradores do kibutz sequestrados, entre eles um bebê, uma criança de 4 anos e idosos com mais de 80 anos.

Lahav afirma que vai levar mais de três anos até que as pessoas possam voltar a viver da mesma forma em Nir Oz. Cerca de 60% das construções foram destruídas, mas a maioria terá de ser demolida e refeita do zero, por causa das conexões de água e luz. No momento, a comunidade está selecionando arquitetos para planejar as obras.

Em Be'eri, outro dos kibutzim mais afetados, viviam 1.250 pessoas —100 foram mortas, e 11 sequestradas. Menos de cem voltaram, segundo o porta-voz da localidade, Yael Marcus. Um terço das casas foi destruído. Os sobreviventes foram deslocados para hotéis em vários locais do país, a maioria em torno do Mar Morto. "A maior parte não vai voltar para Be'eri no curto ou médio prazo", diz Marcus.

> Não sei quando, e se, vamos voltar para casa. Não basta reconstruir, precisamos ter segurança
>
> **Moshe Rozen**
> Historiador ferido por terroristas do Hamas

Alguns habitantes começaram a retirar os destroços, mas a reconstrução ainda não começou. A escola continua fechada, assim como o comércio. Natacha Cohen, 52, é um dos poucos que retornaram.

Ela vive no kibutz há 35 anos, com seus três filhos adultos e o marido. Sua melhor amiga, dois amigos próximos e dois colegas de trabalho foram mortos pelo Hamas. "Somos como uma grande família, todo mundo se conhece, ajudamos a educar os filhos uns dos outros, são três gerações morando aqui. A gente precisa se reerguer, ser forte", diz Natacha, que veio da África do Sul.

Os atentados de 7 de outubro, além de matar cerca de 1200 pessoas, foram um golpe significativo contra o sonho da vida nos kibutzim. Há cerca de 125 mil pessoas vivendo nessas comunidades pequenas, cuja população em sua maioria varia de 100 a 1.000 pessoas. Muitos estão nesses lugares há mais de 50 anos. Chegaram com a esperança de uma vida mais justa, em um sistema no qual se dividiam os frutos do trabalho, as terras eram cultivadas em conjunto e os alimentos, compartilhados.

Hoje, os kibutzim abraçaram o capitalismo, mas conservam parte dos ideais.

"Vir para o kibutz era como chegar ao Paraíso. Vínhamos de uma ditadura para uma democracia direta, saíamos de um lugar de repressão para um de libertação, saindo da desigualdade para um em que tudo estava aberto", diz Dario Teitelbaum, presidente da União Mundial Meretz, entidade ligada ao homônimo partido sionista de esquerda.

Teitelbaum fugiu da Argentina em pleno regime militar, em 1977, para viver no kibutz de Gvulot —que não sofreu invasão terrestre, mas dez de seus moradores foram sequestrados. "[Os atentados] foram uma tentativa de sabotar toda a possibilidade de acordo, de solução, tanto para eles como para nós, mas foram, sobretudo, uma nova categoria do mal."

Guerra expande rastro de destruição em Gaza

Em seis meses de conflito, mais de 88 mil edificações já foram obliteradas ou danificadas, segundo dados da ONU

DELTAFOLHA

Dani Avelar e Nicholas Pretto

SÃO PAULO Gaza já foi invadida e destruída várias vezes ao longo de seus mais de 4.000 anos de história. Mas nada se compara à devastação registrada nos últimos seis meses em decorrência da guerra deflagrada por Israel após os atentados terroristas do Hamas em 7 de outubro.

Mapas elaborados com base em imagens de satélite analisadas pelas Nações Unidas mostram que mais de 88 mil edificações —cifra equivalente a cerca de 35% das construções de Gaza— foram destruídas ou danificadas no período.

O cenário é mais desolador na Cidade de Gaza, maior centro urbano do território, ao norte, e em Khan Yunis, no sul, alvo de grandes incursões por terra do Exército israelense. O local mais poupado até agora é Rafah, cidade no extremo sul que abriga mais de 1 milhão de deslocados internos e que se vê diante de uma invasão iminente planejada por Tel Aviv.

Os locais atingidos incluem prédios residenciais, hospitais, mesquitas, escolas, universidades, sítios arqueológicos, campos de refugiados e sedes de veículos de imprensa.

Procurada pela reportagem, a Embaixada de Israel no Brasil diz que o país direciona seus ataques contra objetivos militares do Hamas e de outros grupos terroristas em Gaza, e não contra civis.

"O Hamas construiu uma extensa rede de túneis subterrâneos por toda a Faixa de Gaza, com pontos de acesso localizados em casas, mesquitas, escolas e até hospitais, levando os combates [e o dano resultante] para o coração dos arredores civis", afirma a representação diplomática, em comunicado.

Parte da destruição em Gaza é provocada por bombas lançadas de aviões e drones da Força Aérea israelense sobre áreas densamente povoadas. De acordo com investigações do New York Times e da CNN, foram utilizadas em centenas de ocasiões munições de 1 tonelada, capazes de matar ou ferir pessoas a mais de 300 metros de distância do alvo.

Disparos de tanques e navios de guerra também vêm danificando construções no território. Vídeos gravados por soldados israelenses e divulgados nas redes sociais mostram demolições feitas com retroescavadeiras e dinamites. A Embaixada de Israel foi questionada especificamente sobre essas práticas, mas a nota enviada não abordou esse assunto.

No que diz respeito ao direito internacional humanitário, a representação diplomática afirma que "não se pode concluir, pelo mero fato de que 'civis' ou 'objetos civis' aparentes foram alvejados, que um ataque foi ilegal".

"Os esforços de Israel nesse sentido estão em conformidade com suas obrigações legais, bem como uma expressão de seus valores e compromisso com a humanidade. No entanto, deve-se apreciar que a principal ameaça aos civis de Gaza é que eles vivem sob o domínio de uma organização terrorista genocida, o Hamas, que despreza tanto a lei quanto a vida humana. Enquanto esse domínio persistir, tanto israelenses quanto palestinos estarão em perigo", diz o comunicado.

Na quinta-feira (4), Israel anunciou a abertura de novas passagens para entrega de ajuda humanitária. A nota da embaixada de Israel também diz que o país adotou esforços para facilitar o tratamento médico de civis feridos e o estabelecimento de hospitais de campanha.

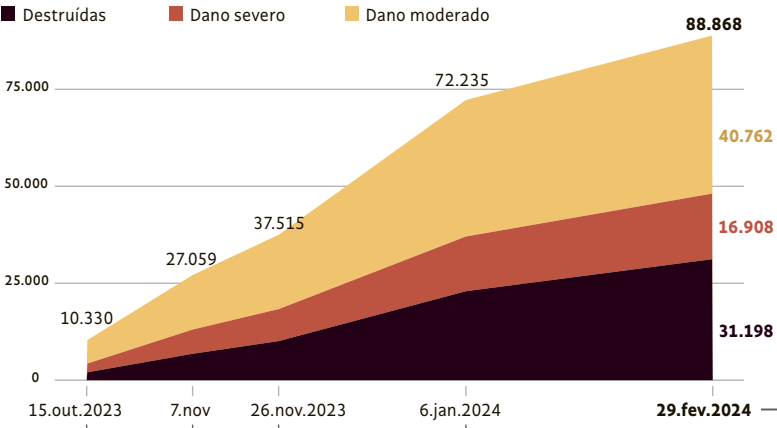
Guerra em Gaza completa seis meses com mais de 88 mil edificações destruídas ou danificadas

Situação das construções de Gaza

Destruídas | Dano severo | Dano moderado

15.out.2023: 10.330
7.nov: 27.059
26.nov.2023: 37.515
6.jan.2024: 72.235
29.fev.2024: 88.868 (31.198 destruídas; 16.908 dano severo; 40.762 dano moderado)

cada círculo corresponde a uma edificação

ISRAEL · Cidade de Gaza · Bureij · Khan Yunis · Rafah · Khuza'a · EGITO

Mortos no conflito, desde 7.out.2023

33.901 na Faixa de Gaza

1.200 em Israel

LÍBANO · SÍRIA · mar Mediterrâneo · Tel Aviv · CISJORDÂNIA · ISRAEL · EGITO · JORDÂNIA

Mortos palestinos no conflito

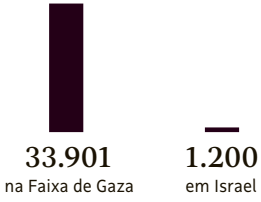
Em milhares

33 (7.out.2023 – 5.abr.2024)

Feridos palestinos no conflito

Em milhares

75,7 (7.out.2023 – 5.abr.2024)

Fontes: Unosat, GMO (escritório do governo de Gaza), UNRWA e Ministério da Saúde de Gaza, compilados pela ONU

Tel Aviv diz ter recuperado corpo de refém na véspera do 6º mês da guerra

AFP Quase seis meses após a invasão de Israel por terroristas, o Exército de Tel Aviv disse neste sábado (6) ter recuperado o corpo de um homem que havia sido sequestrado em 7 de outubro do ano passado.

"O corpo do refém Elad Katzir, assassinado em cativeiro pelo grupo Jihad Islâmico, foi recuperado e devolvido ao território israelense", disse o Exército em comunicado.

Katzir tinha 47 anos quando foi sequestrado no kibutz de Nir Oz, uma comunidade originalmente agrícola. Sua morte ocorreu em meados de janeiro, poucos dias depois que o Jihad Islâmico divulgou um vídeo no qual o refém pedia ao governo israelense que fizesse todo o possível para conseguir sua libertação, de acordo com um oficial militar do país invadido.

Uma operação foi lançada na última sexta (5), na cidade de Khan Yunis, para recuperar o corpo de Katzir. Forças israelenses exumaram o corpo à noite, antes de o repatriarem para Israel, onde ele foi identificado de forma oficial.

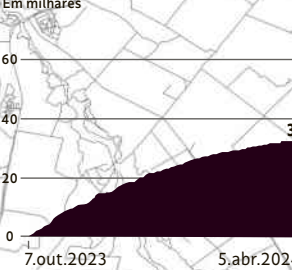
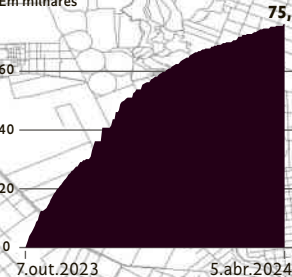
Após o anúncio, a irmã de Katzir criticou as lideranças governamentais de Israel. "[Libertá-lo vivo] teria sido possível se um acordo sobre os reféns tivesse sido alcançado a tempo", afirmou Carmit Katzir no Facebook. "Primeiro-ministro, gabinete de guerra, membros da coalizão [de governo]. Olhem-se no espelho e digam que suas mãos não estão cobertas com este sangue."

A guerra eclodiu em 7 de outubro com um ataque sem precedentes de terroristas do Hamas a partir de Gaza, matando cerca de 1.200 pessoas no sul de Israel, a maioria civis, segundo dados israelenses. O grupo terrorista também sequestrou aproximadamente 250 pessoas, das quais cerca de 130 permanecem no território palestino.

Israel, que promete destruir o Hamas, bombardeia de forma incessante a Faixa de Gaza. Em seis meses, ao menos 33.137 pessoas foram mortas no território, a maioria mulheres e crianças, segundo dados do Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas.

Também neste sábado, o subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths, classificou a guerra em Gaza de uma "traição à humanidade".

Em comunicado, Griffiths fez um apelo a uma "determinação coletiva para que haja uma responsabilização".

"Uma operação de ajuda já frágil segue sendo prejudicada por bombardeios, pela insegurança e a negação de acesso", afirmou. "Neste dia, o meu coração está com as famílias dos mortos, feridos ou mantidos como reféns, e com aqueles que enfrentam o sofrimento particular de não saber a situação de seus entes queridos", disse.

México rompe com Equador após invasão de embaixada

Policiais prenderam ex-vice-presidente que estava no local desde dezembro

SÃO PAULO O México rompeu relações diplomáticas com o Equador após sua embaixada no país sul-americano ser invadida na noite de sexta (5). Agentes encapuzados a bordo de carros blindados entraram no local, que é protegido pelo direito internacional, para retirar à força o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas.

O político, outrora um dos mais importantes do país, refugiava-se junto à missão oficial mexicana desde dezembro para evitar o cumprimento de um mandado de prisão. Ele foi levado para a prisão de segurança máxima La Roca, em Guayaquil.

Vídeos que circulam na imprensa local mostram o momento em que o funcionário da embaixada mexicana Roberto Canseco é jogado no chão por policiais ao tentar alcançar um dos carros do comboio. Ele estava encarregado da diplomacia do país no Equador após a embaixadora mexicana, Raquel Serur, ser expulsa na véspera, quando a crise entre as duas nações já escalava.

"Fui agredido e derrubado quando tentava impedir que entrassem como delinquentes", afirmou Canseco à imprensa logo após a detenção de Glas. O diplomata disse que estava saindo do local quando se deparou com policiais. "Isso é algo inaceitável. Fisicamente, arriscando a minha vida, defendi a honra e a soberania do meu país. É incrível que algo assim tenha acontecido."

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, anunciou em seguida a ruptura com o Equador e afirmou que a invasão era uma "flagrante violação do direito internacional e da soberania do México". "Instruí nossa chanceler a [...] declarar a suspensão imediata das relações diplomáticas com o governo do Equador", afirmou na rede social X.

Em um comunicado neste sábado (6), a chancelaria do México afirmou que todo o corpo diplomático do país será retirado e que recorrerá à Corte Internacional de Justiça e a órgãos regionais para denunciar a violação. "A Secretaria de Relações Exteriores exige uma investigação exaustiva do ataque", afirma a nota.

O Brasil também se manifestou condenando a ação "nos mais firmes termos". "A medida levada a cabo pelo governo equatoriano constitui grave precedente, cabendo ser objeto de enérgico repúdio, qualquer que seja a justificativa para sua realização", afirmou o Itamaraty, em nota. "O governo brasileiro manifesta, finalmente, sua solidariedade ao governo mexicano."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compartilhou a nota pelo X. "Toda minha solidariedade ao presidente e amigo López Obrador", afirmou. Também repudiaram a ação Nicarágua, Venezuela, Cuba, Bolívia, Honduras, Chile e Panamá.

A Nicarágua, liderada pelo ditador Daniel Ortega, foi o país mais contundente ao romper "toda a relação diplomática" com o Equador. Já a presidente de Honduras, Xiomara Castro, que chefia temporariamente a Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), convocou uma reunião do grupo na próxima segunda (8).

A Secretaria-Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) também se manifestou. Em comunicado, o órgão disse que os países não podem "invocar normas de direito interno para justificar o descumprimento de suas obrigações internacionais". "Neste contexto, manifestamos solidariedade a quem foi vítima das ações impróprias que afetaram a Embaixada do México no Equador". A organização ainda considerou necessária a realização de uma reunião de seu Conselho Permanente.

Glas tentava fugir das autoridades equatorianas, se refugiando na embaixada do México no Equador desde o dia 17 de dezembro —pesam contra o político acusação de peculato e condenações por corrupção, crimes pelos quais ele já cumpriu cinco anos de prisão antes de obter liberdade condicional a partir de um habeas corpus, em 2022. Sua defesa costuma argumentar que os processos são casos de perseguição judicial dos últimos governos e do atual, chefiado por Daniel Noboa.

É a mesma alegação de Rafael Correa, cujo segundo mandato na Presidência do Equador, entre 2013 e 2017, foi acompanhado por Glas na vice-Presidência. Antes de ocupar o cargo, o político detido nesta sexta havia sido ministro das Telecomunicações, entre 2009 e 2010, e de Setores Estratégicos, entre 2010 e 2012.

Atualmente, Correa está na Bélgica, onde também se refugia de uma condenação por corrupção. "Nem nas piores ditaduras violaram a embaixada de um país", afirmou o ex-presidente no X. "Responsabilizamos Daniel Noboa pela segurança e integridade física e psicológica do ex-vice-presidente Jorge Glas."

A crise diplomática começou na quarta-feira (3), quando AMLO, como o presidente de esquerda é chamado, afirmou que o assassinato do candidato Fernando Villavicencio, na campanha presidencial equatoriana de 2023, abriu caminhos para a vitória do atual presidente.

A administração de Noboa reagiu e afirmou que os comentários foram ofensivos, declarou Serur "persona non grata" e expulsou a embaixadora mexicana do país. Um dia depois, o México concedeu asilo a Glas, seguindo o costume de abrigar correístas como o ex-chanceler Ricardo Patiño e os deputados Soledad Buendía, Carlos Viteri e Gabriela Rivadeneira.

Ao anunciar o asilo, o Ministério das Relações Exteriores do México afirmou em comunicado que sua embaixada em Quito estava sofrendo um "claro assédio", com o deslocamento de policiais e militares em seus arredores desde quinta-feira.

Antes da invasão, o governo alegou que o asilo era "ilícito" e recusou-se a dar um salvo-conduto para que Glas fosse para o México. Após a operação, afirmou que embaixadas servem como espaços diplomáticos para fortalecer as relações entre os países.

"Nenhum criminoso pode ser considerado um perseguido político. Jorge Glas foi condenado com sentença final e tinha um mandado de prisão emitido pelas autoridades", disse a Secretaria de Comunicação de Noboa. Para o Ministério das Relações Exteriores do Equador, a concessão de asilo "apoia uma evasão da Justiça do Estado equatoriano e promove a impunidade".

Polícia invade embaixada do México em Quito para prender ex-vice-presidente do Equador Jorge Glas Alberto Suarez - 5.abr.24/AFP

Investigada, presidente do Peru diz que devolveu relógios de luxo a governador

AFP Alvo de investigação por enriquecimento ilícito, a presidente do Peru, Dina Boluarte, 61, disse ter devolvido relógios de luxo, que não teriam sido declarados, ao governador Wilfredo Oscorima. Os objetos, segundo ela, foram emprestados pelo aliado político.

Boluarte prestou esclarecimentos na sexta (5) ao Ministério Público no caso que ficou conhecido como "Rolexgate". O inquérito investiga suposto enriquecimento ilícito da mandatária com base na posse de relógios de luxo e joias.

Segundo Boluarte, a coleção de três relógios Rolex não é dela e foi emprestada por Oscorima, seu amigo próximo.

O depoimento começou às 8h30 da manhã (10h30 de Brasília) e terminou após cinco horas e meia. Boluarte deixou a sede do Ministério Público sem falar com a imprensa.

Horas depois, a presidente se pronunciou, admitindo erro no caso dos relógios. "Devo reconhecer que foi um erro aceitar emprestados esses relógios do meu amigo Wilfredo Oscorima", disse.

"Tudo o que foi dito é falso", enfatizou em relação às joias Cartier e Van Cleef, atribuídas a ela pelo Ministério Público.

Os promotores pediram à Boluarte que apresentasse, se os tivesse, os objetos de valor não declarados como parte de seu patrimônio, quando assumiu o cargo, e que mostrasse os comprovantes de compra ou explicasse sua origem.

A polícia revistou a casa de Boluarte e o escritório presidencial em 30 de março buscando a suposta coleção, composta por pelo menos três relógios de luxo da marca Rolex, que a imprensa atribui a ela por meio de fotografias publicadas nos últimos dias.

Grupos de apoiadores e opositores de Boluarte se reuniram ao redor do prédio do Ministério Público, enquanto ela prestava depoimento.

"Mulheres unidas, jamais serão vencidas!", "Dina resiste, Dina não está sozinha", foram os slogans de cerca de cinquenta manifestantes, a maioria mulheres, em apoio à presidente. Mas nem todos os gritos foram amigáveis. "Dina, a prisão te espera!", clamava em voz alta outro pequeno grupo não muito distante.

O governo espera que o caso seja esclarecido com a versão oferecida por Boluarte e assim encerrar um escândalo que já provocou dois pedidos de impeachment por parte de parlamentares de esquerda que formam oposição à presidente. Os pedidos foram rejeitados na quinta (4) pelo Parlamento, que tem maioria de direita.

O Ministério Público pediu explicações sobre a origem de depósitos bancários de um milhão de sóis peruanos (cerca de R$ 1,35 milhão) em suas contas no período em que atuou como ministra no período de 2021 a 2022.

O órgão também questionou Boluarte sobre "a posse de uma pulseira Cartier de US$ 56 mil (R$ 283 mil) e joias que teria usado em cerimônias e que superam US$ 500 mil (R$ 2,5 milhões)", como anunciou o procurador-geral Juan Carlos Villena.

As investigações pelos supostos crimes de enriquecimento ilícito e omissão de declaração em documentos começaram em 18 de março, após reportagem publicada pelo site La Encerrona.

O veículo revelou que Boluarte usou vários relógios Rolex em atividades oficiais desde que assumiu como vice-presidente do governo do ex-presidente de esquerda Pedro Castillo e ministra do Desenvolvimento e Inclusão Social em 2021.

Com Boluarte, são seis os presidentes envolvidos em denúncias de corrupção desde o início do século 21. Desde 2016, o Peru teve seis mandatários.

Lima volta a entrar em turbulência

Escândalo 'Rolexgate' provoca instabilidade política em país sul-americano

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da Folha em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Depois de um ano de relativa calma, a vida política no Peru volta a entrar em turbulência. A presidente, Dina Boluarte, encontra-se extremamente frágil. Com 9% de aprovação popular (segundo pesquisa Ipsos), hoje é praticamente refém de um Congresso que, por sua vez, tem 84% de desaprovação.

Além disso, vem sendo investigada por enriquecimento ilícito. Uma apuração aberta pela Procuradoria encontrou em suas contas US$ 300 mil, além de três relógios Rolex e outras joias. Na última sexta-feira (5), depois de uma audiência de mais de quatro horas, Boluarte afirmou que os relógios haviam sido empréstimos de um "amigo", o governador de Ayacucho, Wilfredo Oscorima — algo que ele prontamente respondeu, dizendo que os objetos não lhe pertenciam.

País que já teve seis presidentes nos últimos seis anos, com quatro deles derrubados por moções de vacância (processo mais acelerado que um impeachment), o Peru vinha sendo um caso raro na região que combinava instabilidade política com crescimento econômico.

A pós-pandemia e o atual desgoverno, porém, desta vez cobraram seu preço. Depois da tentativa de um autogolpe em dezembro de 2022, o então presidente, Pedro Castillo, deixou o poder. Em seu lugar, assumiu Boluarte, sua vice. Os apoiadores de Castillo, porém, não aceitaram a nova mandatária. Parte de sua base de eleitores, a população do campo, indígenas, afro-peruanos e camponeses, foi a Lima, e por três meses houve manifestações intensas que deixaram um saldo de mais de 60 mortos.

O resultado debilitou Boluarte e ela passou a necessitar da maioria do Congresso, dominado pelo Força Popular, o partido do fujimorismo, e de seus aliados para se manter no poder. Em troca, perdeu capacidade de ação e deixou de defender as bandeiras ideológicas com as quais se elegeu junto a Castillo —as de uma esquerda arcaica e conservadora nos costumes.

Enquanto isso, o Congresso, no qual quase dois terços dos parlamentares enfrenta algum tipo de processo por corrupção, garante a ela proteção contra novas moções de vacância. A presidente também desistiu de convocar novas eleições antes do fim do mandato de Castillo, em 2026, agradando o Parlamento, mas indo contra os manifestantes, antes apoiadores de sua força política.

O resultado de seu desastroso primeiro ano no poder é que o Peru teve uma de suas piores performances com relação ao PIB, que fechou 2023 com -0,6%. A informalidade chegou a 70% do mercado de trabalho. Entre o período Castillo e o momento, a imigração aumentou, levando 400 mil peruanos a sair do país.

"Se antes o problema do sistema peruano podia se explicar por conta da fragmentação dos partidos políticos, hoje creio que se trata justamente do contrário. Há um alinhamento demasiado forte dos partidos em torno do fujimorismo", diz o analista Will Freeman, do Council on Foreign Relations (EUA).

O atual Parlamento, até aqui unicameral, aprovou a restituição do Senado e a reeleição de congressistas, antes proibida. Isso poderia significar um fortalecimento interno desta coalizão. Muitos deles hoje são praticamente siglas de aluguel, com acusações de vínculos com o narcotráfico e com pequenas universidades privadas associadas à lavagem de dinheiro.

É improvável que tanto a presidente Dina Boluarte como o atual Congresso recuperem sua imagem. Algum arranjo político e medidas para melhorar a economia e diminuir a tensão social se fazem urgentemente necessários.

De outro modo, serão dois anos muito difíceis.

Brasil se abstém de apoiar missão da ONU contra Irã

Decisão vai na contramão de compromisso do governo Lula com minorias

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO O Brasil se absteve, na última quinta (4), de apoiar uma missão internacional que investiga violações de direitos humanos na repressão do Irã às manifestações por direitos das mulheres. Os atos irromperam no país do Oriente Médio após a morte de Mahsa Amini, em 2022.

"Considerando que o Irã vai aumentar seus esforços para melhorar a situação dos direitos humanos e baseado em um espírito de diálogo construtivo, o Brasil vai se abster", disse o embaixador brasileiro na ONU, Tovar da Silva Nunes, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

"Encorajamos o Irã a continuar aumentando seu engajamento com mecanismos internacionais de direitos humanos em um espírito de cooperação e abertura."

Votaram como o Brasil outros 14 países, como Bangladesh, Índia, África do Sul, Qatar e Emirados Árabes Unidos. Apesar de oito votos contrários que incluem China, Cuba e Sudão, a resolução foi aprovada com o apoio de 24 nações. Argentina, Bélgica, Chile e Honduras foram alguns dos países que votaram a favor.

Além de estender por mais um ano a missão internacional que investiga violações no contexto dos protestos, "especialmente no que diz respeito a mulheres e crianças", a resolução também prorroga por um ano o mandato de um relator especial para a situação dos direitos humanos no Irã e pede cooperação do país com a apuração.

O Brasil escolheu a abstenção a despeito de uma carta publicada no final de março na qual 43 organizações, incluindo Anistia Internacional e Human Rights Watch, pediam aos membros do Conselho de Direitos Humanos que apoiassem a resolução.

Em setembro de 2022, a jovem Mahsa Amini entrou em coma e morreu aos 22 anos após ser detida pela polícia em Teerã por supostamente não usar o véu islâmico da forma considerada correta. O caso levou milhares de iranianos às ruas contra o regime.

Nos protestos, mais de 500 pessoas, incluindo 71 menores, foram mortas, centenas ficaram feridas e milhares foram presas, segundo grupos de defesa dos direitos humanos. O Irã realizou pelo menos sete execuções ligadas aos atos.

No mesmo ano, o conselho da ONU aprovou uma resolução que, entre outros pontos, lamentou as mortes, pediu que o Irã pusesse fim a leis que discriminam as mulheres e criou uma missão de investigação. A votação do texto aconteceu em novembro de 2022, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Brasil também se absteve.

Em eventos do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) costuma reafirmar o compromisso com minorias e com o combate à desigualdade de gênero. Em março, a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, participou da 68ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW, na sigla em inglês) das Nações Unidas, em Nova York.

Ela participou da comitiva do Ministério das Mulheres e criticou a abertura do evento pela rede social X. "Três homens já falaram, nenhuma mulher. Difícil", escreveu.

> Considerando que o Irã vai aumentar seus esforços para melhorar a situação dos direitos humanos no país e baseado em um espírito de diálogo construtivo, o Brasil vai se abster"
>
> **Tovar da Silva Nunes**
> Embaixador brasileiro na ONU

Durante o voto desta semana, Nunes afirmou que, apesar de ver progressos no Irã em algumas áreas, como no acesso à educação para mulheres, o Brasil estava "profundamente preocupado com a manutenção da pena de morte no país, inclusive contra crianças".

"Ações mais profundas se fazem necessárias para garantir a liberdade de expressão e opinião", completou o diplomata. "O Brasil continua preocupado com relatos de violações dos direitos das mulheres, assim como de defensores dos direitos humanos e de minorias étnicas e religiosas."

Para Renata Bahrampour, coordenadora do setor de advocacy da Comunidade Bahá'í do Brasil, a declaração foi inconsistente. O grupo representa os membros no Brasil dessa religião minoritária que é perseguida no Irã.

"É evidente para todo mundo que o Irã é um Estado que reiteradamente viola direitos humanos e não parece cooperar com os mecanismos de proteção desses direitos", disse a advogada. "A meu ver, a abstenção do Brasil não é compatível com a grandeza do papel que o nosso país tem na ONU e, no cenário internacional, nem mesmo com o discurso do governo de querer fortalecer a nossa imagem."

Apesar disso, o voto não foi uma surpresa para ela, já que Brasília costuma poupar o Irã nesse tipo de votação independentemente do governo de turno. Uma exceção a essa postura aconteceu em 2011, quando o governo de Dilma Rousseff (PT) votou a favor de uma resolução dos Estados Unidos que pedia a criação de um mandato de relator especial a ser enviado ao país.

Bahrampour, por outro lado, celebrou a menção aos bahá'ís no voto brasileiro. "Nós reiteramos nosso apoio ao direito dos bahá'ís e de pessoas de outras minorias religiosas de exercer livremente a sua fé e pacificamente no Irã, sem nenhuma discriminação", afirmou Nunes na quinta.

"A comunidade brasileira é muito grata pelo fato de o Itamaraty ter mencionado expressamente seu apoio aos direitos dos bahá'ís iranianos de exercer livremente a sua fé no Irã. Essa posição é um reflexo do fato de o Ministério de Relações Exteriores sempre se colocar aberto, há muitos anos, para receber e ouvir denúncias de violação de direitos humanos cometidas pelo governo iraniano", afirma ela.

A advogada diz esperar uma mudança de posição do Brasil e, enquanto isso não acontece, torce para que a proximidade entre os dois países gere entendimentos para o avanço dos direitos humanos no país.

"A abstenção foi feita em nome do diálogo construtivo. A gente espera que o ministério possa aproveitar essa abertura e falar diretamente dos direitos humanos no Irã, sem que essas questões fiquem à mercê das relações econômicas entre os dois países."

Refugiados não deixariam território brasileiro rumo ao norte se tivessem mais oportunidades

OPINIÃO

Davide Torzilli
Representante da Agência da ONU para Refugiados no Brasil

Em uma série de reportagens especiais, a **Folha** mostrou in loco a dura realidade enfrentada por pessoas refugiadas e migrantes que se arriscam na perigosa travessia do Darién, entre a Colômbia e o Panamá, rumo ao norte do continente. Uma série primorosa, que alerta sobre os reais riscos de vida desta jornada insegura.

A certeza que temos pelo Acnur (Agência da ONU para Refugiados) é que, com maior acesso a oportunidades e meios dignos de vida e facilidade de reunificação familiar, as pessoas refugiadas talvez não deixariam o Brasil. E, sabemos, o país tem muito a ganhar em inovação, diversidade cultural, saberes e desenvolvimento a partir das contribuições dessas populações.

Há mais de 730 mil pessoas em necessidade de proteção internacional no Brasil –o que representaria a 26ª maior cidade brasileira. São pessoas de mais 160 nacionalidades que trazem consigo muitos conhecimentos e experiências que, assim como chegam, podem partir em busca de um sonho, mesmo que tendo de atravessar o pesadelo de Darién.

Como registrado no especial da **Folha**, com oportunidades dignas de trabalho, mesmo esta minoria que sai do Brasil continuaria aqui, empreendendo junto ao futuro dos brasileiros.

Os solicitantes de asilo que chegam ao Brasil são recebidos sob a proteção da Lei de Refúgio (9.474-1997), que considero um moderno instrumento de garantia de direitos e que segue atual e necessária. Globalmente, sabemos serem muitos os países que buscam restringir a entrada de quem foi forçado a se deslocar.

Na Lei de Refúgio brasileira está incorporada a Declaração de Cartagena sobre Refugiados, que este ano completa 40 anos. Esse instrumento ampliou a definição de refugiado para contemplar quem foi forçado a se deslocar não apenas em função de perseguições individualizadas ou a determinados grupos, mas também em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos e/ou violência generalizada no país de origem, a exemplo do que o Acnur entende ocorrer, hoje, no Haiti.

Entendo que a Declaração de Cartagena reflete solidariedade, responsabilidade compartilhada e inovação na busca de respostas e soluções para as pessoas forçadas a se deslocar. E posso dizer que é esse compromisso que temos visto na resposta brasileira às pessoas em necessidade de proteção internacional.

Diversos atores no Brasil têm trabalhado para assegurar que o país siga cumprindo com acordos internacionais e promovendo muitas boas práticas na proteção aos direitos das pessoas refugiadas.

Um exemplo prático e atual deste processo é a realização da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), que está sendo implementada em mais de cem localidades brasileiras, e que representa um marco de inclusão. Promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, esse processo de escuta e diálogo está mobilizando as comunidades refugiadas, migrantes e apátridas para discutirem políticas públicas que dialoguem com os seus anseios.

Da mesma forma, o Acnur tem mapeado mais de 40 organizações lideradas por pessoas refugiadas e migrantes justamente para estar ainda mais próximo dos desafios que enfrentam para que possamos buscar as soluções com elas, para elas.

E solucionar a imprevisibilidade de contextos que envolvem guerras, violações de direitos e as consequências das mudanças climáticas no deslocamento de pessoas não é uma tarefa fácil, requerendo adaptabilidade e recursos para seguirmos impactando positivamente a acolhida e integração dessas pessoas.

Ainda que notemos uma minoria de refugiados que aqui chegam e, por desafios de integração, decidem sair do Brasil, a sólida legislação brasileira e as políticas públicas em aprimoramento são capazes de garantir, cada vez mais, o acesso à proteção e a um recomeço digno.

Com a devida articulação de todos os setores, incluindo entes públicos, privados e sociedade civil, seguramente os sonhos que almejam poderiam ser construídos aqui. Para tanto, basta provermos as oportunidades que gostaríamos de ter para nós mesmos. Isso é ter empatia.

Ministério de Situações de Emergência da Rússia/Divulgação via AFP

RÚSSIA RETIRA MAIS DE 4.000 PESSOAS APÓS BARRAGEM ROMPER

Mais de 4.000 pessoas foram retiradas de uma área inundada em Oremburgo, ao sul dos Montes Urais, após o rompimento de uma barragem na última sexta (5), segundo autoridades. O governador regional, Denis Pasler, afirmou que pouco mais de 2.500 casas foram inundadas, e 4.208 pessoas, incluindo 1.019 crianças, tiveram de ser retiradas.

Os moradores foram levados para centros de abrigos temporários. As inundações ocorreram um dia após o rompimento de uma barragem em Orsk, cidade na fronteira com o Cazaquistão, segundo o Ministério Público regional, responsável pelo caso. A Rússia abriu um processo penal por "negligência e violação das normas de segurança na construção" da barragem, erguida em 2014.

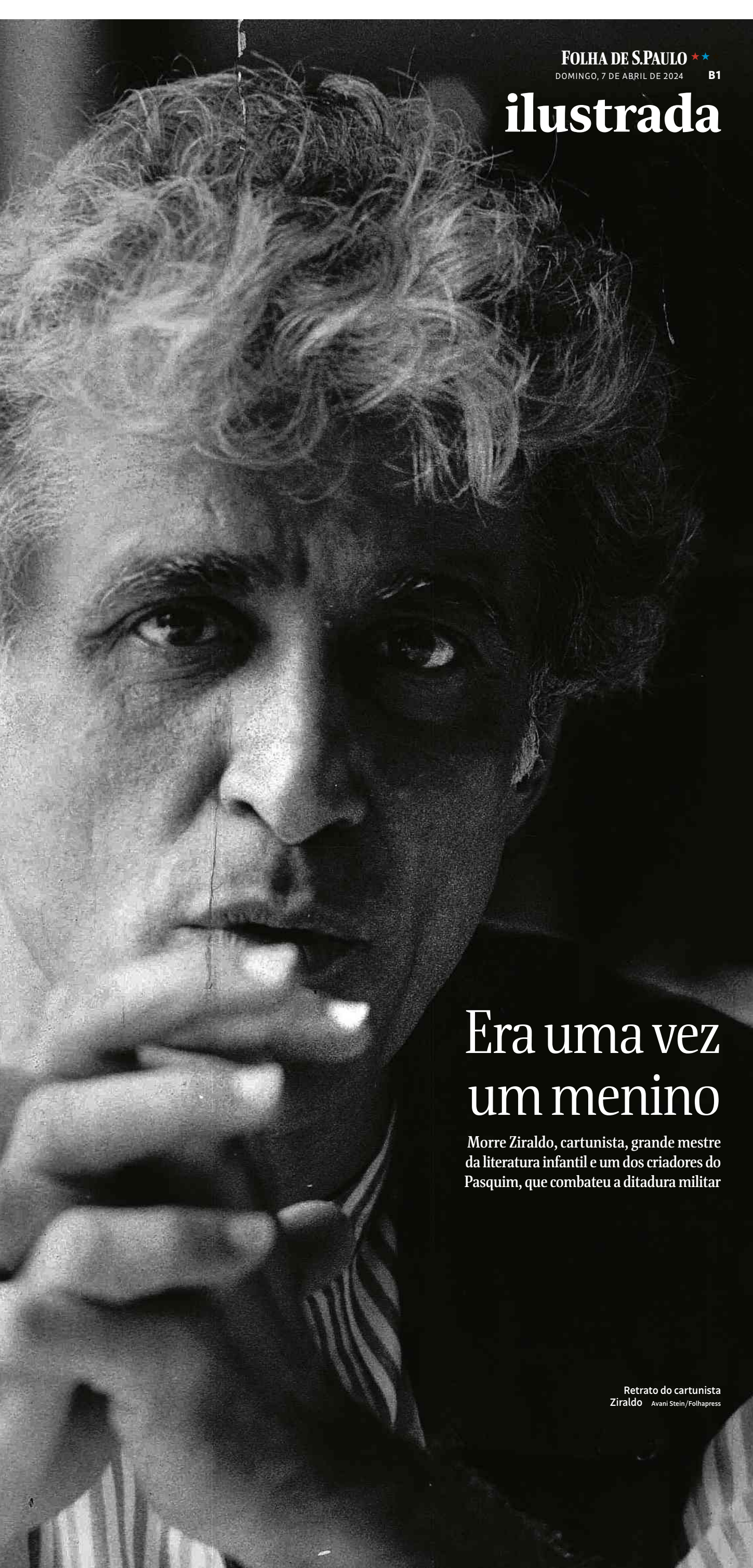
As autoridades disseram que o derretimento da neve provocou aumento do nível dos rios na região, incluindo o Ural, o que teria ocasionado o rompimento parcial da barragem. Não há indicativo de que o rompimento tenha sido uma consequência da Guerra da Ucrânia, em curso desde fevereiro de 2022.

INÊS 249

ilustrada

Retrato do cartunista Ziraldo Avani Stein/Folhapress

Era uma vez um menino

Morre Ziraldo, cartunista, grande mestre da literatura infantil e um dos criadores do Pasquim, que combateu a ditadura militar

Matheus Rocha e Nathalia Durval

SÃO PAULO O cartunista Ziraldo, criador do célebre personagem "O Menino Maluquinho", morreu na tarde deste sábado, em sua casa no Rio de Janeiro, aos 91 anos, de uma falência de múltiplos órgãos. A informação foi confirmada por Daniela Thomas, filha do artista.

Com mais de sete décadas de carreira, ele teve um trabalho profícuo e criou personagens emblemáticos para a literatura infantil. Seus livros venderam mais de 10 milhões de exemplares e foram publicados em vários idiomas.

Nascido em Caratinga, em Minas Gerais, Ziraldo Alves Pinto tinha apenas seis anos quando seu primeiro desenho foi publicado nas páginas do extinto Folha de Minas, obra enviada por sua mãe. Esse foi o começo de uma longa relação com a imprensa. Depois disso, publicou em veículos como O Cruzeiro e o Jornal do Brasil.

No entanto, foi por meio de seu trabalho no jornal O Pasquim que ele se tornou uma figura conhecida no país. Com humor ácido e linguagem desbocada nos anos de chumbo da ditadura militar, a publicação ajudou a estabelecer os rumos do jornalismo brasileiro ao tecer críticas ao regime.

Em razão do engajamento político, ele foi preso três vezes, mas nem por isso deixou de desenhar. Na cela, seguiu no ofício, usando seu conjunto de canetas para criar, por vezes, um simples limoeiro que imaginava no pátio monocromático do presídio.

Nos anos 1960, o saci-pererê criado por Ziraldo se tornou o personagem principal de "A Turma do Pererê", a primeira revista em quadrinhos do Brasil totalmente colorida e desenhada por um único autor. Já na década de 1980, ele criou "O Menino Maluquinho", com o personagem que se tornaria um clássico da literatura infantil e um fenômeno editorial.

Há dez anos, o cartunista disse que decidiu criar seu personagem mais conhecido após uma palestra com pais e professores sobre a educação dos filhos. "Disse que devíamos preparar os filhos para o dia de hoje, pois o futuro será feito de muitos 'hojes'", disse ele. Quando chegou em casa, decidiu inventar a história de um menino que vive com intensidade e urgência.

"Ziraldo foi um dos dois ou três maiores artistas gráficos da história do Brasil", diz o escritor Ruy Castro. "Ele era capaz de criar marcas, lettering. Era capaz de fazer tudo graficamente. Ziraldo desenhava enquanto conversava com 30 pessoas ao mesmo tempo."

Segundo o escritor de livros infantis Ilan Brenman, Ziraldo revolucionou a literatura para crianças por não subestimar a inteligência dos jovens.

"Ele tinha muito respeito pela sensibilidade e pela inteligência dos leitores. Não menosprezava o jovem e não achava que qualquer coisa vale para ele." O escritor diz que os livros "Flicts", de 1969, são um exemplo disso. A obra conta a história de uma cor solitária, que todas as outras acham feia.

"É uma história maravilhosa sobre sentimentos e emoções que pode cativar desde crianças pequenas aos adolescentes, passando pelos adultos."

Mell Brites, escritora e editora da Baião, selo da Todavia para crianças, reforça "Flicts" como um clássico da literatura infantil brasileira. "Foi uma obra pioneira, que olhou de uma maneira completamente nova para a relação texto-imagem. Ele abriu caminhos de pensamento gráfico para o livro e marcou a época", diz. "É um livro paradigmático na literatura de forma geral."

O corpo de Ziraldo será velado na manhã deste domingo, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e será enterrado no cemitério São João Batista, também na zona sul da capital fluminense. Ele deixa duas filhas, Daniela Thomas e Fabrizia Alves Pinto.

Leia mais nas págs. B2 e B3

INÊS 249

Ziraldo revolucionou a literatura para crianças

Cartunista, expoente da cultura brasileira, conseguiu se tornar um gigante numa área esnobada pela alta literatura

OPINIÃO

Bruno Molinero
Jornalista e autor do blog Era Outra Vez

Não sei se os leitores conhecem as engrenagens acionadas num jornal quando alguém como Ziraldo morre.

Em segundos, todos os jornalistas se divide para produzir reportagens, análises, comentários e repercussões que busquem resumir a vida e a obra da pessoa. Mas aqui há um problema. No caso de Ziraldo, isso é quase impossível. Porque estamos diante de um gigante da cultura.

E não estou falando sobre a sua altura, que fazia qualquer criança achar que estava em frente a uma montanha. Nem dos braços largos, da voz simultaneamente retumbante, terna e maliciosa ou das sobrancelhas grisalhas e grossas, que serviam de cartão de boas-vindas. Ziraldo foi gigante pela obra que deixou.

O mineiro de Caratinga tinha um quê de artista renascentista. Jogava nas 11 posições do campo. Ele era incansável. Foi autor de dezenas de livros para crianças que marcaram a literatura infantojuvenil brasileira, mas atuou também como jornalista, pintor, escritor, editor. Onde houvesse palavra e imagem, Ziraldo buscava meter a mão, a tinta, o bom humor sempre afiado e se lambuzava.

Talvez o jeito mais eficiente de chegar perto de sua estatura neste momento seja publicar dezenas de textos, um para cada área que Ziraldo conseguiu abraçar, do Pasquim ao Menino Maluquinho.

Por isso, estas linhas vão falar só sobre literatura infantojuvenil —que de "só" não tem nada, porque é um universo dentro de sua produção.

Não é exagero dizer que Ziraldo faz parte do time que transformou o livro para crianças e jovens no Brasil. Está ao lado de Monteiro Lobato, Ângela Lago, João Carlos Marinho, Tatiana Belinky e de outros nomes que continuam na ativa, pulsantes, como Marina Colasanti, Ana Maria Machado, Lygia Bojunga e Eva Furnari, por exemplo, só para citar alguns desses autores.

Assim como todos eles, o pai do Menino Maluquinho nunca se contentou em criar histórias que apenas divertissem o público de forma engraçadinha. O artista foi muito mais a fundo do que isso. Chacoalhou a estética, a escrita, o visual.

Nos seus livros, muito por causa da formação como jornalista e cartunista, texto e imagem costumam ser inseparáveis. Hoje, essa conversa pode soar um pouco embolorada para quem estuda o livro ilustrado, que costuma ser definido pela relação de simbiose entre palavra e ilustração. Só que Ziraldo já estava fazendo isso nos anos 1960, período em que muita coisa ainda era mato.

Isso fica evidente já nas primeiras páginas de "Flicts", seu best-seller e clássico de 1969. Lançado no auge da ditadura militar brasileira e durante a Guerra Fria, a obra conta a história da tal cor chamada Flicts, que é triste porque não acha o seu lugar no mundo.

Metáfora existencial e política sobre a eterna busca que temos pela nossa essência, a obra não opta pelo caminho fácil e indolor das imagens figurativas e fofinhas. Ziraldo cutuca a ferida e constrói um projeto gráfico com cores estouradas e formas geométricas cheias de vértices, arestas e ângulos que se dissolvem, se refazem e flertam com o abstrato, criando uma ponte ousada entre a literatura infantil, as vanguardas do início do século 20 e o que de mais fresco era produzido no design. Hoje em dia parece óbvio, com mil títulos assim disponíveis nas livrarias. Naquela época, no entanto, nem um pouco.

Esse respeito pela inteligência da criança acompanhou o escritor e cartunista durante quase toda a sua carreira. Suas publicações conquistaram, sim, uma legião fiel de fãs e coroaram Ziraldo como um dos reis de bienais e feiras do livro Brasil adentro, onde não era raro vê-lo durante quatro ou cinco horas autografando edições para crianças e adultos. Mesmo com ampla aceitação do público, porém, ele nunca foi devidamente reconhecido pelo entourage que define a chamada "alta literatura".

Apesar de ter se candidatado a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, por exemplo, Ziraldo engrossou a lista dos que não foram vistos pela miopia imortal e tiveram o ingresso negado. Deixo o próprio autor falar sobre o tema.

"Se você consegue encantar uma geração, fica muito difícil de desaparecer. É o caso de Monteiro Lobato, Lewis Carroll, irmãos Grimm", afirmou ele em 2016 a este jornal.

Ziraldo não conquistou apenas uma geração —mas dezenas delas ao longo de mais de 60 anos de carreira, período no qual formou leitores, produziu literatura combativa e viu suas criações no grupo de personagens que dão corpo à cultura. Isso vale mais do que troféus e medalhas.

REPERCUSSÃO

Mauricio de Sousa
cartunista e escritor
"Que tristeza! Não tenho palavras. Perdi mais que um grande amigo. Perdi um irmão. Das letras, dos traços e da vida."

Lula
presidente do Brasil
"São inúmeras e diversas as contribuições de Ziraldo. Na defesa da imaginação, de um Brasil mais justo, com democracia e liberdade de expressão."

Walter Salles
cineasta
"O Brasil perde um mestre genial, lúdico, que influenciou o imaginário de gerações e gerações."

Xuxa
apresentadora
"Foi no seu programa, 'Etcétera', que a minha vida na televisão começou. Desde então, você sempre fez parte da minha vida, da minha história, da história da Fundação Xuxa e de tantas crianças. Obrigada por tudo o que você plantou e um beijo no seu coração. Vai com Deus."

Ziraldo segura um cartaz pedindo 'Diretas Já', em fotografia de 1984 Avani Stein/Folhapress

Autor incluiu a diversidade e a fauna brasileira em sua obra, mas também levantou polêmicas

ANÁLISE

Marcella Franco
Editora da Folhinha e do Folhateen

SÃO PAULO Nem só de panela na cabeça são feitos os descendentes de Ziraldo. Claro que o Menino Maluquinho, nascido em 1980, tem lugar garantido como o personagem mais famoso do cartunista. Tanto que foi ele, o moleque travesso usando uma caçarola como chapéu, o escolhido para, na forma dum boneco gigante, convidar o público para a exposição "Mundo Zira", em cartaz no CCBB carioca até maio.

Mas não há de ser pecado dizer que a fama não garante por si só também o posto de criação mais amada a este Maluquinho —o próprio Ziraldo o considerava "cult", algo reservado, quem sabe, aos adultos fãs das crianças prodígio dos quadrinhos, como Mafalda e Lucy Van Pelt. Até o criador sabia que daquela mesma prancheta surgiram figuras mais queridas das infâncias.

Pegue "A Turma do Pererê", criada em 1958 e publicada pela primeira vez na revista O Cruzeiro, em 1959, com o nome de "Pererê". Uma galera formada pelo Saci, sua namorada Boneca de Pixe, seus amigos indígenas Tininim e Tuiuiú e a patota animal com uma onça branca, um jabuti, um macaco e um tatu.

Entre idas e vindas de editoras —em 1964, por exemplo, o regime militar esvaziou de publicações as bancas de jornal— e variações de tiragem ao longo dos quase 20 anos em que foram impressos, os quadrinhos da "Turma do Pererê" foram tão populares que viraram especial da TV Globo em 1983, um sinal importante de sucesso entre produções criativas dos anos 1970 e 1980.

A história mostrava o indígena Tininim exausto do mato e do ar puro, e decidido a trocar a vida na floresta pela sedutora existência numa metrópole. Galileu, a onça, convoca então os amigos da Mata do Fundão para uma reunião de emergência, na qual se decide que o Saci irá atrás do amigo na cidade grande.

Ziraldo imaginou, décadas antes da consciência ambiental que habita o coração da infância de hoje, o caos e a cobiça que uma onça-pintada despertaria ao circular num centro urbano. Ilustrou a dimensão da fauna e da flora nacionais e a opôs à gravidade do desprezo por sua preservação, questão que à época era circunscrita apenas à aflição de minguados ecologistas.

O especial de TV virou disco pela Som Livre em 1983, com letras escritas por gente graúda como Guilherme Arantes, Fagner e Ivan Lins, e músicas gravadas por Gal Costa, Zezé Motta, Luiz Melodia, entre outros. Vendeu milhares de cópias e se tornou frisson nas vitrolas, unindo em casa adultos e crianças como poucos sabem fazer 40 anos depois.

O debute literário "Flicts" —que também ganhou trilha sonora nos mesmos anos 1980, assinada pelo próprio Ziraldo junto de Sérgio Ricardo— talvez tenha feito mais pelas crianças deslocadas do que qualquer outro livro infantojuvenil.

A história, de 1969, mostra a cor meio bege e triste que ninguém queria por perto por ser "feia" e "sem graça", já que não é tão forte quanto o vermelho, tão intensa quanto o amarelo ou pacífica quanto o azul.

Numa crítica no jornal, o escritor Carlos Drummond de Andrade se derramou diante da poesia de "Flicts". "O conto contado por Ziraldo só merece um adjetivo, infelizmente desmoralizado: 'maravilhoso'."

Em 1986, nasceu o Menino Marrom, traço delicado que trazia na capa do livro um garoto lindo, com olhos gigantes e dum realismo apaixonante. As perguntas do menino giravam em torno da diversidade de cores da pele e histórias de vida na infância.

Para tanto, Ziraldo contrapõe a existência do protagonista à do Menino Cor-de-Rosa, num movimento arriscado que anos depois levantaria críticas a uma suposta postura racista do autor.

Ana Maria Gonçalves, autora de "Um Defeito de Cor", de 2006, publicou em 2011 carta aberta a Ziraldo apontando os problemas que via em "O Menino Marrom", que "embora seja a figura simpática e esperta e bonita" estaria "fadado a ser pé-de-chinelo, em comparação ao seu amigo menino cor-de-rosa". "O menino marrom, ao crescer, talvez virasse marginal, fado de muito negro."

Em tempos de revisionismo e cancelamento da literatura, incluindo a infantojuvenil, é interessante pensar que a partida do premiado autor possa encorajar a leitura contextualizada de Ziraldo.

Artista usava o humor como uma arma contra a ditadura no Pasquim

Cartunista foi um dos fundadores e grande entusiasta do semanário, que se tornou marco no jornalismo nacional

ANÁLISE

Marcos Augusto Gonçalves
Editor da Ilustríssima

SÃO PAULO Um homem que se escora com um braço numa parede, que é a própria margem do desenho, está perpassado por um facão —ou uma espada— que lhe foi cravada nas costas e vazou pelo seu tórax. Com uma expressão dolorida e de certa forma estoica, o personagem explica para quem o observa que "só dói quando eu rio".

A charge icônica de Ziraldo Alves Pinto, publicada no Pasquim, é uma dolorosa metáfora de uma época. Expressa não apenas a opressão política promovida pela ditadura militar como também a situação existencial daquele tempo, o modo como a atmosfera sufocante se materializava no corpo e no ânimo —ou no desânimo— de quem tentava sobreviver ao cerco que se impunha às liberdades.

Tratando-se de um chargista que dedicou grande parte de sua obra ao humor, o cartum se revestia de significados também de ordem autobiográfica. Como situar o riso, essa reação tão humana, num contexto que seria, na realidade, de chorar?

A aparente contradição, com toda a sua dimensão trágica, foi enfrentada pelo artista e explorada de maneira surpreendente e brilhante pelo grupo de chargistas do Pasquim, que reunia, entre outros, craques como Jaguar, Fortuna, Henfil, Claudius e Millôr Fernandes.

O semanário, do qual Ziraldo foi um dos fundadores e grande entusiasta, tornou-se um marco no jornalismo brasileiro não apenas por ser uma espécie de partido do humor na resistência à ditadura, mas pela qualidade de seus colaboradores da área de texto —Paulo Francis, Ivan Lessa, Sérgio Augusto, Tarso de Castro, Ruy Castro, entre tantos— e pelo desenvolvimento de uma linguagem despida de solenidades e clichês.

Um tipo de intervenção jornalística que confrontava o poder sem heroísmos retóricos ou demagogias. E que criticava seus próprios autores.

Com essa pegada crítica e corrosiva, a chamada turma do Pasquim não vendia gato por lebre. Assumia-se como o que era, um grupo de humoristas, escritores e jornalistas que pertencia à classe média ou à elite do Rio de Janeiro e se proclamava representante de uma república livre de Ipanema, bairro carioca que congregava boa parte da intelectualidade e da boemia bem pensante da cidade —o centro por excelência da cultura brasileira naquela época.

O Pasquim, criado em 1969, pouco depois do AI-5, o decreto que recrudesceu o ímpeto autoritário da ditadura, com cassações, prisões e perseguições implacáveis, foi um sucesso imprevisto. Chegou a atingir tiragens em torno de 200 mil exemplares em seu auge, um patamar impensável para o que seria um semanário alternativo de oposição.

Não por acaso, seus colaboradores foram acossados e presos pelo regime. Alguns dos colunistas escreveram do exílio, como Caetano Veloso, na temporada que se viu forçado a passar fora do país, em Londres, com Gilberto Gil.

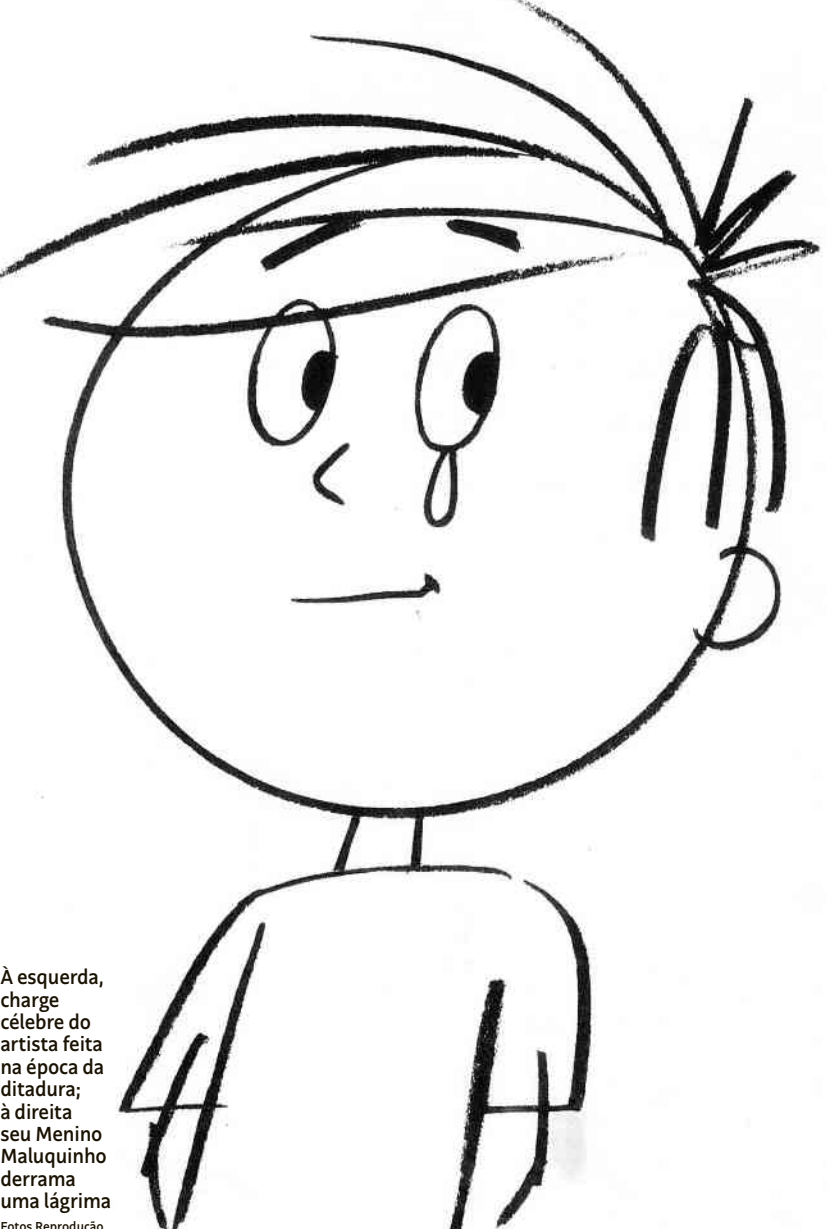
Ziraldo foi uma figura central nesses anos, com charges políticas e de costumes —algumas, nesta última categoria, que talvez não fizessem tanto sucesso em nossos dias, por expressar tiradas machistas daqueles círculos ipanemenses de outras décadas.

O amor genuíno pelo Brasil sempre foi um traço distintivo de sua obra. Admirador dos quadrinhos americanos, procurou produzir personagens e histórias brasileiras, que correspondessem à realidade do país, de sua cultura, de seu povo e de seus dilemas.

Um humanista progressista, Ziraldo conquistou gerações, adultos, jovens e crianças com seus tipos marcantes —de Jeremias, o Bom ao Menino Maluquinho, passando pelo Pererê ou Flicts.

Dono de um traço instantaneamente identificável, seu talento para o desenho e para a gráfica era exuberante. Ficarão eternizados em livros, cartazes, gibis e charges.

Era eu criança quando fui a um lançamento do livro "Flicts" em Copacabana e pude vê-lo, ao fazer uma dedicatória, desenhando uma rosa na folha de rosto. Foi como mágica assistir às pétalas nascendo de traços que iam e vinham e davam voltas sem que a caneta saísse do papel.

Ziraldo também é isso para quem conviveu com sua longa fase criativa —uma referência afetiva de uma época. É assim como um gosto de doce ou uma canção.

À esquerda, charge célebre do artista feita na época da ditadura; à direita seu Menino Maluquinho derrama uma lágrima
Fotos Reprodução

'Ler é mais importante que estudar', afirmava o artista gráfico

OPINIÃO

Mônica Rodrigues da Costa
Poeta, professora, tradutora e jornalista

Ziraldo dizia que escrever e desenhar um livro são como gerar e criar um filho. Depois da morte do poeta, designer, também cartunista, jornalista e cronista que ele foi, sua obra, mais do que nunca, pertence a todos os brasileiros, integra o inventário simbólico do país.

O autor do Menino Maluquinho inventou um padrão visual e um estilo de escrever para o público infantil. Onde atuou Ziraldo deixou marca.

O Pasquim é considerado o principal jornal crítico da contemporaneidade. Ziraldo foi preso político pelas edições do semanário, publicado durante a ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985. Entre os intelectuais que o criaram se destacam Paulo Francis, Millôr Fernandes, Jaguar, Luís Carlos Maciel. Nesse momento, o texto vale tanto quanto o cartum, que fala mais alto em tempos de vozes silenciadas e exílios.

A partir de "A Turma do Pererê", de 1961, e em forma de HQ, Ziraldo deu início a uma verdadeira revisão da literatura infantojuvenil que se produzia na nação. Leitor de Monteiro Lobato, mas fã mesmo de Machado de Assis, o autor cumpriu a fase da releitura dos mitos difundidos às crianças.

Com isso, pôs em xeque o imaginário brasileiro durante pelo menos 50 anos, já que o gibi se transformou em coleções de livros adquiridos pelo governo para escolas públicas. A lenda sincrética do saci convive com a figura da onça e do indígena brasileiro e com a tartaruga das fábulas herdadas do Oriente.

Os personagens são ainda pretextos para o autor opinar sobre a humana forma de viver de seu tempo. Ele os transporta para o ambiente contemporâneo, com preocupações éticas e ecológicas.

Na esteira das fábulas e crônicas com animais, nasceu "O Bichinho da Maçã", ponte para a produção intelectual de Ziraldo para adultos, já que o personagem é um contador de piadas e retoma a linguagem dos cartuns, que deu ao jornalista notoriedade em O Pasquim.

Veio, então, sua obra-prima, "Flicts", de 1969, combinação apropriada entre a concepção de livro ilustrado e logotipos industriais, que entravam na poesia como um tipo especial de vocábulo. Aliada à nova forma, versos representam a tristeza de um menino-cor, à procura de seu lugar no mundo.

Depois veio a crônica-cartum-poema "O Menino Maluquinho", traduzido até em catalão. Intimista, o livro destaca a tristeza lírica da criança diante da separação dos pais. Em 2022, o personagem virou uma série animada da Netflix.

O trânsito pelo trabalho publicitário transferiu saberes para o campo da crônica poética na produção infantil.

Ziraldo virou campeão de vendas —seus livros venderam mais de 10 milhões de exemplares— e nunca mais saiu de cartaz, em livros, filmes, gibis, peças de teatro, tudo isso a partir dos desdobramentos da obra em curso.

Durante a pandemia, sua filha, Fabrizia Alves Pinto, reeditou uma charge feita por Ziraldo durante a ditadura. Nela, o mapa do Brasil explodia em sangue, retratando a violência daquela época. Em 2020, ganhou o significado das mortes causadas pelo coronavírus.

Ela mantém o Instituto Ziraldo, no antigo estúdio do cartunista, no Rio de Janeiro, com parte de seu acervo.

É cedo para avaliar sua obra. Ela se dá a ver por inteira agora e exige revisão. Por que ele não foi escolhido para a Academia Brasileira de Letras? Por que não entrou nas antologias de poesia, como reconhecimento pelas instâncias legitimadoras, e permanece restrita ao universo supostamente inferior da literatura infantil, com mais de 150 livros publicados?

Antes o poeta-pintor fosse eterno, pois não há tristeza que cesse diante da morte de Ziraldo. Parafraseando a frase de Roberto Carlos a Caetano Veloso, "artista nunca envelhece". Por que tem de morrer?

Chegou a dizer disparates em opiniões à mídia, porque conquistou o direito de revelar o que considerava a crueza de um regime social, político e econômico mais injusto do que em seu tempo de juventude. Ele se considerava um "aspite", isto é, um assessor de palpites. Repetiu como papagaio que os pais hoje deixam as crianças "mais burras e submissas". Que isso sirva a todos de lição e fique como herança de quem nunca teve medo de lutar por um Brasil humano.

cotidiano

Cotas têm apoio de 83%, mas critério racial divide população

Datafolha aponta que 56% são contra atual modelo usado no ensino superior

Paulo Saldaña e Mariana Brasil

BRASÍLIA Pesquisa Datafolha sobre a lei de cotas nas universidades federais mostra que mais da metade da população é contrária ao modelo atual da política, mas com diferentes entendimentos.

Dados mostram que 41% das pessoas dizem acreditar que a lei deve existir para alunos de escola pública, mas sem critério racial. Outros 15% afirmam que não deveria haver nenhuma reserva de vagas.

Por outro lado, 42% opinaram que a lei deve permanecer como é hoje, com cota de 50% das vagas para alunos de escola pública, prevendo reservas específicas para pobres, pretos, pardos e indígenas.

Assim, o apoio a regras de reserva de vagas nas universidades federais soma 83%, mas o critério racial divide a população. Da mesma forma que 56% indicam ser contrários ao modelo vigente (ao somar os 41% contrários a reserva por raça, mas favoráveis ao modelo social, e 15% que se opõem a qualquer reserva).

A Lei de Cotas foi aprovada em 2012 e no ano seguinte passou a valer na seleção de alunos das universidades federais de forma escalonada. Só em 2016 a reserva de 50% das vagas foi alcançada de maneira ampla. Instituições estaduais, como a USP (Universidade de São Paulo), a princípio não afetadas pela lei, também caminharam para o mesmo modelo.

No ano passado, o Congresso aprovou uma renovação da legislação —entre as novidades, houve redução da renda familiar para reservas de vagas e a inclusão de estudantes quilombolas entre os beneficiários do sistema. A lei de 2012 previa revisão dos critérios de inclusão após 10 anos.

A pesquisa Datafolha fez 2.002 entrevistas presenciais em 147 municípios em 19 e 20 de março de 2024. A margem de erro para a amostra geral é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

O levantamento mostra que o apoio à lei vigente, com critérios sociais e raciais, é maior nos grupos mais afetados pela política: entre estudantes (53%); entre pessoas pretas e entre jovens de 16 a 24 anos (ambos com 47% de apoio).

Quanto mais velho, maior a rejeição às cotas. Entre aqueles com mais de 60 anos, 21% são contrários a qualquer tipo de reserva de vagas, enquanto 39% consideram que a lei deve permanecer como está.

As cotas também dividem o eleitorado. Aqueles que votaram em Lula (PT) no 2º turno da última eleição dão 55% de apoio à lei como está, e 8% rejeitam qualquer tipo de cota. Entre os eleitores de Jair Bolsonaro (PL) no 2º turno, o apoio aos termos atuais da lei cai para 30% e a oposição a qualquer reserva sobe para 21%.

As margens de erro variam de 3 a 5 pontos para mais ou para menos no estrato racial e de 4 a 5 no de idade.

A ação afirmativa busca reduzir as desigualdades de acesso ao ensino superior público a grupos historicamente excluídos. Estudos têm mostrado o potencial de inclusão da política, com mudanças no retrato social e racial dos alunos. Também concluíram que não houve prejuízo para a qualidade das instituições.

Essas foram algumas das conclusões, por exemplo, de uma avaliação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do governo federal. O estudo foi feito em 2022, ainda sob o governo Bolsonaro.

Candidatos durante exame da primeira fase da Fuvest na FEA USP Rubens Cavallari - 19.nov.23/Folhapress

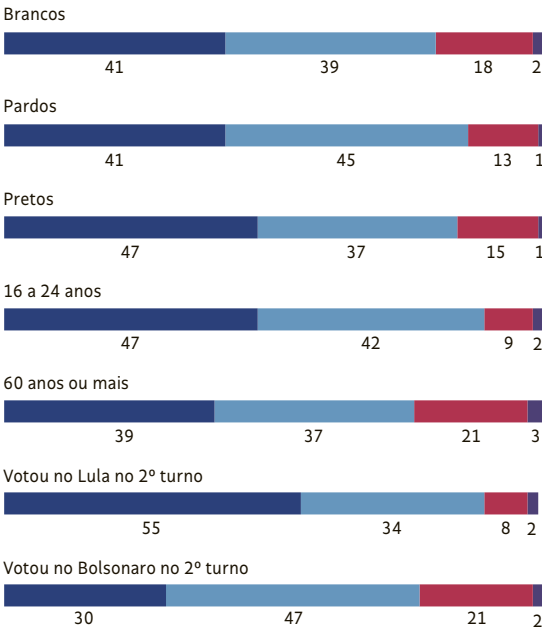
Reserva de vagas no ensino superior

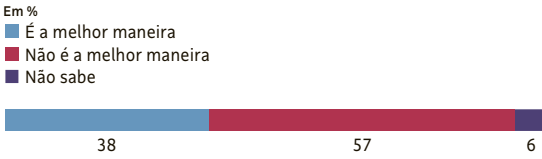
• Em 2012 foi adotada uma lei de cotas, que reserva 50% das vagas em universidades federais para alunos de escola pública e parte delas para alunos pobres. Dentro destas vagas, a lei estabelece cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas

Maioria apoia cotas, mas há divergência sobre critério racial

Em %

Perfil

Em %

Em alguns processos de ingresso, comissões de especialistas são responsáveis por avaliar se os aprovados são de fato negros. Essa é a melhor maneira ou não de avaliar se uma pessoa deve ter direito à cota para negros?

Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.002 entrevistas em 147 municípios em 19 e 20 de março de 2024. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou menos; soma de percentuais podem não chegar a 100% devido a arredondamentos

A "Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro: avanços e desafios futuros", capitaneada pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), concluiu que o grupo com a maior variação percentual no número de ingressantes por reserva de vagas foi o de negros de escola pública e de baixa renda: alta de 205% de 2013 a 2019.

Outro estudo de pesquisadores do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) também identificou resultados positivos com relação aos objetivos da lei. A participação de estudantes pretos, pardos e indígenas de escolas públicas entre os ingressantes aumentou de 27,7% para 38,4%, de 2012 a 2016.

Levando-se em conta apenas estudantes da rede pública, independentemente da cor da pele, a variação de inclusão foi de 55,4% para 63,6%, de acordo com o mesmo trabalho.

"Teve uma mudança institucional, social e cultural grande no Brasil a respeito da aceitação das políticas afirmativas de recorte racial. Quando as cotas começaram a ser propostas e a Lei de Cotas foi aprovada em 2012, a opinião pública era muito contrária às políticas de recorte racial", diz o pesquisador Adriano Senkevics, um dos autores do estudo.

Ele afirma que o monitoramento dos resultados da lei ainda é acompanhado de desafios porque muitas universidades não coletam informações de cor e raça dos alunos.

"Existe essa resistência histórica a obter informação de cor e raça e isso reflete nos dados. Existe oposição à política racial e uma parte dela decorre da ideia de que não é possível classificar as pessoas em cor e raça. Então, se não é possível, não vou nem obter a informação porque sou contra a própria informação. Essa subnotificação afeta bastante para poder estudar o perfil dos discentes", observa.

O tema sempre foi polêmico no país, inclusive com variações de apoio da população. Em 2022, metade dos entrevistados afirmou ser a favor das cotas raciais, segundo outra pesquisa Datafolha, esta feita em parceria com Unicamp e sob a coordenação da ONG Ação Educativa.

A implementação da lei veio acompanhada do debate da necessidade da implementação de comissões de heteroidentificação —um modelo que, nas primeiras experiências de cotas, não havia sido bem aceito. Esses grupos têm como função analisar se os estudantes aprovados com cotas para negros são realmente pretos ou pardos.

O Datafolha também perguntou a opinião da população sobre as comissões. A maioria, 57%, diz que essa não seria a melhor maneira de avaliar se uma pessoa tem ou não direito à vaga reservada.

Esse tema voltou a ganhar destaque nos últimos meses. No início de março, um estudante aprovado por cotas raciais na Faculdade de Direito da USP entrou com uma ação judicial contra a universidade após perder a vaga por não ter sido considerado pardo.

A presidente da Andifes (que agrega os reitores das universidades federais), Márcia Abrahão, afirma que a presença das bancas reduziu dúvidas causadas quando somente a autodeclaração era suficiente para o ingresso nas instituições de ensino.

"Muitas universidades, depois da Lei de Cotas, fizeram [as seleções] sem bancas, só com a autodeclaração. Isso gerava muito mais judicialização e questionamentos do que com as bancas", diz ela, que é reitora da UnB (Universidade de Brasília). Abrahão afirma que os questionamentos dos resultados têm sido menores no sistema federal com o passar dos anos.

A USP informou que considera o conjunto de fatores fenotípicos do candidato. Estes fatores são "a cor da pele morena ou retinta, o nariz de base achatada e larga, os cabelos ondulados, encaracolados ou crespos e se os lábios são grossos". Caso identificados alguns desses elementos, a banca sugere aprovação da autodeclaração.

Eventuais mudanças nos métodos de avaliação racial serão discutidas neste ano.

> Existe resistência histórica a obter informação de cor e raça e isso reflete nos dados. Existe oposição à política racial e uma parte dela decorre da ideia de que não é possível classificar as pessoas em cor e raça
>
> **Adriano Senkevics**
> autor de estudo sobre cotas

Contra fraudes, Inep não mais aceitará BO para identificação no Enem

SÃO PAULO Candidatos do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que perderam documentos não poderão mais usar boletins de ocorrência para comprovar a identidade. Além disso, o uso de nome social por travestis, transexuais e transgêneros vai precisar ser cadastrado na Receita Federal para valer na inscrição.

As novas regras de identificação foram divulgadas pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) na quinta-feira (4) e passam a valer já na edição deste ano do exame, assim como no Encceja, certificação para jovens e adultos.

De acordo com o Inep, as mudanças servem para reforçar a segurança contra fraudes na identificação dos candidatos.

A perda de validade de boletins de ocorrência é justificada, segundo o instituto, pela variedade de documentos —inclusive os digitais— que podem ser usados para comprovar a identidade. Até o ano passado, candidatos podiam apresentar boletins expedidos até 90 dias antes do primeiro dia de provas do Enem.

Agora, candidatos do exame poderão apresentar documentos digitais, por meio do aplicativo Gov.br. Por ele é possível acessar, por exemplo, a CIN (Carteira de Identidade Nacional), que já é emitida em diversos estados como forma de substituição ao RG.

"Com o aumento do número de documentos disponíveis para comprovação da identificação, a apresentação do Boletim de Ocorrência (B.O.) em caso de perda de documentos físicos não será mais aceita", explica a página do Inep.

No fim de março, um estudante de medicina da Uepa (Universidade Estadual do Pará) foi preso sob a suspeita de ter feito as provas de 2022 a 2023 do Enem —nas quais foi aprovado— no lugar de dois candidatos.

O suspeito está sendo investigado por falsidade ideológica e uso de documento falso, além de estelionato com aumento de pena, já que o crime foi cometido contra uma autarquia.

No caso de travestis, transexuais e transgêneros, o nome social deverá ser cadastrado na Receita Federal, antes da inscrição no Enem, que não vai mais exigir documentação para essa forma de tratamento. Basta que as pessoas garantam que o nome social na inscrição esteja de acordo com o registrado na Receita.

Outra mudança na seleção é que estrangeiros poderão comprovar a identidade com passaportes e documentos nacionais de identidade de seus países.

Adams Carvalho

O óbvio ululante

Com as redes sociais, o número de suicídios entre crianças só fez crescer

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

O psicólogo social norte-americano Jonathan Haidt acaba de publicar um livro defendendo que, vejam só, crianças precisam brincar. A revista inglesa The Economist resenhou três livros com a tese de que seres humanos devem, oras, bolas, conversar. A filósofa mexicana Mariana Alessandri explica no podcast "Grey Area" que ficar triste —quem diria?!— faz parte da vida. Vou parar por aqui, poupando-lhes artigos, livros e podcasts com os quais tenho topado versando sobre platitudes tipo a importância de dormir bem, beber água, movimentar o corpo e ter amigos.

A necessidade de que especialistas repitam o que as nossas bisavós já sabiam, parece, não é culpa deles, mas do pífio estágio atual da humanidade. Crianças não brincam, adultos não interagem, a tristeza deve ser medicada. A responsabilidade por desaprendermos a viver, como mostra Jonathan Haidt com um caminhão de dados, é das redes sociais. (Um resumo do livro tá nessa matéria da revista Atlantic —jogando no Google Translator dá pra ler direitinho).

A geração Z (os nascidos após 1996), primeira leva de humanos que teve smartphone e rede social desde que se entende por gente, deu ruim. Bem ruim. Nos EUA, os níveis de depressão entre adolescentes cresceram 50% de 2010 pra cá. O de suicídios entre 10 (!) e 14 (!) anos subiu 48%, sendo que entre as meninas —quem mais sofre com as pressões estéticas deste instagramável mundo novo— aumentaram 131%. Dados de vários outros países seguem a tendência.

A geração Z é mais deprimida, ansiosa, tem mais distúrbios alimentares e é mais propensa à automutilação do que qualquer outra que veio antes. Ela tem menos encontros amorosos, faz menos sexo, é mais tímida, menos ambiciosa e mais complicada de lidar no trabalho.

Segundo Haidt, a explicação para essa pindaíba geracional é muito clara: celular substituindo o quintal, rede social no lugar da brincadeira. Em vez de jogarem futebol ou queimada, aprendendo, assim, a competir, cooperar, perder, ganhar, se relacionar com pessoas diferentes de si, estavam no Twitter. Ficam ao mesmo tempo privados dos conflitos normais da infância (que são um treino para as tretas da vida adulta) e ameaçados pelo temor onipresente da exposição nas redes: o cancelamento, a humilhação pública, o cyberbullying.

Imagina, pra quem passou a adolescência vendo corpos no Instagram e performances sexuais no Pornhub, a dificuldade que deve ser se despir diante de outra pessoa e se lançar na desengonçada e nada instagramável prática do sexo. O smartphone, as redes sociais e os algoritmos estão criando adultos com medo da vida. Sam Altman, papa (e mama) da IA, aponta que, pela primeira vez desde 1970, o Vale do Silício não tem nenhum grande empreendedor com menos de 30 anos.

Eu não sou um hippie antitecnologia. Eu escrevo pra televisão, gosto de videogame, como Big Mac, agradeço aos cientistas por minhas lentes descartáveis e devo meu cabelo à finasterida, mas lutarei com todas as forças para deixarmos crianças e jovens adolescentes longe de smartphones e redes sociais. A luta, contudo, só funciona se for coletiva. Ou todos nós tiramos as crianças dessa arapuca, ou a que ficar de fora será a esquisitona.

Os dados estão aí. Repito um só: desde que as redes sociais apareceram, o número de suicídios entre crianças só fez crescer. "Suicídio" e "crianças" são palavras que não deveriam andar juntas —e nos últimos 3.000 anos de história registrada, até Zuckerberg e seus cúmplices hackearem e colonizarem a infância, não andavam. Se isso não for urgente, o que será?

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro,** Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Ministério Público pede detenção de motorista de Porsche

Em parecer, procuradora diz que opção é entregar passaporte e celulares e não falar com testemunhas

Tulio Kruse

SÃO PAULO A Promotoria de Justiça da 6ª Vara do Júri da capital deu parecer favorável à prisão preventiva do empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, envolvido no acidente que causou a morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana, 52. Também pede apreensão de passaporte e outras medidas cautelares, caso a Justiça entenda que deve responder em liberdade.

Entre as medidas cautelares estariam suspensão da CNH (Carteira Nacional de Hebilitação), proibição de sair da área de jurisdição da vara, entrega de celulares e proibição do contato com testemunhas.

A promotora Monique Ratton concordou com argumentos da Polícia Civil para que ele fique preso durante o julgamento. Os principais motivos são a suspensão da CNH de Sastre há pouco e o fato de ter dinheiro para sair do país.

Porsche destruído após colisão com Sandero Divulgação/Polícia Civil

"Ele voltou a andar em excesso de velocidade —perdeu a carteira por multa por excesso de velocidade na cidade de Cascavel, no Paraná", disse o delegado Carlos Henrique Ruiz, da 5ª Delegacia Seccional da capital, neste sábado (6).

"Existem indícios de que ele estava embriagado. Testemunhas dizem que ele apresentava voz pastosa, andar cambaleante, essa é mais uma questão relevante a ser considerada, bem como o poder econômico, porque existe a possibilidade de ele se evadir, sair do estado ou até do país", completou.

A Justiça já havia negado pedido de prisão do empresário feito pela polícia nesta semana. O Tribunal de Justiça entendeu "não estarem presentes os requisitos necessários". Sua advogada, Carine Acardo Garcia, diz ainda não ter conhecimento do pedido de prisão deste fim de semana.

Segundo a Polícia Civil, agora a tendência é que a decisão seja tomada pelo juiz do Tribunal do Júri, e não em plantão judicial no fim de semana, uma vez que a competência pelo processo foi designada a essa vara. Nesse caso, o mais provável é que uma decisão judicial sobre o pedido de prisão seja tomada a partir de segunda-feira (8).

A colisão aconteceu na avenida Salim Farah Maluf por volta das 2h do último domingo (31). Sastre perdeu o controle do Porsche e colidiu na traseira de um Renault Sandero, segundo policiais militares que atenderam a ocorrência. Ornaldo foi socorrido e encaminhado ao Hospital Municipal do Tatuapé, onde morreu.

Sastre foi indiciado criminalmente por homicídio doloso, lesão corporal e fuga de local de acidente. Ele só se apresentou à delegacia na tarde de segunda, mais de 30 horas após a colisão.

O MP diz que Daniela Cristina de Medeiros Andrade, mãe de Sastre, tentou atrapalhar as investigações. De acordo com a Polícia Civil, ele foi levado do local do acidente no carro da mãe sob a alegação de que seria atendido no hospital São Luiz. Com isso, os policiais militares que atenderam a ocorrência não aplicaram o teste do bafômetro.

A conduta da mãe também foi levada em consideração para o pedido de prisão, segundo o delegado Ruiz.

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, disse que a PM está apurando se houve erro dos policiais militares ao permitirem que fosse socorrido pela mãe.

A investigação ainda está em andamento e há uma série de depoimentos esperados para os próximos dias. A polícia deve ouvir na próxima semana a namorada de Sastre, que deve dar sua versão sobre o fato de ele ter bebido antes de assumir o volante e sobre o relato de uma briga sobre o fato de ele insistir em dirigir o carro.

Segundo Ruiz, os policiais militares que atenderam a ocorrência também devem prestar novo depoimento para esclarecer por que Sastre foi liberado para ser socorrido pela família. A investigação deve analisar imagens das câmeras corporais da PM, de uma casa de pôquer e de um bar onde o dono do Porsche teria passado antes da colisão.

Em depoimento à polícia, Fernando afirmou não ter consumido bebida alcoólica ou drogas antes do acidente e disse estar um pouco acima da velocidade permitida.

A companheira de Marcus Vinicius Machado Rocha, 22, amigo de Sastre que estava no Porsche, prestou depoimento à Polícia Civil nesta quart (3). Juliana Simões afirmou ter presenciado uma discussão entre o motorista e Rocha antes de entrarem no Porsche, deixando uma casa de pôquer.

De acordo com ela, Sastre foi aconselhado a não dirigir por estar um pouco alterado, mas ele conduziu o Porsche porque não quis deixar que outra pessoa dirigisse.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Humorista rendeu boas risadas com sua Raimundinha

PAULO DIÓGENES (1961 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) De peruca volumosa, maquiagem carregada e roupas coloridas, o humorista Paulo Diógenes dava vida à Raimundinha. A personagem arrancou gargalhadas do público no Ceará durante décadas, em teatros e na televisão.

Paulo Osmar dos Santos Diógenes nasceu no Rio de Janeiro no dia 12 de abril de 1961, Dia Nacional do Humorista. Seu pai, o cearense Osmar Diógenes, tinha ido ao Rio assumir um banco e conheceu sua mãe, Sueli do Santos. Ainda com ele bebê, voltaram para Fortaleza, onde o criaram.

Já adulto, Paulo voltou ao Rio, em 1984, como bancário. No ano seguinte, retornou a Fortaleza e conheceu a pedagoga Maria Cristina Machado Rêgo, com quem se casou. O primeiro e único filho de Paulo nasceu em 1987. Logo em seguida, renasceu nele o desejo de voltar às terras cariocas, em busca da arte e da liberdade para sua sexualidade.

Na cidade conheceu Ciro Santos, também bancário, mas já humorista. Foi o amigo que o levou aos palcos. "Eu já fazia shows e resolvi montar um espetáculo. Chamei ele, porque ele sempre foi muito engraçado", diz Santos, 62.

A dupla migrou para o Ceará e dominou os palcos com o espetáculo "Caviar com Rapadura". Foram 30 anos fazendo o público rir das duas figuras caricatas, entre elas Raimundinha, criada em 1988.

Raul Micael Diógenes, 37, afirma que o pai era caseiro e calmo. "A mensagem dele era o amor. Era muito difícil vê-lo irado, resolvia as coisas com muita facilidade. Gostava de carinho".

O humorista também se arriscou na política. Foi vereador de Fortaleza de 2013 a 2016 pelo PSD. Em sua posse, lembrou que foi dependente químico e afirmou que, além da cultura, também lutaria por mais clínicas de tratamento.

Em 2014, Paulo se casou com o empresário Tarcísio Rocha. O então prefeito da cidade, Roberto Cláudio, foi o padrinho. A união repercutiu como ato de militância, mesmo sem a intenção.

Em 2016, ele conseguiu feito inédito no Ceará, a guarda compartilhada da filha biológica de seu companheiro. E de 2017 a 2019 dirigiu a Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual da capital cearense.

Comemorou 35 anos de carreira, em 2023, com o espetáculo "Raimundinha é a Mãe!", que levou o nome de sua biografia, escrita por Tarcísio Matos.

Paulo, que era fumante, foi internado em fevereiro com falta de ar. O diagnóstico foi de pneumonia e inflamação nos órgãos. Ele morreu dia 14 do mesmo mês, aos 62 anos. Deixa o filho Raul, 37, o pai Osmar, 92, e seis irmãos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Terapias gênicas são aposta para tratar doenças raras

Estudos em fase avançada buscam melhorar qualidade de vida de pacientes

Thais Porsch

CURITIBA A habilidade de fazer modificações pontuais no genoma humano tem sido um alvo da medicina desde a descoberta do DNA como unidade básica da hereditariedade, em 1869.

E o que antes era tema da ficção está cada vez mais na realidade atualmente. Com a chamada terapia gênica já é possível provocar mudanças no DNA das células afetadas por certas doenças e ativar as defesas do corpo com o objetivo de reconhecer o tecido danificado e promover a sua eliminação.

No Brasil há atualmente seis medicamentos aprovados pela agência Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), com a terapia gênica sendo possível no tratamento de doenças hereditárias da retina, consideradas raras, para AME (atrofia muscular espinhal) e no tratamento de cânceres do tipo hematológico —originados no sangue.

Hoje, há mais de 16 medicamentos aprovados mundialmente e a expectativa é que, em 2030, tenha-se mais de 60 novos produtos desse tipo.

Um sinal da viabilidade de aplicação de terapia gênica é o investimento crescente que empresas de biotecnologia estão fazendo no desenvolvimento e na submissão de pedidos de liberação de produtos.

Terapia gênica trata doenças como a anemia falciforme Brendan Smialowski - 17.mar.24/AFP

Como exemplo, a diretora médica da Pfizer Brasil, Adriana Ribeiro, diz que a empresa está trabalhando em terapia gênica por infusão (aplicação na corrente sanguínea) para enfermidades como hemofilia tipo A, hemofilia tipo B e distrofia muscular de Duchenne (DMD), uma doença neurológica.

"Estamos na última fase dos estudos, então é uma realidade muito próxima", afirma a diretora.

A terapia gênica surgiu com o propósito de atuar em doenças monogênicas, ou seja, doenças causadas por mutações que afetam um único gene. Entretanto, já existem diversos trabalhos que utilizam a técnica em doenças complexas e multifatoriais, como doenças hereditárias e raras, que podem ser causadas pela mutação de um único gene; doenças multifatoriais, que têm múltiplos genes afetados, como Parkinson; e cânceres, como na edição para tratamento por células CAR-T.

> "A terapia gênica pode ser a primeira opção de tratamento ou pode ser uma opção de tratamento refratário
>
> **Gustavo Campana**
> médico

Estima-se que existam pelo menos 13 milhões de brasileiros convivendo com alguma doença rara —que, juntas, somam mais de 7.000 enfermidades. Para a maioria delas ainda não existe um tratamento específico aprovado e, uma vez que 80% das doenças raras são de origem genética, as terapias gênicas podem desempenhar um papel fundamental na área, diz Ribeiro.

A terapia gênica é um tratamento de doenças a partir de modificações no material genético das células. Com essa técnica, é possível, por exemplo, colocar genes funcionais em células que possuem genes com defeito.

Segundo a especialista, há duas formas de fazer a terapia: tirando as células do paciente e modificando-as para conseguir reconhecer uma célula cancerígena, por exemplo; e através de um vetor, —normalmente um vírus sem mais potencial de infecção— que funciona como um meio de transporte de genes já corrigidos para a célula.

Ainda não são conhecidos os efeitos a longo prazo dos tratamentos, por isso é difícil falar em cura, explica Gustavo Campana, médico especialista em patologia clínica e medicina laboratorial da FMUSP (Faculdade de Medicina da USP) e diretor médico da rede DB Diagnósticos.

"Vai depender do tipo de doença. A terapia gênica pode ser a primeira opção de tratamento ou pode ser uma opção de tratamento refratário para melhorar a qualidade de vida do paciente e aumentar a expectativa de vida", diz Campana.

Para realizar o tratamento, a pessoa que vive com uma doença genética para a qual existe uma terapia gênica disponível tem que passar por uma avaliação médica, e a forma do tratamento varia de caso a caso. Entre os fatores que o profissional de saúde poderá avaliar estão a idade do paciente e a existência de anticorpos previamente formados contra os vetores virais.

Um ponto-chave que os especialistas afirmam ser tão importante quanto as terapias são os exames genéticos, pois eles não só realizam o diagnóstico, mas avaliam predisposições e riscos.

"O tempo entre a suspeita e o diagnóstico às vezes é muito longo", diz Campana, "e você tem algumas terapias gênicas, por exemplo, que são recomendadas para pacientes até seis meses de idade."

Um estudo americano feito pela National Organization for Rare Disorders constatou que apenas 36% dos pacientes foram diagnosticados no primeiro ano, e 28% deles relataram atraso de sete anos ou mais para começar a se tratar.

"No Brasil já existe um nome para isso, que é a 'odisseia diagnóstica'. A partir do momento que temos um tratamento disponível, não se pode mais demorar tanto tempo para um diagnóstico", esclarece Michele Migliavacca, médica geneticista credenciada na Omint.

Na visão dos médicos, para além dos diagnósticos, o próximo passo para a medicina vai ser na avaliação e proposição de riscos, principalmente para doenças poligênicas, como diabetes.

"Isso deve entrar na prática clínica em breve, usando o que a gente chama de medicina de precisão, que nada mais é do que a junção de dados clínicos epidemiológicos com dados genéticos", conta Campana.

Sarah é um avatar que interage com usuários em oito idiomas, incluindo o português Reprodução

OMS lança Sarah, avatar interativo que dá dicas em português de saúde

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A OMS (Organização Mundial da Saúde) lançou como parte das comemorações do Dia Mundial da Saúde, comemorado neste domingo (7), o projeto Sarah, um protótipo de avatar interativo, alimentado por inteligência artificial, com o propósito de ajudar as pessoas na melhoria da saúde.

A Sarah (Smart AI Resource Assistant for Health) já havia sido testada durante a pandemia de Covid com outro nome, Florença. Agora ela ressurgiu com um novo modelo de linguagem, com tecnologia mais avançada.

Ela interage com usuários 24 horas por dia e em oito idiomas: português, inglês, espanhol, francês, russo, hindi, árabe e mandarim no site da OMS (who.int/campaigns/s-a-r-a-h).

Por enquanto, a ferramenta limita-se a oferecer recomendações muito gerais ou uma lista básica de informações ou sintomas associados a algumas doenças, mas consegue ser empática. Embora ainda pareça um robô, ela balança a cabeça e mexe os olhos enquanto nos escuta.

> "Sarah nos dá uma ideia de como a inteligência artificial poderá ser utilizada no futuro para melhorar o acesso à informação de saúde de uma forma mais interativa
>
> **Tedros Adhanom Ghebreyesus**
> diretor-geral da OMS

Testei Sarah em português. Relatei que tenho sintomas de dengue, e ela me orientou a procurar um médico imediatamente. Também recomendou repouso, hidratação e evitar tomar medicamentos sem prescrição médica.

Perguntei também se a queima da borra de café é capaz de afastar o mosquito da dengue, uma informação falsa que vem sendo divulgada nas rede sociais. Sarah foi enfática em dizer que não, não há evidências sobre isso.

Já o óleo de citronela, segundo ela, é capaz de afastar o *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, mas ela reforça que esse não é um método 100% eficaz. A recomendação é eliminar os criadouros do mosquito e usar repelentes.

A OMS reconhece que há deficiências no sistema atual e necessidade de aperfeiçoamento, mas optou por lançar logo a ferramenta para que a tecnologia associada a informações de saúde não caiam nas mãos de empresas com interesses econômicos e comerciais.

A OMS espera que Sarah seja aprimorada com a interação humana, como qualquer sistema de IA. A organização pediu "ajuda à comunidade de investigação para continuar a explorar como esta tecnologia pode reduzir as desigualdades e ajudar as pessoas a encontrar informações de saúde atualizadas e confiáveis".

"O futuro da saúde é digital, e apoiar os países para aproveitarem o poder das tecnologias para a saúde é uma prioridade", disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, em nota distribuída à imprensa.

"Sarah nos dá uma ideia de como a inteligência artificial poderá ser utilizada no futuro para melhorar o acesso à informação de saúde de uma forma mais interativa", afirmou.

INES 249

Vacinas de mRNA podem ser usadas para combater gripe, herpes e câncer

Além de atuar contra a Covid, a plataforma é testada para fins terapêuticos e preventivos

Livia Inácio

CURITIBA Utilizada na produção de vacinas contra Covid, a plataforma mRNA vem sendo testada na prevenção e no tratamento de outras condições, como gripe, herpes e câncer.

A tecnologia se baseia em uma versão sintética de RNA mensageiro. Essa molécula presente no corpo humano contém o código de uma proteína a ser produzida pelo organismo.

No caso dos imunizantes contra o coronavírus, por exemplo, o mRNA transmite aos ribossomos (responsáveis pela síntese proteica) a receita das proteínas S de Spike (ou espícula, o gancho molecular usado pelo vírus para invadir as células) e N (de núcleo) do Sars-CoV-2. Em contato com elas, o sistema imunológico produz anticorpos, garantindo proteção contra o patógeno.

O RNA mensageiro foi descoberto nos anos 1960, e seu uso para a produção de vacinas começou a ser pesquisado na década seguinte.

Entre os anos 1990 e 2000, era testado contra doenças virais e câncer, mas foi em meio à pandemia da Covid que os esforços renderam os primeiros frutos, com a chegada dos imunizantes do laboratório Pfizer em parceria com a empresa alemã de biotecnologia BioNTech. Outra empresa de biotecnologia que também teve sucesso na pandemia foi a Moderna.

Os dois imunizantes foram lançados em tempo recorde após um longo acúmulo de esforços.

Área de produção de vacinas no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, na Fiocruz Bernardo Portella/Bio-Manguinhos

Um dos desafios para o sucesso da plataforma mRNA era fazer modificações químicas na molécula para que ela fosse bem aceita pelo organismo. Quem conseguiu o feito foi a bioquímica húngara Katalin Karikó e o médico estadunidense Drew Weissman, que receberam o Prêmio Nobel de Medicina em 2023.

Outros imunizantes eram produzidos a partir de patógenos mortos ou atenuados, que, quando reconhecidos pelo corpo, levavam o sistema imunológico a produzir anticorpos. Embora essa técnica seja eficaz, a plataforma mRNA traz vantagens, como a agilidade na produção, diz a diretora médica da Pfizer Brasil, Adriana Ribeiro. Por serem feitas apenas com o código genético do patógeno, a padronização e a fabricação do produto em larga escala são mais fáceis, o que é algo estratégico em meio a surtos e epidemias.

Outro benefício é a facilidade em desenvolver uma só fórmula para mais de um invasor, diz a médica da Pfizer.

Em outubro de 2023, o laboratório divulgou, em parceria com a BioNTech, os resultados dos testes de fase 1 e 2 para um imunizante contra influenza A, influenza B e Sars-CoV-2, que teve respostas semelhantes às de vacinas aprovadas por agências regulatórias. Os testes de fase 3, última etapa antes da liberação do fármaco para distribuição, devem começar nos próximos meses. As empresas pretendem lançar ainda uma vacina para herpes zóster com o mesmo método.

> A plataforma mRNA é uma verdadeira revolução na medicina
>
> **Rosana Richtmann**
> diretora do Comitê de Imunização da Sociedade Brasileira de Infectologia

A Moderna, que pesquisa aplicações da plataforma mRNA há mais de 10 anos, vem estudando soluções da tecnologia no combate ao câncer e a doenças metabólicas e virais.

No ano passado, a empresa divulgou um estudo de fase 2 de uma vacina contra o citomegalovírus (CMV), um dos principais causadores de deficiência auditiva congênita. A fórmula foi considerada segura e eficaz e será submetida a mais testes.

Já na oncologia, a plataforma mRNA é estudada para tratamento de diferentes tipos de câncer de forma personalizada, diz o oncologista da Dasa Genômica, Luiz Henrique Araújo. A proposta está em estudos clínicos, e a ideia é que no futuro ela possa induzir alterações no organismo de um paciente oncológico para evitar o avanço da condição.

"A plataforma mRNA é uma verdadeira revolução na medicina", diz Rosana Richtmann, diretora do Comitê de Imunização da Sociedade Brasileira de Infectologia. A especialista espera não apenas que a tecnologia siga avançando, mas que ela se torne mais acessível, com a ampliação de polos de produção e pesquisa em países em desenvolvimento como o Brasil.

Atualmente, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) tem trabalhado para começar a fabricar vacinas de mRNA no intuito de reduzir a dependência latinoamericana da importação de tecnologias em saúde.

Segundo a Fiocruz, os testes pré-clínicos para a fabricação nacional de um imunizante contra Covid com essa técnica já estão acontecendo.

Saúde distribui remédio que evita a recaída de malária

Povo indígena yanomami será o primeiro a receber o medicamento tafenoquina pelo sistema público

Enfermeira cuida de yanomami com malária em Roraima Lalo de Almeida - 31.jan.2023/Folhapress

Samuel Fernandes

PARIS O Ministério da Saúde divulgou no mês passado que o povo indígena yanomami será o primeiro a receber, pelo sistema de saúde pública, a tafenoquina, medicamento utilizado principalmente para evitar recaída por malária. Segundo a pasta, um quantitativo de 4.000 esquemas de tratamento foi enviado ao distrito indígena, o que atenderia à demanda dessa população por cerca de seis meses.

A disponibilização do remédio só foi possível depois que estudos, envolvendo o próprio Ministério da Saúde, foram realizados no Brasil com enfoque no remédio. Uma dessas pesquisas, publicada na revista científica The Lancet Global Health, procurou entender se era realmente possível distribuir o medicamento no sistema público de saúde de forma segura, já que ele pode causar efeitos colaterais sérios em algumas pessoas.

Os casos de malária no Brasil são associados principalmente pelo *Plasmodium vivax*, um dos protozoários que causam a doença. Esse tipo tem uma característica peculiar: ele pode ficar em estado dormente no fígado do infectado e, tempos depois, reiniciar o ciclo da doença.

A transmissão da malária para uma pessoa começa com a picada de um mosquito que leva o protozoário ao organismo humano. Em cerca de 30 minutos, os parasitas entram no fígado e lá ficam por aproximadamente 15 dias. Depois, ele invade a corrente sanguínea e, então, os sintomas da fase aguda começam a aparecer. Febre, dor de cabeça e calafrio são os principais.

Mas, no caso do tipo vivax, ainda existem os hipnozoítos, que são as formas do parasita que permanecem adormecidos no corpo humano. Depois de um período, que na cepa de maior prevalência no Brasil é de 3 a 6 meses, esse protozoário pode sair do fígado e, novamente, os sintomas reaparecem. O fenômeno é chamado de recaída.

Destruir os hipnozoítos é necessário para o combate à doença, uma vez que se uma pessoa apresenta malária aguda, ela está suscetível a transmitir o protozoário para outra pela picada do mosquito.

O problema é que o tratamento mais comum para a malária, que consiste em remédios como a cloroquina, cujo uso foi comprovadamente mostrado ineficaz para a Covid, mas que é eficaz para a forma aguda da malária, não elimina os hipnozoítos. É nesse momento que a tafenoquina é necessária. O remédio vai atuar justamente para extinguir essas formas que ficam adormecidas no fígado.

Antes da tafenoquina, já existia a primaquina, um medicamento da mesma classe e com o mesmo objetivo. Dhelio Pereira, diretor clínico do Centro de Pesquisa em Medicina Tropical de Rondônia e um dos autores do estudo, explica que a eficácia entre os dois medicamentos é similar. A diferença é na adesão.

"A primaquina exige um uso prolongado. Atualmente, a pessoa precisa tomar o remédio por sete dias com uma dose dupla, mas antigamente esse tempo era ainda maior, com 14 dias de tratamento com a dose normal", explica Pereira.

> A primaquina exige um uso prolongado. Atualmente, a pessoa precisa tomar o remédio por sete dias com uma dose dupla
>
> **Dhelio Pereira**
> médico

Já a tafenoquina é de dose única e pode ser tomada juntamente no primeiro dia em que se inicia o tratamento para a forma aguda da doença. Ou seja, o objetivo com a tafenoquina é superar o problema da adesão que a primaquina tem de forma a evitar recaídas por hipnozoítos.

Mesmo com resultados positivos, a tafenoquina pode representar um perigo para alguns indivíduos que apresentam deficiência na enzima G6PD.

De forma geral, essa substância é importante para não deixar que o oxigênio destrua as células humanas. Se alguém apresenta algum defeito na capacidade de desenvolver a enzima, pode apresentar um quadro de destruição de glóbulos vermelhos no organismo ao ingerir a tafenoquina ou a primaquina.

O problema pode evoluir até complicações mais graves da doença, como anemia e insuficiência renal, representando um risco de morte para o paciente.

Por isso, é necessário fazer um teste para avaliar a produção de G6PD antes da ingestão dos medicamentos. E, no caso da tafenoquina, o teste é mais do que essencial porque, por ser de dose única, não é possível suspender a substância após o aparecimento dos sintomas mais leves do quadro de saúde, algo que é possível no caso de uso da primaquina.

Foi assim que Pereira e colegas pensaram na metodologia do estudo. Foi feita uma padronização com agentes de saúde para implementação simultânea de testes de G6PD e de distribuição da tafenoquina nas cidades de Manaus e Porto Velho. Então, os pesquisadores checaram se a introdução do medicamento e dos testes foram realizados corretamente.

E os dados foram animadores. Dos 2.685 pacientes que tomaram tafenoquina, todos realizaram os testes de G6PD antes de ingerirem a substância. E 99,7% tiveram acesso ao medicamento conforme o resultado adequado dos testes —só poderiam tomar tafenoquina aqueles com atividade da enzima de pelo menos 70% do considerado ideal.

Os achados indicam que é, sim, possível utilizar a tafenoquina de forma correta em acordo com a realização dos testes. Mas, frisa Pereira, é de extrema importância realizar treinamentos para os profissionais de saúde antes de alargar o uso do remédio.

"Deu certo em Porto Velho e em Manaus porque os profissionais da saúde foram treinados muito bem. Então você precisa de tempo para ir treinando esses grupos para que tudo aconteça direitinho", afirma.

ciência

Catarina Pignato

Humanos sonham em ressuscitar parentes em meio a vácuo jurídico

Brechas na legislação brasileira não dão conta de tecnologias como inteligência artificial e criogenia

Samuel Fernandes

PARIS Quando Luiz Felippe Dias de Andrade Monteiro morreu, em 2012, teve início um processo um tanto incomum no Judiciário brasileiro.

De um lado, uma filha dzia que o pai desejava que seu corpo fosse criopreservado —a técnica que envolve congelar em baixíssimas temperaturas uma matéria orgânica. No caso dos humanos, a esperança é que, no futuro, seja possível descongelá-lo e trazer a pessoa de volta à vida —hoje, ainda não se sabe se um dia isso de fato ocorrerá.

Outras duas filhas de Monteiro, porém, desejavam um sepultamento tradicional —a reportagem não conseguiu localizar a família dele.

O processo foi parar no STJ (Superior Tribunal de Justiça), onde o ministro Marco Aurélio Bellizze era o relator do caso e foi favorável a resguardar o direito de o corpo ser mantido preservado por criogenia nos Estados Unidos.

Por que ocorreu essa decisão? Isso é o que Carlos Henrique Félix Dantas, doutorando em direito civil pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), explorou em artigo do ano passado.

O advogado diz à **Folha** que esse tipo de assunto não é muito comum entre advogados, mas a área tem até um nome: biodireito. O tópico tenta dar respaldo jurídico para tecnologias que ainda não têm um ordenamento jurídico.

E esse é o caso da criogenia. Mas Dantas reitera que o termo mais adequado é criônica: esse seria o nome para quando se usa técnicas de criopreservação em corpos humanos.

No Brasil, não há legislação específica para casos como o do começo desta reportagem, mas existem formas de contornar esse vácuo.

A melhor forma para uma pessoa assegurar que seu corpo será criopreservado é adicionar uma cláusula existencial no seu testamento. "Através dessa cláusula, [é possível] trazer diretrizes sobre como você gostaria que houvesse a destinação do seu corpo após a morte", explica Dantas.

Mas sem um testamento com tal passagem o mais esperado é que ocorra uma investigação para entender qual era o desejo da pessoa antes de morrer. No exemplo de Monteiro, foi isso que aconteceu.

> Há um risco grande à proteção da memória quando [...] a máquina [IA] adota comportamentos dissonantes daquela pessoa em vida
>
> **Livia Teixeira Leal**
> professora da PUC-Rio

> Estão querendo construir o que chamam de pós-humano, um estágio no qual a gente vai minimizar ao máximo as nossas vicissitudes e os nossos problemas
>
> **Luciana Zaterka**
> professora de filosofia moderna da UFABC

Dantas explica que uma das razões de o ministro do STJ ser favorável ao direito da criogenia foi porque uma das filhas morava com o pai havia muitos anos e poderia dizer qual era a vontade do pai.

O advogado considera que não ter uma legislação específica para a criônica é uma lacuna, mas também diz que outras ferramentas jurídicas, como a investigação da vontade do indivíduo, são suficientes ao menos enquanto a técnica ainda é rara.

Além disso, após caso de Monteiro, a criogenia em humanos foi equiparada à cremação no Brasil pelo STJ. Desde então, os tribunais devem considerar esse entendimento em processos parecidos.

Outra lacuna nas leis brasileiras diz respeito ao que fazer com dados digitais de pessoas que morreram —esses podem ser usados para criar simulações de falecidos, numa tentativa de "prolongar" a vida daquela pessoa. Nem a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) define o que deve acontecer com tais informações depois do óbito, afirma Livia Teixeira Leal, professora da PUC-Rio e doutora em direito civil.

A advogada, que é especialista em herança digital, vê isso como uma omissão. Mas, assim como a criogenia em humanos, existem formas de lidar com essa brecha. É o caso da tutela da memória, que resguarda a imagem que uma pessoa construiu ainda em vida. "Não é porque uma pessoa morreu que a gente pode violar a honra dela", resume Leal.

Por exemplo, se uma inteligência artificial (IA) simula uma pessoa que já morreu de uma forma que não condiz com aspectos pela qual o indivíduo era conhecido em vida, o assunto pode ser questionado em um tribunal.

"Há um risco grande à proteção da memória quando [...] a máquina [IA] adota comportamentos dissonantes daquela pessoa em vida. Eu acho que acarretaria violação à memória da pessoa que faleceu, porque ela não tem mais nenhum controle sobre o que vai ser feito com esse legado", afirma a advogada.

Leal explica que o Código Civil resguarda que familiares contestem como a honra ou imagem de alguém que morreu vem sendo tratada. Para outras pessoas que não têm parentesco, o tema ainda é discutido no campo jurídico, com alguns especialistas favoráveis e outros não. A professora faz parte do primeiro grupo.

"Quando a gente restringe essa proteção só aos familiares é muito arriscado, porque, em algumas situações, esses interesses da memória da pessoa falecida ficaria sem proteção", diz.

Não é só no direito que a ideia de prolongar a vida humana encontra controvérsias. O assunto também suscita questionamentos para Luciana Zaterka, professora de filosofia moderna da UFABC (Universidade Federal do ABC). Ela conta que começou a se interessar pelo assunto quando estudava o filósofo Francis Bacon.

Para ele, os organismos eram compostos de uma matéria chamada espíritos —o termo, no pensamento de Bacon, não tem relações com nada de cunho sobrenatural. Ao colocar essas substâncias de uma pessoa jovem em um indivíduo mais velho, seria possível alcançar o rejuvenescimento.

Essa ideia, continua Zaterka, foi respingar anos depois em cientistas que se dedicavam ao estudo de transfusão de sangue.

E continua respingando até hoje num campo da filosofia contemporânea chamado transhumanismo, que é uma tentativa de "atingir um ideal de humanidade".

"Eles estão querendo construir o que chamam de pós-humano. Primeiro, teria o transhumano, que seria um meio-termo, para alcançar o pós-humano, um estágio no qual a gente vai minimizar ao máximo as nossas vicissitudes e os nossos problemas", afirma Zaterka.

Alguns pensam em utilizar técnicas biológicas que supostamente poderiam prolongar a vida humana, como a criogenia. Outros tentam atingir essa finalidade com o uso de ferramentas digitais para captar a consciência de uma pessoa.

Independentemente de qual meio, a docente tece críticas. "Quem vai ter acesso a essa ciência de ponta?", questiona, em referência a tratamentos que podem se tornar realidade em um futuro próximo e que colaborem para o aumento da longevidade e melhora da qualidade de vida.

A professora da UFABC também critica o objetivo de superar falhas que, na visão dela, fazem parte da experiência do ser humano. "Nós somos humanos, e as vicissitudes fazem parte da gente."

O odor putrefato de Lavender em Gaza

Israel usa inteligência artificial para selecionar em segundos alvos de extermínio

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Faz duas semanas que esta coluna deplorou a tecnologia de drones a sanitizar a matança de palestinos pelo Estado de Israel. Torna-se imperioso voltar ao tema, agora, porque o mau cheiro que sopra da faixa Gaza é pior do que se pode suportar.

Antes de prosseguir, convém reafirmar o óbvio: o massacre perpetrado pelos terroristas do Hamas em 7 de outubro merece pleno repúdio. Não há insurgência ou luta anticolonial que possa justificar o assassinato raivoso de mais de um milhar de civis.

Se não vale para 1.200 inocentes, vale menos ainda para, no exercício de suposto direito de se defender, forças israelenses trucidarem em seis meses mais 32 mil habitantes de uma terra arrasada. Crianças e mulheres, na maioria.

Alvejar hospitais, ambulâncias e comboios de ajuda humanitária são crimes de guerra. Mobilizar a fome como arma é uma forma de terror. Ponto.

Um ataque israelense matou sete integrantes da organização World Central Kitchen (WCK), do chef espanhol José Andrés. O presidente de Israel, Isaac Herzog, pediu desculpas, e o exército destituiu um coronel e um major, mas seria preciso muito mais para a potência militar se redimir —um cessar-fogo, para começar.

O escândalo que autoriza retomar o assunto escabroso neste espaço, em princípio reservado a temas de ciência, está em outra arma tecnológica indefensável dos combatentes vingativos: inteligência artificial. A ferramenta que dizem ser capaz de libertar a humanidade está em uso para livrar soldados de responsabilidade.

Bethan McKernan e Harry Davies noticiam no diário britânico The Guardian que forças israelenses empregaram uma base de dados baseada em inteligência artificial para selecionar 37 mil supostos integrantes do Hamas como alvos potenciais de bombardeios. O sistema se chama Lavender (sem comentários).

Os relatos foram obtidos originalmente pelo jornalista Yuval Abraham e cedidos ao Guardian para publicação em inglês. Em Israel foram veiculados na revista +972 e no boletim Local Call.

Não duvido que os funcionários da WCK tenham morrido por erro crasso do algoritmo, desses que humanos só cometem por maldade ou negligência. É certo que centenas, talvez milhares de palestinos não combatentes terão sido chacinados nesses deslizes maquinais.

Circuitos de computador não comportam tais falhas morais, nem podem ser culpados por elas. O emprego leviano da inteligência artificial na guerra, porém, seguramente foi decidido e autorizado por autoridades. Poderão elas ser julgadas por crimes de guerra, nessa inédita situação limítrofe?

"Isso não tem paralelo em minha memória", disse um oficial de inteligência que fez uso de Lavender. "Todo mundo ali perdeu alguém no 7 de outubro, inclusive eu. A máquina fez isso [matar] friamente. E isso tornou a coisa mais fácil."

Outro operador de Lavender contou que o sistema permite ganhar muito tempo. Ele dedicava coisa de 20 segundos para decidir sobre a eliminação de cada alvo, e fez isso dúzias de vezes a cada dia.

Dois dos informantes disseram que nas primeiras semanas da guerra havia permissão para matar 15 a 20 civis durante ataques aéreos a militantes de baixa patente. Os ataques eram realizados com bombas "burras", que derrubavam casas inteiras, matando todos dentro delas.

Inteligência artificial, bombas burras e soldados entorpecidos —uma combinação explosiva para os vestígios de humanidade que ainda havia no extermínio com índole genocida de crianças, mulheres e outros palestinos inocentes.

| **DOM.** Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite

ESPORTE AO VIVO 15h30 Cruzeiro x Atlético-MG Mineiro, GLOBO (MG)/SPORTV | 16h Bahia x Vitória Baiano, TV BRASIL/TVE (BA)/YOUTUBE | 17h Flamengo x Nova Iguaçu Carioca, BAND/BANDSPORTS/GOAT

Palmeiras pega Santos por nova virada e tri

Após vitória alvinegra, time alviverde tenta repetir roteiro que lhe deu o título do Paulista nos últimos dois anos

PALMEIRAS
SANTOS
18h, no Allianz Parque, em São Paulo
Na TV: Record, PlayPlus, R7.com, CazéTV, TNT, Max e Paulistão Play

O atacante Endrick tem a chance de erguer seu último troféu pelo Palmeiras antes de partir Fabio Menotti/Palmeiras/Divulgação

O zagueiro Gil tem um papel importante no Santos, que joga pelo empate para ficar com o título Raul Baretta/Santos FC/Divulgação

SÃO PAULO Palmeiras e Santos duelam na noite de domingo (7) pelo título do Campeonato Paulista. A formação alvinegra deu um passo importante na luta pelo troféu, com vitória no jogo de ida, mas a alviverde confia na repetição da história recente para festejar no Allianz Parque.

Nos dois Estaduais conquistados sob comando do técnico português Abel Ferreira, a equipe da zona oeste paulistana precisou buscar viradas. Foi assim contra o São Paulo, em 2022, e contra o Água Santa, em 2023.

O triunfo sobre o rival tricolor foi o mais heroico, após derrota por 3 a 1 no primeiro confronto. No segundo duelo, o Palmeiras foi avassalador e goleou por 4 a 0.

No ano passado, a diferença que o time teve que tirar foi mínima, de apenas um gol. Em Barueri, onde foi realizado o primeiro embate, o Água Santa venceu por 2 a 1. Na volta, os palmeirenses aplicaram novamente um 4 a 0 para ficar com o título.

Os jogadores do Santos estão cientes desse histórico. E fizeram questão de pregar cautela depois da vitória por 1 a 0 no confronto de ida, na Vila Belmiro, no domingo passado.

"Estamos felizes pelo resultado, mas ainda não conseguimos nada. São 90 minutos lá", observou Otero, o autor do gol na Vila. A sensação entre os jogadores é que, apesar da vitória, o Santos poderia ter alcançado uma vantagem mais confortável.

Já o técnico Fábio Carille procurou valorizar o triunfo.

"Estamos enfrentando um dos melhores times dos últimos anos, temos que ter humildade e respeito. É uma vantagem importante. Mesmo mínima, é importante", afirmou o comandante, vencedor do campeonato em três edições, 2017, 2018 e 2019, todas à frente do Corinthians.

Enquanto o Santos teve a semana livre entre o primeiro e o segundo jogo da final do Paulista, o Palmeiras jogou no meio de semana contra o San Lorenzo, na Argentina, em sua estreia na Copa Libertadores. Embora tenha poupado seus principais atletas, o time alviverde conseguiu voltar com um empate na bagagem.

No Estadual, o Palmeiras precisa ganhar por dois ou mais gols de diferença para ficar com o título. Se vencer por um gol, decidirá o troféu nos pênaltis.

"Vocês sabem que essa equipe nunca se rende", disse o técnico Abel Ferreira. "Nós temos um título em disputa, e quero lembrar os jogadores da emoção que é jogar essas partidas", acrescentou.

Para virar, ele conta com a boa fase do atacante argentino Flaco López, artilheiro do Paulista com dez gols em 14 jogos. E tem à disposição o talentoso jovem Endrick, que pode conquistar sua última taça com o Palmeiras antes de se juntar ao Real Madrid.

"Para mim, é essencial ajudar o Palmeiras. Afinal, este é meu último Paulista. Dessa forma, quero fazer tudo para estar na seleção do campeonato, fazer o time ganhar. Vou lutar. Tenho de jogar com todas as minhas forças", afirmou o garoto de 17 anos.

Abel está empenhado em buscar o troféu, que seria o seu décimo pelo clube, fazendo dele o treinador com mais taças na história do Palmeiras, ao lado de Oswaldo Brandão.

Também seria o primeiro tricampeonato estadual alviverde desde as glórias em sequência nas edições de 1932, 1933 e 1934.

Presente em todas as decisões do torneio estadual de São Paulo desde 2020, o Palmeiras levou três dos últimos quatro troféus. Apenas em 2021, diante do São Paulo, acabou derrotado.

O Santos, por sua vez, trata o Paulista como sua chance de iniciar uma redenção nesta temporada depois do que é considerado o pior capítulo na história do clube, com o rebaixamento Campeonato Brasileiro do ano passado.

A queda foi o pior reflexo de uma crise que há anos assola o time da Baixada, que não vence um torneio desde 2016, quando conquistou justamente o Campeonato Paulista, em decisão contra o Audax.

Libertadores e estaduais

Decisões de campeonatos menores atrapalharam estreias das equipes brasileiras em torneios maiores

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Se fosse preciso mais algum exemplo sobre a estupidez do calendário brasileiro, a última semana a deixaria explícita, nua e crua.

O Flamengo poupou em sua estreia na Libertadores ao enfrentar o Millonarios, em Bogotá, e ficou em paupérrimo empate por 1 a 1 para jogar com tudo contra o Nova Iguaçu, a quem vence por 3 a 0 na decisão carioca.

O Palmeiras fez o mesmo, bem mais radicalmente, ao entrar em campo com reservas para encarar o San Lorenzo, em Buenos Aires, e também ficou no 1 a 1. Porque tem de virar, em casa, sobre o Santos, neste domingo (7), a derrota por 1 a 0 no jogo de ida.

No segundo tempo, com um misto mais forte, jogou melhor, pôde até vencer, assim como correu risco de ser derrotado.

Com mais motivos ainda, o Grêmio subiu o morro de La Paz para perder de pouco na altitude de 3.600 m e conseguiu: só 2 a 0 para o Strongest, pois a prioridade gremista era o Juventude, com quem empatou 0 a 0 no primeiro jogo da decisão gaúcha.

O Atlético Mineiro não, este foi com o que tinha de melhor para golear o fragílimo Caracas e se deu bem: 4 a 1, na única vitória brasileira em sete jogos da rodada inaugural do torneio continental, tudo para ter reforço moral na final mineira, contra o rival Cruzeiro, com quem está empatando por 2 a 2, depois de vacilar nos primeiros 90 minutos no Terreirão do Galo. Agora o bicho vai pegar entre Raposa e Galo no Mineirão com torcida única e de azul.

Inaugural, continental, moral, final, rival. Haja al, na AL, de América Latina, das veias abertas do gênio Eduardo Galeano, do doidivanas democraticamente eleito Javier Milei, e do ditador Nicolás Maduro.

A vontade de gritar campeão na província atrapalha o primeiro passo em busca da glória internacional.

Não foram os casos dos tricolores Fluminense e São Paulo nem, muito menos, o do Botafogo, sem nada a disputar no fim de semana.

O Fluminense, é fato, com uma penca de desfalques por lesões, ficou no 1 a 1 com o Alianza Lima, no Peru, em jogo ruim, muito ruim.

Já o São Paulo virou hospital ao perder três jogadores importantes machucados no primeiro tempo e ainda acabou vítima da malemolência da estrela colombiana James Rodríguez, o novo Christian Cueva, o peruano que seduziu e irritou os são-paulinos, assim como fez o chileno Jorge Valdivia com os palmeirenses.

James, por enquanto, tem só irritado, e contou com a inestimável colaboração do atrapalhado Thiago Carpini na derrota por 2 a 1 para o bom Talleres, em Córdoba.

O Botafogo caprichou na ruindade ao perder em casa para o Junior Barranquilla por 3 a 1 e ao levar três gols em 40 minutos do primeiro tempo. Trata-se do autêntico campeão da Taça Rio...

Não se sabe se "Bolsotextor", segundo o repórter Rodrigo Mattos, denunciará também a Conmebol, embora motivos não faltem para tanto. Por enquanto, suas acusações lembram as feitas contra as urnas eletrônicas.

O que se sabe é que o Inter foi outro abaixo da crítica na Copa Sul-Americana contra o Belgrano, 11º colocado entre 14 times no Campeonato Argentino, em lamentável 0 a 0, para não falar do Corinthians diante do Racing genérico, no Uruguai, 1 a 1, em jogo de cegar os olhos.

Cruzeiro e Cuiabá foram outros que só empataram, e Athletico, Bragantino e Fortaleza ganharam de ninguém — o que é menos ruim que empatar com ninguém.

Vamos mal.

Bola não procura o craque

E John Textor não deve saber o que é um jogo de futebol; para ele, é uma sequência lógica de dados

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

John Textor, dono da SAF do Botafogo, acusou, sem mostrar provas à imprensa, que houve manipulação de resultados para beneficiar o Palmeiras nos dois últimos anos. Ele prestou depoimentos à Polícia Civil, e as denúncias precisam ser investigadas.

Segundo as pessoas que tiveram acesso às ditas provas, elas são subjetivas, baseadas em estatísticas que ocorreram fora do contexto habitual. Como Textor não é maluco nem idiota, imagino que acredite nas suas denúncias, como se o futebol para ele fosse sempre uma sequência lógica de dados matemáticos, estatísticos. Ele não deve saber o que é um jogo de futebol.

Uma correção. São seis, não quatro, os treinadores argentinos que trabalham nos clubes brasileiros (Cruzeiro, Atlético-MG, Inter, Vasco, Fortaleza e Cuiabá) e que disputam a Libertadores e a Copa Sul-Americana. São quatro os técnicos portugueses (Palmeiras, Corinthians, Bragantino e Botafogo). Há mais treinadores estrangeiros do que brasileiros.

Aumentou bastante também o número de jogadores de outros países sul-americanos que atuam no Brasil. Será que há uma preferência pelos atletas estrangeiros, mesmo nos clubes dirigidos por brasileiros?

Alguns times brasileiros jogaram com todos os reservas nas primeiras rodadas da Libertadores e da Sul-Americana, com a compreensível finalidade de ter todos os titulares nas finais dos estaduais.

Porém os clubes poderiam ter poupado uns dois ou três sem perder a qualidade. Essa é uma conduta que deveria ocorrer o ano todo, como é frequente na Europa. Além disso, não há problema para um jogador que está bem fisicamente atuar, de vez em quando, três vezes de um fim de semana a outro. O que não se deve é repetir isso durante várias semanas seguidas.

Hoje é dia de decisões estaduais. Os jogadores, treinadores e torcedores precisam aprender que, mesmo contra grandes rivais, é possível jogar um belo futebol, com muita garra, intensidade, sem excesso de faltas e sem tumultos dentro e fora de campo.

Repito, os detalhes estratégicos são importantes, mas existe um exagero na avaliação das decisões dos treinadores. Um time não vai perder ou ganhar porque mudou um jogador, um pouco mais para a frente ou para trás.

Na terça-feira, veremos um jogaço, em Madri, entre o Real e o Manchester City, nas quartas de finais da Liga dos Campeões. São duas diferentes estratégias. Guardiola não abre mão da pressão para recuperar a bola, do domínio do jogo e da presença de um ou geralmente dois pontas abertos, posicionais. O City utiliza bastante as triangulações pelos lados e os passes e cruzamentos para Haaland e outros.

Ancelotti não abre mão de ter um trio de meio-campistas, que jogam de uma intermediária à outra, que tem o domínio da bola, além de Bellingham, que participa da marcação e avança para atuar próximo aos dois atacantes, Vinícius Junior e Rodrygo. O Real utiliza muito o lançamento nas costas dos defensores para a entrada em diagonal dos dois atacantes, ainda mais que os defensores do City atuam adiantados. Não há no Real centroavante nem ponta fixo. Vini e Rodrygo são ótimos pelos lados e ainda mais decisivos pelo centro.

São dois times bastante estratégicos e com muitos craques. A bola não procura o craque, como dizem. É o craque que sabe antes dos outros aonde a bola vai chegar. Como ele sabe? Sabendo! Existe um saber inconsciente que antecede ao pensamento. Os neurocientistas chamam de inteligência cinestésica, do movimento, espacial.

CARTUNISTAS PRESTAM HOMENAGENS A ZIRALDO
Cartunistas como Laerte 1, Claudio de Oliveira 2, Renato Machado 3 e Luiz Gê 4 homenagearam Ziraldo, morto aos 91 anos neste sábado (6), com desenhos que apresentam o próprio desenhista e mestre da literatura infantil e alguns de seus mais célebres personagens, como o Menino Maluquinho, de 1980, e Jeremias, criado em meio à ditadura no Brasil

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Reservado para determinado uso **2.** Que tem muitas lesões ou feridas na pele **3.** Do sovaco / André Trigueiro, jornalista carioca **4.** União homogênea resultante da mistura de duas ou mais substâncias / Um sobrenome do escritor José (1901-1957), de "Fogo Morto" **5.** (Pal. ingl.) No tênis, saque sem defesa / Fazer aderir **6.** Lutar contra **7.** Henri Nestlé (1814-1890), empresário suíço / (Fig.) Opinião que uma pessoa instituição goza perante a opinião pública **8.** Da cor da gema do ovo **9.** Sensação no paladar / Externar alegria **10.** (Matem.) Quantidade determinada por uma grandeza e uma direção / A abreviatura da região com GO e MS **11.** (ao alvo) Uma brincadeira de festas populares / A mesma coisa de antes **12.** Pele de cordeiro caracul novo, usada em agasalhos **13.** Viagem de jato / Árvore gigantesca, típica da África.

VERTICAIS
1. Montanhas da América do Norte / Trem de Alta Velocidade **2.** Dicionário dos vocábulos usados por um autor ou por uma escola literária / Notícia **3.** O que provoca ou determina uma atitude, um fato, a existência de algo / Livre (em relação à participação) **4.** Compartimento de prisioneiros / De dois motores **5.** A parte do chapéu que rodeia a copa / O Amarelo é um sucesso sertanejo / Um tipo de sangue **6.** Ganhar / Aquela que possui muito dinheiro **7.** O contrário de off (desligado) / Escolher entre vários / Rio português de uma famosa região de vinhos **8.** Conversa frívola, insistente e fastidiosa **9.** Motor de helicóptero / Vara usada pelos equilibristas para manter o equilíbrio sobre a corda bamba.

HORIZONTAIS: **1.** Alocado, **2.** Perebento, **3.** Axilar, AT, **4.** Liga, Rego, **5.** Ace, Colar, **6.** Combater, **7.** HN, Imagem, **8.** Amarela, **9.** Sabor, Rir, **10.** Vetor, CO, **11.** Tiro, Idem, **12.** Astracã, **13.** Voo, Baobá.
VERTICAIS: **1.** Apalaches, TAV, **2.** Lexicon, Aviso, **3.** Origem, Aberto, **4.** Cela, Bimotor, **5.** Aba, Camaro, AB, **6.** Derrotar, Rica, **7.** On, Eleger, Dão, **8.** Tagarelice, **9.** Rotor, Maromba.

SUDOKU
texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

2			9		8	1		6
	9							
8		4		5	2			9
		1		2	3			
3								5
			1	6		8		
4			2	1		3		8
							6	
6		3	4		5			1

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

MARATONAR

Beatriz Izumino
newsletter.folha.com/maratonar

Ao som de Beyoncé, veja filmes e séries de caubóis

SÃO PAULO Na semana passada, a cantora Beyoncé lançou "Cowboy Carter", seu oitavo disco, lotado de influências da música country. Para acompanhá-lo, sugiro filmes e séries com outros caubóis (coisas que têm "cowboy" no título) e Carters (por que não?). Yee-haw!

*

OUTROS CAUBÓIS

"Cowboy Bebop" (1998, 2021)
A Netflix tem as duas versões da série, a original, de 1998, e uma adaptação própria, de 2021. A primeira versão é um anime —tido como um dos melhores de todos os tempos—, enquanto a mais recente é live action, com John Cho como o protagonista Spike Spiegel —filmagem que foi duramente criticada, inclusive pelos criadores do desenho.

Spike lidera grupo de caçadores de recompensas que viaja pela galáxia na nave Bebop caçando bandidos para a ISSP (Inter Solar System Police).
Netflix. Uma temporada, 26 episódios (1998); uma temporada, dez episódios (2021).

"Copenhagen Cowboy" (2022)
Criada por Nicolas Winding Refn ("Drive"), a minissérie dinamarquesa acompanha Miu (Angela Bundalovic), uma jovem mulher com poderes psíquicos, em seu retorno ao submundo de Copenhague.
Netflix, seis episódios.

"Alma de Cowboy" (2020)
Cole (Caleb McLaughlin), 15, eternamente envolvido em confusões em Detroit, vai morar com o pai, Harp (Idris Elba), na Filadélfia. Ao chegar à nova cidade, descobre que o pai cria cavalos.
"Concrete Cowboy". Netflix, 111 min.

"Um Cowboy no Havaí" (1974)
Sequestrado em San Francisco, o caubói texano Lincoln Costain (James Garner) salta de um navio e é salvo pelo menino Booton MacAvoy (Eric Shea) na ilha de Kauai, no Havaí. O vaqueiro então decide ajudar o garoto e sua mãe, Henrietta (Vera Miles), a salvar sua plantação de batatas, transformando a fazenda num rancho de gado e protegendo-os do vilão Calvin Bryson (Robert Culp).
"The Castaway Cowboy". Disney+, 92 min.

"Leningrad Cowboys Go America" (1989)
Uma topetuda banda siberiana de polca decide partir para os Estados Unidos em busca de sucesso com seu agente trambiqueiro, Vladmir (Matti Pellonpää). Em Nova York, os músicos são contratados para tocar num casamento no México. A caminho do evento, de carro pelo sul dos EUA, vão parando de cidade em cidade e se apresentando em bares, adaptando seu estilo musical ao gosto dos fregueses. Do finlandês Aki Kaurismäki ("Folhas de Outono").
Mubi, 79 min.

"Coração de Cowboy" (2018)
Lucca (Gabriel Sater) se deu bem na cidade grande compondo músicas pop, mas não se sente conectado a elas. Após brigar com sua empresária, Iolanda (Françoise Forton), ele decide voltar a sua terra natal, no interior, para escrever canções que falem mais de seus sentimentos verdadeiros. Lá, faz as pazes com o pai, Joaquim (Jackson Antunes), e reencontra Paula (Thaila Ayala).
Netflix, 114 min.

OUTROS CARTERS

"Agente Carter" (2015-16)
Um dos desdobramentos do Universo Cinematográfico Marvel, ou MCU, segue as aventuras de Peggy Carter após os acontecimentos do filme "Capitão América: O Primeiro Vingador". Carter (Hayley Atwell) trabalha como secretária na Reserva Científica Estratégica (SSR, em inglês), enquanto secretamente tenta ajudar Howard Stark (Dominic Cooper) a limpar seu nome, depois que o fundador das Indústrias Stark é acusado de vender armas para nações inimigas.
"Agent Carter". Disney+, duas temporadas, 18 episódios.

"John Carter Entre Dois Mundos" (2012)
Adaptação coescrita e dirigida por Andrew Stanton ("Procurando Nemo") do primeiro livro da série "Barsoom". Nela, Taylor Kitsch ("Friday Night Lights") é John Carter, um veterano confederado da Guerra Civil americana que misteriosamente vai parar em Marte, ou Barsoom (para os nativos).

Um dos filmes mais caros da história —cerca de US$ 350 milhões em 2012—, é também um dos maiores desastres de bilheteria, tendo arrecadado US$ 284 milhões no mundo.
"John Carter". Disney+, 132 min.

"Carter, o Vingador" (1971)
O gângster Jack Carter (Michael Caine) volta a Newcastle, sua cidade natal, para o funeral do irmão. Suspeitando da veracidade do parecer policial de suicídio, Carter decide investigar as circunstâncias da morte de Frank e buscar vingança.
"Get Carter". Disponível para aluguel na Amazon e no iTunes, 112 min.

"Quem É Erin Carter?"
Uma professora inglesa (Evin Ahmad) que vive em Barcelona com o marido e a filha defende sua família durante um assalto a um supermercado, levantando dúvidas sobre seu passado e suas habilidades.
"Who Is Erin Carter?". Netflix, sete episódios.

FRASES DA SEMANA

Manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe militar que ocorreu no Brasil há 60 anos, em 31 de março de 1964, é crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023

Dilma Rousseff
ex-presidente da República, no domingo (31), sobre os 60 anos do golpe militar

A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes

Luiz Fux
ministro do STF, na segunda (1º), em voto que rejeita a hipótese de poder moderador do Exército

As pessoas precisam entender que nos incluir, promover acessibilidade para que estejamos em sociedade de forma digna, não é favor nenhum, é nosso direito

Caroline de Souza
jovem autista, na terça (2), sobre inclusão de pessoas neuroatípicas

ACERVO FOLHA

Há 50 anos **7.abr.1974**

São Paulo tem noite pugilística de sucesso; Pratt vence Netto

Foi ótima a reunião de pugilismo realizada no sábado (5) no Casino Antarctica, em São Paulo, em um evento de muito sucesso, tanto na parte esportiva como na social, que serviu para melhorar bastante a imagem do boxe paulista.

As lutas foram todas bem disputadas. No principal combate, o argentino Jess Pratt bateu o brasileiro Goes Netto no sétimo assalto. O árbitro da disputa foi muito tolerante. Consentiu que Netto agisse de forma reativa e não o advertiu quando o pugilista pretendia desferir golpes no rival caído.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

Uma questão de segurança

Um severo controle após os reajustes

ilustrada ilustríssima
FOLHA DE S.PAULO
DOMINGO, 7 DE ABRIL DE 2024 C1

Ensaio sobre a cegueira

Enquanto Hong Kong quer se manter no pódio do mercado mundial de arte, uma mudança na lei chinesa sufoca a liberdade de expressão e impõe mordaça a artistas do território *C4 e C5*

Obra de Yang Fudong no museu M+, em Hong Kong Divulgação

- Novos ditadores evitam violência para fingir que são democráticos, aponta livro *C7*
- Primeira onda psicodélica foi moldada por utopias dos anos 1930 *C8*

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

O diplomata Alexey Labetskiy na sede da Embaixada da Rússia em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Embaixador da Rússia - Alexey Labetskiy

Nunca vamos aceitar algo alheio à nossa vontade

[RESUMO] Alexey Labetskiy afirma que Lula e Putin devem se encontrar ainda em 2024, mas não confirma visita do presidente russo ao Brasil

Por ***Mônica Bergamo***

O embaixador da Rússia no Brasil, Alexey Labetskiy, afirma que a reeleição de Vladimir Putin para o quinto mandato presidencial na Rússia, em março, foi uma demonstração clara de que o povo de seu país não vai "aceitar tentativas de imposição de algo alheio à nossa vontade".

*

O diplomata sustenta que as eleições foram justas, livres e que a população tinha, sim, alternativas a Putin para eleger.

*

As críticas de países europeus e dos EUA ao processo eleitoral seriam "nulas" para a Rússia. E estariam sendo feitas, diz ele, porque "desta vez" não havia candidatos de oposição ao governo "financiados por países estrangeiros".

*

Labestskiy afirma ainda que "tentar explicar a história" pela visão de "Paris, Londres, Nova York ou Berlim" só gera incompreensões.

*

A Europa, considerada um grande centro cultural para o mundo Ocidental, é para a Rússia, historicamente, "o inimigo invasor".

*

Questionado sobre a desumanidade da guerra na Ucrânia, ele nega que Putin tenha cometido crimes e afirma que o conflito foi deflagrado para "defender os russos" que vivem no território e proteger a segurança do país.

*

Labetskiy afirma que Lula e Putin vão se encontrar ainda neste ano —mas não garantiu que o presidente da Rússia virá ao Brasil mesmo com a ameaça do Tribunal Penal Internacional de pedir a prisão dele no país.

*

O presidente Vladimir Putin acaba se ser reeleito. Países como EUA, Alemanha e Reino Unido dizem que o pleito não foi justo, nem livre, já que a população do país não tem outras alternativas de escolha a não ser o próprio Putin. A eleição de Putin com 86% dos votos é o resultado do desenvolvimento da situação interna do país e dos acontecimentos no âmbito da política global.

É a demonstração de que os povos da Rússia e o povo russo estão cansados de ser "alunos" ensinados por terceiros. Mostramos que estamos dispostos a observar os nossos objetivos e a nossa identidade para fazermos a escolha em função da realidade em que vivemos.

O senhor se referiu ao povo e aos povos da Rússia. A Rússia é um país multinacional. Russos, judeus, tártaros, povos do Cáucaso, cristãos ortodoxos, 20 milhões de muçulmanos nativos, budistas —mais de 150 povos e entidades nacionais habitam este grande território.

A civilização russa foi criada pela mistura destas religi-

ões e culturas —o que incluí os povos que estavam confundidos, por exemplo, com os ucranianos.

Eu sempre disse, e sigo dizendo, que não vejo nenhuma diferença entre mim e um ucraniano.

Minha família paterna é de Petersburgo, a materna é da Bielorrússia.

A diferença entre mim e um ucraniano é igual à que existe, no Brasil, entre um paulista e um baiano.

Voltando às críticas às eleições da Rússia... Elas provêm de um único fato: antigamente, a maioria dos assim chamados opositores na Rússia eram financiados por países estrangeiros. Desta vez, não havia nenhum [candidato nestas condições].

Mas havia, sim, escolha.

O programa político de Putin e o de [Nikolai] Kharitonov [um dos outros três candidatos que disputaram as eleições], do partido comunista, por exemplo, eram bem diferentes.

O programa de [Leonida] Slutsksy, que é do Partido Liberal, também difere.

O fato de que eles [candidatos à Presidência] apoiam Putin não significa que apoiam o programa da Rússia Unida [partido governista].

Havia também o candidato [Vladislav] Davankov, que é uma nova força política.

As tentativas de explicar a história da Rússia pela visão de Paris, de Londres, de Nova York ou de Berlim sempre resultaram na incompreensão dos objetivos reais da Rússia.

E quais seriam eles? Dizem que a Europa é um grande centro [econômico e cultural], de não sei o quê.

Mas a Europa, para nós, foi o inimigo invasor. Por duas vezes.

As Guerras Napoleônicas [no século 19, quando a França tentou invadir a Rússia] levaram à destruição da metade de Moscou.

Foi uma invasão europeia.

Dizem que combatemos o fascismo, o nazismo [ao guerrear contra a Alemanha de Hitler] na Segunda Guerra Mundial, que para nós é a Grande Guerra Pátria.

Sim, combatemos. Mas esse fascismo foi apoiado pelos romenos, búlgaros, húngaros, italianos e até tchecos [referindo-se a povos europeus].

Para os russos, [a Segunda Guerra] foi uma invasão europeia.

Até mesmo os espanhóis, que formalmente não participaram da guerra, enviaram a Divisão Azul, com cem mil homens, para combater em Leningrado [ao lado das forças alemãs de Hitler, em 1941].

Sempre houve a tentativa de nos impor algo.

Nós não negamos que a Europa é a Europa. Mas não podemos negar também que o Iluminismo europeu foi a fonte central do colonialismo por todo lado.

Quando Napoleão entrou em Moscou, a cidade foi queimada. Quando nós entramos em Paris [nos anos finais das Guerras Napoleônicas], em 1814, nós não queimamos Paris. A única coisa que deixamos na França foi a palavrinha "bistrô".

O Reino Unido criticou o fato de não haver monitoramento independente e neutro das eleições da Rússia. Para nós, essas críticas são nulas. Quem vai monitorar? Um inglês? Que já várias vezes tentou invadir a Rússia?

A eleição se deu em meio à guerra contra a Ucrânia. Os argumentos de Putin, de que havia um cerco da Otan à Rússia, são antigos e conhecidos. Mas não existiria alternativa à guerra, que é extremamente desumana? Esta é uma operação especial, não é uma guerra contra a Ucrânia e o povo ucraniano.

A sua razão central foi defender os russos que vivem naquele território [da Ucrânia] e que não reconheceram o golpe de 2014 em Kiev, financiado, promovido e aceito pelo Ocidente. Os acordos de Minsk [de 2014, que previam a reintegração à Ucrânia de regiões separatistas apoiadas pela Rússia em troca de status especial para a região de Donbass, entre outras coisas] não foram respeitados.

A própria [ex-chanceler da Alemanha] Ângela Merkel disse que os acordos foram uma tentativa de ganhar tempo e rearmar a Ucrânia.

A senhora está dizendo "a guerra". Vamos lembrar do Iraque: quantas vidas humanas foram perdidas nesta guerra provocada pela mentira aberta, depois reconhecida, e não perdoada [dos EUA sobre a existência de armas químicas e de destruição em massa no Iraque]? Uma mentira mentirosa. E o Afeganistão? Isso é guerra. E a Líbia? Isso é guerra.

E por que não definir a situação da Ucrânia como de guerra, se há a entrada de uma força militar em outro território? Nos prometeram por décadas que a Otan [aliança militar de países ocidentais liderada pelos EUA] não se alargaria [na direção da Rússia]. Mentira, mentira, mentira. E a Otan é uma organização pacífica? Não. De maneira nenhuma. Ela é uma organização agressiva cujo único inimigo é a Rússia. Nós devemos garantir a segurança do nosso país.

O senhor fala em proteger vidas de cidadãos russos na Ucrânia, mas há um custo em vidas na guerra. Quando, na fronteira do seu país, está sendo criado um estado nazista que proíbe a língua russa, a cultura russa, que persegue os russos, isso o que é?

O que nos impressiona é como, na Europa, eles estão prontos a aceitar adeptos do nazismo como seus aliados.

Isso significa que a Europa aceita qualquer um que seja o inimigo da Rússia.

> “ A eleição de Putin é a demonstração de que os povos da Rússia e o povo russo estão cansados de ser 'alunos' ensinados por terceiros

O que acontecerá a partir de agora? Porque a Rússia não perdeu, mas também não ganhou a guerra. Estamos decididos a levar até o fim a desmilitarização e a desnazificação do território ucraniano. É o objetivo central.

Mostramos à Europa, à Otan e aos EUA que não vamos aceitar a política de pressão que visa acabar com a Rússia como um Estado soberano e independente.

Será, portanto, uma guerra longa? Se os donos do regime fantoche da Ucrânia compreenderem que não vale mais a pena incentivar a guerra contra a Rússia, isso vai acabar.

No início da operação especial houve conversas entre russos e ucranianos e até, dizem, foi rubricado o texto de um possível um acordo [para acabar com o conflito]. Que foi impedido pelos donos ocidentais do regime de Kiev — criado por Washington, apoiado pelo Londres e agora pela Alemanha.

Qual é a possibilidade real de a Rússia usar armas nucleares na guerra? Pergunta sobre pergunta: quem começou a falar da questão nuclear? Nós nunca falamos.

Em janeiro de 2022 foi feita uma declaração de que nenhum dos cinco membros do clube nuclear [Rússia, EUA, China, França e Reino Unido] utilizará arma nuclear. Isto continua valendo.

Isso está parecendo a história das armas químicas do Iraque [nunca confirmadas, mas usadas como pretexto pelos EUA para declarar guerra ao país].

A Rússia sofreu sanções econômicas drásticas, mas a economia até cresceu. O que puxou essa evolução? Os que aplicaram as sanções se esqueceram de que existe uma diferença fundamental entre a economia do meu país hoje com a da [extinta] União Soviética. Aquela era a economia de um Estado fechado.

Agora nós temos uma economia de mercado. E nela todos estão trabalhando para ganhar um dinheirinho.

Quando o McDonald's sai [da Rússia], aparece outro para substituir. Tudo o que foi feito pelo homem pode ser repetido e copiado.

E, sabe, existe aquele axioma do Karl Marx, que dizia que, quando se trata de um lucro de 300%, o capitalista vende a sua própria mãe.

E qual foi o papel da China neste período? Nós reorientamos a maioria do nosso comércio externo da Europa para os países asiáticos, como a China, a Índia e todos os outros.

E o do Brics [grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] neste contexto de sanções? Nenhum país do Brics aplicou sanções contra a Rússia.

O Brics reúne cinco países que têm não apenas peso econômico e político, mas também uma identidade civilizacional muito diferente da do Ocidente.

Os chineses têm 5.000 anos de história. A Índia é a mesma coisa. A Rússia, também, um bocadinho mais jovem.

A África do Sul e o Brasil também têm identidades diferenciadas.

Esta é a força maior e criativa do Brics.

O que é o Brasil, aos olhos de um embaixador russo? O Brasil tem uma identidade fortíssima, que não pode ser confundida com nenhuma outra. O brasileiro pode admirar Miami, Paris e Berlim, mas o Rio de Janeiro será sempre o Rio de Janeiro. O paulista segue sendo o paulista.

Mas há dificuldades, e a distância social é uma delas.

Eu trabalhei no Rio. Eu gosto da cidade. Mas a pessoa que nasce em uma favela tem 0,01% de chance de ser inserida na vida da sociedade, vamos dizer, do Leblon, de Ipanema ou da Gávea.

O presidente Lula tem sido criticado por condenar fortemente a atuação de Israel na Faixa de Gaza ao mesmo tempo em que 'passaria pano' para o seu país na guerra da Ucrânia. Lula é considerado um grande aliado na Rússia? A Rússia desenvolve relações com o Brasil. E, portanto, com seus governos legitimamente eleitos. Não pretendemos ensinar aos brasileiros como viver.

A primeira visita presidencial brasileira, ainda à União Soviética, foi a de José Sarney, em 1988. Assinamos acordos de parceria estratégica com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tivemos boas relações com os governos de Lula, Dilma [Rousseff], Michel Temer e Jair Bolsonaro. E temos ótimas relações com o governo atual. Cooperamos com o Brasil no Brics, bilateralmente, junto ao Conselho de Segurança apoiando a sua pretensão de integrá-lo. Compreendemos a política externa do Brasil e respeitamos a política soberana [que adota] em relação à globalização, aos conflitos, à crise ucraniana, à não aplicação de sanções contra a Rússia e o não fornecimento de material bélico para as partes em conflito.

Lula e Putin devem se encontrar em breve? Há algum convite para o presidente brasileiro visitar a Rússia? Sim. Neste ano nós estamos dirigindo o Brics, e o Brasil está dirigindo o G20. Estamos esperando a chegada do presidente brasileiro para a cimeira do Brics, em outubro, na cidade de Kazan. Ele já confirmou [que vai], e efetivamente os dois vão se encontrar.

E o presidente Putin, vem ao Brasil? Nós recebemos o convite do presidente do Brasil para a cimeira do G20, em novembro, no Rio.

E a possibilidade de ele ser preso no Brasil por determinação do Tribunal Penal Internacional? Nós pensamos que esse assunto será resolvido pela parte brasileira.

Ele foi condenado por deportação ilegal de crianças e transferência forçada da Ucrânia para a Rússia. O que o senhor diz sobre isso? É mais uma invenção impensável. Os filhos de quem [foram deportados]? As crianças de quem? É uma invenção 100% política.

Mas o presidente Putin, então, vem ao Brasil? Eu não posso garantir se ele vem ou não vem. Ele recebeu o convite e efetivamente somos membros do G20.

Mas não há o temor de ele chegar no Brasil e alguém determinar a prisão dele? Esse tipo de fala, se ele vem ou não [ao Brasil], se alguém vai mandar prendê-lo, se assemelha à da guerra nuclear [que Putin nega querer deflagrar]. Alguém quer criar probleminhas, e está criando.

E outra coisa: nós não reconhecemos o Tribunal [Penal Internacional], assim como os americanos não o reconhecem [os EUA não são signatários do TPI]. É [um tribunal] politizado. Para nós, é zero.

As informações primárias e reais sobre a Rússia de vez em quando desaparecem entre ondas de fake news.

Nós estamos abertos a cooperar, a conversar. Mas nós nunca vamos aceitar as tentativas de imposição de algo alheio à nossa vontade.

Círculo vicioso do trauma

Em novo romance, líder judeu se depara com consequências de apoio a candidato extremista

Juliana de Albuquerque

Escritora, doutora em filosofia e literatura alemã pela University College Cork e mestre em filosofia pela Universidade de Tel Aviv

Lançado há pouco mais de uma semana pela Companhia das Letras, "Passeio com o Gigante", o novo romance de Michel Laub, nos oferece uma rara oportunidade de reflexão sobre alguns dos temas que marcaram a política nacional durante um período que compreende desde a ascensão da extrema direita ao poder até a pandemia de Covid-19.

O livro conta a história de Davi Rieseman, empresário, advogado e líder comunitário judeu que, durante as eleições presidenciais de 2018, se envolve na campanha de um candidato que se posicionava como sendo simpático a Israel.

O que motiva o envolvimento de Rieseman na campanha é a sensação de que o candidato e os seus apoiadores evangélicos talvez partilhem de uma experiência de mundo semelhante à dos próprios judeus. Isto é, marcada tanto pela vivência do preconceito religioso como pela tentativa de superação das suas sequelas a partir de estratégias como a do judaísmo musculoso de Max Nordau —citada pelo personagem— que vislumbrava se contrapor ao estereótipo do judeu fraco, hiperintelectualizado e incapaz de se defender por conta própria.

Isso fica evidente quando Rieseman, que atua como representante de um movimento juvenil judaico, comenta sua visita aos jovens evangélicos que frequentam os acampamentos organizados pela pequena comunidade do Pastor Duílio:

"Esse povo das igrejas, meus amigos judeus, pensem na inteligência deles. No caminho que eles fizeram de uns trinta anos para cá, vinte anos, vocês não veem nenhuma semelhança entre a trajetória deles e a nossa? A gente tem um Estado agora, e eles estão a caminho de ter algo parecido."

Ao forjar uma aliança estratégica com os evangélicos e, mais tarde, fundar conjuntamente um instituto para o acompanhamento e a melhoria de vida de pessoas com deficiência, Rieseman se esquece de que toda comparação é imperfeita e que as circunstâncias que motivaram o judaísmo musculoso de Nordau no século 19 já não são mais as mesmas que enfrentamos atualmente.

É que para o personagem a história aparenta simular o mecanismo de um trauma, ou seja, os acontecimentos, ainda que novos e distintos para o observador desinteressado, sempre acabam por provocar na vítima a mesma resposta do passado, como se ela não pudesse jamais vislumbrar uma maneira de romper com o círculo vicioso das repetições.

Rieseman só começa a sentir as consequências do seu engajamento político mais tarde, quando a sua esposa se torna uma das mais de 700 mil vítimas da pandemia no Brasil. É a partir de uma visita a um hospital que ele então passa a ser tomado de assalto pela própria consciência.

Durante essa visita, realidade e fantasia se misturam. Acompanhado por um coro integrado por figuras da história judaica, como Simão Bar Kochba e Olga Benário, bem como por familiares, amigos e desconhecidos que evocam no personagem a necessidade de confrontar os fatos, Rieseman revive o seu discurso da cerimonia de arrecadação de fundos para a campanha do seu candidato em 2018, o nascimento da filha deficiente e a morte da esposa, cujo fantasma questiona:

"Você reuniu os amigos em dois mil e dezoito, e falou de força e fraqueza, e de tragédia e comédia, e do dinheiro que define isso tudo no fim. Os seus amigos ouviram e aplaudiram o discurso, mas você já pensou no motivo? Eu acho que já. Foi por isso também que você se sentiu morto."

Como um herói trágico, Davi erra por confiar demais na própria astúcia. As consequências do seu erro são desastrosas, mas a intervenção do coro e, principalmente, a fala da sua esposa, obrigam-no a finalmente contemplar uma imagem mais precisa de si mesmo:

"Você caiu nessa armadilha tantas vezes, achar que dizia a sua verdade quando estava dizendo a verdade dos outros. Você achou que tinha convencido os seus amigos, mas foram eles que convenceram você muito antes."

"Passeio com o Gigante" é uma leitura incômoda como quase toda boa leitura deve ser. Há momentos em que nos sentimos sufocados, como se o livro esperasse obter uma confissão de culpa, tanto do seu protagonista como do leitor.

A menção à tragédia, no entanto, e a maneira como alguns dos seus princípios parecem governar a trama oferecem ao romance de Laub a magnanimidade que todo artista deve cultivar ao tratar de temas tão incertos, como a política, as paixões e tantos outros assuntos que regem a vida dos homens.

Pois, no fim de contas, mesmo ao criar coragem para confrontar a si próprio, Rieseman, como cada um de nós, pode até se esforçar para não repetir os próprios erros ou para não permanecer refém de um trauma, mas jamais poderá ter plena certeza de que isso é de fato humanamente possível.

[...]

A menção à tragédia e a maneira como alguns dos seus princípios parecem governar a trama oferecem ao romance de Michel Laub a magnanimidade que todo artista deve cultivar ao tratar de temas tão incertos

| DOM. Bernardo Carvalho, Juliana de Albuquerque, **Glenn Greenwald**

Liberdade em retalhos

[RESUMO] Mudança na Lei de Segurança Nacional da China sufoca a liberdade de expressão de artistas em Hong Kong e ameaça prender críticos às autoridades, enquanto feiras de arte e leilões tentam manter a metrópole no pódio do mercado

Por *Silas Martí*
Editor da Ilustrada

Uma lei em Hong Kong limita a intensidade do brilho dos painéis luminosos que cobrem os arranha-céus, mas parece não funcionar. Toda noite, a metrópole chinesa acende em cores estridentes, com anúncios publicitários, desenhos animados projetados nas fachadas e agora até mensagens de boas-vindas à primavera, que estampam a pele de vidro de suas torres à beira do mar. Essa luz, no entanto, cega mais do que ilumina, à sombra de outra medida que vem se mostrando bem eficaz.

Desde o fim do mês passado, o cerco se fechou sobre o que havia se firmado nas últimas décadas como uma das capitais do mercado de arte global. Um adendo à polêmica Lei de Segurança Nacional, que há quatro anos já vinha provocando um êxodo de artistas, o chamado Artigo 23 agora impõe uma mordaça a qualquer tipo de protesto político e sufoca a liberdade de expressão, ameaçando prender críticos às autoridades e também aqueles que não denunciarem potenciais críticos, a chamada "traição por imprudência".

"Isso foi o último prego no caixão da nossa liberdade", resume Kacey Wong, um dos artistas mais conhecidos de Hong Kong, famoso por performances a favor da democracia, agora no exílio em Taiwan. "Essa é uma ferramenta política disfarçada de lei para silenciar a oposição."

Wong foi embora da cidade dizendo se sentir estar a caminho do próprio funeral. Isso foi há três anos, quando ele já notava uma mudança drástica de rumos para quem sempre falou o que pensava. "Artistas são criaturas sensíveis, então, quando o ambiente fica desse jeito, ou eles vão embora ou se censuram", ele diz. "Aqueles que ficam passam por um processo de autoesquecimento, uma espécie de amnésia autoinfligida."

Sua carta de despedida foi um filme gravado em Hong Kong, mas montado já no exílio e divulgado também no além-mar. Em cena, ele passeia pelas ruas nos arredores de seu antigo ateliê tocando no acordeão uma canção que diz "um dia nos veremos de novo", uma carta de amor à cidade que precisou deixar para trás, sem aviso prévio.

Ele conversou comigo por vídeo, de sua nova casa, tendo como pano de fundo um capacete amarelo, desses usados em canteiros de obras, que se tornou, assim como os guarda-chuvas de dez anos atrás, um símbolo de protesto. Era a ferramenta usada para se defender da violência da polícia nas manifestações. Wong lembra que o fato de sair com um desses na cabeça hoje em Hong Kong já seria o suficiente para provocar um interrogatório ou mesmo uma ida à prisão.

Tanto Pequim quanto o governo de Hong Kong rebatem as preocupações dizendo que as novas regras respeitam os direitos humanos e dizem que o Ocidente vê as coisas usando dois pesos e duas medidas quando se trata da China.

Todo esse rearranjo, é evidente, causou um abalo sísmico na política, sufocando a democracia que sobrevivia em Hong Kong depois de anos de protestos violentos, mas também deixou em escombros a cena artística da cidade mais engajada com os assuntos candentes do mundo real, não arte decorativa ou pinturas de paisagem, na comparação de Wong. Isso é visível nos murais espalhados pelo movimentadíssimo distrito de Central, por exemplo, onde grafiteiros ignoram a crise institucional em que estão mergulhados para pintar gatinhos, flores e belas mulheres.

Uma curiosa coincidência geográfica, no entanto, ilustra a outra face da história. De um lado da baía, no coração de Hong Kong, está o lustroso M+, museu de arte contemporânea desenhado pela dupla de arquitetos suíços Herzog & De Meuron, inaugurado há três anos, quando o arrocho contra os protestos se intensificou. Do outro, fica a sede do Exército chinês, prédio brutalista com uma estrela vermelha no topo.

O governo central está de olho ali desde a década de 1970, tanto que o museu que se orgulha de ter o dobro do tamanho da Tate, de Londres, projeto dos mesmos arquitetos, precisou esconder algumas de suas 10 mil obras, em especial parte da série de fotografias em que Ai Weiwei, o mais célebre dos dissidentes chineses, mostra o dedo do meio a sedes do poder e do establishment pelo mundo. É possível ver o artista externar seu desdém pela Casa Branca e pela "Mona Lisa", no Louvre, mas a imagem do insulto à praça de Tiananmen, em Pequim, sumiu do site do museu.

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

Também sumiu uma escultura que adornava o campus da Universidade de Hong Kong. Na ressaca dos protestos pró-democracia que levaram quase 50 ativistas à prisão em 2021, muitos deles ainda detidos, a obra de oito metros de altura do artista dinamarquês Jens Galschiøt foi empacotada numa madrugada e até hoje está trancada num contêiner em frente a um tribunal da cidade.

Seu "Pillar of Shame", ou pilar da vergonha, retrata um amontoado de corpos retorcidos. É uma obra que rememora o massacre da praça de Tiananmen e tinha se tornado ponto de encontro de ativistas. "Prenderam uma escultura, e muitos dos meus amigos estão na cadeia também", diz Galschiøt, que não vive mais no território chinês. "Mesmo ter uma coleção de arte com algo crítico ao governo se tornou perigoso."

Luz e trevas, aliás, agora convivem num estado alterado, e essa ideia de arte perigosa parecia impensável no furor da semana retrasada, em que a feira Art Basel Hong Kong chacoalhou a cidade e turbinou uma onda de aberturas e festas em galerias de arte e casas de leilão. Um dos destaques do calendário era a mostra do artista alemão Wolfgang Tillmans, nome entre os mais celebrados da arte contemporânea no mundo, que exibia ali alguns trabalhos que não incomodaram possíveis censores.

Suas fotografias retratam painéis luminosos de Hong Kong em pane. São quadrados pretos que invadem a mensagem, tornando indecifrável o significado. Talvez seja sutil demais para levantar suspeitas, mas são obras que traduzem o senso de desorientação e paranoia que toma a cena artística deste que já foi considerado o lugar mais livre da Ásia.

"Nunca sofri nenhum processo de censura aqui e não mostrei nada de antemão para ninguém, mas sei que a censura aqui está a caminho", ele me disse, na abertura da exposição, na sede chinesa da poderosa galeria David Zwirner. "Desde que a nova lei entrou em vigor, as coisas estão diferentes."

Na superfície, porém, permanece o brilho incandescente, as festas madrugada adentro, quantidades industriais de champanhe a azeitar transações levíssimas, livres de impostos. E também os números, cifrões que a indústria alardeia como se fossem de neon. No ano passado, a China, incluindo Hong Kong, ultrapassou o Reino Unido como o segundo maior mercado de arte do mundo, atrás agora só dos Estados Unidos, com vendas de US$ 12,2 bilhões, quase R$ 62 bilhões, o equivalente a um quinto do mercado global atingido num ritmo de crescimento que é mais do que o dobro o do resto do planeta, apesar da crise imobiliária que arrefece neste momento o mastodôntico motor que é a economia chinesa como um todo.

Uma das maiores casas de leilão do mundo, a Christie's acaba de anunciar uma nova sede na cidade, ocupando vários andares do Henderson, arranha-céu futurista que lembra um foguete de vidro a decolar, desenho da firma da arquiteta iraquiana Zaha Hadid. Neste mesmo ano, a concorrente Sotheby's vai ampliar seus domínios em Hong Kong, além da Phillips —juntas elas dominam um mercado de trilhões de dólares no mundo todo e deslocam para a Ásia, em especial para essa metrópole conflagrada, boa parte do robusto fluxo financeiro da arte.

O status "tax free" do território já foi um tapete vermelho estendido para todas essas casas, mas, antes da reviravolta política, o governo de Hong Kong se esforçou para criar outro ímã. Se os leilões são um ótimo passatempo para os super-ricos, um estilo de vida celebrado por seriados que romantizam o "bling" da cidade como "Expatriadas", com Nicole Kidman, era preciso forjar uma cena artística de museus de ponta, uma forma de turbinar o turismo e criar um ecossistema em que uma feira como a Art Basel Hong Kong pudesse operar com o mesmo verniz de sofisticação que seus outros braços fazem em Paris, Basileia e Miami Beach, nos Estados Unidos, onde bilionários disputam seus estoques.

Daí nasceu o distrito cultural de West Kowloon, uma faixa de terra de 400 mil metros quadrados à beira da baía onde está o M+, outras instituições de arte e dois megateatros, além de hotéis de luxo, como o Rosewood e o Peninsula, anfitriões das festas mais concorridas do mundo "artsy" em tempos de feira. O governo despejou ali US$ 2,8 bilhões, ou R$ 14 bilhões, como pontapé inicial em 2008. Depois, a iniciativa privada, em parcerias, injetou mais US$ 3,5 bilhões, ou quase R$ 18 bilhões, para a construção de um museu dedicado à história chinesa.

Obra de Fuyhiko Takata na Art Basel Hong Kong
Divulgação

Mesmo a Art Basel, maior conglomerado de feiras de arte do planeta, ganhou um trocado para se instalar de frente para o distrito. O grupo controlado em grande parte pelo clã Murdoch, famosos magnatas da mídia, recebeu neste ano um incentivo de US$ 1,9 milhão, ou quase R$ 10 milhões, para garantir mais uma edição ali. O dinheiro vem de um fundo de US$ 141 milhões do governo, cerca de R$ 710 milhões, para o que chamam de megaeventos culturais. Na abertura da feira, seu CEO, o americano Noah Horowitz, comemorava o retorno a Hong Kong na mesma escala de antes da pandemia, o que chamou de renascimento para a cena artística da cidade onde diz enxergar um "futuro brilhante".

"Os negócios continuam a todo vapor", diz Thiago Gomide, dono da galeria paulistana Gomide&Co, que vendeu na feira uma série de trabalhos de Chen Kong Fang, artista chinês que se radicou no Brasil na década de 1950 e tem sua obra redescoberta agora, um retorno a casa num momento no mínimo interessante. "Você consegue entrar e sair com muito dinheiro, muita mercadoria."

O diretor de uma galeria importante de Hong Kong, em condição de anonimato, concorda. Na sua visão, que ele diz espelhar a da elite da cidade, nada mudou com as mudanças na lei. Ele atribui a grita da classe artística ao que chama de pânico moral do Ocidente, dizendo que sua cidade se tornou uma vítima da guerra fria entre China e Estados Unidos.

Uma das grandes instalações da feira, aliás, lembrava o estado de tensão entre as duas maiores potências mundiais. Ming Wong construiu uma esfera cortada ao meio, cada lado com uma tela que exibia jogos de pingue-pongue, alusão ao que ficou conhecido como diplomacia do pingue-pongue, quando jogadores americanos do esporte foram autorizados a entrar na China continental, passando por Hong Kong, para disputar um torneio pela primeira vez depois de o Partido Comunista assumir o comando do país.

Mas outra obra sensação da Art Basel Hong Kong joga a bola para o campo oposto ao da suposta liberdade de expressão alardeada pelo galerista. Num trabalho de alta voltagem política, apesar da superfície um tanto fofa, Li Wei retratou líderes mundiais na forma de esculturas de criancinhas brincando num playground, entre elas Vladimir Putin, Angela Merkel e Barack Obama. A notável ausência era Xi Jinping.

"Você nunca vai ver uma paródia de Xi Jinping, do Partido Comunista, do Exército, nem nada que se relacione ao massacre de Tiananmen", diz Eric Wear, um dos críticos de arte mais relevantes de Hong Kong, agora também em exílio, na Europa.

Ele abandonou um posto acadêmico e a liderança da associação de críticos de arte do território com medo de que seu alerta contra a guinada autoritária pusesse seus amigos em risco. Wear exemplifica o estado de censura atual lembrando que nada do caos que varreu Hong Kong na última década aparece em nenhuma obra de arte criada no território.

"Toda a sociedade parou nos últimos tempos com manifestações enormes nas ruas, mas tudo isso parece apagado se olharmos as obras de arte feitas por lá", diz o crítico. "Se você considera o ecossistema da arte só pelo lado dos negócios, então tudo bem estar lá, mas ocorre que não existe mais produção crítica, não se pode mais discutir arte. É uma cena arrasada."

Diretores de importantes museus em Hong Kong, ouvidos em condição de anonimato, concordam com o diagnóstico e dizem que toda a cena cultural vem sofrendo intimidação sistemática. Não existe um aparato explícito de censura, mas orçamentos são cortados sem aviso, agentes do governo vigiam espaços culturais e livrarias, outros aplicam multas sob o pretexto de checar alvarás de funcionamento ou questões sanitárias. Policiais à paisana, segundo eles, também vão a exposições de arte e performances e anotam os nomes dos frequentadores.

"Não há mais linhas vermelhas que não podemos cruzar, tudo é uma imensa zona vermelha", diz Kacey Wong, o artista que se exilou. "Querem espalhar o medo, e Hong Kong se tornou um celeiro de delações. É uma erosão do sistema artístico, um momento superperigoso. O futuro de Hong Kong está estilhaçado." ←

O jornalista viajou a convite do governo de Hong Kong

INÊS 249

Você tem vivências disruptivas?

É refrescante perceber que o português europeu e o brasileiro caminham juntos

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Foi com grande alegria que descobri, pela coluna de Flávia Boggio, que o português do Brasil tem sofrido com a entrada no léxico de palavras irritantes. A razão da alegria é esta: o português de Portugal também, e a moda linguística é exatamente a mesma.

Muitas vezes, há quem diga que o português brasileiro e o português europeu divergiram tanto que já são línguas diferentes. Por isso, é refrescante verificar que, afinal, as duas normas caminham juntas, mesmo que a sintonia se dê no âmbito da bobagem.

É como se dois irmãos gêmeos que resolveram viver em hemisférios diferentes fossem ambos enganados, ao mesmo tempo, pelo email do príncipe da Nigéria. Estão separados, mas continuam juntos.

Boa parte das novas palavras vem do mundo dos negócios, e, por isso, a sua entrada no linguajar cotidiano é quase sempre uma manifestação da influência inglesa. Já se sabe: nas empresas uma pessoa começa a receber "inputs", "adquire know-how" e, quando vai dar feedback, percebe que desenvolveu "skills". É fatal.

Mas é de lá que vem também outro tipo de palavra. Por exemplo, "disruptivo". Convém ter ideias disruptivas, o que só costuma acontecer se, como se sabe, a gente pensar "fora da caixa". Que caixa é essa? Ninguém sabe ao certo, embora todo o mundo esteja, infelizmente, pensando dentro dela.

Outra palavra com origem no linguajar empresarial é "assertivo". Em Portugal, a palavra é usada sobretudo por pessoas que julgam que ser assertivo é ter a capacidade de acertar, como na frase "quando estávamos na brincadeira com as flechas eu atingi o alvo bem no meio, porque sou uma pessoa muito assertiva".

Uma das modas mais populares consiste em criar palavras usando o método de acrescentar sílabas a palavras já existentes. É por isso que certas pessoas se dedicam a "vivenciar" em vez de viver, ou a "recepcionar" em vez de receber.

Aqueles que ainda vivem e recebem são pessoas um ponto zero, fatalmente desatualizadas. É o meu caso, que no entanto tenho experienciado a seguinte vivência: quando a maior parte das pessoas tenta pensar fora da caixa, manter-se na caixa é que é disruptivo. Creio que é uma questão de tempo até que todo o mundo o "percepcione".

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Filme sobre o pai da bomba atômica vencedor do Oscar está no streaming

Oppenheimer
Prime Video, 16 anos
O filme sobre o físico conhecido como o "pai da bomba atômica", J. Robert Oppenheimer, finalmente chega ao streaming. Escrito, produzido e dirigido por Christopher Nolan, arrebatou mais de 300 prêmios pelo mundo, incluindo sete estatuetas do Oscar. É contado como um suspense e tem elenco estelar, liderado por Cillian Murphy, que também ganhou a maioria dos prêmios da temporada.

The Masked Singer Brasil
TV Globo, 15h40, livre
A cantora Luiza Possi, a MC Porquinha, foi a última eliminada e agora é tudo com o Bode, a Preguiça e a Sereia Iara, que vão se apresentar duas vezes cada um. É o último episódio da temporada e vai, enfim, premiar a fantasia campeã.

Pica-Pau: O Filme
Megapix, 21h, livre
Um advogado que não se importa com a natureza tenta construir uma casa na floresta em um terreno paradisíaco no Canadá. Mas o Pica-Pau faz a vida dele virar um inferno. Comédia baseada na animação, com Timothy Omundson e a atriz brasileira Thaila Ayala.

Apocalypse Now
Telecine Cult, 22h 16 anos
Durante a Guerra do Vietnã, um oficial do Exército americano recebe como missão assassinar um coronel renegado que se considera um deus e comanda um grupo de fanáticos. Adaptado de "Coração das Trevas", obra de Joseph Conrad, o filme é um dos clássicos de Francis Ford Coppola. Com sinal aberto para não assinantes.

Os Evangélicos
GNT e Globoplay, 23h09, livre
Série documental que traça perfis de fiéis evangélicos nas cinco regiões do país, tentando explicar o que une esse segmento religioso que hoje representa cerca de 30% do país, segundo o Datafolha.

Canal Livre
Band, 0h, livre
O entrevistado desta semana é Marcos Troyjo, economista, cientista político, diplomata e ex-presidente do Banco dos Brics, que fala sobre a economia brasileira, as dificuldades impostas pelo cenário mundial e as melhores alternativas para os mercados emergentes.

QUADRÃO | *Jan Limpens*

| DOM. Jan Limpens, **Luiz Gê**, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Zé do Caixão vai ser homenageado em mostra na Espanha

SÃO PAULO José Mojica Marins, o Zé do Caixão, morto há quatro anos, será homenageado na 17ª edição da Novocine, mostra espanhola de cinema brasileiro. Como parte da programação, o evento, que acontece em Madri, vai exibir três longas do diretor restaurados em 4K.

A seleção começa com "Maldito - O Estranho Mundo de José Mojica Marins", filme dirigido por Ivan Finotti e André Barcinski, ambos autores também de uma biografia de Mojica — o primeiro é correspondente na Europa e o segundo é colaborador do jornal. O longa reúne depoimentos do sombrio cineasta e de seu entorno para iluminar sua vida e sua obra. Finotti também foi convidado para fazer o discurso de abertura da mostra.

Nos três dias seguintes, serão exibidos "À Meia-Noite Levarei Sua Alma", "Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver" e "O Despertar da Besta", nesta ordem. Os filmes serão exibidos em suas versões 4K, uma definição melhor que o HD, restauradas em laboratórios da Cinecolor a pedido da empresa Arrow Films, que lançou coleções das obras de Zé do Caixão nos mercados dos Estados Unidos e do Reino Unido. **Diogo Bachega**

Romance 'Torto Arado' leva prêmio literário na França

SÃO PAULO O livro "Torto Arado", do escritor brasileiro Itamar Vieira Junior, venceu o prêmio francês Montluc Résistance et Liberté de 2024.

O romance foi indicado ao prestigioso prêmio Booker Internacional, que seleciona anualmente os melhores livros estrangeiros traduzidos ao inglês e editados no Reino Unido ou na Irlanda. A indicação foi anunciada no mês passado.

A obra, de 2019, também é vencedora dos importantes prêmios Jabuti e Oceanos.

O Montluc Résistance et Liberté premia "obras que promovam a análise, a reflexão, a reavaliação dos valores da resistência e da liberdade". A instituição que o oferece, homônima à premiação, foi criada em 2018 para jogar luz sobre o Memorial Montluc, em Lyon, que foi uma prisão da Gestapo, a polícia secreta da Alemanha nazista, durante o período em que parte da França foi ocupada por Hitler.

O best-seller do colunista do jornal, que já vendeu mais de 700 mil exemplares desde a publicação no Brasil pela Todavia há cinco anos, concorre com mais 12 livros escritos em dez idiomas diferentes, incluindo lançamentos do albanês Ismail Kadare e do italiano Domenico Starnone.

Ditadores da manipulação

[RESUMO] 'Democracia Fake', livro publicado recentemente no Brasil, alerta para nova estratégia de ditadores contemporâneos. Buscando forjar um verniz democrático, esses líderes abandonam a repressão violenta e se voltam para estratégias de manipulação mais sutis

Por ***Ana Luiza Albuquerque***

Repórter da **Folha**, é mestre em jornalismo político pela Universidade Columbia e autora do podcast Autoritários

Uma multidão se aglomerava na praça principal da capital do Congo. Era 2 de junho de 1966 e o ditador Mobutu havia declarado feriado naquele dia. Ele queria que todos acompanhassem o que aconteceria ali.

Sob um sol escaldante, desceram de um jipe militar quatro homens que usavam capuzes pretos, como descreve reportagem publicada no dia seguinte pelo jornal americano The New York Times. Eles caminharam até o centro da praça e, um a um, subiram os degraus de um andaime improvisado, onde havia uma grossa corda pendurada. Na frente de todos, foram enforcados.

Os quatro eram inimigos políticos de Mobutu, que ordenou a execução sob o argumento de que o grupo tentaria matá-lo para dar um golpe.

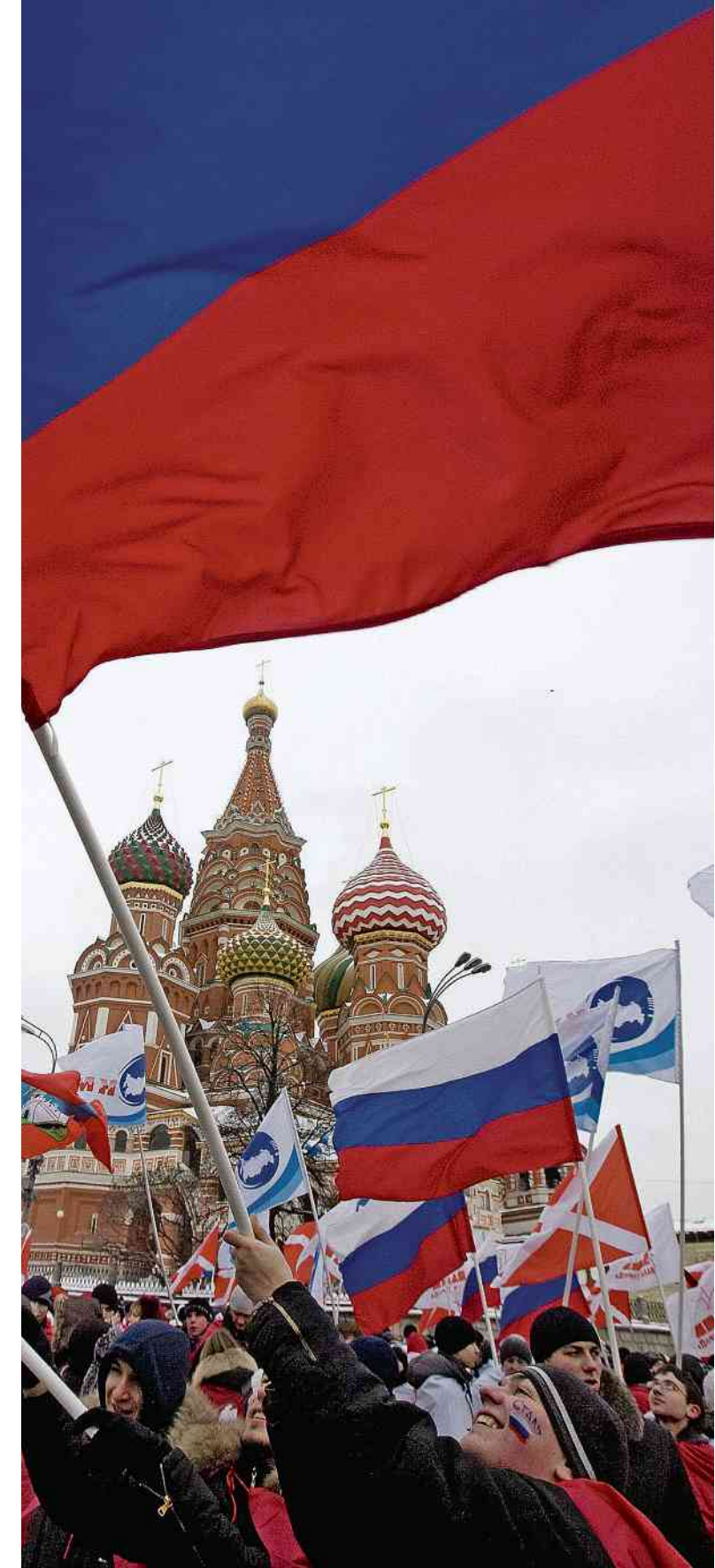
Sessenta anos depois, demonstrações ostensivas de violência como essa são mais raras, mesmo entre ditadores —no século 21, eles perceberam os benefícios de posar como democratas. É essa a tese proposta no livro "Democracia Fake" (Vestígio), de Sergei Guriev e Daniel Treisman.

A obra opõe dois tipos de ditadores. O primeiro, mais comum no século 20, governa pelo medo. Tem como marcas a repressão violenta (como torturas, prisões e assassinatos), a censura generalizada e escancarada, a imposição da ideologia oficial do regime e o culto à personalidade.

O outro tipo, mais contemporâneo, é chamado pelos autores de "ditadores do spin" — não existe uma tradução literal para o termo, mas o sentido é semelhante a ditadores da manipulação. Esses governantes escondem a violência estatal, disfarçam a censura, cooptam empresas de mídia privada e mantêm uma fachada democrática.

Os dois representam um tipo distinto de perigo, diz Guriev em entrevista por videochamada à **Folha**. "Os ditadores do spin são menos perigosos por serem menos violentos. Há menos pessoas morrendo e sendo torturadas nas prisões", afirma. "Por outro lado, são mais perigosos porque fingem ser democratas e às vezes são bem-sucedidos em ganar o Ocidente. Esse é o propósito do livro: alertar o mundo democrático que eles, ainda assim, são ditadores."

O modus operandi de líderes como Lee Kuan Yew, ex-primeiro-ministro de Singapura apontado no livro como precursor do modelo, envolve manipular a opinião pública para ganhar popularidade. "Os ditadores do spin sobrevivem não por destruir a rebelião, mas por remover o próprio desejo de rebelião", escrevem os autores.

O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán é citado por Guriev e Treisman como um exemplo desse tipo de ditador. Ele não adotou a censura declarada, mas, segundo organizações que defendem a liberdade de imprensa, tomou controle do mercado da mídia por meio de oligarcas aliados, que teriam comprado empresas do setor. A ONG Repórteres sem Fronteiras afirma que 80% dos veículos de comunicação húngaros estão, na prática, nas mãos do partido de Orbán.

Apoiadores de Putin comemoram na Praça Vermelha, em Moscou, os resultados das eleições parlamentares de 2007 Vasily Fedosenko - 3.dez.2007/Reuters

O primeiro-ministro também disfarçou o autoritarismo no método que utilizou para expulsar do país a Universidade Centro-Europeia, fundada pelo magnata George Soros, alvo frequente de sua retórica populista. Para viabilizar a expulsão, o Parlamento governista aprovou uma lei que criava um motivo burocrático que impossibilitaria a continuidade do funcionamento da universidade na Hungria.

Orbán minou o sistema de freios e contrapesos, mas não derramou sangue para isso — em primeiro lugar, porque não precisou. Para líderes como ele, a violência é o último recurso. Não necessariamente por uma questão moral, mas estratégica.

"A globalização hoje oferece muitos incentivos para um país abrir as fronteiras e atrair investimentos estrangeiros, porque isso cria empregos e crescimento econômico. Para conseguir isso, eles têm que fingir ser democratas", diz Guriev. "Para viajar para Davos [onde acontece o Fórum Econômico Mundial], eles precisam usar um terno, não um uniforme militar. As pessoas não vão apertar a mão deles se eles tiverem torturado milhares."

Expor as táticas dos ditadores recentes é uma das soluções para lidar com eles. Outra, segundo os autores, é limitar as sanções econômicas apenas contra indivíduos e empresas

A globalização é um dos componentes do que os autores chamam de "coquetel da modernização", uma junção de forças que empurraria algumas ditaduras rumo à democracia. A ditadura do spin seria uma forma de adaptação e sobrevivência em meio a esse novo cenário.

"Se você quer transformar uma economia de renda média em um lugar próspero, você vai precisar de crescimento econômico baseado em inovação e conhecimento. Para isso, você precisa de pessoas com ensino superior", afirma Guriev. "Essas pessoas não querem trabalhar em uma ditadura do medo. Então, você precisa ser mais aberto, fingir que é um democrata."

Guriev e Treisman criaram uma base de dados utilizando uma série de critérios para distinguir os ditadores do medo e os do spin. Os números corroboraram a tese deles: o segundo tipo é o mais frequente entre as novas ditaduras. Nos anos 1970, 60% dos ditadores que assumiram um governo se utilizaram do medo. Nos anos 2000, essa porcentagem caiu para menos de 10%. No mesmo período, o percentual que governa pelo spin subiu de 13% para 53%. Os demais são de um tipo híbrido.

Guriev fala em duas maneiras comuns para a ascensão de um ditador do spin. A primeira acontece após o declínio de uma ditadura do medo. Por exemplo, um líder dessa linha morre e o seu sucessor conclui que, no mundo contemporâneo, é mais estratégico ser um ditador do novo tipo.

A outra, explica ele, ocorre quando um governante, frequentemente populista, chega ao poder por eleições regulares e então subverte as instituições democráticas. Os autores afirmam que o ex-presidente Donald Trump tentou fazer isso nos Estados Unidos.

Treisman diz que, se Trump for eleito novamente neste ano, o cenário se repetirá. "Ele vai tentar minar o sistema de freios e contrapesos, vai tentar colocar ainda mais comparsas leais nas cortes, vai tentar reduzir o acesso à mídia. Ele vai politizar o serviço civil, a burocracia [do Estado]", afirma. "A equipe dele já anunciou que tem planos de, no primeiro dia, demitir um grande número de funcionários federais e introduzir novas pessoas leais a ele."

Isso não significa que, caso eleito, Trump será bem-sucedido em sua tentativa. Os autores escrevem que a maior resistência contra líderes como ele está no grupo que chamam de "bem-informados", subconjunto da população com "educação superior, habilidades de comunicação e conexões internacionais", que documentam e denunciam os abusos do governante.

"Não apostaria contra a sociedade americana, que é muito resiliente e está mobilizada. Existem advogados, jornalistas, juízes, funcionários do governo e ONGs que estão determinados a impedir a erosão da democracia", diz Treisman. "Mas vai ser perigoso e destrutivo se ele tentar. Uma vitória de Trump seria ruim para o mundo todo. Encorajaria os ditadores de todos os tipos a aumentar a pressão. A gente viu evidências de que o envolvimento americano ajudou a impedir a tentativa de golpe de Bolsonaro."

Em alguns casos, um ditador do spin pode recorrer ao medo —um caminho sem volta. Os autores afirmam que isso aconteceu na Venezuela. Hugo Chávez, um ditador do spin, foi substituído por Nicolás Maduro, que, pressionado por uma grave crise econômica, aumentou a repressão. O russo Vladimir Putin seguiu o mesmo caminho após iniciar a Guerra da Ucrânia, diz Guriev.

Putin teve grandes ganhos de popularidade com a anexação da Crimeia em 2014. Em um cenário de estagnação econômica, o russo pode ter calculado que uma nova guerra voltaria a unir a população em torno de uma causa em comum, fortalecendo seu governo.

"Ele viu que não estava funcionando, que as pessoas estavam protestando e que a mídia independente estava ganhando influência", afirma Guriev. "Na primeira semana, ele fechou a mídia e bloqueou o Facebook e o Instagram, e o Parlamento aprovou uma lei que determina que, quando alguém critica a guerra ou usa essa palavra, pode ir para a cadeia por até oito anos. Isso é censura declarada, algo que nunca tinha sido usado."

Putin foi, inclusive, o motivo pelo qual os autores começaram a escrever o livro. Guriev é um economista russo, hoje diretor de estudos de pós-graduação em economia na Sciences Po, em Paris. Crítico do governo, ele foi aconselhado a sair da Rússia em 2013. À época, um amigo afirmou ao New York Times que o economista tinha motivos para acreditar que seria preso. Já Treisman é professor de ciência política na Universidade da Califórnia e especialista em Rússia.

Os dois começaram a observar que as táticas de manipulação de Putin —antes da guerra, considerado por eles um ditador do spin, não do medo— eram semelhantes àquelas usadas por outros líderes, como Orbán e Chávez. Então decidiram juntar forças para montar um modelo que explicasse esse processo e testasse as comparações entre os governos.

Depois de publicar uma série de trabalhos acadêmicos, Guriev e Treisman decidiram que o livro seria uma forma de chegar a um público mais amplo.

Expor as táticas dos ditadores recentes é justamente uma das soluções para lidar com eles. Outra, segundo os autores, é limitar as sanções econômicas apenas contra indivíduos e empresas. Os autores lembram que o crescimento econômico é a melhor esperança para transformar as autocracias em regimes menos violentos e, finalmente, em democracias.

Os dois também advogam pela reparação das instituições nos países democráticos, restaurando a confiança da população nelas; que advogados, banqueiros, lobistas e outros integrantes da elite ocidental parem de capacitar ditadores; e que empresas ocidentais deixem de vender a eles tecnologias utilizadas para espionagem doméstica.

Apesar dos alertas, o livro tem uma nota otimista: a ditadura do spin é tratada quase como um modelo de passagem em direção à democracia. "A gente especula que [esse tipo de ditadura] não é sustentável, mas não temos dados, uma prova empírica", diz Guriev.

Os autores afirmam que não existe nenhum antídoto conhecido para o "coquetel de modernização" que empurra as nações em direção à democracia.

Isso porque, ao mesmo tempo que o desenvolvimento econômico ameaça os ditadores, já que os cidadãos têm mais acesso à educação e à informação, ele também é necessário para que esses líderes se mantenham no poder, já que crises econômicas ameaçam a popularidade do governo.

Ou seja, ditadores até poderiam atravancar o crescimento para frear a democratização do país, mas isso também os prejudicaria.

Em um momento de descontentamento, os ditadores precisam de mais repressão para se manter no cargo —só que foi justamente a inadequação da violência na sociedade globalizada o que os levou a abandonar o medo e a escolher a manipulação.

Resta saber se esse dilema não resolvido de fato levará o mundo a um cenário mais democrático. ←

Democracia Fake

Autores: Sergei Guriev e Daniel Treisman. Editora: Vestígio. R$ 84,90 (416 págs.); R$ 59,90 (ebook)

Os antropólogos Gregory Bateson (à esq.), Margaret Mead e Reo Fortune em 1933 Library of Congress/Manuscript Division

A primeira onda psicodélica

[RESUMO] Livro do historiador Benjanin Breen mostra como raízes da contracultura estão fincadas no pensamento dos antropólogos Margaret Mead e Gregory Bateson nos anos 1930, não do guru lisérgico Timothy Leary, bem como por que, na esteira da 2ª Guerra e da Guerra Fria, eles flertaram com psicodélicos como armas de espionagem

Por ***Marcelo Leite***
Colunista da **Folha** e autor de livros como 'Promessas do Genoma' (Editora Unesp, 2007) e 'Psiconautas – Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira' (Fósforo, 2021)

Esqueça Timothy Leary, o verão do amor de 1967 na Califórnia, o álbum "Sgt. Pepper's", dos Beatles, e o festival de Woodstock em 1969. O vagalhão pioneiro da psicodelia se levantou não com a contracultura, mas com sementes multiculturalistas plantadas nos anos 1930 pelos antropólogos Margaret Mead e Gregory Bateson —com colheita duvidosa, entretanto.

A pré-história do movimento hippie vem narrada em detalhe no livro "Tripping on Utopia" (viajando na utopia), de Benjamin Breen. Historiador da ciência e da medicina da Universidade da Califórnia em Santa Cruz (EUA), Breen traça um panorama pouco conhecido —e algo sombrio— que contrasta com a luminosidade aparente do atual renascimento psicodélico.

Como em todo tsunami, a sublevação teve origem nas profundezas do globo. A norte-americana Mead (1901-1978) e o britânico Bateson (1904-1980) se conheceram na Nova Guiné em 1932, quando ela ainda era casada com o neozelandês Reo Fortune. Pouco impressionada pelo trabalho antropológico de Bateson, Mead acabou por encontrar nele uma alma intelectual gêmea em sua crença na ciência como ferramenta civilizadora.

Discípula de Franz Boas, luminar da escola norte-americana de antropologia de quem Gilberto Freyre foi aluno, Mead chamara atenção com seu livro de 1928, "Coming of Age in Samoa" (chegando à maturidade em Samoa). Best-seller na época, a obra expunha com franqueza comportamentos sexuais diversos dos costumes ocidentais, até mesmo preferíveis a eles.

"O que constitui cortesia, pudor, ótimas maneiras e padrões éticos definidos não é universal", anotou Boas no prefácio. A própria autora era bissexual, uma característica sobre qual ela manteria reserva diante do público que a aclamava.

Mead foi influenciada também pela mentora e amiga Ruth Benedict, uma assistente de Boas. Com ela, a jovem pesquisadora descobriu que a antropologia cultural não tratava de coletar relíquias para juntar poeira em museus, escreve Breen: "Tratava-se de resgatar o conhecimento destilado por milhões de vidas —lições arduamente obtidas que um dia poderiam ajudar a formatar o futuro coletivo da humanidade".

Mead e Bateson estiveram no centro da atividade intelectual que forjou a revolução modernista no entendimento sobre sexualidade, cultura e personalidade. Suas marcas eram a intensa experimentação, pessoal e social, e o entusiasmo com drogas psicotrópicas

Tal marca utópica marcaria as carreiras de Mead e Bateson. A fé no conhecimento e na importância da alteridade incluía uma abertura para substâncias alteradoras da consciência, como o cacto peiote contendo mescalina, utilizado pelo povo indígena omaha que os dois estudaram na década de 1920.

Mead e Bateson estiveram no centro da atividade intelectual que forjou a revolução modernista no entendimento sobre sexualidade, cultura e personalidade. Suas marcas eram a intensa experimentação, pessoal e social, o prestígio crescente de uma ciência recém-nascida, a psicologia, e o entusiasmo com drogas psicotrópicas, de psicodélicos a anfetaminas e tranquilizantes.

A Segunda Guerra representou uma barragem de fogo contra esse otimismo utópico. Bateson se envolveu em atividades de guerra psicológica contra as forças do Eixo, instrumentalização bélica do conhecimento que na subsequente Guerra Fria alcançaria Mead.

No cerne dessa mobilização estava o conceito de que a mente humana, sendo (re) programável, poderia ser manipulada. Recursos como hipnose, "soros da verdade" e "lavagem cerebral" colonizaram a cultura estratégica que daria nascimento em 1947 à CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) e tinha origem em relatório que Bateson escreveu em 1945, após a bomba sobre Hiroshima.

Em 1949, ano em que a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi fundada, a União Soviética explodiu sua primeira bomba atômica e os comunistas tomaram o poder na China, Bateson e Mead tinham mergulhado na saúde mental, ele transferido para um hospital de veteranos de guerra na Califórnia, ela dando consultoria sobre psicologia soviética para o recém-criado think-tank conservador Rand Corporation.

O antropólogo tornado psicólogo deixaria sua marca no campo como autor do conceito de "duplo vínculo", exigências contraditórias de uma figura de autoridade que entendia ter relação com a esquizofrenia. Embora tenha se popularizado como "culpa da mãe", Bateson entendia o duplo vínculo como característica de famílias e sociedades, não só dela, ressalva o autor do livro.

Em 1943, o efeito psicodélico do LSD havia sido descoberto por Albert Hofmann na empresa Sandoz. O laboratório suíço passou a distribuir o que era então visto como medicamento, sob a marca Delysid, para médicos, psicólogos e pesquisadores empregá-lo de experimentalmente.

Os anos 1950 abriram uma época dourada para o ácido lisérgico. Ganhou impulso a psicoterapia apoiada em psicodélicos, que "renasce" agora no século 21. Sete décadas atrás, atraía a atenção de celebridades como Cary Grant, Anaïs Nin, Julia Child, Allen Ginsberg e William Burroughs.

O LSD caiu na mira da CIA, que passou a testá-lo em seus próprios funcionários e outras pessoas sem consentimento, na tentativa de obter um adjuvante para manipulação mental em interrogatórios. Assim nasceu o projeto secreto MK-Ultra, no qual trabalharam colaboradores próximos de Mead, mas Breen diz não haver provas de que ela tenha tomado conhecimento da infâmia.

A antropóloga datilografou em 1954 um memorando com anotações sobre contato com mulheres sob efeito de LSD, ministrado por Harold Abramson. O médico tinha um passado de pesquisa com armas químicas, mas isso não impediu Mead de convidá-lo para conferência da Fundação Macy e cogitar participação em seus estudos antiéticos com LSD para a CIA, com planos de ela própria experimentar a droga.

Isso aparentemente nunca aconteceu. Mead fazia segredo de muita coisa em sua vida pessoal. Com a morte de Albert Einstein em 1955, escreve Breen, ela se tornara a cientista e intelectual pública mais conhecida no mundo ocidental, e pelo visto temia revelar intimidades durante uma viagem lisérgica, como seu relacionamento com a colega Rhoda Métraux.

Mead influenciou, por exemplo, Aldous Huxley, que leu sua obra antes de escrever "As Portas da Percepção", sobre experiências com mescalina. Outro admirador do otimismo de Mead foi Carl Sagan, jovem cientista planetário que ficaria famoso com a série de TV "Cosmos" (1980) e admitiria usar maconha.

Aos 29 anos, o precoce professor de Harvard visitou nas ilhas Virgens o local de um dos mais bizarros experimentos na história do LSD, realizado por John Lilly com golfinhos. Ali trabalhava Bateson, atraído em 1963 pelo diretor do recém-criado CRI (Instituto de Pesquisa de Comunicação), financiado pela agência espacial Nasa.

O propósito de Lilly era ensinar cetáceos de 400 kg a falar inglês, nada menos. Nesse processo, o que Bateson viria a descobrir em seguida, injetava-se LSD nos animais. A pesquisa não deu em nada, mas depois viria à tona que 4 dos 7 golfinhos residentes morreram após "suicidar-se" (parar de respirar e afogar-se).

Antes do fiasco, o CRI esteve no epicentro de um frenesi midiático com golfinhos. Vários filmes os tinham como astros, como a série televisiva "Flipper", filmada de 1964 a 1967. Sagan foi o patrono de um grupo intelectual batizado do Ordem do Golfinho.

A era de ouro psicodélica começou a fazer água em 1964, quando a farmacêutica Sandoz restringiu a distribuição de Delysid, sob pressão da agência de fármacos FDA. O LSD foi abraçado pelos hippies, e a reação conservadora não tardou, auxiliada pelo impacto dos assassinatos cometidos pela "família" de Charles Mason em 1969.

Mead e Bateson havia muito seguiam caminhos divergentes. Ele deixara o Caribe para lecionar antropologia na Universidade da Califórnia em Santa Cruz, onde se revelaria um crítico da instrumentalização da ciência e dos efeitos negativos da tecnologia —foi, em 1967, um pioneiro na denúncia do aquecimento global. Virou um modelo para a juventude universitária revoltosa.

A antiga parceira, embora bem mais famosa, perdia influência. Um espetáculo musical, "Hair", que correu o mundo com mensagens da contracultura, fazia troça dela com uma personagem chamada Margaret Mead. Em 1969, foi alvo dos conservadores após defender publicamente o uso de maconha.

Em 1970, Leary, o profeta psicodélico, foi encarcerado. O presidente republicano Richard Nixon, que o havia qualificado como "o homem mais perigoso da América", declarou Guerra às Drogas em 1971. Em 1974, o programa MK-Ultra da CIA foi revelado e deu origem a um escândalo.

A segunda voga dos psicodélicos refluiu para escuridão oceânica da cultura e da ciência. A maré vazante arrastou com ela as promessas luminosas dos líderes da primeira.

Benjamin Breen traz muitas lições para quem empresta caráter messiânico à terceira onda, em que as substâncias transformadoras da consciência retornam com a missão de curar traumas de sociedades despedaçadas por alienação e guerras. O mundo, mesmo, não evoluiu como sonhavam Mead e Bateson. ←

Tripping on Utopia
Autor: Benjamin Breen. Editora: Grand Central Publishing. R$ 150 (384 págs.); R$ 42 (ebook)

Força-tarefa do governo Lula discute quatro frentes de taxação de big techs

Gestão estuda cobrança por uso de rede e streaming, fundo para jornalismo e aumento no IR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante evento em São Bernardo do Campo (SP) Bruno Santos - 2.fev.24/Folhapress

Adriana Fernandes e Patrícia Campos Mello

BRASÍLIA E SÃO PAULO O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abriu quatro frentes de investida para tentar tributar gigantes da tecnologia —as big techs. A ideia da atual gestão é propor ao Congresso a taxação ainda neste ano.

O assunto é tratado por uma força-tarefa. Discutem o tema integrantes das pastas da Casa Civil, da Fazenda, das Comunicações, da Cultura e da Secretaria de Comunicação Social.

Os caminhos traçados incluem o chamado "fair share" —o pagamento pelo uso de rede de telefonia; uma "Cide" para o jornalismo, em razão da degradação do ecossistema de informação causada pelas big techs; uma taxação de vídeo "on demand" (streaming, por exemplo); e a cobrança de imposto sobre a renda no âmbito das discussões da regulamentação da reforma tributária.

De acordo com o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, a taxação é urgente. "Não é uma discussão se a gente quer ou não quer fazer. Temos de entrar nessa. Se não cobrarmos aqui o mínimo em relação ao resultado delas [big techs], a diferença vai ser cobrada no exterior."

Para entrar em vigor em 2025, a cobrança de IR no Brasil terá de ser aprovada neste ano por causa do chamado princípio da anterioridade. Segundo Barreirinhas, muitos países da Europa e Ásia já começaram a cobrar as big techs.

As plataformas não divulgam faturamento por país, e a Receita mantém as informações sob sigilo. Porém, estudo do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias da UnB (Universidade de Brasília) feito para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) traz estimativas.

Ao levar em conta fatores como PIB (Produto Interno Bruto), PIB per capita, população, quantidade de linhas de celulares e usuários da internet, o estudo projeta que, em 2022, a Amazon, faturou US$ 27,079 bilhões no Brasil, a Alphabet (dona do Google), US$ 10,095 bilhões; o Spotify, US$ 7,077 bilhões; a Microsoft, US$ 7,076 bilhões; e a Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp), US$ 4,162 bilhões.

Projeção de faturamento das big techs no Brasil em 2022

Em US$ bi

Fonte: Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias da UnB (Universidade de Brasília)

O estudo aponta que as empresas digitais com subsidiárias no Brasil têm encontrado instrumentos jurídicos para driblar ISS e ICMS, além de possíveis mecanismos de planejamento tributário concentrarem os lucros extraordinários nas sedes ou em países com baixa tributação.

Há projeções sobre potencial arrecadação com diferentes critérios, por grupos de empresas, com base em dados de 2023. O potencial de arrecadação dos serviços de email, armazenamento em nuvem e ferramentas de produtividade, que incluem Alphabet, Dropbox e Microsoft, varia de R$ 3,3 bilhões a R$ 27,6 bilhões por ano, dependendo do modelo de tributação.

Já o potencial de arrecadação em compras online, que inclui Alibaba, Amazon, Ebay e Mercado Livre, vai de R$ 2,8 bilhões a R$ 18,9 bilhões por ano. Os serviços de streaming de áudio e vídeo, como Amazon Prime, Disney +, Spotify e Netflix, variam de R$ 3,5 bilhões a R$ 29,4 bilhões ao ano.

Para serviços de redes sociais, nos quais os pesquisadores incluíram somente a Meta, o potencial de arrecadação em 2023 vai de R$ 781 milhões a R$ 6,5 bilhões.

Nesse cenário, as teles defendem o direcionamento dos recursos do fair share para investimento em infraestrutura.

A medida, porém, poria fim à chamada neutralidade de rede, princípio previsto no Marco Civil da Internet. Por essa regra, por exemplo, não é possível cobrar mais de determinado usuário ou tornar a conexão mais lenta para outro.

> Não é uma discussão se a gente quer ou não quer fazer. Temos de entrar nessa. Se não cobrarmos aqui o mínimo em relação ao resultado delas [big techs], a diferença vai ser cobrada no exterior
>
> **Robinson Barreirinhas**
> secretário da Receita Federal

Segundo Vivien Suruagy, presidente da Feninfra, que representa empresas de infraestrutura de redes de telecomunicações, 50% do tráfego de internet vem de seis big techs, e 80% da rede móvel é ocupada por aplicativos dessas empresas. "Com a neutralidade da rede, não podemos cobrar nem melhorar a qualidade."

O fair share é defendido pelo presidente da Anatel, Carlos Baigorri. A agência abriu consulta pública sobre propostas para regulamentar os deveres dos usuários das redes.

"O nosso olhar é como definir o que é adequado ou não no uso das redes de serviços de telecomunicações para garantir que todos os usuários consigam utilizar a rede, ou seja, que ela funcione", diz.

Em público, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, diz ser a favor de taxar as big techs, mas "contra o fair share, que é justamente taxar para os recursos irem para as teles": "Estamos buscando o melhor caminho para estruturar projetos de inclusão digital e conseguir que esse dinheiro da taxação fique no setor".

Nos bastidores, porém, ele defende o fair share, segundo três pessoas próximas ouvidas pela reportagem.

Para Ricardo Campos, autor do livro "A Nova Relação entre Infraestrutura e Serviços Digitais" e professor na Universidade Goethe em Frankfurt, "quem utiliza mais deve pagar mais". "A neutralidade de rede foi importante enquanto as teles eram gigantes e o Facebook era pequeno. Agora, o setor das teles, com lucros em queda, é que precisa de investimento", diz.

Os críticos, por sua vez, afirmam que os serviços ficarão mais caros. "As rádios e TVs hoje têm vídeos e áudios na internet. Com o fair share, isso vai acabar, porque elas vão ter de pagar mais, tudo ficará mais caro, e essa conta vai cair no colo do consumidor", diz Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV.

Na Coreia do Sul, único grande mercado que adotou o fair share, empresas como o Twitch, de streaming de videogame, por exemplo, abandonaram o país por causa de custos operacionais maiores.

Segundo Alessandro Molon, diretor-executivo da Aliança pela Internet Aberta, o consumidor pagará duas vezes, porque as taxas sobre as big techs serão repassadas. "A taxação das big tech deve se realizar por meio da reforma tributária, não pelo fair share."

No âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil negocia o Beps (combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros). Há multinacionais, em especial as big techs, que não pagam impostos onde realizam receitas, mas em países com alíquota menor.

O chamado pilar 1 do Beps negocia o cálculo para redistribuir lucros extraordinários de empresas com faturamento global acima de € 20 bilhões. O lucro excedente seria aquele acima de 10% em relação ao faturamento da multinacional. Desse lucro excedente, 25% seriam realocados para outros países.

Só que os EUA resistem a abrir mão de arrecadação. Das 10 maiores empresas que teriam o lucro extraordinário redistribuído, 9 são americanas. A OCDE quer chegar a um acordo global até junho. O prazo inicial era dezembro de 2023, mas foi prorrogado.

Enquanto isso, o Brasil e os outros integrantes do grupo se comprometeram a não criar impostos nacionais sobre as big techs. No entanto, União Europeia e Canadá já apresentaram suas propostas.

No Brasil, há disputa interna. Parte do governo acha que o país não deve esperar o acordo global, para se cacifar em negociações, e parte pede respeito a essa moratória.

Para o chamado pilar 2, que determina um imposto global mínimo de 15%, o governo brasileiro estuda uma proposta de implementação dentro da reforma do imposto de renda.

Esse imposto incidiria sobre multinacionais com faturamento acima de € 750 milhões. Por exemplo, uma multinacional que tenha filiais no Brasil paga 11% de imposto sobre seu lucro contábil. Pelo pilar 2, o Brasil teria direito a tributar mais 4%.

Já a proposta da Cide para o jornalismo partiu da Secom. O dinheiro seria destinado a um fundo que daria prioridade a fomentar jornalismo de grupos sub-representados e desertos de notícias. O imposto para streaming é um pleito do Ministério da Cultura.

O Ministério da Fazenda, em outra frente, estuda mudanças na Lei de Concorrência para regular mercados digitais. Em janeiro, a pasta lançou uma tomada de subsídios sobre o tema.

Técnicos discutem se será necessário criar uma legislação sobre concorrência nos mercados digitais —nos moldes do DMA (Digital Markets Act) da UE—, se é preciso apenas fazer ajustes na legislação existente ou se não será necessária nenhuma mudança.

O ministério vai fazer uma proposta até junho. A articulação é liderada pelo secretário de Reformas Econômicas, Marcos Barbosa Pinto.

A visão é que as big techs adquiriram um nível de dominância de mercado muito grande e a falta de competição pode afetar a economia brasileira como um todo.

Entre as questões em discussão estão a obrigação de interoperabilidade (permitir que usuários de um serviço possam se comunicar com os de outro) e coibir a autopreferência (dar mais destaque a seus produtos, no caso da Amazon, ou resultados de busca, no caso do Google).

Gigantes de apostas dos EUA miram mercado brasileiro em alta

Guilherme Bento

SÃO PAULO | BLOOMBERG Pesos pesados das apostas esportivas como DraftKings e MGM Resorts estão explorando a entrada no mercado de jogos de azar online do Brasil.

O país vive um boom após inúmeras legalizações. Desde que começou a afrouxar as leis para apostas, em 2018, o Brasil floresceu como um dos dez maiores mercados do planeta, com receitas brutas comparáveis à Espanha e Holanda.

Analistas veem o país preparado para um crescimento ainda maior depois que o presidente Lula (PT), no ano passado, sancionou regulamentação que estabelece taxas de licenciamento e outros requisitos para empresas que desejam oferecer serviços de apostas esportivas de quota fixa e cassinos online no país.

A DraftKings, pioneira americana de jogos de esportes de fantasia online, está entre as mais de 130 empresas com pré-registro de interesse em uma licença brasileira, segundo o Ministério da Fazenda.

A lista também inclui MGM e Hard Rock, operadora de cassino de propriedade do povo indígena seminole da Flórida.

"Estamos entusiasmados em ver o Brasil aprovar a legislação de jogos online e, como uma das mais de cem empresas que enviaram a declaração de interesse não vinculativa, continuamos a explorar o potencial de expansão no Brasil no futuro", disse Griffin Finan, vice-presidente sênior da DraftKings.

A Hard Rock não respondeu a pedido de comentário. A MGM confirmou seu interesse no Brasil em fevereiro, quando o CEO Bill Hornbuckle disse que a operadora de cassinos com sede em Las Vegas planejava examinar uma joint venture no país.

Mas, enquanto algumas das maiores marcas do segmento olham para o Brasil, as empresas menores estão se preparando para a forte consolidação de um setor que a empresa de análise Datahub, com sede em São Paulo, diz incluir atualmente mais de mil operadores de jogos diferentes.

A nova lei exige que as empresas paguem até R$ 30 milhões por uma licença que deverá ser renovada a cada cinco anos, além de imposto de 12% sobre as receitas brutas.

O custo pode ser elevado para pequenos operadores. "Há muitos players sérios que não poderão pagar por essa licença", disse Darwin Henrique, CEO da Esportes da Sorte.

Em 2022, as receitas brutas totais de apostas online ficaram em US$ 1,5 bilhão. Espera-se que o mercado regulamentado cresça para quase US$ 5 bilhões em seu quinto ano de operações, segundo Vixio GamblingCompliance.

A popularidade das apostas já atraiu empresas multinacionais como Bet365, SportingBet, da Entain, e Betfair, que está entre as marcas da casa de apostas irlandesa Flutter. Mas a falta de regulamentação impediu muitas empresas estrangeiras de entrar formalmente no mercado.

As regras exigem que as empresas estabeleçam e mantenham uma presença física no Brasil, e ainda não está claro quais operadoras decidirão se estabelecer. Líderes da indústria dizem que a potencial chegada de gigantes globais será o resultado da formalização do setor.

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Carla Guindani

Asfixiada pelo varejo nacional, parceira do MST vira o jogo com exportação

Carla Guindani, 42, é filha de agricultores e fundou a Raízes do Campo, em 2019, para ser o braço de vendas de milhares de famílias associadas à empresa, boa parte assentadas da reforma agrária, como o MST. Diante das dificuldades de entrar nas grandes redes varejistas, decidiu exportar para a China e Europa.

É mais fácil vender na China do que para as grandes redes nacionais? Não adianta entrarmos nessas redes em que a principal estratégia são produtos de baixo custo. Hoje, 70% da população vai ao mercado e olha preço. Claro que as grandes redes interessam, mas não queremos estar ao lado de um arroz Camil. Nosso produto é de alto valor agregado. Queremos a gôndola dos saudáveis, dos orgânicos.

A barreira das grandes redes é só essa? Elas são extremamente agressivas por margem e a gente não quer apertar o agricultor e a cooperativa para baixar o preço o tempo todo. Decidimos, então, reduzir nossa presença no grande varejo e ampliar no pequeno e médio. Com isso, a meta é dobrar de tamanho neste ano, faturando R$ 10 milhões.

E as exportações? O nosso objetivo inicial era exportar para a China. Com a pandemia, tivemos de nos voltar para o mercado nacional. Agora, mudamos a estratégia. Firmamos parceria com a Gondwana, nossa irmã na China, que prospecta contratos. Nesta semana, embarcamos o primeiro contêiner com 20 toneladas de café especial para Xangai. A ideia é faturar R$ 7 milhões só com isso até o fim do ano, um contêiner por mês.

Raio-X
Trabalha com cooperativas agrícolas desde o fim dos anos 1990. Formada em história (UFPB) com mestrado em Agroecossistemas (UFSC), é cofundadora da Raízes do Campo. Diz que se esforça para levar comida saudável para o brasileiro, que vem trocando o arroz com feijão por macarrão processado.

E os outros países? Fechamos com uma empresa de Portugal para nos representar nos 27 países da Europa. Até dezembro, devemos entrar no continente com todos os nossos produtos.

A empresa é do MST? Nossa raiz é a agricultura familiar, formada, em boa parte, por assentados. Das 1.549 famílias que temos, 40% são da reforma agrária. O MST é associado, mas também temos o Movimento de Pequenos Agricultores e o Movimento de Mulheres Camponesas.

Por que seus produtos são mais caros? A agricultura familiar não tem implementos à sua disposição. É tudo manual. Veja o feijão, por exemplo. Choveu demais e não vamos colher um grão neste ano. Como financiamos 100% dessa produção, perdemos tudo.

Não tem seguro? Os bancos não financiam, não tem seguro agrícola para orgânicos. Então é assim, na sorte, na garra.

Flexibilizar piso de Educação e Saúde pode liberar R$ 131 bi

Estimativa do Tesouro até 2033 coloca debate sobre revisão dos mínimos

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A flexibilização dos pisos de Saúde e Educação pode liberar até R$ 131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033, mostra relatório divulgado pelo Tesouro Nacional.

A projeção não significa por si só uma recomendação política, mas o exercício feito pelos técnicos do órgão coloca o debate sobre a necessidade de rever essas despesas para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal a médio prazo.

Sem mudanças, o espaço para os demais gastos seria totalmente consumido até o fim desta década. Na prática, a regra criada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) estaria condenada ao estouro.

A necessidade de harmonizar essas vinculações com o novo arcabouço fiscal foi tratada pela primeira vez em abril de 2023 por Haddad em entrevista à **Folha**.

Desde então, porém, ele vem delegando a responsabilidade ao Ministério do Planejamento e Orçamento, incumbido da agenda da revisão de gastos.

O tema é politicamente delicado para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sobretudo diante da defesa histórica da esquerda por mais verbas para as duas áreas. Haddad, aliás, foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma Rousseff (PT).

Em 2024, os mínimos constitucionais voltaram a ser vinculados à arrecadação. O piso da Saúde equivale a 15% da RCL (receita corrente líquida), enquanto o da educação representa 18% da RLI (receita líquida de impostos).

O próprio arcabouço fiscal, porém, diz que o limite de despesas cresce em um ritmo equivalente a 70% da alta real das receitas. Em outras palavras, a regra garante uma expansão estruturalmente mais veloz da arrecadação.

Se a receita que baliza os mínimos de Saúde e Educação cresce mais rápido do que o limite sob o qual eles serão acomodados, há uma tendência natural de compressão das demais despesas abaixo do novo teto.

No cenário atual, que considera as medidas de arrecadação já aprovadas pelo governo Lula, o espaço para despesas discricionárias com custeio e investimentos será totalmente comprimido a partir de 2032.

As dificuldades, porém, devem se manifestar até antes, com o estrangulamento gradual de políticas públicas, a exemplo do que ocorreu sob o teto de gastos instituído pelo governo Michel Temer (MDB).

Isso acontece porque mesmo dentro das discricionárias há algumas despesas "rígidas", isto é, não têm o rótulo formal de obrigatória, mas são carimbadas, e o governo precisa garantir sua execução. Estão nessa categoria os pisos de Saúde e Educação e as emendas parlamentares.

Há um segundo complicador que potencializa essa tendência de achatamento dos demais gastos.

Haddad e sua equipe apostam em uma série de medidas de arrecadação para manter uma trajetória de melhora contínua das contas públicas até 2026. Se eles forem bem-sucedidos nessa estratégia, o balanço entre receitas e despesas melhora, mas os pisos serão calculados sobre uma arrecadação ainda maior, ampliando a pressão sob o limite de gastos.

O Tesouro chama esse quadro alternativo de "cenário de referência". Nele, o espaço para despesas discricionárias é exaurido já em 2030, com redução gradual antes disso.

É diante desse contexto que os técnicos do órgão formulam opções para os pisos de Saúde e Educação, estipulando o valor garantido para 2024 como ponto de partida. Os valores obtidos refletem o espaço adicional para as demais despesas discricionárias, que não incluem os gastos "rígidos".

Um primeiro exercício simula a correção dos mínimos pela mesma regra do arcabouço (inflação mais uma alta real entre 0,6% e 2,5%). A diferença não seria tão grande nos primeiros anos, mas a folga ficaria gradualmente maior, chegando a R$ 62 bilhões em 2033 (calculado a valores de hoje).

O segundo cenário prevê a correção dos pisos pelo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) real per capita. O resultado seria semelhante, com um alívio crescente até alcançar R$ 69 bilhões em 2033.

Em ambos os casos, os valores ainda seriam insuficientes para afastar o risco de estouro do arcabouço no cenário fiscal almejado por Haddad, com melhora do resultado até 2026.

O terceiro cenário seria o único com potencial de manter a sustentabilidade da regra, segundo as simulações do Tesouro. Nele, os pisos passariam a acompanhar o crescimento populacional, de forma a manter constante o gasto per capita.

O espaço adicional para despesas de custeio e investimentos seria sentido já em 2026, avançando de forma consistente até chegar a R$ 131 bilhões em 2033.

A professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Ligia Bahia, especialista em saúde coletiva, reconhece que a vinculação de recursos engessa o Orçamento, mas ressalta que esse padrão se consolidou em um país no qual os déficits de saúde e educação são "abissais".

"Em países desenvolvidos não é necessário vincular, mas há um amplo consenso sobre os gastos públicos crescentes com saúde. No entanto, os gastos com saúde crescem a taxas sempre acima de parâmetros populacionais e desempenho do PIB. Desvincular das receitas para vincular ao PIB seria uma estratégia na contramão das recomendações internacionais, inclusive de preparação para emergências sanitárias", diz.

Segundo ela, a pandemia de Covid-19 contribuiu para reforçar que os parâmetros para projetar despesas com saúde não são lineares e dependem de mudanças no perfil demográfico e epidemiológico, da velocidade de inovações tecnológicas na saúde e de iniquidades sanitárias.

"Despesas devem ser necessariamente contracíclicas. Em momentos de recessão econômica, os gastos públicos adequados com saúde impedem que indivíduos e famílias se endividem e não consigam se reerguer em função de despesas com pessoas doentes", afirma Bahia.

"Não se trata de defender a vinculação, mas sim encontrar caminhos que assegurem impacto na melhoria da saúde e condições de vida", afirma.

> Os gastos com saúde crescem a taxas sempre acima de parâmetros populacionais e desempenho do PIB. Desvincular das receitas para vincular ao PIB seria uma estratégia na contramão das recomendações internacionais, inclusive de preparação para emergências sanitárias
>
> Despesas devem ser necessariamente contracíclicas. Em momentos de recessão econômica, os gastos públicos adequados com saúde impedem que indivíduos e famílias se endividem e não consigam se reerguer em função de despesas com pessoas doentes
>
> **Ligia Bahia**
> professora da UFRJ e especialista em saúde coletiva

Os pisos de saúde e educação

Despesas discricionárias no cenário de referência*
Em R$ bilhões

Regra atual dos pisos de Saúde e Educação

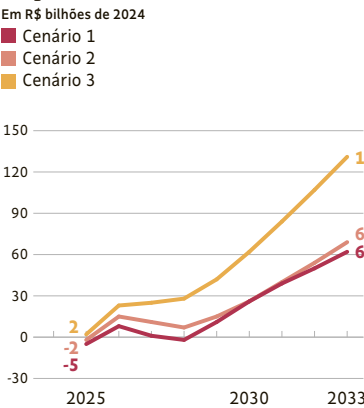
Piso da Educação — 18% da RLI (Receita Líquida de Impostos)

Cenários alternativos

Cenário 1
Crescimento real dos pisos pela mesma regra do novo arcabouço fiscal (entre 0,6% e 2,5% ao ano)

Cenário 2
Crescimento real dos pisos pela alta do PIB per capita no ano anterior

Cenário 3
Crescimento real dos pisos pela alta da população no ano anterior, de forma a manter gasto per capita constante

Ponto de partida > Valores absolutos dos pisos em 2024, medidos em % da RCL ou da RLI

Resultado primário no cenário de referência
Resultado em % do PIB

* O cenário de referência considera o cumprimento das metas de 2024 (déficit zero), 2025 (0,5% do PIB) e 2026 (1% do PIB), além do alcance de um resultado primário que estabilize a dívida nos anos seguintes
** Incluem pisos de saúde e educação e emendas parlamentares de execução obrigatória
Fonte: Tesouro Nacional

Lemann comenta fraude na Americanas e fala de fracasso

Empresário afirma em evento nos EUA que problemas devem servir de lição

Victor Sena e Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO O empresário e investidor Jorge Paulo Lemann, 84, um dos homens mais ricos do Brasil, comentou neste sábado (6), pela primeira vez, a crise da Americanas. Segundo ele, os dois últimos anos não foram de muito sucesso.

De acordo com Lemann, que é um dos acionistas de referência da companhia, o objetivo agora é salvá-la.

"No geral tive sucesso nos negócios, mas os últimos dois anos não foram de muito. Tivemos uma crise em uma das nossas empresas [Americanas], a primeira que compramos, com uma fraude contábil. Estamos lidando com isso. São 30 mil funcionários, e temos de tentar salvar a companhia", disse Lemann.

O empresário participou da Brazil Conference 2024, em Boston, Estados Unidos. O evento é organizado pela comunidade brasileira estudante das universidades Harvard e MIT, ambas localizadas na região.

A Americanas S.A., dona de marcas como Lojas Americanas, a fintech Ame e a Imaginarium, revelou, no início de 2023, uma fraude contábil que mascarava os resultados financeiros da companhia.

Na época, o então CEO, Sergio Rial, pediu demissão ao encontrar as inconsistências.

Lemann participa da Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros nos EUA Volponi Mídia/Divulgação

Desde o início da crise, a companhia entrou em recuperação judicial, demitiu ao menos 10 mil funcionários e fechou por volta de 130 lojas.

Os acionistas de referência da Americanas são o trio de bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira, que até o final de 2021 eram os controladores da varejista.

Com a crise na empresa, Lemann e os sócios se comprometeram com um aporte de R$ 12 bilhões na companhia, elevando sua participação conjunta de 30% para até 49,3%.

Lemann é o terceiro homem mais rico do Brasil, de acordo com o último ranking produzido pela revista Forbes, com um patrimônio de US$ 16,4 bilhões.

No evento deste sábado, o empresário defendeu que "não se olhe para um problema como um problema". Segundo ele, um problema é algo para ser resolvido. "Você tem que entender por que perdeu e como melhorar", disse.

Sem citar a diretoria antiga da Americanas, Lemann afirmou ser fundamental ter confiança nos liderados: "Se a pessoa não se encaixa eticamente, você tem de se livrar dela. As pessoas têm de ter personalidade e visões diferentes, mas eticamente não pode ter diferenças".

Inquérito produzido por comitê independente aponta para o ex-CEO Miguel Gutierrez como mentor do esquema de fraude. Gutierrez é investigado pelo Ministério Público e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Em entrevista à **Folha** em fevereiro deste ano, o atual CEO da companhia, Leonardo Coelho, revelou que cerca de 80 lojas devem ser fechadas neste ano. Além disso, a Ame também pode ser vendida para honrar dívidas.

O balanço patrimonial referente aos nove primeiros meses de 2023 apontou que a companhia tinha passivo de R$ 31,2 bilhões e registrou prejuízo líquido de R$ 4,6 bilhões no período. A soma de dívidas apontada na recuperação judicial aprovada no fim de 2023, no entanto, é de R$ 50,1 bilhões.

Ao comentar sobre seu estilo de gestão, Lemann criticou governos brasileiros, que, segundo ele, não definem seus objetivos.

"Sempre me surpreendo com os presidentes do nosso país porque não sabemos quais são os cinco objetivos mais importantes para o Brasil. Sempre me pergunto: 'Por que nossos líderes não pensam nisso e não agregam toda a população para definir prioridades?'", questionou.

Lula recebe petroleiros e discute 'papel social' da Petrobras no meio da crise

Lucas Marchesini, Catia Seabra e Mariana Brasil

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu neste sábado (6) com representantes de movimentos sociais e sindicalistas.

Um dos temas discutidos foi a Petrobras, mas não se falou da crise envolvendo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, segundo o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo.

A ideia do Palácio do Planalto é receber sugestões para o governo. O encontro ocorreu na Granja do Torto. "Não se tratou de [crise na] Petrobras. Tratou-se da necessidade de fortalecer conteúdo nacional, de fortalecer a Petrobras", disse Macêdo.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) afirma que debateu no encontro o que chama de papel social da Petrobras, a necessidade de acelerar os investimentos para que eles sejam entregues ainda neste mandato e também da ampliação do foco da companhia para se tornar um empresa de energia além do petróleo.

Prates e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, estão em crise aberta depois que o ministro criticou o presidente da estatal em entrevista à **Folha**.

Uma possibilidade estudada pelo presidente Lula é a substituição de Prates pelo atual presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante.

O entorno de Prates vê uma crise fabricada e o presidente da companhia quer se reunir com Lula para viabilizar a permanência no cargo.

"Falamos sobre a necessidade de a Petrobras, cada vez mais, ampliar o cumprimento de seu papel social. Isso passa, inclusive, por cuidados com o GLP, o gás de cozinha, que atinge a população mais necessitada", disse, em nota, o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Além da federação, estavam presentes representantes de grupos religiosos, como os Evangélicos pela Democracia, e da educação.

Excluídos da lista, tradicionais apoiadores de Lula questionaram os critérios para a seleção dos participantes. Uma ala dos movimentos sindical e sociais diz ter sido surpreendida.

"Soube pelas redes sociais", disse Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil).

Dentre as principais centrais sindicais, apenas o presidente da CUT, Sérgio Nobre, esteve presente.

Presidente da Força Sindical, Miguel Torres, conta que não sabia do encontro. Conta que Nobre, o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, e ele estavam no Uruguai para a reunião da CSA (Confederação Sindical das Américas), onde discutiram a necessidade de serem atendidos por Lula. "Talvez o governo só precise da CUT", disse.

O BBB 24 da Petrobras

Após quase um terço do mandato, governo não tem política para a estatal

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Os assuntos mais importantes da Petrobras são política de preços, pesquisa e plano de investimento —quanto vai para petróleo, combustíveis fósseis ou energia renovável. A petroleira é a única estatal, talvez a única empresa do país, que se possa chamar de "estratégica", como a esquerda gosta de dizer até de barraca de dogão.

Mais importante é a política nacional de petróleo e energia. Isto é, saber quanto mais petróleo se vai explorar e quais as alternativas econômicas que preservem a segurança do abastecimento de energia. Ou saber o que se vai fazer de impostos, dividendos e outros dinheiros petrolíferos. Por ora, tais receitas mal ajudam a cobrir as despesas do governo muito deficitário. Como seria possível, então, que a exploração de petróleo ajudasse a bancar pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis? O que se pode fazer a respeito?

Não há política nacional de petróleo e energia, apenas disputas desorganizadas em um governo que já vai completar um terço de mandato. Petrobras, Meio Ambiente, Minas e Energia, Casa Civil e Fazenda, para citar os mais influentes, no caso, têm ideias diferentes ou mesmo opostas a respeito. Não há decisão de rumo e projeto.

Não há nem mesmo política para Petrobras, apenas desejos de Luiz Inácio Lula da Silva. No limite, tais vontades vagas são incompatíveis com normas e com a solidez econômica da Petrobras. De imediato, tais desejos estimulam a politicalha, esse salseiro vexaminoso que prejudica também o crédito da petroleira e mesmo o do governo.

*Nosso maior interesse vai para o BBB 24 da Petrobras. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, espezinha o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, para quem soltou em público, nesta **Folha**, um "sabe com quem está falando?" e um "ponha-se no seu lugar". O presidente da Petrobras pede a Lula que decida quem manda no barraco. Lula "se irrita", não gosta de ser "emparedado", vaza pelas mídias. Prates ou seus amigos choramingam anonimamente: Prates está "machucado". O drama cafona e irrelevante jorra. Informações sigilosas vazam.*

Silveira é amiguinho do casal presidencial. Bajula o presidente, que quer "obras" da Petrobras: navio, refinaria, gasoduto, fábrica de lampião, sabe-se lá. Por vários motivos, pois, entre eles o desejo de mandar mais na empresa, Silveira se sente à vontade de dinamitar Prates, que tentava conciliar estatutos e interesses (e pressões internas) da empresa com os desejos de Lula quanto a preços e investimentos.

A vulgaridade do "reality" aumenta. Uma turma vaza veneno sobre Prates, suas nomeações heterodoxas na empresa, várias de petistas e sindicalistas, tendo, porém, deixado "bolsonaristas" em cargos relevantes. Outra turma vaza que Silveira e amigos seus no conselho da empresa são quase-bolsonaristas (nem bem isso são: agem de acordo com a oportunidade de poder). Etc.

Entra Aloizio Mercadante na história, que talvez substituísse Prates. No paredão, ele "desagrada" ao mercado; na fofoca amiga, teria dito a Prates que não vai lhe passar uma rasteira e que está "moderado" no BNDES.

O país adora fofoca, novela, barraco e reality, das elites toscas ao restante do povo. Disputa de poder e intriga são compreensíveis e mais interessantes do que balanços, eficiência, transição energética e política de desenvolvimento. Causa desânimo terminal que a burrice da conversa seja tão grande mesmo nisso que se chama de elite nacional.

Dentro e fora do governo, nos ministérios, no BNDES, na Petrobras etc., há gente séria e capaz de pensar uma política. O governo, porém, é uma desordem jeca, amigo de ideias provincianas e erradas de desenvolvimento. Lula, coadjuvado por vassalos atrasados e ignaros, deixou essa baderna daninha acontecer.

O restaurateur Vinícius Figueira teve experiências negativas com influencers Rafaela Araújo/Folhapress

Ranking dos países com mais influenciadores
Divisão dos influencers por plataforma (em milhões de pessoas)*

Instagram
TikTok
Youtube

0 5 10 1

Estados Unidos
Brasil
Indonésia
Rússia
Índia
Turquia
Tailândia
Reino Unido
Filipinas
Itália
Vietnã
México
Arábia Saudita
Espanha
Malásia
França
Alemanha
Canadá
Austrália
Japão

Influenciador
Perfil público com pelo menos 1.000 seguidores, ativo (ou seja, com pelo menos um conteúdo postado) nos últimos seis meses

*A pesquisa considera um influenciador por plataforma, ou seja, um mesmo influenciador pode ser contado até três vezes (no YouTube, Instagram e TikTok)

Fonte: Nielsen Influence Scope

Aceita like? Empresas resistem a parcerias com influencers

Empresários reclamam de falta de profissionalismo na troca de posts elogiosos por viagens, estadias e roupa

Daniele Madureira

SÃO PAULO A atriz global liga para um hotel superluxo em São Paulo e solicita um fim de semana para ela e a família. Não pretende pagar pela estadia —ou melhor, não com dinheiro. Em vez disso, vai fazer posts nas suas redes sociais, onde soma milhões de seguidores, e marcar o hotel.

Da mesma maneira, o humorista pede ao restaurante de Salvador que prepare um banquete para a sua festa de casamento, que será realizada a 470 quilômetros de distância, em outro estado do Nordeste. Nada será pago, tudo cortesia, com marcação do nome do bufê nas fotos.

No caso da atriz global, a estadia dela e da família foi paga com um post em que dizia: "Look do dia". Uma foto tirada na frente do espelho, algo que não fazia referência às acomodações ou refeições servidas no hotel. Ela se tornou "persona non grata" no estabelecimento.

No episódio envolvendo o humorista, o restaurante declinou da oferta de cortesia, depois que o noivo se recusou a pagar o preço de custo do bufê e a viagem da equipe.

"Pensam que a gente é besta", diz Vinícius Figueira, proprietário das casas Vini Figueira Mar e Vini Figueira Gastronomia, restaurantes e bufê de Salvador.

Sem revelar a identidade do influencer, diz que tem o costume de contratar famosos eventualmente, mas que vem se incomodando.

A fórmula em que o influenciador pede diárias em hotel, viagens, eventos, refeições e até roupas de graça em troca de postagens nas suas redes sociais parece desgastada.

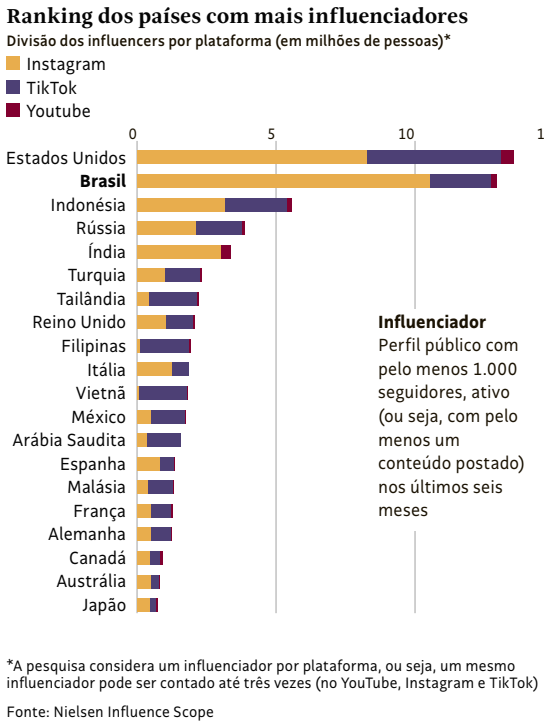
As empresas notaram que não basta ter muitos seguidores, ser famoso ou carismático para dar o retorno esperado em imagem. Parte dos influencers tem feito um alto nível de exigências, mas o engajamento conquistado nos posts é baixo.

"Não existe uma escola de influenciadores, a profissão não é regulamentada e não conta com um código de conduta", diz a empresária Ana Paula Passarelli, que criou em 2019 uma agência de marketing de influência, a Brunch, para atender influenciadores em busca de profissionalização e patrocínio. Na sequência, fundou a Toast, para assessorar marcas que procuram influenciadores.

"O influencer precisa fazer duas entregas: a social, para os seus seguidores, e a comercial, para o seu patrocinador", diz Passarelli.

"O que vemos muitas vezes são influenciadores que falham em uma ou outra frente, sendo que a sua profissão depende das duas, simultaneamente", diz a executiva, que defende que o influenciador conquiste contratos que estejam em sintonia com seu perfil público e seus valores, para que a associação entre personalidade e marca soe legítima.

Em uma época em que a publicidade tradicional perdeu espaço e a geração Z (dos nascidos entre 1995 e 2010) se pauta pelas mídias sociais, os influenciadores se tornaram peça fundamental nas decisões de compra.

Pesquisa da NielsenIQ Ebit, especialista em análises de comércio eletrônico, mostra que, em 2023, 50% dos consumidores brasileiros que fizeram compras online foram influenciados por propagandas em redes sociais, em especial Instagram e Facebook.

Levantamento da consultoria PQ Media apontou que no Brasil o mercado de influencers movimentou US$ 91,6 milhões no ano passado (R$ 456,6 mi) e deve crescer 24% neste ano, para US$ 113,5 milhões (R$ 566,2 mi).

Mais do que o pagamento aos produtores de conteúdo, o número engloba o faturamento de provedores estratégicos (como consultorias) e provedores de medição e plataforma (que fornecem soluções para melhorar a eficiência ou medir o retorno sobre o investimento).

A previsão é que, até 2027, o mercado brasileiro de influencers movimente US$ 185 milhões (R$ 922,2 milhões).

O Brasil é um dos maiores mercados de influenciadores: são 10,5 milhões só no Instagram, fazendo com que o país lidere o ranking global de influencers nesta plataforma, segundo pesquisa da consultoria Nielsen.

Considerando as plataformas TikTok e YouTube, o número sobe para 13,5 milhões, e o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos (14 milhões).

O levantamento da Nielsen, com base em dados de 2022, define influenciador como um perfil público com pelo menos mil seguidores, que esteja ativo (ou seja, com pelo menos um conteúdo postado) nos últimos seis meses. A pesquisa considera um influenciador por plataforma, ou seja, um mesmo influenciador pode ser contado até três vezes: no YouTube, Instagram e TikTok.

Mesmo considerando apenas os 10,5 milhões de influencers no Instagram, o número representa um avanço em relação ao da pesquisa anterior da Nielsen, de 2021, que apontava 500 mil influenciadores com pelo menos 10 mil seguidores cada um.

"Para mim, que tenho um estabelecimento conhecido, fundado há 12 anos, é muito mais negócio quando um famoso vem aqui e paga como qualquer cliente, dá muito mais retorno", diz Figueira, que se gaba de atender vizinhos ilustres, como os irmãos Caetano Veloso e Maria Bethânia —que nunca pediram cortesia.

O hotel que hospedou a atriz global falou à **Folha** em condição de anonimato: teme que influenciadores descontentes com as críticas se tornem "haters" e prejudiquem a reputação online do estabelecimento, que recebe cerca de oito pedidos de cortesia por dia, desde influenciadores famosos, com milhões de fãs, até microinfluenciadores, com menos de 100 mil seguidores.

"Um microinfluenciador que tenha uma atuação consistente junto ao seu público pode trazer muito mais veracidade ao conteúdo do que um influenciador famoso", diz Mariana Moraes, diretora de Marketing da C&A.

Ainda assim, a empresa não abre mão dos famosos: acaba de lançar uma nova edição da collab C&A BFF envolvendo as atrizes Agatha Moreira e Camila Queiroz. Com venda no site e em 123 lojas selecionadas da rede, o preço das peças varia de R$ 69,99 a R$ 399,99.

A varejista de moda recebe cerca de cem abordagens por mês de influencers. Muitos apenas desejam trocar roupas e acessórios por posts.

Uma equipe vinculada ao departamento de marketing faz a gestão das redes sociais, que serve de pré-seleção para potenciais influenciadores.

"Nós nunca vamos associar a C&A a um perfil excludente, por exemplo", diz Mariana. Na varejista, diz, existe todo um alinhamento de pontos de vista do influenciador escolhido com os conceitos de democracia e inclusão.

Em Salvador, o Check In Gastrobar e Balada já teve más experiências com microinfluenciadores.

"No começo, a gente selecionava pelo número de seguidores, gente com 50 mil, 100 mil, 200 mil fãs", diz Luiz Cordeiro de Almeida Júnior, proprietário do bar, que recebe cerca de dez abordagens de influencers por semana.

"Mas isso é alvo de compra por parte dos influencers: quando um post só traz curtidas, mas nenhum comentário, zero engajamento, é uma enganação", afirma.

No bar Ponte Aérea, também na capital baiana, a proprietária, Alanna Marzola, diz que sempre foi cética em relação aos influencers. "Eles podem ser uma estratégia para tornar o estabelecimento mais conhecido, mas não são a salvação", diz. Muitos querem forçar a barra, afirma.

"Tive um influenciador, muito popular na região, contratado para divulgar a nossa operação de delivery", diz. "Ele queria emendar outro contrato, para divulgar o bar. Mas é evangélico, não bebe, e o nosso bar é reconhecido pela cerveja gelada", afirma. "Ele disse que poderia falar do pastel, mas soaria esquisito."

As queixas surgem no momento em que dois esquemas que vieram à tona recentemente também colocaram em xeque o papel dos influenciadores junto às marcas e ao público: o escândalo do influenciador fitness Renato Cariani, garoto propaganda dos suplementos Max Titanium e Probiótica, da Supley, acusado de desviar produtos químicos para produção de crack, e a plataforma de jogos de azar Blaze, acusada de estelionato, que tinha como estrelas influencers famosos, a exemplo de Viih Tube e Mel Maia.

"As pessoas confiam nos influencers e é isso que vale para as empresas", diz Passarelli. "Mas se esta confiança é quebrada, o estabelecimento também pode ter sua imagem arranhada."

O influencer precisa fazer duas entregas: a social, para os seus seguidores, e a comercial, para o seu patrocinador

Ana Paula Passarelli
fundadora das agências Brunch e Toast

Legado econômico da ditadura

Com ajustes necessários, desempenho da economia brasileira no período militar foi mediano

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

É fato que houve piora do desempenho econômico no período democrático medido pelo crescimento do PIB per capita. Nesta coluna, avaliarei qual teria sido o custo, na forma de perda de desempenho econômico, que tivemos com a democracia.

Análises como esta servem para aquelas pessoas que argumentam que a redemocratização foi ruim pois a economia tinha um desempenho melhor na ditadura.

Se a pessoa pensa dessa forma, para ela, a democracia não é um valor fundamental. Para essa pessoa, a escolha do tipo de governo tem que ser feita de acordo com as consequências práticas deste ou daquele tipo de governo. Não é a minha visão, mas vou aceitar essa premissa e analisar os números com esse olhar.

Segundo os dados do Ipea, o crescimento brasileiro do produto per capita entre 1964 e 1984, considerando 1963 como base de comparação, foi de 3,9% ao ano. Para o período de 1985 até 2019 —deixei a fase da pandemia de fora—, foi de 1,2% ao ano. Houve, portanto, uma vantagem de 2,8 pontos percentuais por ano para a ditadura.

Note que mantive na conta a década perdida da ditadura, os anos 1980, e a década perdida da democracia, os anos de 2013 até 2022. Ambas tiveram uma componente internacional. Nos anos 1980, a elevação dos juros nos EUA; na última década perdida, a queda dos preços das commodities que ocorreu em duas etapas, em 2011 e 2014.

No entanto, o elevado grau de vulnerabilidade que demonstramos aos choques externos foi fruto de escolhas que fizemos internamente nos dois períodos. Com os militares, a decisão de endividar o país por meio de dívida em moeda estrangeira com juros flutuantes; no episódio mais recente, uma série de medidas —a mais importante delas foi a mudança do marco regulatório do petróleo— que aumentaram muito a exposição da economia brasileira à queda dos preços internacionais das commodities.

Recentemente, em artigo publicado no terceiro fascículo de 2023 da Revista Brasileira de Economia, Edmar Bacha, Guilherme Tombolo e Flávio Versiani revisam os números da economia brasileira de 1900 até 1980. Com os novos números, o crescimento brasileiro ao longo do período ditatorial foi 1 ponto percentual menor do que a estatística que consta no Ipea. A vantagem da ditadura cai para 1,8 ponto percentual por ano.

A dificuldade de pararmos com o exercício por aqui é que a ditadura ocorreu em um período distinto daquele em que transcorreu a democracia. A economia mundial teve desempenho distinto.

Isto é, se imaginarmos um contrafactual em que a ditadura continuasse até agora, o crescimento não teria sido o mesmo. Qual teria sido o crescimento na ditadura se ela continuasse conosco?

Minha proposta é avaliarmos pela diferença entre o crescimento que tivemos na ditadura e a média do crescimento dos países na mesma época. Ou seja, a hipótese de meu exercício é que a diferença entre o comportamento do Brasil na ditadura em relação aos demais países naquele período se manteria até hoje. Considerarei como comportamento médio dos demais países o crescimento mediano de um conjunto de países que usarei como grupo de controle para a análise consequencialista do período ditatorial.

Considerei todos os países com informações disponíveis de PIB per capita de 1963 até hoje da base de dados de Maddison. Ajustei os números de Maddison para o Brasil à correção de Bacha, Tombolo e Versiani. O crescimento per capita brasileiro entre 1964 e 1984 foi de 2,4% ao ano, e o da mediana dos países da base de dados foi de 2,4%. Não houve uma clara vantagem da ditadura sobre a mediana das taxas de crescimento da base de Maddison.

Para o período democrático, o crescimento do Brasil foi de 1,9% ao ano, e o crescimento da mediana foi de 2,1%, uma diferença de 0,2 ponto percentual para pior.

Ou seja, a diferença da ditadura sobre o grupo de controle foi de 0,2 ponto percentual (0,2 + 0) maior que a diferença da democracia brasileira sobre o grupo de controle. Acumulada de 1985 até hoje, essa diferença gera um ganho de renda de 8%.

Parece muito pouco se levarmos em conta que o bem-estar de uma sociedade não depende de só do ganho de renda, mas também da desigualdade, que certamente seria maior se a ditadura tivesse continuado até os dias de hoje.

Ou seja, nem o consequencialismo salva nossa experiência ditatorial.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Mulheres operam sozinhas parques eólicos no Nordeste

Setor tenta expandir presença feminina em meio dominado por homens

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA TODAS

Paulo Ricardo Martins

* Parte ainda está em construção
Fonte: AES

Parque eólico da AES em Lajes (RN) Alexandre Lago/Folhapress

SÃO PAULO Foi durante a pandemia, em 2020, que o censo interno da companhia de energia AES chamou atenção da liderança da empresa. À época, quase todos os funcionários que trabalhavam na operação eram homens.

"Esse censo estampou na nossa cara um número que me dói até hoje. Na nossa operação, a gente tinha 98% de homens e 2% de mulheres", diz o diretor de Recursos Humanos da empresa, Rodrigo Porto.

Na tentativa de diversificar esse ambiente, a AES decidiu que dois novos parques eólicos no Nordeste seriam operados só por mulheres. Hoje, são 20 funcionárias em Tucano (BA) e Lajes (RN).

A tarefa não foi fácil, segundo Porto. "Nesses parques, a gente fecha uma joint venture com um grande cliente. Um deles ficou abismado: 'Mas como assim operar só com mulheres? Isso é preconceito', dizia. Bom, esse mesmo parceiro esteve com a gente no dia da inauguração do parque fazendo um megadiscurso no qual o protagonista foi o fato de a usina estar sendo operada 100% por mulheres", conta.

Houve outros obstáculos, como a dificuldade para encontrar equipamentos de proteção do tamanho das trabalhadoras. "Até então quase não existia uma bota número 36, por exemplo. A gente teve que fazer uma movimentação muito grande também na cadeia de valores", diz Porto.

Para fazer as contratações, a AES fechou parceria com o Senai, que ofereceu capacitação para atuar em usinas eólicas a mulheres que já estavam passando por formação de nível técnico em cursos como eletrotécnica.

Atualmente, 11 funcionárias estão efetivadas na operação da usina em Tucano. Já no complexo eólico Cajuína, em Lajes, que começou a operar no segundo semestre do ano passado, são nove trabalhadoras. Parte do parque ainda está em construção, e a AES projeta a contratação de mais funcionárias até o fim de 2025.

As trabalhadoras são responsáveis pela manutenção e operação dos geradores e outros equipamentos do parque. Os únicos homens presentes na usina, de acordo com a empresa, são de serviços terceirizados, como portaria e segurança.

Para a paulista Juliana Oliveira, 35, que hoje mora na Bahia e é coordenadora na usina da AES em Tucano, o perfil feminino no trabalho contrasta com suas experiências anteriores no mercado.

"O mercado [em geral] é muito masculinizado, mas a engenharia é muito mais. Hoje vejo com mais tranquilidade lidar com mulheres, porque elas não se enxergam com rivalidade. Lidar com homens é um pouco mais complicado, ainda tem machismo", diz.

Apesar dos esforços, o equilíbrio de gênero no quadro de operadores da AES ainda parece uma meta distante.

Segundo a companhia, no fim do ano passado cerca de 86% dos contratados para operar nas usinas eram homens —fatia menor do que os 98% observados em 2020, mas ainda em patamar elevado.

"É um passo inicial. Estamos aqui correndo para que a gente recupere o tempo perdido e amanhã tenha uma empresa muito mais equilibrada no aspecto de gênero", diz Porto.

Segundo Fabíola Correia, pesquisadora do Senai-RN, esse cenário faz parte de um contexto histórico no qual as ciências e a engenharia de petróleo, particularmente, são dominadas por homens.

Outras iniciativas tentam diminuir essa dominância. A Giz (agência alemã de cooperação internacional) e o Ministério de Minas e Energia promovem o projeto H2Brasil, que difunde conteúdos sobre hidrogênio verde entre professores e pesquisadores de instituições de educação federais e da rede do Senai.

Uma fatia de 25% das vagas foi ocupada por mulheres na capacitação dos chamados multiplicadores —a meta inicial era de 20%. "Se a meta é de equidade, a gente queria chegar em 50%, mas, hoje, chegar a 25% já é uma vitória. A área de energia é muito difícil mesmo", diz Marcelo Ramos, da GIZ.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário de nº 10177234409, no qual figura como **Fiduciante BRUNA FRANCISCA ADAMI,** brasileira, solteira, maior, RG nº 43.113.336-0-SSP/SP, CPF/MF nº 338.348.028-32, residente e domiciliada em São José do Rio Preto/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10/05/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 180.000,00** (cento e oitenta mil reais), **o imóvel objeto da matrícula nº 106.209 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Preto/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *O apartamento nº 41 (quarenta e um), localizado no quarto pavimento do Edifício Residencial Maragogi, situado na Rua Emília Joaquina de Jesus Castro, nº 555, Parque Residencial Cidade Nova, na cidade de São José do Rio Preto/SP, com a área útil de 38,34m², área comum de 27,3479m², perfazendo uma área total construída de 65,6879m², correspondendo a uma fração ideal no terreno e nas coisas comuns do condomínio de 8,333%, bem como na taxa de participação condominial; com direito de guarda de um (1) veículo de passeio na garagem coletiva comum, localizada no subsolo ou pavimento térreo.".* **Cadastro Municipal:** 0419432010 (conf. Av. 02). **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 22/05/2024, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 200.165,56** (duzentos mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (RENAC-2674-01)

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS CONSÓRCIO

1º Leilão: dia 15/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 17/04/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO Nº 33**, localizado no 3º pavimento do **"RESIDENCIAL PALAZZO GUIDINI"**, situado na Rua Gregório Souza, nº 356, no 38º Subdistrito – Vila Matilde, possui área privativa edificada de 40,91 m², área comum edificada de 8,70 m² total área edificada 49,61 m², área comum descoberta 1,28 m², total edificada + descoberta 50,89 m², fração ideal no solo de 5,5625%. Sendo que na matrícula nº 176.525 foi registrada sob nº 7 a especificação de condomínio. Matrícula nº 186.842 do 16º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 187.000,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 93.884,00.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 79/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA O CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA DE SERRANA (CPC-S)
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO MÉDIO** expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir Certificado de Conclusão do **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola
d) Possuir conhecimentos de informática: Sistema Windows (manipulação de pastas, diretórios, arquivos, atalhos, área de trabalho), Pacote Office (Microsoft Word, Microsoft Excel e Microsoft PowerPoint), E-mails e Internet.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 3.253,95**
(três mil duzentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 – 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 80/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA SERRANA
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO MÉDIO** expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir Certificado de Conclusão do Curso de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
d) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:36h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 2.928,56**
(dois mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 – 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 81/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

BIOLOGISTA PARA O LABORATÓRIO DE HEMATOLOGIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **BIOLOGIA/CIÊNCIAS BIOLÓGICA. BIOMEDICINA/ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (MODALIDADE MÉDICA) ou FARMÁCIA BIOQUÍMICA/FARMÁCIA (BACHARELADO)** expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do Respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada;
d) Possuir experiência comprovada na operação de equipamentos de Citometria de Fluxo e no processamentos e Análise de amostras de sangue periférico/medula óssea em softwares de imuno fenotipagem;
• Serão considerados documentos comprobatórios de experiência: declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 4.591,73**
(quatro mil quinhentos e noventa e um reais e setenta e três centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO** — Rodobens Consórcio

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: **www.biasileiloes.com.br**. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: UMA UNIDADE AUTÒNOMA** designada por **APARTAMENTO Nº 53**, localizado no 5º pavimento, do Bloco 02, no **"CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARQUE DA MATA V"**, situado na Rua Sebastião Lázaro da Silva, nº 1.301, Bairro Ribeirão, em Campinas/SP, com as seguintes áreas: construída privativa de 43,500 m², construída de uso comum de 4,051 m², construída total de 47,551 m² e fração ideal de 93,9271 m² ou 0,2381%, no terreno. Matrícula nº 218.078 do 3º Registro de Imóveis de Campinas/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 150.700,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 161.266,93.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site **www.biasileiloes.com.br** , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc. Mais informações no escritório do Leiloeiro. **Tel (11) 4083-2575**. Eduardo Consentino, Matrícula – JUCESP 616 – Leiloeiro Oficial – (João Victor Barroca Galeazzi – preposto em exercício) – **www.biasileiloes.com.br**.

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 15/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 17/04/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO Nº 21**, localizado no 2º andar ou 4º pavimento do **"EDIFÍCIO TORRE DO SOL"**, situado na Rua Dr. Luis Augusto Pereira de Queiroz, nº 184, no 21º Subdistrito – Saúde, com a área útil de 139,0385 m², área comum de 42,9780 m², área de garagem (04 vagas indeterminadas) de 105,6185 m², área total de 287,6350 m², fração ideal do apartamento de 4,795. Matrícula nº 146.555 do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 774.400,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 974.332,77**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 76/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

BIOLOGISTA PARA O CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA DE SERRANA (CPC-S)
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **BIOLOGIA/CIÊNCIAS BIOLÓGICA. BIOMEDICINA/ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (MODALIDADE MÉDICA) ou FARMÁCIA BIOQUÍMICA/FARMÁCIA (BACHARELADO)** expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do Respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 4.489,52**
(quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 – 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 77/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

AUXILIAR DE TRABALHOS CIENTÍFICOS PARA O CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA DE SERRANA (CPC-S)
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **ENSINO MÉDIO** expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir conhecimentos de informática: Sistema Windows (manipulação de pastas, diretórios, arquivos, atalhos, área de trabalho), Pacote Office (Microsoft Word, Microsoft Excel e Microsoft PowerPoint), E-mails e Internet.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 2.524,01**
(dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e um centavo)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 – 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 78/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

COORDENADOR DE ESTUDO CLÍNICO PARA O CENTRO DE PESQUISA CLÍNICA DE SERRANA (CPC-S)
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **qualquer curso da área da saúde**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir experiência comprovada na função de Coordenador de Estudos Clínicos, Assistente de Pesquisa, Auxiliar de Trabalho Científico ou funções correlatas;
• Para comprovar experiência, apresentar registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 4.768,39**
(quatro mil setecentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 – 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

CONVOCAÇÃO

CARLOS ALBERTO MARCELINO, portador do RG 145029311, Carteira Profissional nº 00086013 - série: 00027-SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 183374, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sita à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Cadastro e Movimentação de Pessoal, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT.

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 15/04/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 17/04/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO nº 92**, localizado no 9º andar do **BLOCO "B"**, integrante do **"CONJUNTO RESIDENCIAL CASA VERDE"**, situado na Rua Atílio Piffer nº 623, no 23º Subdistrito – Casa Verde, contendo a área privativa de 91,560 m² e área comum (inclui garagem) de 83,419 m², com a área real total de 174,979 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,0085% no terreno condominial matriculado sob o nº 41.858, com direito a **duas vagas na garagem coletiva**, localizada nos 1º e 2º subsolos, para estacionamento de dois veículos de passeio, de forma indeterminada. Matrícula nº 148.439 do 8º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 586.300,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 555.490,48**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 82/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

MÉDICO NEUROLOGISTA PARA ATUAR NA ÁREA DE MEDICINA DO SONO (POLISSONOGRAFIA) DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação em **Medicina**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica em **Neurologia** emitido por entidade credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou Título de Especialista em Neurologia emitido por sociedade de especialidade médica filiada à Associação Médica Brasileira (AMB);
d) Possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica em **Medicina do Sono** emitido por entidade credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou Título de Especialista em Medicina do Sono emitido por sociedade de especialidade médica filiada à Associação Médica Brasileira (AMB)
e) Possuir Carteira do Respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 24h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 9.118,97**
(nove mil cento e dezoito reais e noventa e sete centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE CURRÍCULO ON LINE
(somente para os candidatos inscritos)

PERÍODO: 0h do dia 17/04/2024 até as 17h do dia 18/04/2024 no site www.faepa.br

Os candidatos habilitados poderão anexar o seu currículo e as cópias dos respectivos comprovantes de formação acadêmica, experiência profissional e conclusão de cursos relacionados à função, digitalizados em formato PDF, no período e datas acima observados o que consta do esquema de Avaliação Curricular deste Comunicado.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 83/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

ALMOXARIFE PARA AMÉRICO BRASILIENSE
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 10/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **Ensino Médio**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;

Taxa: R$ 45,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 2.500,91**
(dois mil e quinhentos reais e noventa e um centavos)

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 84/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TÉCNICO DE INFORMÁTICA PARA SERRANA
(01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 08/04/2024 às 14h do dia 12/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do **Ensino Médio** expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola;
c) Possuir:
• Certificado de Conclusão do Curso de **Técnico de Informática**, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola; OU
• Experiência mínima de 06 (seis) meses comprovada na função de **Técnico de Informática**;
◈ Para comprovar experiência, apresentar registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo o cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida.
d) Possuir conhecimento em:
• Sistemas Operacionais: Wimdows10, Windows 11 e Linux/Unix;
• Aplicativos Microsoft Office 2016 ou superior, Office 365 e LibreOffice;
• Instalação e configuração de Internet, e-mail e Antivírus;
• Instalação, manutenção e configuração de microcomputadores e impressoras;
• Configuração de redes de computadores;
• Instalação e configuração de ativos de rede;
• Suporte aos usuários;
• Instalação e configuração de peças e acessórios de microcomputadores;
• Google Apps: Google Docs, Gmail, Agenda, Sites, Formulários, Drive, Plus, Hangouts, Sala de Aula, Vault e Youtube;
• Instalação e/ou configuração de equipamentos de multimídia/TVs;
• Configuração de domínio (Active Directory) em estações de trabalho.

Taxa: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)
Jornada de trabalho:40h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 2.806,63**
(dois mil oitocentos e seis reais e sessenta e três centavos)

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 21/04/2024 - 08h.
LOCAL: A ser divulgado no site da Faepa.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

Amarildo

Gerenciando riscos no agro

Após três anos de ganhos espetaculares de renda, soa estranho ouvir que há crise no setor; mas há como adotar uma boa estratégia de proteção contra riscos

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

Estávamos desacostumados a ouvir a palavra "crise" no agronegócio brasileiro. O crescimento recente de pedidos de recuperação judicial no setor, especialmente no Centro-Oeste, tem sido surpresa após três anos de grande prosperidade. Um bom gerenciamento de riscos de mercado pode trazer mais previsibilidade, especialmente para pequenos e médios produtores rurais.

Estimamos uma quebra da safra de grãos inferior a 10% na média do Brasil em 2024, depois de uma alta importante de quase 20% no ano passado. Ou seja, será a segunda maior safra de grãos da nossa história. O problema parece estar associado também à queda recente de preços internacionais e à pressão altista em custos no setor, ocasionando perda de liquidez.

A bonança foi tanta que nos acostumamos a ver apenas o lado fácil da equação. A demanda global por alimentos só aumenta, na esteira de uma população crescente. Além disso, são poucos os países que possuem nossas vantagens comparativas: amplas áreas de terras agricultáveis, boa hidrologia, solo ajustável via fertilização e tecnologia disponível para o campo, pela excelência de centros de pesquisa e desenvolvimento genético.

Embora o agro seja "pop", não é fácil a vida de um produtor de grãos. Com eventos climáticos mais proeminentes e guerras afetando áreas importantes da produção mundial de grãos, a oferta e, consequentemente, os preços podem se tornar mais instáveis no contexto global.

Precisam comprar os insumos (sementes, agroquímicos e fertilizantes), cujos preços oscilam pelas cotações internacionais e pela taxa de câmbio, e ficar de olho no clima e até nos vizinhos para iniciar o plantio. Contratam o pessoal, colocam as máquinas para funcionar. Se errarem no ponto ou o clima não ajudar, podem perder as sementes. E o pior, podem perder parte da produção ou ter que replantar, como ocorreu neste último ano-safra.

São inúmeras as mensagens de voz pelo WhatsApp para fazer todos os contatos, inclusive com bancos repassadores das linhas de financiamento de programas do governo, o famoso Plano Safra. Para os pequenos e médios produtores, ainda é difícil o acesso ao mercado de capitais.

Precisam se preocupar em contratar o armazém e o frete até o porto ou outras áreas de embarque. Vale rezar para não ter altas relevantes no preço do diesel, que é basicamente o que define os custos de entrega da produção.

Assim, precisam acompanhar as cotações do dólar, do petróleo e o preço volátil de insumos; e ainda as variações de oferta, que puxam os preços internacionais das commodities para cima ou para baixo em alta frequência.

Mas nem tudo isso seria necessário. A estratégia de grandes produtores que têm demonstrado crescimento sólido ao longo de muitos anos é se proteger dos riscos de mercado, especialmente da taxa de câmbio e dos preços internacionais de matérias-primas.

Uma primeira dica é calcular as margens a serem obtidas sobre os custos contratados. Nos anos de bonança, chegaram ao redor de 40% a 50%. Dentro da normalidade, situam-se entre 15% e 30%, dependendo da região, e podem ficar abaixo disso nos anos de vacas magras.

Com o cálculo das margens na ponta do lápis, resta vender ou comercializar o equivalente ao custo da produção, descontada a tal margem. Não importa o nível de preço dos contratos a futuro, dólar, nada disso. A estratégia seria vender 70% da colheita: os 100% menos os 30% de margem, por exemplo.

Neste momento é preciso ter sangue-frio, se ater aos números e não aos amigos e vizinhos ou formar consenso, pois o objetivo não é apostar, e sim reduzir riscos. Travar a margem (uma vez definida) não é zerar risco, pois ainda é preciso decidir quando começar a plantar, fazer os tratos culturais, colher e escoar a produção. Travar a margem é simplesmente reduzir ou segregar os riscos garantindo no mínimo continuidade no negócio. Para apostar, o produtor nem precisaria plantar; poderia investir na Bolsa em contratos futuros de commodities.

O negócio do produtor rural não deveria depender de cenários para os preços de mercado, algo que só mesas de trading e complexo gerenciamento de risco conseguem dar conta. Para quem produz, isso pode ser um grande diversionismo em relação àquilo que realmente importa: o clima, a qualidade do solo, a irrigação, o plantio, a colheita, o transporte e a armazenagem. Já é um grande desafio fazer um cálculo mais preciso de custos e da viabilidade estrutural do negócio, haja vista que os preços são dados.

E se quebrar a colheita? A margem poderá ser menor, mas os insumos já estarão todos pagos. Se a colheita vier boa, então vale partir para festa de boiadeiro e comemorar mais um ano abençoado! O que não pode haver é prejuízo em razão de preços de mercado definidos muito longe da lavoura, dos silos e dos caminhões.

Se o leitor for um pequeno ou médio produtor agrícola, saiba que esses preciosos conselhos seguem uma experiência local e internacional de anos de meu colega de banco, chefe de operações agropecuárias. Agradeço ao Carlos Aguiar pelos dedos de prosa valiosos que inspiraram este artigo. Espero que as dicas possam ajudar a fazer brilhar ainda mais o agronegócio no Brasil!

As conversas com o Carlos me empolgam e me deixam saudosa do que ouvia do meu pai, ainda pequena. Ele também atuou no setor bancário com carteira agrícola e orientação a produtores rurais. Acredito que tenha nascido das visitas às exposições agropecuárias na infância o meu carinho e admiração pelo agro.

No fim deste mês, teremos o maior desses eventos, em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Excelente Agrishow a todos!

DOM. Ana Paula Vescovi, **Marcos Lisboa,** Candido Bracher

Fundo negocia com dados levantados por repórteres que financia

Hunterbrook Capital obteve US$ 100 mi com investidores, mas enfrenta dúvidas éticas e quanto a conflito de interesses

Kate Duguid e Joshua Franklin

NOVA YORK | FINANCIAL TIMES Um fundo de hedge dos Estados Unidos, Hunterbrook Capital, levantou US$ 100 milhões (cerca de R$ 500 milhões) para fazer negociações com base em informações exclusivas obtidas por repórteres que o próprio fundo patrocina.

As informações são apuradas pela redação da empresa jornalística do fundo, a Hunterbrook Media, com a premissa de que serão baseadas apenas em informações publicamente disponíveis. Foram recrutados vários veteranos do setor jornalístico, incluindo consultores como o ex-editor do Wall Street Journal Matt Murray, o fundador do ProPublica Paul Steiger e Bethany McLean, repórter que revelou preocupações sobre a contabilidade da empresa Enron.

Há três repórteres em tempo integral e um grupo de freelancers no exterior que escreveram para veículos de notícias tradicionais, como o Financial Times e a Reuters, em lugares como Brasil, Mongólia e Namíbia.

O modelo de negócios foi apresentado como um experimento inovador no financiamento de reportagens investigativas, enquanto empresas de mídia sofrem com novas rodadas de demissões.

Operador da Bolsa de Valores de Nova York Angela Weiss/AFP

A Hunterbrook Media se concentrará em reportagens investigativas financiadas não com publicidade ou assinaturas, mas com taxas do fundo de hedge long short —que busca lucrar tanto com a valorização quanto com a desvalorização dos ativos.

As empresas compartilham um grupo de executivos, incluindo dois cofundadores —o CEO Nathaniel Horwitz e o publisher Sam Koppelman—, a diretora jurídica Fitzann Reid e a chefe de operações Emily Pate.

Horwitz e Koppelman, que estão na casa dos 20 anos e se conheceram em Harvard, têm pouca experiência em jornalismo ou em negociação de ações.

Horwitz era um investidor em biotecnologia, e Koppelman é um autor que trabalhou em redação de discursos e comunicações na empresa Fenway Strategies.

No entanto, ambos têm conexões familiares com o negócio de mídia —Horwitz é filho do jornalista vencedor do Prêmio Pulitzer Tony Horwitz e da romancista Geraldine Brooks, também vencedora do Pulitzer, enquanto Koppelman é filho do cocriador de "Billions", Brian Koppelman, e da romancista Amy Koppelman.

A estratégia da Hunterbrook está repleta de riscos de compliance, e especialistas em jornalismo alertaram para possíveis conflitos de interesse.

Negociar com informações não públicas, que jornalistas regularmente descobrem, poderia constituir fraude de valores mobiliários.

Para evitar isso, o grupo encarregou sua diretora jurídica, a ex-funcionária da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC, na sigla em inglês), Fitzann Reid, de decidir se uma reportagem do lado jornalístico da Hunterbrook poderia ser compartilhado com seu fundo de hedge.

Horwitz não divulgou as identidades dos sócios que forneceram os US$ 100 milhões de financiamento, mas disse que a maioria veio de investidores institucionais, além de alguns family offices e algumas pessoas físicas.

Administrar a redação neste ano custará cerca de US$ 5 milhões (aproximadamente R$ 25 milhões), disseram Koppelman e Horwitz, e os US$ 10 milhões (R$ 50 milhões) em financiamento inicial arrecadados no ano passado apoiariam as operações até o final do próximo ano.

O braço do fundo de hedge cobrará dos investidores uma taxa de gestão tradicional de 2% e uma taxa de desempenho de 20% e, na prática, pagará à Hunterbrook Media por sua apuração, financiando o empreendimento.

O plano é que a Hunterbrook Media seja isolada da Hunterbrook Capital, diferenciando-a de outras empresas de investimento, como Hindenburg Research e Muddy Waters, que também investigam e assumem posições financeiras em empresas.

A Hunterbrook Media também planeja publicar artigos sobre empresas nas quais não assume posição financeira, mas não está claro se publicaria reportagens que poderiam prejudicar as posições de negociação ativas do fundo.

A Hunterbrook Media foi lançada na terça-feira (2) com uma reportagem que afirmava que a United Wholesale Mortgage, o maior credor de hipotecas dos EUA, estava incentivando injustamente corretores independentes a direcionar quase todos os seus negócios para ela.

O texto dizia que a Hunterbrook Capital havia assumido uma posição de venda a descoberto na UWM antes da publicação e uma posição de compra a descoberto na Rocket Mortgage, principal concorrente da UWM.

As ações da UWM encerraram o dia com queda de 8,5%, mas a Rocket Mortgage também caiu, fechando quase 5% mais baixa.

A matéria da Hunterbrook também observou que sua "afiliada sem fins lucrativos" havia se associado ao escritório de advocacia Boies Schiller Flexner para explorar uma ação coletiva contra a UWM em nome dos compradores de imóveis.

Uma ação coletiva proposta contra a UWM, sua empresa controladora e seu CEO Mat Ishbia foi protocolada mais tarde na terça-feira.

O artigo foi "um excelente exemplo do tipo de reportagem que nos propusemos a fazer", disse Horwitz. "Está na intersecção de reportagens que afetam muitas pessoas, com informações que as pessoas deveriam saber, e um modelo de negócios que pode financiar mais esse tipo de trabalho."

Um porta-voz da UWM disse, no entanto, que a reportagem estava "repleta de imprecisões" e chamou o uso de jornalistas para ajudar a vender ações de "antiético".

"A Hunterbrook não é uma organização de notícias. É um fundo de hedge sensacionalizando informações públicas para manipular o mercado de ações para enriquecer a si mesmos e a seus investidores", disse o porta-voz da UWM.

everythingposs

Um direito de todos, um desejo comum

Dia Mundial reforça que qualquer pessoa deve ter acesso a recursos que possibilitem o seu bem-estar físico, mental e social

Há mais de sete décadas, o 7 de abril é lembrado como Dia Mundial da Saúde, data criada com o objetivo de, anualmente, reforçar aspectos prioritários a serem tratados para que as pessoas possam viver com qualidade, dignidade e longevidade. Em 2024, a Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável por instituir a efeméride, optou por fazer um lembrete tão básico quanto relevante, traduzido no slogan "Minha saúde, meu direito". A ideia é reforçar ser prerrogativa dos cidadãos o acesso a condições que permitam o seu bem-estar físico, mental e social, e que isso demanda governos e organizações provedores de serviços e recursos básicos, mas também de soluções que ajudem a resolver problemas que afetam as condições de vida das populações, como os ligados à educação, à moradia, à boa alimentação, às condições de trabalho e à não-discriminação.

Hoje, mais de 140 nações definem a saúde como direito em suas constituições, incluindo o Brasil. Mas, apesar das boas intenções e de muitos avanços ao longo das décadas, em 2021, segundo a OMS, pelo menos 4,5 bilhões de pessoas – mais da metade da população mundial – não estavam totalmente cobertas por serviços essenciais relacionados a ela. A entidade aponta, ainda, que no cenário atual, o acesso a esse direito está cada vez mais ameaçado por doenças, desastres, conflitos e problemas ambientais.

Marcos Novais, superintendente executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), reforça que serviços adequados, com tratamentos eficazes, promoção de bons hábitos e prevenção de enfermidades, são cruciais para a existência plena e produtiva. "Quando a saúde está em equilíbrio, as pessoas têm a capacidade de contribuir ativamente com a sociedade. Por isso, a busca por um futuro sustentável para o setor se torna cada vez mais urgente, considerando os desafios complexos enfrentados. A sinistralidade elevada na saúde suplementar (custo dos procedimentos em relação ao valor pago pelos usuários), as práticas fraudulentas contra planos de saúde, a alta judicialização indevida sem critérios técnicos e a demanda por terapias de altíssimo custo são questões fundamentais que necessitam de soluções inovadoras e integradas.", descreve ele. O dirigente avalia ser necessária a articulação entre diversos atores para promover um futuro melhor, com a integração de tecnologias, medicina preditiva, educação em saúde, combate às fraudes e adoção de recursos baseados em evidências. Essa perspectiva, segundo Marcos, poderia viabilizar um sistema de saúde mais eficaz e centrado no paciente, e um futuro saudável para todos.

Diferentes setores mostram-se dispostos a contribuir nessa construção. Segundo Fernando Silveira Filho, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed), a entidade e suas associadas estão na vanguarda da alta tecnologia médica e têm o compromisso de ajudar na democratização da saúde por meio do desenvolvimento e do fornecimento de equipamentos e dispositivos médicos de ponta. "Investimos significativamente em pesquisa e inovação para garantir que os recursos sejam acessíveis e eficazes, para evitar o desperdício e para possibilitar que mais pessoas sejam beneficiadas com assistência de qualidade", descreve o dirigente. Ele aponta, no entanto, haver muitas disparidades no país, o que resulta em desafios relacionados à infraestrutura, à regulação e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento. "Temos bons resultados trazidos ao setor devido às iniciativas de universidades e de centros de pesquisa, que estão conectando a indústria tradicional aos avanços tecnológicos, promovendo a transformação digital. Vamos trabalhar de forma ainda mais intensa nas questões relativas às políticas públicas e à regulação para traduzir de forma concreta avanços em favor da aceleração e do acesso da população à saúde", amplia Fernando.

A diretora executiva da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), Milva Pagano, por sua vez, destaca o papel das empresas representadas pela entidade na democratização da saúde com qualidade e segurança, uma vez que exames são ferramenta de apoio aos médicos para diagnósticos mais precisos e melhor condução dos tratamentos e cuidados dos pacientes. "Mais de 70% das decisões médicas são baseadas em resultados de exames laboratoriais. Além disso, ao integrar a tecnologia, a medicina diagnóstica possibilita alcançar populações em áreas distantes ou com recursos limitados. Isso amplia o acesso aos cuidados e contribui para uma abordagem mais personalizada e centrada no paciente, uma medicina mais eficiente e inclusiva", detalha ela. A Abramed também publica anualmente o Painel Abramed – O DNA do Diagnóstico, com dados e insights sobre o setor de medicina diagnóstica no Brasil, que fornece informações atualizadas sobre o cenário epidemiológico, demográfico e econômico do país, e ajuda a orientar estratégias para fazer os serviços de saúde chegarem às pessoas.

Por fim, o CEO da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimo), Paulo Henrique Fraccaro, afirma que as companhias do setor estão sempre à disposição para fornecer soluções para que hospitais e suas equipes possam atender à população. "O Brasil já produz, por meio de empresas de capital nacional ou internacional, quase 90% dos dispositivos consumidos internamente, com maturidade e qualidade" descreve o dirigente. Ele realça o fato de o país sobressair globalmente em diferentes segmentos, como por exemplo, no de odontologia, em que é líder mundial na produção de papers científicos e segundo maior produtor de implantes. Outro destaque refere-se à produção de implantes ortopédicos: os mais de 25 fabricantes locais hoje atendem o Sistema Único de Saúde plenamente. Há a expectativa da Abimo de que a nova política industrial lançada pelo governo federal possa impactar positivamente o setor. "Até agora nada saiu do papel. Então estamos, sim, lutando para que essas ideias sejam concretizadas e as indústrias possam ter um avanço significativo", conclui.

pointcm.com.br/online/saude2024

Projeto e comercialização: Point Comunicação e Marketing Tel.: (11) 31670821 – point@pointcm.com.br | Redação e edição: LasMiradasComunicação-GustavoDhein | Layout e editoração eletrônica: Manolo Pacheco e Sergio Honorio

PROTEÇÃO

Prevenção e diagnóstico são fundamentais

Doenças Não Transmissíveis são as que mais matam no mundo, mas podem ser mitigadas com a adoção de hábitos saudáveis

Apesar de a listagem de doenças existentes no planeta ser ampla, estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a maior parte dos óbitos registrado anualmente decorrem de um conjunto de apenas 10 enfermidades: doença cardíaca isquêmica; Acidente Vascular Cerebral (AVC); doença pulmonar obstrutiva crônica; infecções do trato respiratório inferior; complicações neonatais; câncer de traqueia, brônquios e pulmão; Alzheimer e outras demências; doenças diarreicas; diabetes; e, doenças renais.

Nesse grupo, sobressaem as chamadas Doenças Não Transmissíveis (DNTs), ou seja, aquelas não contagiosas e comumente chamadas "crônicas". Enfermidades cardíacas, AVCs, cânceres, diabetes e doenças pulmonares, em conjunto são responsáveis por 74% de todas as mortes no mundo, segundo a OMS, sendo que três quartos dos óbitos motivados por elas ocorrem em países de baixa e média rendas. Além do incalculável dano humano, essas doenças também acarretam prejuízos econômicos massivos, uma vez que podem, por exemplo, inabilitar uma pessoa ao trabalho, com impactos negativos também para seus dependentes, ou, ainda sobrecarregar os sistemas de saúde.

Se há algo de menos ruim em relação aos DNTs é o fato de que são conhecidos os principais fatores que as originam: tabagismo, inatividade física, consumo nocivo de álcool, dietas não saudáveis e poluição do ar. Esse saber amplia condições de as pessoas tomaram decisões racionais sobre seus estilos de vida, mas também para que ocorram movimentos assertivos por parte do poder público ou da iniciativa privada para criar e disponibilizar soluções para o enfrentamento às enfermidades, o que, em alguns casos, não pressupõe investimentos financeiros expressivos. Trata-se, muitas vezes, de adotar medidas para reduzir a exposição a riscos de desenvolver as doenças, e de orientar as pessoas para que cultivem hábitos saudáveis.

É importante, ainda, que a população tenha acesso a avaliações de saúde periódicas que permitam identificar e enfrentar as enfermidades. De acordo com Milva Pagano, diretora-executiva da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), a detecção precoce é fundamental para o gerenciamento e tratamento eficazes nos casos de DNTs, e segundo dados apurados para a 5ª edição do Painel Abramed – O DNA do Diagnóstico, estima-se que a demanda por exames diagnósticos relacionados a elas deverá crescer 96% até 2050. "A medicina diagnóstica está preparada para enfrentar esse cenário, abrangendo diversas especialidades médicas, como patologia clínica, medicina nuclear, genética médica, radiologia e diagnóstico por imagem. A área é caracterizada por constante inovação e desenvolvimento, utilizando tecnologias avançadas para realizar exames de alta qualidade e precisão, adaptados à situação epidemiológica do país. A Abramed defende o uso racional de exames, ou seja, não compactua com qualquer tipo de prática que envolva desperdício ou incentivos para a demanda por eles sem necessidade, e nesse sentido adota medidas rigorosas e políticas em parceria com seus associados, além de promover debates essenciais sobre o tema", descreve a dirigente.

alexraths

TRANSMISSÍVEIS

Apesar da prevalência das DNT em casos de mortes no planeta, em países com piores indicadores de desenvolvimento humano são maiores as possibilidades de perder a vida em razão de enfermidades transmissíveis. A Organização Panamericana de Saúde diz que essa situação está vinculada a uma complexa gama de fatores, como a disponibilidade de água potável e de saneamento básico, condições de moradia, riscos da mudança climática, desigualdade de gênero, aspectos socioculturais e pobreza. No Brasil, como em outras nações, anda convive-se com altos números de casos relacionados a essas patologias, que incluem desde Aids e o recente Coronavírus (Covid-19), às amplamente conhecidas rubéola, poliomielite, meningite, sarampo. Para prevenção de algumas das principais doenças transmissíveis a vacinação segue como a melhor opção. O Programa Nacional de Imunização (PNI) brasileiro, referência mundial em qualidade e abrangência, possibilita proteção a meningites, formas graves da tuberculose, rubéola e caxumba, sarampo e poliomielite, entre outras enfermidades.

DENGUE

Em dezembro de 2023 foi anunciada a incorporação também da vacina contra a dengue no PNI. Os números relacionados à doença, uma arbovirose – ou seja, enfermidade viral transmitida principalmente por artrópodes, como os mosquitos –, avançaram intensamente no país nos últimos meses. Em 27 de março, os dados do Ministério da Saúde indicavam 2,3 milhões de casos prováveis de dengue e 830 mortes decorrentes dela em 2024. O novo imunizante, nesse primeiro momento, está sendo estrategicamente distribuído a regiões e pessoas de grupos etários mais vulneráveis. Enquanto ele não chega a todos, a prevenção deve ser um compromisso de cada indivíduo, e passa por eliminar ao máximo possível ambientes que favorecem a proliferação do mosquito Aedes aegypti, principal vetor da doença. Informações detalhadas sobre a enfermidade estão disponíveis no site gov.br/mosquito.

INÊS 249

APRESENTADO POR:

NO DIA MUNDIAL DA SAÚDE, HAPVIDA NOTREDAME INTERMÉDICA MOSTRA COMO O MODELO VERTICALIZADO E INTEGRADO GARANTE EXCELÊNCIA EM QUALIDADE ASSISTENCIAL

"O que faz um atendimento se diferenciar positivamente? Tecnologia de ponta, corpo médico qualificado, equipe bem treinada e busca pelos melhores indicadores de qualidade assistencial ajudam, mas a resposta vai além.

"Para a Hapvida NotreDame Intermédica, a segurança e a qualidade são indispensáveis nos trabalhos assistenciais em todo o país, e junto com o acolhimento, um dos principais atributos da operadora, formam três pilares fundamentais na promoção da saúde de ponta a ponta, da prevenção ao tratamento, em um serviço verticalizado e integrado com preços justos que garante o acesso à saúde para milhões de brasileiros", diz o vice-presidente de operações hospitalares e serviços, Anderson Nascimento.

No Dia Mundial da Saúde, a empresa demonstra como seu modelo de negócio, fundamentado em altos padrões de qualidade assistencial tem assegurado a excelência no atendimento de seus mais de 15,8 milhões de clientes, nas 5 regiões do país, no maior ecossistema de saúde da América Latina.

EFICIÊNCIA E ACOLHIMENTO NO CUIDADO COM A VIDA

Nas emergências da Hapvida NotreDame Intermédica, mais de 75% dos pacientes são atendidos por um médico em até 15 minutos. Esse índice é comprovado pelos indicadores de qualidade assistencial da companhia e amplamente reconhecido pelos clientes, resultando em altos níveis de satisfação, validados pelo IDSS ANS (Índice de desempenho da saúde suplementar da Agência Nacional de Saúde) e por pesquisas internas de satisfação do cliente.

Nesse cenário de uma rede integrada e verticalizada de cuidados com a saúde, a segurança e a agilidade são premissas fundamentais para garantir um atendimento de qualidade e níveis elevados de satisfação. Um exemplo disso é a taxa de SMR UTI (Standardized Mortality Ratio), um indicador que representa o desempenho das UTIs acima do esperado, em que a base é 1 e quanto menor o número, mais vidas estão sendo salvas. Na Hapvida NotreDame Intermédica, esse índice é de 0,57. Em comparação, o índice da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB 24) foi de 0,79. Esses números destacam o compromisso da instituição com a excelência no cuidado e na segurança dos pacientes.

Outro ponto de destaque na rede própria de atendimento da operadora é o Prontuário Eletrônico dos Pacientes. Nele, todos os dados, exames e evolução clínica do paciente estão disponíveis para acesso e acompanhamento clínico nas 796 unidades que compõem a rede.

INCENTIVO AO PARTO ADEQUADO

Com o objetivo de promover a escolha do parto mais adequado para as futuras mamães, e pensando sempre na saúde dos nossos bebês, nossas equipes responsáveis pelas linhas de cuidado obstétrico, não medem esforço nem dedicação no cuidado das nossas gestantes, prova disso são os números de partos normais alcançado em toda a rede Hapvida NotreDame Intermédica, com números superiores a 30% em toda a rede e superiores a 40% nas praças contempladas pelo programa Nascer Bem, índices superiores aos da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHAP 23) com uma média de 23,20% de partos Normais. "Essa é a melhor opção para filhos e gestantes, quando não há contraindicações, conforme a OMS" destaca Nascimento.

Amabilly Surian, 20 anos, paciente do Hospital e Maternidade Guarulhos (SP), optou pelo parto normal para o nascimento de sua primeira filha, Alice. Ela compartilha sua experiência: "Não fiquei nervosa. Já sabia como seria o atendimento. Tudo foi mágico, do momento em que cheguei até o nascimento. Quando ela veio para os meus braços, não sabia se chorava, se olhava para ela ou para o pai, que são idênticos. Toda a equipe auxiliou. Parecia que todos eram minhas mães".

O parto normal não apenas acelera a recuperação da mãe, e evita internações de prematuros na UTI, também fortalece o vínculo entre a mãe e o bebê, reduzindo a incidência de doenças respiratórias.

CUIDANDO DA VIDA DE + DE 15,8 MILHÕES DE BRASILEIROS

796 UNIDADES PRÓPRIAS

87 HOSPITAIS

+ DE 28 MIL MÉDICOS

+ DE 163 MILHÕES DE EXAMES

+ DE 52 MILHÕES DE CONSULTAS

+ DE 10 MILHÕES DE ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

NA EMERGÊNCIA + DE 75% DOS ATENDIMENTOS EM ATÉ 15 MINUTOS

*DADOS REFERENTES DE FEVEREIRO DE 23 A FEVEREIRO DE 24

PRODUZIDO POR: POINT COMUNICAÇÃO E MARKETING

TRANQUILIDADE

Planos de saúde seguem entre as prioridades

Brasil superou a marca de 51 milhões de beneficiários de assistência médica, mas ainda há espaço para crescer

Uma pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que ter um plano de saúde é um desejo de 94% da população que ainda não conta com um. “Entre aqueles que já são beneficiários, 88% dizem sentir-se mais seguros em razão de estarem cobertos pela saúde suplementar”, diz Marcos Novais, superintendente executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), entidade que encomendou o levantamento. Tanto o desejo de quem quer contratar, como a tranquilidade entre os que já o fizeram, estão entre os fatores que explicam os números do setor seguirem numa crescente nos últimos anos. Os dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) indicam que em 2023, pela primeira vez, o Brasil registrou mais de 51 milhões de pessoas com assistência médica contratada. Ao longo dos 12 meses do ano passado, os planos registraram crescimento de 957.197 na base de beneficiários. Produtos exclusivamente odontológicos, por sua vez, computaram 32,6 milhões de usuários, ou seja, ganharam 287.751 novos adeptos em um ano.

“O principal fator que influencia na dinâmica e no cenário de crescimento ou não do mercado de planos de saúde no Brasil é a geração de emprego, o mercado de trabalho. É por meio dele que a pessoa passa a ter acesso ao produto como um benefício trabalhista, ou passa a ter acesso à renda e assim adquire um plano de saúde. A perspectiva é de que o mercado de trabalho continuará tendo algum nível de crescimento nos próximos meses, ainda que em ritmo menor aos registrados recentemente. Sendo assim, nossa estimativa, na Abramge, é de que o setor encerrará 2024 com cerca de 52 milhões de pessoas cobertas, um avanço entre 1,5% e 2% na comparação com 2023”, amplia o executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde.

As empresa do setor, atentas a esse cenário e às necessidades da população, investem para lançar e/ou aperfeiçoar produtos e serviços. Anderson Nascimento, vice-presidente de operações da Hapvida NotreDame Intermédica, pondera que é preciso oferecer planos de saúde que caibam no bolso das pessoas. “Nossos clientes, por exemplo, podem optar por modalidades a partir de R$ 100. Temos um ticket médio de R$ 250. Isso é alcançado por meio de uma gestão eficiente, de inovações e de uma rede de prestadores de serviços altamente qualificados”, descreve ele. No caso da empresa, segundo Anderson, há uma busca permanente por qualificar as soluções oferecidas aos beneficiários, viabilizada por investimentos, também constantes, em pessoas, tecnologia e pesquisa. “Além disso, possuímos programas que permitem aos clientes avaliar a satisfação com o serviço nas nossas unidades: o NPS (Net Promoter Scores) e o 5 Estrelas. Com a análise das notas, identificam-se oportunidades de melhorias em todas as etapas de atendimento com o intuito de garantir a excelência e a fidelização”, detalha.

shmeljov

DIGITALIZAÇÃO

Para Marcos Novais, da Abramge, a pandemia da covid-19 acelerou a digitalização e a adoção de tecnologias na área da saúde, e elas têm potencial de desempenhar um papel significativo na otimização do acesso à assistência, na qualidade do atendimento e na sustentabilidade do setor. Ele destaca, por exemplo, os ganhos com a telemedicina, em que há o exercício da medicina mediado por tecnologias para fins de assistência, pesquisa, prevenção de doenças e lesões e promoção de bem-estar. “A eficácia das soluções depende de como são implementadas e regulamentadas, bem como de como são integradas aos sistemas de saúde existentes”, avalia Marcos. Ele ressalta, também, que a Tecnologia da Informação já aprimora a jornada do paciente, desde o agendamento de consultas via app da operadora até o acompanhamento pós-atendimento, proporcionando um cuidado mais centrado no paciente. “Isso inclui soluções que abrangem diagnósticos, otimização operacional, inteligência artificial e integração de sistemas e dados, entre outras inovações. A digitalização da área de saúde oferece uma série de outras vantagens significativas, que incluem maior transparência dos processos, automatização com exclusão de trabalhos manuais e minimização de erros, compliance, redução de processos burocráticos que envolvem atendimento, faturamento e registro de informações médicas, melhora no controle e na administração hospitalar, redução de custos, entre outras”, amplia.

O vice-presidente de operações da Hapvida NotreDame Intermédica afirma que na companhia tecnologia e inovação são tidas como fortes aliadas na missão de cuidar de vidas. “A integração de sistemas já proporcionou impactos importantes na nossa operação. Saímos de 25% para 63% das consultas marcadas pelo app. A telemedicina também saltou de 20 a 30 mil consultas por mês para mais de 400 mil. Também estudamos – e investimos em – projetos e soluções para aprimorar os processos de atendimento, como no suporte em laudo de exames e na identificação de patologias e pesquisas que buscam aprimorar e/ou desenvolver formas de tratamento, bem como aplicar ciência de dados para identificar, qualificar e antecipar problemas de saúde e implementar ações preventivas”, relata o executivo.

Ademais, segundo ele, a Hapvida NotreDame Intermédica diferencia-se por um modelo de negócios verticalizado e integrado, ou seja, por atuar de ponta a ponta, da promoção e da prevenção à consulta clínica, aos exames e à internação hospitalar. “Além disso, a informação flui de uma unidade para outra, ou seja, temos acesso a toda a jornada dos nossos pacientes em todas as unidades de atendimento, o que nos possibilita mitigar possíveis falhas e aperfeiçoar os serviços. Com as informações seguras da jornada dos nossos clientes, podemos também criar programas assistenciais e de acolhimento para entregar uma saúde de qualidade para cada um deles”, completa Anderson.